Compêndio de História da Igreja

POR

FREI DAGOBERTO ROMAG, O. F. M.
Lente geral de História Eclesiástica

I VOLUME

A ANTIGUIDADE CRISTÃ

I M P R I M A T U R
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO. E REVMO. SR. DOM MANUEL PEDRO DA CUNHA CINTRA, BISPO DE PETRÓPOLIS. FR. LAURO OSTERMANN, O. F. M. PETRÓPOLIS, 3-1-1949.

PREFÁCIO DA 1.ª EDIÇÃO

Se com este volume começo a dar aos estudantes de teologia um manual, que possa servir de base ao estudo da história da Igreja, tenho a convicção de cumprir os votos e desejos de muitos, não só estudantes de teologia, senão também outros filhos e admiradores da santa Madre Igreja. O pouco que existe em nossa literatura sobre o assunto, é já bastante antigo e não pode satisfazer aos desejos de tantos espíritos que por ele se interessam.

De outro lado, porém, devo confessar que é uma empresa das mais difíceis escrever a história da Igreja num ambiente em que faltam os subsídios mais indispensáveis. Não pretendo, por isso, realizar todas as esperanças dos jovens estudantes, e menos ainda dos peritos teólogos. O manual não quer ser uma obra de todo original e perfeita.

Servi-me para a sua composição, antes de mais nada, das preleções dos meus inolvidáveis lentes da história eclesiástica, no Ateneu de Santo Antônio de Roma. Consultei também numerosos manuais e monografias que se escreveram nos diversos países do velho mundo, conferindo, quando possível, conscienciosamente as fontes primitivas. Não indiquei, porém, todas as fontes e a literatura completa, o que inùtilmente aumentaria as páginas dum simples manual; fiz sòmente as indicações mais necessárias.

Como a arte cristã, nos últimos decênios, cada vez mais, se tornou disciplina à parte, que deve ser tratada em particular, separei-a completamente do manual. De outro lado, sendo geralmente o lente de história eclesiástica também o de patrologia, resolvi unir esta com a história antiga, tratando-a mais extensamente, para assim evitar inúteis repetições.

Espero, pois, que poderei oferecer, se não um trabalho perfeito, ao menos um compêndio útil aos estudantes

de teologia. Queira Deus abençoar estas humildes páginas de história na sua missão que pretendem iniciar para maior honra e glória de Deus e de sua santa Igreja.

Curitiba, Festa do Doutor Seráfico S. Boaventura, 14 de Julho de 1939.

PREFÁCIO DA 2.ª EDIÇÃO

Desde mais de um ano, está esgotada a 1.ª edição deste compêndio de história eclesiástica. Doenças prolongadas e outros trabalhos não me permitiram atender às reclamações e aos pedidos que, várias vezes, me foram feitos da parte da Editora. Mas, finalmente, aqui está a 2.ª edição do 1º volume, e, em breve, seguirá, se Deus quiser, também a do segundo.

Procurei melhorar, quanto possível o manual, reduzir a um mínimo as expressões gregas, cortar alguns pontos de pouco interesse, explicar outros mais claramente, corrigir algumas opiniões erradas e dar ao todo um aspecto mais claro para a memória e mais agradável à vista, tomando em conta as benévolas observações que com muita caridade me fizeram alguns Reverendos Padres. Deus lhes pague. Seja em tudo adorado e louvado Cristo, Rei dos séculos e da eternidade.

Petrópolis, na festa da Páscoa de 1948.

INTRODUÇÃO

§ 1. Conceito e fim, importância e método da história eclesiástica

1. A Igreja é o corpo místico de Jesus Cristo e, portanto, é divina, essencialmente imutável. Imortal e divino é tudo que lhe vem de Cristo, seu fundador, e do Espírito Santo, que a dirige continuamente. Enquanto divina, a Igreja não tem história, porque história é desenvolvimento, mudança. Mas, instituída pelo divino Salvador para salvação do gênero humano, ela é formada também de um elemento humano, os membros da hierarquia e os fiéis, considerados no seu conjunto: a comunidade dos fiéis, a *ἐκκλησία* do Novo Testamento. Ela é uma sociedade visível em seus membros. Inimigos anticristãos vêem nela ùnicamente uma sociedade visível. Tendências erradas dentro do cristianismo, espiritualísticas, vêem nela ùnicamente uma sociedade invisível. Mas a apologética e a história nos ensinam o duplo elemento, divino e humano, visível e invisível.

Por isso, a Igreja tem necessàriamente a sua história, o seu desenvolvimento. Como o grão de mostarda é a mais pequena das sementes, mas, crescendo, se torna a maior das plantas e se faz uma árvore (Mt 13, 31-32), assim a Igreja havia de crescer até chegar a estender os seus ramos sobre toda a terra. A exposição científica deste seu desenvolvimento objetivo é o que chamamos **história da Igreja,** no sentido técnico da palavra.

2. O objeto da história no sentido mais restrito é o homem. Como indivíduo, ele é objeto da biografia. Como membro da sociedade é objeto da história universal. Segundo o seu duplo fim, a felicidade temporal e eterna, é objeto da história profana ou religiosa. A religião ocupa o

lugar mais nobre na história da humanidade. Ela consiste no conhecimento teórico de Deus e no culto prático, tal qual se tem formado, no decurso dos séculos, entre os vários povos. Na realidade, são muitas as formas de religião. Mas a razão nos ensina que só uma pode ser verdadeira, e a apologética nos diz que esta é a que tem por fundador a Jesus Cristo e que nós chamamos Igreja católica, apostólica, romana.

Jesus Cristo fundou a sua Igreja para todos os tempos e para todos os povos. Segundo tempos e povos, ela desenvolveu-se externa e internamente. O seu desenvolvimento externo, a sua difusão, as relações com os Estados, as perseguições que se lhe fizeram com as armas do poder político e do espírito, é o que chamamos história externa da Igreja. O seu desenvolvimento interno, a evolução da sua constituição, que por vezes precisava de ser ampliada e reformada segundo as exigências do ambiente local e temporal, a fundação de institutos, a formulação determinada do culto e da doutrina em si imutável, o desenvolvimento das ciências e da disciplina, enfim todo este evoluir progressivo e orgânico que, segundo os desígnios de Jesus Cristo, devia operar-se no decurso dos séculos, é a história interna da Igreja. Considerando todo este processo, podemos definir a história eclesiástica como *exposição científica do desenvolvimento externo e interno da sociedade visível, fundada por Jesus Cristo para a salvação da humanidade.*

3. Nesta definição da história da Igreja exprime-se, ao mesmo tempo, o seu fim: pesquisar e expor, clara e cientìficamente, todas as manifestações da sua vida, todo o seu desenvolvimento, realizado no tempo e no espaço.

4. Desta definição se deduz outrossim a grande importância da história eclesiástica. A história é, antes de tudo, um meio para conhecer a Igreja, sociedade visível de todos os cristãos. Não há outro meio, pelo qual se possa conhecer melhor a Igreja, do que a sua própria atividade, seu desenvolvimento externo e interno, a sua história. E como a história da humanidade desperta o interesse dos homens, porque nela se conhecem a si mesmos, assim a história eclesiástica desperta o interesse dos cristãos, porque é a história daquela grande família a que pertencem, e que tem por chefe o próprio Filho de Deus.

Mas, sendo a Igreja verdadeira depositária da revelação divina, a sua história é também um meio para conhecer as riquezas da verdadeira fé. E' e será sempre uma apologia eficaz da religião católica e da Igreja, é e será sempre uma prova inconcussa de que a Igreja, apesar de todas as mudanças que sofreu no tempo e no espaço, é e será sempre essencialmente tal qual foi nos primeiros anos da sua existência.

Enfim, o católico e, em particular, o teólogo reconhecerá, estudando a história da Igreja, que o florescimento do reino de Deus na terra depende, depois da graça divina, sobretudo da piedade, da sabedoria e do zelo de seus membros e, principalmente, de seus pastores. E conhecendo a Igreja pelo estudo da sua história, amá-la-á, e com ela há de viver e sentir. O desconhecimento da história eclesiástica, pelo contrário, afeta também as outras ciências teológicas e, por conseguinte, todo o sentimento eclesiástico e religioso.

5. No entanto, para alcançar o seu fim, e para corresponder perfeitamente à sua importância, a história eclesiástica deve nortear-se por certas regras. Em primeiro lugar, ela tem de ser objetiva, i. é, deve deixar de lado todo o partidarismo, embora aquela objetividade absoluta, da qual fabularam certos espíritos liberais, seja uma quimera. A história deve, em 2º lugar, deduzir-se das fontes primitivas, que, por sua vez, devem ser minuciosamente examinadas, segundo as regras da crítica externa e interna, devem ser explicadas pelas diversas disciplinas da propedêutica histórica.

A história deve, em 3º lugar, seguir o método pragmático-genético que, em toda parte, procura os motivos, as causas, os conexos dos vários fatos históricos. Errada é a consideração moderna da história de Macchiavelli, de Montesquieu e dos filosofistas: Todo acontecimento histórico desenvolve-se necessàriamente de sua pressuposição e tem necessàriamente este ou aquele efeito. Todavia, há certas leis morais; tudo tem certa finalidade. Tal método nada tem que ver com o pragmatismo utilitarista que na história reconhece apenas um meio de sustentar e melhorar a vida. O verdadeiro pragmatismo teológico reconhece na história os desígnios da Providência divina. E esta consideração nos leva a um 4º ponto: Sendo a Igreja uma instituição com-

posta não só de elementos humanos, mas também de elementos divinos, a história deve nortear-se pelos ditames da religião. Esta nem impede nem dificulta o método científico da história; pois a fé e a ciência não se contradizem. Ambas procuram a verdade, que é uma só.

De Smedt, Principes de la critique historique, Paris 1883. — *Bernheim*, Lehrbuch der hist. Methode, ed. 5-6, Leipzig 1908. — *Feder*, Lehrbuch der hist. Methodik, ed. 2, Regensburg 1921. — *Fonck*, Wissenschaftl. Arbeiten, ed. 2, Insbruck 1916. — *Sawicki*, Geschichtsphilosophie, 1921; trad. ital, por Pagnini, Firenze 1925. — *Albers*, Manuale di propedeutica storica, Roma 1909. — *Isoldi*, Preleções de introdução à história e crítica histórica, São Paulo 1932. — *Schuetz*, Gott in der Geschichte, Salzburg 1936.

§ 2. Divisão da história eclesiástica

6. A Igreja apresenta-se-nos como um organismo muito complexo de fatos e, ao mesmo tempo, como um organismo que tem uma existência quase duas vezes milenária. Para se formar uma idéia exata dos diversos acontecimentos em particular, como de toda a vida da Igreja em geral, divide-se a sua história segundo a natureza dos objetos e, principalmente, segundo os períodos do tempo. Distinguimos, pois, uma divisão real e uma divisão cronológica.

7. **A divisão real** tem a sua razão de ser nas várias formas e diversos modos, pelos quais a Igreja procura cumprir a sua missão. Esta atividade da Igreja diz respeito ou a pessoas e sociedades, que lhe são alheias, ou a si mesma e seus membros. Segundo estas diversas formas de atividade distinguimos uma história externa e outra interna, como já foi explicado.

Mais importante é a **divisão cronológica,** embora de per si o seu valor seja apenas relativo. Pois só uma compreensão clara e nítida do processo genético-cronológico poderá ser guia seguro e ensinar-nos a ver e compreender os fatos particulares à luz dos grandes acontecimentos, e a ver e compreender o sentido da história.

8. Mas será possível uma tal divisão? Sem dúvida. Pois, como na vida do indivíduo há diversas fases, e como o mesmo acontece na vida dum povo inteiro, assim também na vida da Igreja, que abrange todos os povos e todos os tempos. Na realidade há, no decurso da história eclesiástica, fatos e pessoas que, colocados pela Providência divina em determinado ambiente de tempo e espaço, exerceram um influxo decisivo sobre toda uma idade. Outros, menos importantes, determinaram uma época ou um período.

Dois fatos há, que nos autorizam a dividir a história da Igreja em três grandes idades, antiguidade, idade-média e idade moderna. O primeiro é a transmigração dos povos germânicos e a conversão deles ao cristianismo; o segundo é o aparecimento do espírito moderno.

9. Cada uma destas idades tem o seu caráter especial. A antiguidade cristã apresenta-nos o cristianismo nascente, colocado em frente duma cultura antiga e florescente, que se formara sem o cristianismo e antes dele. E' a cultura dos gregos e romanos. Esta cultura, porém, havia de transformar-se, pela influência abençoada do Evangelho, de pagã que era em cristã. Esta idade grego-romana termina, no ocidente, com a migração dos povos e, no oriente, de certo modo, com o sínodo trulano de 692. Naturalmente, os pontos divisórios não aparecem sempre bem claros; não podem ser tomados matemàticamente. Por isto, nem todos os historiadores fazem a mesma divisão.

Por sua vez, a antiguidade cristã é dividida, pela conversão de Constantino Magno ou pelo Edito de Milão, em duas épocas:

1º) a época da fundação e propagação do cristianismo, assim como da sua defesa contra o judaísmo e, sobretudo, contra o paganismo, — tempo das perseguições e dos apologetas (1-313);

2º) a época das controvérsias dogmáticas, dos concílios, da constituição e dos Padres da Igreja, no império cristão (313-692).

10. A migração dos povos germânicos já então começara a destruir o império ocidental e a ampliar o ambiente da história antiga. A educação destes povos pela Igreja e a sua intima cooperação com a mesma preenchem a história da idade-média, idade germânico-românica. A sua nota característica consiste em que primeiro existe a Igreja sem cultura oposta. E' ela que cria uma nova cultura, a cultura cristã, e a leva à mais alta perfeição. Baseada no sólido fundamento da sua vida interna, manifestada pelo monacato, liturgia, teologia e direito, desenvolve também grande atividade no campo político-eclesiástico. Por conseguinte,

acentuam-se, mais e mais, os problemas da relação entre o Estado e a Igreja. Toda esta evolução desenrola-se em três épocas:

1º) a época da conversão e organização dos povos germânicos e românicos, do predomínio imperial e da cultura carolíngio-otônica, ou seja a idade média primitiva, até 1073;

2º) a época do predomínio dos papas, ou a alta idade-média, desde Gregório VII até Bonifácio VIII (1073-1303);

3º) a época da dissolução da cultura medieval e da luta contra o predomínio eclesiástico, a baixa idade-média (1303-1517).

11. A mudança essencial da cultura européia, o aparecimento do espírito moderno, teve por consequência um rompimento cada vez mais sensível entre os povos da Europa e a Igreja que, até então, lhes fora guia e mestra. Esta separação achou uma expressão particularmente triste na perniciosa revolução de Lutero contra a Igreja, a pseudo-reforma protestante. Originou-se uma cultura autônoma, que sucessivamente se manifestou anti-eclesiástica, anti-cristã e irreligiosa. E' a idade moderna que, segundo o dito desenvolvimento, se divide em duas épocas, separadas entre si pelo chamado esclarecimento:

1º) a época da revolução eclesiástica e da cultura anti-eclesiástica, que ainda conserva a fé na revelação (1517-1700);

2º) a época do Estado ateístico e do espírito anti-cristão e irreligioso, que nega por completo a revelação, época esta que, por sua vez, é dividida pela revolução francesa em dois períodos.

Cellarius, Historiae antiquae, mediae, novae nucleus, Jenae 1675-76. — *Goeller*, Die Periodisierung der Kirchengeschichte und die epochale Stellung des Mittelalters, Freiburg 1919. — *Lortz*, Die Geschichte der Kirche in ideengeschichtlicher Betrachtung, Muenster 1933.

§ 3. Fontes da história eclesiástica

12. Fontes da história são os produtos da atividade humana, ou destinados ou, ao menos, aptos, por sua existência, origem e outras circunstâncias, a serem testemunhos dos fatos históricos. Fontes da história eclesiástica chamam-

se, portanto, os monumentos, escritos ou não escritos, que nos dão notícia do passado da Igreja.

13. As muitas e variadíssimas fontes da história eclesiástica podem dividir-se:

1º) segundo a sua origem, em fontes divinas, que são os livros da Sagrada Escritura, e fontes humanas. Estas são imediatas ou mediatas. As fontes imediatas ou originais provêm de testemunhas oculares ou auriculares, como documentos, relações, memórias e outros monumentos contemporâneos. As fontes mediatas ou derivadas são relações posteriores, fundadas em fontes anteriores;

2º) segundo a posição do autor em fontes públicas e privadas. As fontes públicas ou oficiais, que são redigidas ou reconhecidas por uma autoridade eclesiástica ou civil, têm por sua natureza uma importância particular. Tais são, p. ex., decretos, bulas, breves dos pontífices romanos, atas dos concílios, disposições e cartas pastorais dos bispos, leis da Igreja e leis civis referentes à Igreja, concordatas, regras de ordens religiosas, liturgias, símbolos. As fontes privadas ou particulares são relações feitas sem autoridade oficial, que, no entanto, servem para esclarecimento sobre pessoas e fatos notáveis, p. ex., atas e biografias dos mártires e santos, os escritos dos Santos Padres, dos escritores eclesiásticos e obras dos adversários da Igreja;

3º) segundo a forma, em fontes escritas, monumentos pròpriamente ditos, como edifícios cultuais, pinturas, moedas, etc., e fontes orais, como lendas e tradições populares.

14. Para facilitar o uso das fontes da história eclesiástica, fizeram-se grandes coleções. Só as mais importantes sejam aqui mencionadas:

1.º) *Atas pontifícias:* Pontificum Romanorum a S. Clemente I usque ad Leonem Magnum epistolae genuinae, ed. Coustant, Paris 1721; ed. Schoenemann, Goettingae 1796. — Pont. Rom. epist. a S. Hilario usque ad S. Hormisdam, ed. Thiel, Brunsbergae 1868. — Loewenfeld, Epistolae Rom. Pont. ineditae (494-1198), Lipsiae 1885. — As bulas pontifícias estão contidas nos chamados bulários. O primeiro bulário de grande volume é obra de L. Cherubini (Roma 1586). Uma edição mais recente é a de Luxemburgo (19 vol., 1727 ss). O melhor bulário, hoje em dia, é a edição taurinense (24 vol., 1857 ss), continuada em Nápoles (1867 ss); mas vai apenas até Bento XIV (1758). O bulário de Bento XIV pode ser considerado como continuação da edição luxemburgense. Outra continuação, feita em Roma (1835 ss), vai desde Clemente XIII até Gregório XVI.

— Jaffé, Regesta Pont. Rom. a condita ecclesia ad a. 1198; ed. Kaltenbrunner, Ewald, Loewenfeld, I-II, Lipsiae 1885-88. — Potthast, Reg. Pont. Rom. inde ab anno 1198 ad annum 1304, I-II, Berolini 1874-75. — Os registos pontifícios dos séculos XIII e XIV foram publicados pela École Française de Rome, Paris 1883 ss. — Muitas outras coleções foram feitas para os diversos países e Institutos Religiosos.

2º) *Atas dos concílios:* Depois da publicação de várias coleções, nos séculos XVI e XVII, apareceu uma de maior importância, chamada Collectio regia (37 vol., Paris 1644 ss). Pouco depois, Labbé e Cossart publicaram a sua coleção de 15 monumentais volumes (Paris 1671 ss). Entre as coleções que se seguiram podemos mencionar: Harduinus, Acta conciliorum et epist. decretales ac constitutiones Sum. Pont., 12 vol., Paris 1715; e Mansi, Sacror. Concil. nova et amplissima collectio, 31 vol., Florentiae et Venet. 1759-98; nova ed. com uma continuação em 53 volumes, Paris 1901-27. A Collectio Lacensis (7 vol., Friburgii i. B. 1870 ss) oferece-nos um complemento dos concílios mais recentes. — Nos últimos decênios, fizeram-se também diversas edições do Corpus juris canonici; a última é o Codex jur. can. Pii X jussu digestus, Benedicti XV auctoritate promulgatus, Romae 1917. — Ao lado do CJC apareceram as Condicis juris canonici fontes cura Petri Card. Gasparri editi (Romae 1923-32). — Aqui devem ser mencionados também os Acta S. Sedis, publicados desde 1865, e os Acta Apostolicae Sedis, desde 1909.

3.º) *Biografias dos papas:* Liber Pontificalis, ed. Duchesne I-II, Paris 1886-92; ed. Mommsen (Mon. Germ. Hist.) I, Berolini 1898. — Watterich, Vitae Pont. Rom. ad ex. saec. IX usque ad finem saec. XIII, 2 vol., Lipsiae 1862. — Platina, Liber de vita Christi ac de vitis Sum. Pont. Rom., Venet. 1478; contin. por Panvinio e Cicarelli até Clemente VIII. — Ciaconius-Oldoinus, Vitae et res gestae Pont. Rom. et S. R. E. Card. ab initio nascentis ecclesiae usque ad Clementem IX, Romae 4 vol. in-f.-Mirbt, Quellen zur Geschichte des Papsttums, ed. 4. Tuebingen 1924; ed. 5, 1934.

4.º) *Atas e biografias dos mártires e santos:* Martyrologium Hieronymianum, edd. De Rossi et Duchesne (AASS Nov. II), Paris 1894; nova ed. Quentin, Bruxel. 1931. — Quentin, Les martyrologes historiques du moyen-âge, Paris 1908; nova impr. 1923. — Ruinart, Acta primorum martyrum sincera et selecta, Paris 1689; Ratisbonae 1859. — Surius, De probatis vitis Sanctorum, I-VI, Coloniae 1570-75. — Bollandus et soc., Acta Sanctorum, quotquot toto orbe coluntur, Antuerpiae 1643 ss; nova impr. Paris 1854 ss. — Um complemento desta obra monumental são os Analecta Bollandiana, Paris e Bruxelas 1882 ss.

5.º) *Coleções dos Padres e escritores eclesiásticos:* A maior e mais completa é a de Migne, Patrologiae cursus completus: Patrologia latina ab aevo apostolico usque ad Innocentium III (1216), 221 vol., Paris 1844-64; Patrologia graeca usque ad saeculum XV, 161 vol., Paris 1857-66. — Corpus scriptorum ecclesiasticorum latinorum, Vindobonae 1866 ss. — Os escritores gregos dos três primeiros séculos foram publicados pela Kirchenvaeter-Kommission da Real Academia das Ciências da Prússia, Lipsia 1897 ss. — A edição devia abranger 54 volumes. — Bibliothek der Kirchenvaeter, ed. Reithmayr e Thalhofer, 80 vol., Kempten 1869-86; nova edição por Bardenhewer, 63 vol., Kempten-Muenchen 1911 ss. — Uma nova série em 17 volumes, ed. Bardenhewer, Zellinger e Martin, 1932 ss. — Hurter, Ss. Patrum opuscula selecta, ser. I, 48 vol., ser. II, 6 vol., Oeniponte 1868-92. — Rauschen, Florilegium patrist., 12 fasc., Bonnae 1904-19; nova series ed. Albers 1920 ss; Geyer et Zellinger 1926 ss. — Rouët de Journel, Enchiridion patrist., ed. 8 e 9, Frib. i. B. 1932.

6.º) *Inscrições e monumentos:* J. B. de Rossi, Inscriptiones christianae urbis Romae septimo saeculo antiquiores, 2 vol., Romae 1861-88. — A. Silvagni, Inscriptiones christianae urbis Romae septimo saeculo antiquiores, nova series, Romae 1922 ss. — Muitas outras coleções dizem respeito a regiões particulares, das mais a maior parte está contida no Corpus inscriptionum latinarum, ed. pela academia de Berlim, e no Corpus inscriptionum graecarum, ed. Boeckh, Berlim 1829-77. — Merecem mencionados ainda: Bosio, Roma sotterranea, Roma 1632; De Rossi, La Roma sotterranea cristiana, 3 vol., Roma 1864-77; Wilpert, Die Malereien der Katakomben Roms, 2 vol., Freiburg 1903; Id., Die roemischen Mosaiken und Malereien der altkirchl. Bauten vom 4. bis 12. Jahrhundert, 4 vol., Freiburg, 2 ed. 1917; Id., I sarcofagi cristiani antichi, 2 vol., Roma 1929-32; Marucchi, Eléments d'Archéol. chrét., 3 vol., 2 ed. Rome 1906; Leclercq, Manuel d'Archéol. chrét., 2 vol., Paris 1907; Kaufmann, Handbuch der christl. Archeologie, 2 ed. Paderborn 1913.

§ 4. Ciências auxiliares da história eclesiástica

15. As fontes da história eclesiástica fornecem-nos o material histórico. Para usá-lo convenientemente precisamos das ciências auxiliares, que nos põem em condições de examinar, compreender e julgar as fontes quanto à sua forma e ao seu conteúdo.

1º) O conteúdo das fontes diz respeito a toda a vida da Igreja. Por isso, precisamos, em primeiro lugar, das outras ciências teológicas: dogmática, moral, liturgia e direito canônico. A vida e a atividade da Igreja são grandemente influenciadas pelas circunstâncias políticas, sociais, culturais e comerciais. Portanto, também a história profana é de grande importância para o estudo da história eclesiástica. A vida da Igreja desenvolve-se no tempo e no espaço. Por conseguinte, requerem-se, para o seu conhecimento, a cronologia e a geografia. Por sua importância, estas duas ciências já foram apelidadas "fachos da história". A geogra-

fia nos faz conhecer o ambiente local dos acontecimentos. A cronologia instrui-nos sobre as datas que se encontram nas fontes e sobre os diversos modos de computar o tempo.

16. As cronologias mais conhecidas são as seguintes:

a) a cronologia romana que começa com a fundação de Roma, i. é, em 753 a. C.;

b) a cronologia ou era mundial, desde a criação do mundo, usada em diversas formas: a forma bizantina (5509 a. C.), que se empregava na Rússia até ao reinado de Pedro o Gr., na Grécia, Sérvia e Romênia até ao século XIX, a forma alexandrina (5492 a. C.) e a forma judaica (3761 a. C.);

c) as olimpíadas, ciclo de quatro anos, começando em 776 a. C., que ficaram em uso, mesmo entre os cristãos, até ao século XVI;

d) as indicções, ciclo de quinze anos, desde Diocleciano (297) até ao século XVI;

e) a cronologia dos maometanos, chamada héjira, que começa com a fuga do profeta de Meca para Medina (15 de Julho de 622) e segue o ano lunar de 354 dias;

f) a era cristã, introduzida pelo monge Dionísio Exíguo (c. 525), cujo cálculo, porém, não é exato; pois coloca o nascimento de Jesus Cristo no ano de 753 u. c., de modo que o ano de 754 é o primeiro ano da era cristã, quando é certo que Jesus Cristo nasceu antes de 750 u. c.

Também o início do ano era diferente, começando uns em 25 de Dezembro, mais tarde em 1.° de Janeiro (ano da Encarnação), outros em 25 de Março (ano da Anunciação). Estes últimos seguiam ou o cálculo pisano que precede o dia 1.° de Janeiro, ou o cálculo florentino que o segue. Outros ainda faziam começar o ano com o dia da Páscoa (ano da Redenção), ou com o 1.° de Março ou 1.° de Setembro. E' só desde o século XVI, que o 1.° de Janeiro foi adotado universalmente como primeiro dia do ano.

Quanto à duração do ano, seguia-se, até ao século XVI, o calendário juliano, introduzido por Júlio César, no ano 45 a. C. Como, porém, o ano civil deste calendário excedia, por 11' e 14", o verdadeiro ano solar, diferença que desde muito se tinha notado e que em 1582 fazia dez dias inteiros, o papa Gregório XIII reformou o antigo calendário, suprimindo os dez dias de 5 a 14 de Outubro de 1582 e ordenando que em 400 anos se eliminassem três dias bissextis.

Este calendário gregoriano foi aceito pelos protestantes só no século XVIII. Os russos o aceitaram em 1918, os gregos ortodoxos, em 1923, os turcos, em 1926. A nova reforma do calendário, que visa principalmente a fixação da Páscoa e já foi objeto dos trabalhos da Sociedade das Nações, parece não ter andamento.

17. 2º) A forma das fontes exige um outro grupo de ciências auxiliares. Para interpretar as fontes escritas é indispensável a filologia, que nos ensina a compreender os livros escritos em diversas línguas e a conhecer a linguagem das fontes históricas. Dicionários ou glossários explicam e interpretam os termos usados nos respectivos tempos. As fontes mais antigas exigem, além disso, o conhecimento da paleografia, que nos ensina a ler os escritos antigos e determinar a época da sua origem. A diplomática nos ensina a examinar os documentos e formar um juízo sobre os mesmos. A epigrafia trata das inscrições e das siglas. A arqueologia e a arte cristãs têm por objeto os monumentos que se fizeram sob o influxo do cristianismo. A numismática trata das moedas e medalhas e da sua significação para a história. A esfragística, das bulas e dos selos; a heráldica, das armas dos príncipes e nobres das idades-média e moderna.

Grotefend, Zeitrechnung des deutschen Mittelalters und der Neuzeit, 3 vol., 3. ed. Hannover 1910. — *Cavaignac*, Chronologie, Paris 1925. — *Cappelli*, Cronologia, cronografia e calendário perpétuo, Milano, 2. ed. 1930. — *Droysen*, Allgem. hist. Handatlas 1886. — *Streit*, Kathol. Missionsatlas, Steyl 1907. — *Id.*, Atlas hierarchicus, 2. ed. 1929. — Mas-Latrie, Trésor de chronologie, d'histoire e géographie pour l'étude et l'emploi des documents du moyen-âge, Paris 1889. — Mais rica literatura sobre as ciências auxiliares encontra-se nas maiores obras da história eclesiástica.

§ 5. O desenvolvimento da historiografia eclesiástica

18. O tempo das perseguições dificultou sobremaneira o cultivo da historiografia eclesiástica. Como primeira tentativa duma história da Igreja podem ser considerados, depois dos Evangelhos e dos Atos dos Apóstolos de S. Lucas, os cinco livros das *Reminiscências* de Hegesipo, escritas na segunda metade do século II. A obra pereceu; só alguns fragmentos chegaram até nós. Igual sorte tiveram as crônicas de Júlio Africano e de Hipólito.

19. O pai da história eclesiástica é Eusébio, metropolita de Cesaréia na Palestina († 340?). Ele compôs primeiro uma *Crônica universal*, que, em duas partes, abrange toda a história desde o princípio do mundo até princípios do século IV da nossa era. O seu escopo é demonstrar a harmonia entre as histórias profana e sagrada, bíblica e eclesiástica. Baseando-se nesta obra, Eusébio escreveu, em seguida, uma *História Eclesiástica* que, em dez livros, vai até ao ano de 324. E' uma obra de incalculável valor, devido

às muitas citações de fontes aliás perdidas e à compreensão universalista da história da Igreja. Um século depois, três doutos escritores continuaram, quase ao mesmo tempo, a obra de Eusébio: Sócrates, o mais hábil e crítico (305-439), Sozômeno (324-425) e Teodoreto, bispo de Ciro (320-428). Teodoro de Constantinopla fez um resumo dos três anteriores e continuou a obra até à morte de Justino I (527), enquanto que Evágrio continuou a mesma obra desde 431 até 594.

20. O ocidente não ligou igual interesse à historiografia, contentando-se com traduções de obras gregas. S. Jerônimo traduziu a Crônica de Eusébio, continuando-a até 378. Outros continuadores da mesma Crônica foram Próspero de Aquitânia, Isidoro de Sevilha e Beda o Venerável. Rufino de Aquiléia verteu para o latim a História de Eusébio e continuou-a até 395. Sulpício Severo escreveu, em estilo clássico e com apreciação crítica, uma *História* ou *Crônica sacra* que, começando com o princípio do mundo, vai até 400 d. C. A *Crônica* ou *Historiarum libri* **VII adversus paganos,** de Orósio, começa igualmente com o princípio do mundo e termina com o ano de 416. A obra, de tendência apologética, foi composta a pedido de S. Agostinho. Agostinho, por sua vez, escreveu a grandiosa *De Civitate Dei,* pela qual influenciou a historiografia de toda a idade-média. Cassiodoro († 575), na sua *Historia tripartita,* muito estimada na idade-média, oferece-nos um resumo de Sócrates, Sozômeno e Teodoreto e uma continuação dos mesmos autores até 518. Rufino e Cassiodoro são, no essencial, os mestres de toda a idade-média, quanto à história da antiguidade cristã.

S. Jerônimo nos deu a primeira história da literatura cristã, *De viris illustribus,* continuada por Genádio, Isidoro de Sevilha e Ildefonso de Toledo.

21. Na idade-média, história eclesiástica e história profana quase que não se distinguiam. A maior parte das obras trata de assuntos particulares. Assim Gregório de Tours († 594) escreveu a história dos francos, Isidoro de Sevilha († 636), a dos visigodos, vândalos e suevos. Beda o Venerável († 735) é o pai da história inglesa, e o historiador dos longobardos é Paulo Diácono († 799).

Importância geral têm a *Historia tripartita* do douto

Anastácio Bibliotecário († 879), a *História eclesiástica* de Odorico Vitalis († 1142), de Bartolomeu de Luca († 1327) e de Vicente de Beauvais († 1264). Todos eles trataram o assunto até ao seu século respectivo. A obra mais volumosa e mais importante da idade-média é, no entanto, a *Summa historialis* de S. Antonino, arcebispo de Florença († 1459). Infelizmente peca por falta de crítica.

22. Na idade moderna, deu extraordinário impulso à historiografia o humanismo com seu método crítico que, durante a idade-média, ficara esquecido quase de todo. Influíram também eficazmente a invenção da imprensa e o movimento religioso do século XVI. Ataques e defesas de protestantes e católicos obrigaram os contendores a estudar a história da Igreja.

A primeira obra monumental dos protestantes é a grande *Ecclesiastica Historia* (Basil. 1559-74) dos centuriadores de Magdeburgo. Em oito volumes trata dos primeiros treze séculos da era cristã. Foi redigida em Magdeburgo por uma associação de eruditos, a cuja testa se achava Flácio Ilírico. Os autores visavam descobrir os princípios, progressos e crimes do anti-cristo, i. é, do papado. Desta forma, a obra veio a ser necessàriamente uma caricatura da história, causando grande sensação em toda parte.

Contra os centuriadores surgiu logo o mais vigoroso defensor da verdade histórica, o oratoriano Cesário Barônio († 1607), desde 1596 cardeal e pouco depois bibliotecário do Vaticano. Nos doze volumes dos grandiosos *Annales ecclesiastici* trata outros tantos séculos da história da Igreja, terminando com o ano de 1198. A primeira edição foi feita em Roma (1588-93). Ainda em vida de Barônio se fez uma edição em Mogúncia (1601-05), e uma terceira saiu à luz em Antuérpia (1589-1612).

23. A *Ecclesiastica Historia* e os *Annales Ecclesiastici* ficaram, por longos decênios, as únicas fontes para os estudos e controvérsias dos partidos opostos. E' só na época de Luís XIV que a historiografia recebe novos impulsos; e é a França que então marcha à frente. Grande número de religiosos, maurinos, oratorianos, dominicanos, franciscanos e jesuítas, dedicaram-se com ótimos resultados ao cultivo dos diversos ramos da história eclesiástica, estabelecendo as regras do método crítico-histórico, publicando as

obras dos Santos Padres e redigindo histórias particulares e universais. Maior renome tiveram Alexandre Natalis, O. P., Cláudio Fleury e Tillemont; mas as suas obras ressentem-se infelizmente do espírito galicano. Os franciscanos Antônio e Francisco Pagi fizeram uma crítica à obra de Barônio, corrigindo-a e completando-a.

24. Na Itália granjearam grande renome: o cardeal cisterciense Giov. Bona, o cardeal jesuíta Pietro Sforza Pallavicini, os irmãos Pietro e Girolamo Ballerini, Luís Antônio Muratori, o cardeal dominicano José Agostinho Orsi, o arcebispo João Domingos Mansi e, principalmente, o oratoriano Odorico Rainaldo, continuador de Barônio.

Na Espanha e em Portugal fizeram-se, sobretudo, coleções de fontes históricas. Mas não faltam também exposições de história eclesiástica. Uma obra monumental de 51 volumes é a *España Sagrada,* começada por Henrique Flórez, eremita de S. Agostinho, e continuada por diversos historiadores.

25. Na Alemanha, internamente dilacerada pela revolução religiosa do protestantismo e pela guerra dos trinta anos, o cultivo das ciências estava quase completamente paralisado. Só no século XVIII é que despertou de novo algum interesse científico. Infelizmente, entre os católicos não foi possível uma historiografia profícua, devido ao espírito galicano-josefinista, enquanto que entre os protestantes dominava o espírito flaciano. Além disso, o racionalismo do esclarecimento fazia-se sentir, cada vez mais. Alguma celebridade tiveram os protestantes Mosheim, Semler e Schroeckh.

Com a época dos românticos, no princípio do século XIX, começou, porém, um novo florescimento dos estudos históricos, promovidos particularmente pelo claro conhecimento do método histórico e por edições importantes de fontes. Até os protestantes começaram a tratar a história da Igreja com maior equidade e imparcialidade. Sejam mencionados só os nomes de Planck († 1832) e de seu discípulo Neander († 1850), Kurtz († 1890), Hase († 1890) e Herzog († 1882), cujos manuais foram muito apreciados.

No entanto, domina nas escolas protestantes até hoje a historiografia racionalista, iniciada por Mosheim, desenvolvida por Semler e influenciada pela filosofia panteísta de

Hegel. A Igreja antiga é considerada como produto de fatores naturais. Nega-se a ação da Providência divina. Os representantes principais desta escola são Baur († 1860), Gfroerer († 1861) que por estudos intensos conseguiu vencer os erros do racionalismo e se converteu ao catolicismo (1853), Hilgenfeld e, mais do que todos, A. Harnack († 1930).

Entre os católicos, o novo florescimento foi iniciado pelo conde Frederico Leopoldo de Stolberg († 1819). A sua *História da Religião de Jesus Cristo* que, em quinze volumes, trata os quatro primeiros séculos até 430, "respira uma unção verdadeiramente religiosa e tem a inspiração de uma alma profundamente convertida". A obra foi continuada por Kerz (30 vol.) e Brischar (8 vol.) até 1245. Em seguida, distinguiram-se Katerkamp († 1834), Moehler († 1838) e Doellinger († 1890). Hefele († 1893) escreveu uma ótima história universal dos concílios (I-VII, 1855-74), continuada por Hergenroether (VIII-IX, 1887-90). O mesmo Hergenroether († 1890), cardeal desde 1879, deu-nos um manual que revela admirável erudição. A obra foi melhorada e, depois da sexta edição, transformada e novamente editada por J. P. Kirsch. Bons compêndios fizeram Ritter († 1857), Alzog († 1878), Kraus († 1901), Brueck († 1903), Funk († 1907), cuja obra foi melhorada e publicada recentemente por Bihlmeyer, Knoepfler († 1921), Marx († 1924) e outros.

26. Na França, Itália e Inglaterra saíram à luz, durante o século XVIII e princípio do século XIX, algumas obras de importância parcial. Quanto à história universal, poucos estudos de valor ali se fizeram. Só no fim do século XIX e mais ainda nestes últimos decênios, também nestes países se tem cultivado com grande sucesso a historiografia, sobretudo na França, onde se distinguiu Rohrbacher, cuja *Histoire universelle de l'Église catholique* (29 vol.) é superada ainda pela, infelizmente pouco crítica, *Histoire général de l'Église* de Darras, continuada por Bareille e Fàvre (44 vol.).

Um dos maiores historiadores dos nossos dias foi Duchesne († 1922). Mas a *Histoire ancienne de l'Église,* publicada com o seu nome, foi posta no Índice. Duchesne submeteu-se humildemente (AAS 1912, 56; 103). Também

Batiffol, discípulo de Duchesne, goza de boa reputação. Cabrol é considerado como o historiógrafo mais insigne da França moderna. Especial menção merece aqui a *Bibliothèque de l'enseignement de l'histoire ecclésiastique.*

Na Bélgica, os neo-bolandistas têm a sua sede. Cauchie († 1922) e Ladeuze fundaram o colégio da história eclesiástica na universidade de Louvaina, com a *Revue d'histoire ecclésiastique,* publicada desde 1900.

Os manuais mais usados em língua francesa são os de Rivaux, Marion e Lacombe, Poulet e Jacquin. Obras mais volumosas criaram Mourret, Dufourcq, Poulet e outros mais. Fliche e Martin começaram a edição duma *Histoire de l'Église* que abrangerá 24 volumes.

27. Na Inglaterra começou Hughes a edição duma volumosa *History of the Church,* cujo primeiro volume apareceu em 1934. Na Holanda, finalmente, saiu o manual do jesuíta Albers, que em 1926 teve a sua 5.ª edição e foi traduzido para o latim, italiano e francês. No mesmo ano apareceu a 1.ª edição do manual de De Jong, atualmente arcebispo de Utrecht e cardeal. Em 1938, saiu a 3.ª edição em quatro volumes.

Considerando toda esta imensa literatura da história eclesiástica, admiramos o muito que já se fez. Mas é mister confessar que muitas questões particulares ainda não foram suficientemente elucidadas. Seria muito para desejar que os teólogos se dedicassem com maior carinho ao estudo dos múltiplos problemas da história da Igreja, porque, como diz o cardeal Hergenroether, sem a história da Igreja não há conhecimento perfeito do cristianismo.

A ANTIGUIDADE CRISTÃ

PRIMEIRA ÉPOCA

DESDE A FUNDAÇÃO DA IGREJA ATÉ AO EDITO DE MILÃO (1-313)

CAPÍTULO I

FUNDAÇÃO, PROPAGAÇÃO E PERSEGUIÇÃO DA IGREJA

§ 6. Preparação do mundo para o cristianismo

28. Jesus Cristo é o centro da história. Sentem-no e dizem-no os homens pelo simples fato de dividirem as grandes épocas da história num tempo antes de Cristo e num tempo depois de Cristo. Como Verbo do eterno Pai criou o mundo e os homens. Fez-se homem Ele próprio para, como Homem-Deus, fazer-nos participantes da sua vida divina. Esta santificação do gênero humano pelo Cristo histórico e a continuação da sua obra salvadora pelo Cristo místico, a Igreja, é a última e a mais profunda razão de toda a história.

No entanto, Cristo, histórico e místico, não veio ao mundo sem preparação. Apareceu, segundo as palavras de S. Paulo, na "plenitude dos tempos" (Gál 4, 4; Ef 1, 10), i. é, quando a humanidade estava preparada para o receber. Tal preparação realizou-se essencialmente na história do povo hebreu, como também na história do paganismo.

A) *Preparação do povo judeu*

29. A verdadeira religião, a fé no Messias prometido, é o mais precioso dom que Deus fez aos homens. Para conservá-la intacta, Deus não se fiou totalmente na reminiscência dos patriarcas e na sua retidão; mas Ele mesmo veio, repetidas vezes, ensinar a sua lei e castigar os transgressores. Depois do dilúvio, quando, de novo, "toda a carne havia corrompido os seus caminhos" (Gên 6, 12), chamou a Abraão, separou-o dos outros homens e o fez pai de seu povo escolhido, destinado a guardar fielmente a fé dos patriarcas.

Ele mesmo quis ser chefe deste povo. Moisés, Josué e os juízes não foram, senão chefes subalternos dum governo puramente teocrático. Em seguida, o povo pediu-lhe um rei, como tinham os outros povos. Deus lho concedeu. Porém, mesmo assim não deixou de governar o seu povo, deu-lhe um tribunal próprio para conservar o depósito sagrado e enviou os seus profetas para, por meio deles, manifestar as suas ordens, esclarecer, mais e mais, o plano da salvação e indicar a vinda do Messias prometido.

30. Entrementes, o reino de Israel, não escutando a voz dos profetas, entregou-se aos excessos da idolatria. Por isto, Deus permitiu que Salmanasar IV levasse as dez tribos do norte ao cativeiro da Assíria (722). Desde então desapareceram da história. Também o resto do povo eleito, Judá e Benjamim, desobedecendo ao Senhor, foi levado por Nabucodonosor ao cativeiro da Babilônia (601). Mas este povo resistiu a todas as crises da sua história. Ciro, rei da Pérsia, deu-lhe a liberdade. Grande parte, porém, preferiu permanecer na Babilônia, e desta forma houve uma divisão em judeus da Palestina e judeus da Diáspora.

31. A Palestina ficou sendo domínio de Alexandre Magno que fez em pedaços o reino dos persas. Depois da morte de Alexandre († 323), o país obedeceu aos Ptolomeus do Egito. Mais tarde, Antíoco III, rei da Síria, expulsou os egípcios (198 a. C.). Como Alexandre e os Ptolomeus, assim também Antíoco tratou os judeus com benevolência. Não assim os seus sucessores. Seleuco IV (187-75) ordenou ao seu primeiro ministro, Heliodoro, que fosse confiscar o tesouro do templo de Jerusalém, ofendendo profundamente os sentimentos religiosos dos judeus sinceros. Mais odioso ainda tornou-se Antíoco IV Epífanes (175-64), que lançou mão de todos os meios para helenizar a Palestina. O heróico sumo sacerdote Onias foi deposto. Em toda parte levantaram-se altares dos deuses. No próprio templo de Jerusalém foi dedicado um altar a Júpiter. O culto judaico e a observância da lei mosaica, em particular a circuncisão, foram proibidos sob pena de morte. Um ginásio foi erguido com a finalidade de implantar o espírito pagão. Epífanes conseguiu, de fato, que muitos judeus apostatassem. Mas, de outro lado, não faltaram mártires que deram provas magníficas da sua fé e do seu heroísmo.

32. E aí não parou a resistência. A perseguição despertou o zelo e o heroísmo dos macabeus. O sacerdote Matatias e seus cinco filhos restabeleceram a independência da nação. Simão obteve plena liberdade. O sumo sacerdócio e o principado foram declarados hereditários na sua família (2 Mac 14, 27 ss). Começou com isto a dinastia dos Asmoneus (142 a. C.). Sucederam-lhe seu filho João Hircano I (135-05), Aristobulo I (105-04), Jônatas Alexandre (104-78), o primeiro a tomar o título de rei, e Alexandra (78-69), viúva de Jônatas.

Entre os filhos de Alexandra, Hircano II e Aristobulo II, rebentou a guerra civil. Ambos invocaram o auxílio dos romanos que, chefiados por Pompeu, invadiram o país (63). César confirmou Hircano como sumo sacerdote (48) e, obrigando-o a reconhecer a dominação romana, nomeou-o etnarca. Em seu lugar governou o idumeu Antípater, cujo filho Herodes foi, enfim, nomeado pelos romanos rei da Palestina (40). O cetro de Judá passara a um estrangeiro.

33. A nação ainda se manteve por um século inteiro. Herodes, em tudo dependente da graça de Augusto, mas déspota e cruel para com seu povo, morreu no ano 4 antes da nossa era. Seu reino foi dividido. Arquelau, digno filho do tirano, foi instituído etnarca da Judéia; mas, acusado perante Augusto por suas crueldades, foi desterrado para Viena nas Gálias (6 d. C.). A Judéia ficou unida à província da Síria e governada por procuradores romanos. Filipe († 30 d. C.), mais benigno e pacífico, recebeu a Batanéia, a Ituréia e a Traconítide na qualidade de tetrarca. Herodes Antipas, assassino de S. João Batista (Fl. Jos., Antiqu. 18, 5, 2), tetrarca da Galiléia e Peréia, uniu, de-

pois da morte de Filipe, os domínios dele com a sua herança primitiva. Mas acusado por Agripa I, seu sobrinho, foi deposto pelo imperador Calígola e desterrado para Lião nas Gálias (40 d. C.).

Agripa I, educado em Roma e companheiro de Calígola em todas as suas devassidões, foi por este instituído rei de toda a Palestina. Mostrou-se servidor fiel de Roma e, para granjear também as simpatias dos judeus, moveu uma perseguição sangrenta contra os apóstolos. Mas pouco depois, sofreu terrível morte († 44). Com prazer aceitara a ímpia bajulação do povo: "Dei voces, non hominis" (At 12, 22). Cinco dias depois, expirou entre horríveis convulsões (Fl. Jos., Antiqu. 19, 8, 2). Toda a Palestina foi submetida então ao governo dos procuradores romanos que, por seu despotismo sobremaneira cruel, provocaram a guerra judaica (66-70), e esta, finalmente, pôs termo à nação.

34. Enquanto, politicamente, o povo escolhido ia perdendo, mais e mais, o seu poder e a sua independência até extinguir-se a nação, dividiu-se, no campo religioso, em vários partidos. **Os saduceus,** os liberais daquele tempo, mencionados pela primeira vez pelo ano de 150 a. C., observavam a lei mosaica, mas muito arbitràriamente a explicavam. Não aceitavam a tradição, nem acreditavam na imortalidade da alma, nem na ressurreição dos corpos. Negavam também a Providência divina. Eram deístas. Pela maior parte pertenciam à sociedade aristocrática da nação e procuravam manter boas relações com as respectivas autoridades do país, não tendo, por isto, grande influência entre o povo.

35. **Os fariseus** entram na história igualmente no tempo dos macabeus e têm a sua origem provàvelmente no partido dos hassideus, "que eram dos mais valentes de Israel e todos zelosos pela lei" (1 Mac 2, 42). Não devem, porém, identificar-se com estes. Segundo Josefo (Ant. 13, 10, 5-6) o partido formou-se durante o reinado de João Hircano. Por motivos religiosos, bastante egoístas, opuseram-se à política deste príncipe, e foram, em seguida, uma das causas da guerra fratricida entre Hircano II e Aristobulo, que levou à perda da autonomia nacional. Abandonando a dinastia indígena, julgavam conseguir mais fàcilmente os seus interesses debaixo dum domínio estrangeiro. Mas isto causou a sua decadência.

Procurando sacudir novamente o jugo dos romanos, seguiam duas tendências. Uns esperavam a libertação ùnicamente da Providência divina; outros, os zelotas, consideravam o jugo estrangeiro como essencialmente contrário aos privilégios do povo escolhido e estavam, por isto, sempre prontos a levantar revoluções.

Quanto à doutrina, acentuavam demasiadamente a tradição oral e pregavam um sem-número de preceitos mosaicos e tradicionais, pelo que a sua vida religiosa veio a ser um mesquinho formalismo, que nutria o orgulho, a hipocrisia e o amor-próprio. Eram eles os verdadeiros chefes do povo.

36. **Os esseus** (segundo Filo) ou essênios (segundo Josefo, Ant. 18, 1, 5) eram uma espécie de ordem religiosa. Como os saduceus e fariseus reduzem a sua origem ao tempo dos macabeus e seleucidas. Durante as guerras de Matatias e seus filhos, muitos refugiaram-se no deserto de Engadi, onde levavam uma vida ascética e observavam, na maioria, o celibato. Obedeciam à lei mosaica. Mas não tomavam parte no culto do templo. Cristo não teve contacto com eles. Na Sagrada Escritura não são mencionados.

Seita semelhante eram os **terapeutas** do Egito. Filo descreve-a em *De vita contemplativa*. Levavam uma vida místico-ascética; mas não têm nada de comum com os primeiros monges cristãos, como opinava Eusébio (HE 2, 16-17).

37. **Os samaritanos,** finalmente, eram judeus que, durante o cativeiro de Israel, tinham ficado na Palestina, misturando-se com os gentios imigrantes. Não eram considerados como verdadeiros israelitas. Excluídos da construção do templo de Zorobabel, edificaram outro templo ao sul de Garizim. Entre os livros da Sagrada Escritura aceitaram sòmente o pentateuco. Professavam o monoteísmo. Conservavam também a esperança do Salvador, e mostraram-se, desde o princípio, favoráveis ao cristianismo.

38. Desde os cativeiros assírico e babilônico, muitos judeus encontraram-se fora da Palestina. Muitos também foram deportados para o Egito. Outros deixaram a sua pátria, movidos pelos horrores das guerras que se seguiram à morte de Alexandre Magno. Outros ainda, fascinados pelos lucros do comércio, foram estabelecer-se nos grandes centros do império. No tempo dos apóstolos, achavam-se

judeus espalhados quase em todo o mundo (cfr. At 2, 9-11). Estrabão escreve que no mundo inteiro não era fácil achar lugar que não lhes tivesse aberto as suas portas (Fl. Jos., Ant. 14, 115). São os judeus da **Diáspora.** A eles se dirigia S. Paulo, nas suas viagens. Particularmente numerosos eram na Síria e no Egito, onde se encontravam já nos tempos de Jeremias (Jer 44, 1). Alexandre Magno concedeu-lhes estabelecerem-se na nova capital, Alexandria, onde, no tempo de Filo, o seu número orçava por dois quintos da população. Também em Roma formou-se, desde os dias de Pompeu, uma numerosa colônia judaica.

39. Estes judeus da Diáspora, chamados helenistas, reconheciam o sinédrio como autoridade religiosa e ficavam em união com os judeus da Palestina por meio de peregrinações e do tributo que pagavam ao templo. Aceitaram, porém, no decorrer dos tempos, língua e costumes dos gentios. E como já não mais compreendessem a língua da Sagrada Escritura, foi necessário traduzi-la para o grego. A empresa foi iniciada no reinado de Ptolomeu II Filadelfo (285-47) e executada, segundo antiga tradição, por 72 doutos. Daí o nome de "Septuaginta". Foi uma obra verdadeiramente providencial que, por sua vez, exerceu um influxo benéfico entre os gentios, ensinando-lhes, em particular, o monoteísmo da religião revelada, a idéia de Deus que nem a filosofia, nem o gênio religioso podia conceber.

Outro ponto de contacto entre judeus e pagãos veio a ser a filosofia helênico-judaica, cujo representante mais eminente foi o célebre Filo († 39). Por meio da exposição alegórica que ele fez do Antigo Testamento, conseguiu harmonizar as idéias religiosas do judaísmo com elementos da filosofia platônica, estóica e neo-pitagórica.

40. Influenciados assim pelo ambiente pagão em que viviam, os judeus influenciavam, por sua vez, os gentios, atraindo-os à sua lei. O desprezo com que estes os olhavam fazia, é verdade, com que poucos se decidissem a passar ao judaísmo e entrassem em sua comunhão por meio da circuncisão. Eram chamados prosélitos. Mas o conceito mais nítido de Deus, a solenidade do culto, a moralidade mais elevada tiveram por consequência que um número considerável de gentios se dispusesse a aceitar o monoteísmo e a tomar parte no culto da sinagoga. São estes os "religiosos e tementes a Deus" do Novo Testamento (At 10, 2; 13, 50; 16, 14), nos quais o cristianismo encontrou um terreno bem preparado. O Evangelho oferecia-lhes o que o coração pedia, suprimindo as cerimônias que eles aborreciam. Desta maneira, o judaísmo tornou-se testemunha da Igreja católica no momento em que esta estava para tomar o lugar da sinagoga.

Fl. Jos., Opera, ed. Niese, Berolini 1885-95. — Philonis opera, ed. Cohn, Wendland, Reiter, 8 vol. 1898-1930. — *Doellinger*, Heidentum und Judentum, Vorhalle zur Geschichte des Christentums, Regensburg 1857. — *Felten*, Neutestam. Zeitgeschichte, 2 vol., Regensburg 1910; trad. ital. Storia dei tempi del Novo Testamento, 4 vol., Torino 1913-14. — *Schuerer*, Geschichte des juedischen Volkes, 4. ed. Leipzig 1901-09. — *Lagrange*, Le Judaisme avant Jesus-Christ, Paris 1931. — *Moore*, Judaism in the first centuries of the christian era, 3 vol., Cambridge 1927-30. — *Trotti*, Filone Alessandrino, Roma 1932. — *Hoepers*, Der neue Bund bei den Propheten, Freiburg 1933. — *Ceppi*, História do povo de Israel, Petrópolis 1946.

B) *Preparação do paganismo*

41. O mundo pagão foi preparado para a vinda do Salvador não só pelo contacto com os judeus, como também por outros fatores. Esta preparação se fez, antes de tudo, negativamente, no campo religioso, moral e filosófico. A religião pagã, nos últimos tempos da república romana, estava desacreditada em largas camadas da sociedade. Ora, onde não há religião, não pode haver moralidade. Também a filosofia, que só para as classes superiores podia substituir, até certo ponto, a religião, havia caído em completa dissolução. E precisamente esta bancarrota da religião, da moralidade e da filosofia preparou o caminho para o cristianismo.

42. Pela revelação divina e pela luz natural da razão, os homens tinham chegado ao conhecimento de Deus. "Mas conhecendo a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças... Mudaram a glória de Deus incorruptível em semelhança de imagem de homem corruptível e de aves e de animais de quatro pés e de reptis" (Rom 1, 21-23). O politeísmo, ao declinar da era antiga, dominava toda a vida pública e privada. Nas Índias Orientais, depois da religião antiquíssima dos Vedas, Brama, um deus impessoal, era reconhecido como deus supremo, criador do mundo, dos deuses e de todos os seres. Brama, por seu turno, cedeu o

lugar ao budismo, religião do nirvana, sem Deus e sem vida futura. Na Pérsia adorava-se Mitras; no Egito, Ísis e Osiris-Serápis. Na Frígia venerava-se a Magna Mater Cíbile e Átis. Na Síria faziam-se sacrifícios aos diversos Baalim. Éfeso adorava a grande Diana, e Delfos, o seu Apolo. Roma, enfim, na idade áurea da sua literatura e das artes, erigiu a todos os deuses o famoso Panteão. Mas estes deuses não elevavam a alma; muitos eram personificações do vício.

E não bastava ainda. Criavam-se novas divindades. Ao lado do Estado divinizado, o próprio imperador tornou-se alvo de honras divinas, sobretudo nas províncias orientais. Em toda parte ofereciam-se sacrifícios. Um culto pomposo se exercia por um número considerável de sacerdotes.

43. Mas tudo isto quase não passava de puro formalismo. Dúvidas e erros, os mais grosseiros, reinavam acerca das verdades que mais importam ao coração humano e constituem o fundamento da vida moral e intelectual. Bem acertadas são, portanto, as palavras de S. Paulo, que nos esboça um quadro tão tétrico da moralidade de seu tempo (Rom 1, 24-32). E, todavia, é ele o mais comedido entre todos quantos escreveram, na antiguidade, sobre este ponto. Não se lê, de fato, sem horror o que nos dizem Salústio (Bell. Cat. 12-13) e Sêneca (De ira 2, 8), Tácito e Juvenal, Suetônio e outros escritores sobre a degeneração moral, a que descera o mundo pagão. A humanidade estava dominada por um orgulho sem limites, uma cobiça desenfreada e um sensualismo ferino que sacrificava tudo, sem remorsos, aos seus desejos.

44. E as condições da família, da mulher e da criança? A família não era protegida pelo vínculo indissolúvel do matrimônio. O pai era senhor absoluto da família. O divórcio, dissolução do matrimônio patrício, era frequente; e mais frequente ainda era o repúdio, dissolução do matrimônio plebeu. Sêneca afirma que muitas mulheres, — e ele fala das "illustres et nobiles feminae", — não contavam os seus anos pelo número dos cônsules, senão pelo número dos maridos (De benef., 3, 16). Tertuliano diz que as mulheres se casavam, para se divorciar (Apol. 6). Daí resultou o desprezo e a condição indigna da mulher e da criança. Também os pobres não tinham direito, nem consolação. Ri-

queza era virtude, pobreza era ignomínia. Pior ainda era a sorte dos escravos, cujo número era realmente espantoso. Não eram considerados como homens, mas como coisa bruta. Entregues ao arbítrio dos donos, a sua vida não era, muitas vezes, senão um prolongado martírio.

45. *a*. Faltava a moralidade, porque faltava a religião. As camadas inferiores da sociedade procuravam substituí-la pelos mistérios do oriente e por toda sorte de superstições, astrologia, magia, teurgia, necromância (Tac., Hist. 1, 22). As classes cultas recorriam à filosofia. Mas também a filosofia havia chegado a um estado de completa estagnação. Tinham-se sucedido as muitas escolas da Grécia, todas entre si diferentes: a escola jônica de Tales (c. 600) que professara uma filosofia naturalista; a escola ascética de Pitágoras († 525), que ensinava: o fim último e a felicidade suprema do sábio é a semelhança com a divindade e o meio necessário para atingi-la é a prática da virtude; a escola eleática de Xenófanes († 480), que ensinara a unidade de Deus, mas confundira Deus com o universo; a escola atomística de Demócrito († 370) que chegara à conclusão de que um Deus verdadeiro e imortal não existe.

b. Todas estas escolas tão diferentes entre si aplanaram o caminho à escola dos sofistas de Atenas, homens venais e sem convicções, que ensinavam aos jovens estudiosos a arte de defender o pró e contra de todas as questões. O interesse próprio lhes era norma suprema de ação. Contra eles surgiu a reação de Sócrates († 399) com a escola ética, Platão († 348) com a academia, e Aristóteles († 322), fundador da escola peripatética. Mas nem estes gênios da filosofia mundial deram resposta suficiente aos problemas que mais interessavam o coração humano: Deus, o mundo e o próprio "eu".

c. Muito menos a podiam dar os discípulos de Epicuro († 270), segundo o qual o supremo bem consiste no prazer, e de Zenão († 260), fundador da Estoa, que entregava o mundo ao cego e invariável poder do fado. Outros ainda seguiam o ecletismo como Cícero e Sêneca. Outros pagavam tributo ao cepticismo, renunciando por completo ao conhecimento da verdade. A pergunta de Pilatos: "Que coisa é a verdade?" (Jo 18, 38) é um exemplo.

d. A descrença dos eruditos e a superstição dos incultos

são os resultados a que havia chegado, depois de tantos séculos, a pobre humanidade, entregue a si mesma, por se ter esquecido de Deus. O coração do homem não se contentava, porque a felicidade não está no erro e no vício. Jamais deixará de ser verdadeiro o dito de S. Agostinho: "Fizestes-nos para vós, Senhor, e inquieto é o nosso coração até que repouse em vós" (Conf. 1, 1). E por isto, quanto menos a cultura pagã satisfazia o coração humano, tanto mais este se abria à verdade do Evangelho.

46. No entanto, a filosofia, as religiões e mistérios do paganismo prepararam a humanidade para Cristo não sòmente num sentido negativo, senão também dum modo positivo. Pois, por muitos que fossem os erros e aberrações, continham todavia alguns grãozinhos de verdade. A doutrina de Sócrates, Platão e Aristóteles deixava entrever o monoteísmo; e a moral de alguns sequazes da Estoa, Epicteto, Sêneca e Marco Aurélio, tinham pontos de contacto com a doutrina moral do Evangelho. A estes se refere, sem dúvida, Clemente de Alexandria, quando escreve: "Assim como aos judeus fora dada a lei, a filosofia fora dada aos gentios para guiá-los a Cristo" (Strom. 1, 5, 28).

47. Além disto, todo esse caos religioso-moral-filosófico não conseguiu sepultar no esquecimento a antiquíssima tradição do Salvador, prometido no paraíso; mas fez com que todos anelassem e esperassem a vinda de um ser divino que os livrasse. Já os oráculos indicavam um tempo de ouro, em que viria o Salvador. E as esperanças do povo escolhido encontravam um eco também na literatura dos romanos. Virgílio canta: "Já chegou esta última idade profetizada pela sibila cuméia. A grande ordem dos séculos já renasceu inteiramente. Apareceu a virgem e com ela o reino de Saturno... Sob as suas leis, os últimos vestígios dos nossos crimes... serão para sempre apagados... Esse menino viverá a vida dos deuses..., governará o universo pacificado pelas virtudes de seu pai..." (Écloga 4, 4 ss). Tácito (Hist. 5, 13) e Suetônio (Vita Vesp. 4, 5) referem que, segundo antiga e constante opinião, este menino viria da terra dos judeus. Assim pensava-se e falava-se em Roma, quando no oriente apareceu aos reis magos a estrela miraculosa que os conduziu a Belém. Cumpriu-se a profecia de Balaão: a estrela de Jacob acabara de despontar (Num 24, 17).

48. De um modo muito prático, finalmente, o paganismo foi preparado para o cristianismo pelas tendências de unidade em todos os campos da cultura. A cultura grega, fundamento de toda a cultura ocidental, nascera na Jônia. Alexandre Magno abrira-lhe o caminho para a Ásia Menor, a Síria e o Egito. Os romanos encontraram-na em toda parte e, ajuntando o seu espírito prático, criaram a cultura grego-romana, que atingiu o seu apogeu no tempo do imperador Augusto.

A mistura dos povos e das suas opiniões filosóficas, especialmente nos grandes centros culturais, Roma e Alexandria, teve por consequência uma certa uniformidade também no culto. Acresce ainda a unidade política e comercial do império com uma língua e uma administração e com os caminhos que ligavam o oriente e o ocidente. E esta unidade de cultura, culto e Estado reclamavam, por assim dizer, a unidade da verdadeira religião.

E' este o sentido de todas as batalhas ganhas pelas águias romanas: a paz de Augusto preparou o caminho para Cristo. Roma era aquela mulher do Apocalipse, cheia de abominação, a grande Babilônia (Apoc 17, 4-5). Ela havia de transformar-se em trono de Cristo, Rei dos séculos. A capital do mundo pagão seria capital do reino de Deus na terra.

Eus., Praeparatio evangelica, Migne PG 21. — *Aug.*, De civitate Dei, Migne PL 41. — *Doellinger; Felten; Wendland*, Die hellenistisch-roemische Kultur in ihren Beziehungen zum Judentum und Christentum, 2. ed. Tuebingen 1912. — *Nock*, Conversion, the old and new in religion from Alexander the Great to Augustine of Hippo, Oxford 1933. — *Allevi*, Ellenismo e Cristianesimo, Milano 1934. — *Lietzmann*, Geschichte der alten Kirche, I. Die Anfaenge, Berlin 1932. — *Dawson*, The making of Europa; trad. alemã por I. Muehlenkamp, Leipzig 1935.

§ 7. Jesus Cristo

49. "Mas, quando chegou a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, feito da mulher, feito sob a lei, a fim de remir aqueles que estavam sob a lei, para que recebêssemos a adopção de filhos" (Gál 4, 4-5). Com estas poucas palavras, o apóstolo indica a vinda, a origem e a missão do Redentor. A sua vida e a sua obra são o fundamento

da Igreja. Tudo, pois, que sabemos de Jesus Cristo, pertence à história da Igreja.

50. *a.* Em vão procurou uma crítica radical negar a vida histórica de Cristo. Os livros do Novo Testamento, fontes inconcussas, não admitem dúvida. Além disso, existem argumentos irrefutáveis também na literatura profana, judaica e pagã. Flávio Josefo escreveu, pelo ano de 93, as suas "Antiquitates", chamando a Jesus Cristo um homem sábio, taumaturgo, doutor dos homens (Ant. 18, 3, 3). Se é verdade que Niese nega a autenticidade desta passagem e outros a rejeitam, ao menos em parte, como interpolada, não é menos verdade que vários autores de bom renome, como Kneller, defendem a sua genuinidade (SML 53, 1 ss; 161 ss). Falando sobre a morte de S. Tiago, o mesmo Flávio Josefo chama-o irmão de Jesus, apelidado Cristo (Ant. 20, 9, 1).

b. Na literatura pagã encontramos uma carta do sírio Mara a seu filho Serapião, escrita entre 73 e 160. O autor confronta Jesus Cristo com Sócrates e Pitágoras e o chama um rei sábio, que depois da sua morte ainda vive na sua lei. Plínio o Moço escreveu, pelo ano de 112, a sua célebre carta a Trajano (Ep. 10, 96), na qual fala de Jesus e de sua obra. O mesmo fazem Tácito (c. 120), na sua narração sobre a perseguição neroniana (Annal. 15, 44), e Suetônio, amigo de Plínio (Claud. 25; Nero 16).

c. Apócrifa é, no entanto, a pretensa correspondência entre Jesus Cristo e o toparca Abgar de Edessa, que Eusébio encontrou no arquivo desta cidade (HE 1, 13) e que está contida também na *Doutrina de Adeu*. Apócrifos são igualmente os chamados *Acta Pilati* e uma carta de Lêntulo ao senado de Roma.

51. O nascimento de Jesus Cristo é um fato único na história. Deus nasce como homem no mundo. Todavia, enquanto que conhecemos tão bem as datas de outros homens célebres, do Homem-Deus não conhecemos nem o ano do nascimento, nem a duração da sua vida pública, nem o ano da sua morte; e talvez nunca teremos clareza neste ponto. O cômputo de Dionísio Exíguo é certamente errôneo. Pois é certo que Herodes, assassino dos Inocentes (Mt 2, 15), morreu em 750 u. c. (Jos., Ant. 17, 8, 2; Bell. Jud. 1, 33); portanto, quatro anos antes da nossa era. Por conseguinte,

Jesus nasceu antes de 750 u. c., talvez em 748-49 ou mesmo entre 747-46.

52. Maior incerteza ainda há acerca do ano da morte, porque uns aceitam uma atividade de três anos, baseando-se no Evangelho de S. João. Outros, apoiados nos sinópticos, reduzem-na a um ano apenas. O precursor, S. João Batista, começou a sua pregação no 15º ano de Tibério, e quando logo em seguida também Jesus iniciou a sua vida pública, tinha 30 anos de idade (Lc 3, 1. 23). Mas qual é o termo, com que devemos começar a contar os 15 anos de Tibério? Talvez o ano de 765 u. c., quando foi chamado a ser co-imperador? ou talvez o ano de 767, quando Augusto faleceu? Neste caso, o 15º ano de Tibério teria sido o ano que correu desde Agosto de 28 até Agosto de 29. Alguns SS. Padres dizem que Cristo morreu no 16º ano de Tibério, ou seja no ano 29-30 (Cfr. REB 3, 95 ss).

53. Depois de uma vida oculta de trinta anos, Jesus começou a sua pregação. Apresentou-se ao mundo como o Homem-Deus e provou a sua divindade por sua consciência messiânica, pelo cumprimento das profecias, pelos milagres, especialmente pela própria gloriosa ressurreição, pela santidade de vida e pela sabedoria e verdade infalível da sua doutrina.

54. A pregação do divino Salvador visava um duplo fim. Ele veio, antes de tudo, para ensinar aos homens a verdadeira religião. Primeiro mandamento desta religião é o amor de Deus e do próximo. Fonte do amor é a vontade. A religião de Cristo exige, portanto, a intenção interna, rejeita o formalismo de fariseus e pagãos e não admite política e mesquinho nacionalismo. E' verdade que Jesus pregou sòmente aos judeus, mas a sua doutrina era destinada para todos os homens e para todos os tempos.

55. Jesus veio, em segundo lugar, para fundar a sociedade religiosa de seus discípulos. "Veio para o que era seu; mas os seus não o receberam" (Jo 1, 11). Os fariseus hipócritas sentiram-se humilhados e indignados por suas admoestações e repreensões. Os saduceus indiferentes e materialistas desprezavam um reino que não era deste mundo. E esta indignação e este indiferentismo acabaram por inflamar um ódio mortal que chegou, finalmente, a realizar os desígnios da Providência divina na cruz do Calvário. Com

a morte de Jesus termina **a** antiga aliança; a nova entra em seu lugar. "A todos, porém, que o receberam, deu poder de se tornarem filhos de Deus, àqueles que crêem em seu nome" (Jo 1, 12). Estes são separados do povo judeu, e com eles todos os homens devem formar uma só família, da qual Jesus Cristo mesmo é chefe e Pai. E' este o elemento material da Igreja, a sociedade visível.

56. Em seguida, o divino fundador deu à sua Igreja a organização, escolhendo os setenta e dois discípulos e especialmente os doze apóstolos. Instituiu-os como sacerdotes do Novo Testamento, doutores e juízes dos povos, dizendo a eles e aos seus sucessores: "Fazei isto em memória de mim" (Lc 22, 19); "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura" (Mc 16, 15); "Tudo o que ligardes sobre a terra, será ligado também no céu, e tudo o que desligardes sobre a terra, será desligado também no céu" (Mt 18, 18). Sancionou também a sua instituição, dizendo: "O que vos ouve, a mim ouve, e o que vos despreza, a mim despreza" (Lc 10, 16). Desta forma, a Igreja é essencialmente dividida em docentes e discentes.

Finalmente, Jesus instituiu S. Pedro como fundamento e chefe visível da sua Igreja: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja" (Mt 16, 18); "Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas" (Jo 21, 15-17). Só neste fundamento e supremo chefe visível conservar-se-ia a unidade da Igreja; só assim seria perfeita a sociedade religiosa.

57. Esta Igreja é a continuação da vida de Jesus Cristo e da obra da salvação. A vida de Jesus teve por fim um fracasso aparente, a morte na cruz. A Igreja participa da sua cruz. Ao lado de grandes triunfos haverá sempre sofrimentos e perseguições; ao lado de santidade e de virtude haverá sempre abuso e relaxação. Em toda a história, verifica-se a luta entre a luz e as trevas, entre o reino de Cristo e o reino de Satanás. Mas o triunfo final pertencerá à Igreja, porque Jesus Cristo o disse: "As portas do inferno não prevalecerão contra ela" (Mt 16, 18).

Lortz, 2. ed. 20 ss. — *Grimm*, 7 vol., Regensburg 1876-99; 3. ed. por Zahn, 1906-20. — *Fillion*, 3 vol., Paris, 2. ed. 1925. — *Papini*, Firenze 1922; ed. port., São Paulo 1929. — *Felder*, Jesus Christus, Paderborn, 5. ed. 1923. — *Reatz*, Jesus Christus, Freiburg 1924. — *Meyenberg*, Leben-Jesu-Werk, 3 vol., 1922-32. — *Adam*, Jesus Christus, 5. ed., Augsburg 1938; trad. port., Petrópolis 1938. — *Willam*, Das Leben Jesu im Lande und Volke Israel, Freiburg 1933; trad. port., Petrópolis 1939. — *Lepin*, Le Christ Jésus, son existence historique e sa divinité, Paris 1929. — *Prat*, Jésus-Christ, 2 vol., Paris 1933. — *Holzmeister*, Chronologia vitae Christi, Romae 1933.

§ 8. A Igreja de Jerusalém

58. Depois dos sublimes momentos que se seguiram à ressurreição de Jesus, os apóstolos dirigiram-se para a Galiléia, onde, segundo as palavras do Mestre divino, Ele se lhes manifestaria em corpo e espírito (Jo 21, 1 ss). Realmente assim aconteceu. As aparições repetiram-se, e durante as mesmas Jesus instruiu os futuros pregadores do seu Evangelho a respeito da sua santa missão. Finalmente, subiu com eles ao monte das Oliveiras, abençoou-os e remontou ao céu.

Os apóstolos voltaram ao cenáculo de Jerusalém, onde, com Maria Santíssima, algumas piedosas mulheres e outros discípulos, perseveraram unânimemente na oração. Ao todo eram cento e vinte pessoas. Na Galiléia viviam ainda outros quinhentos irmãos. No cenáculo prepararam-se os apóstolos com os outros fiéis, pelo espaço de dez dias, para a vinda do Espírito Santo (At 1, 13).

Um dia, S. Pedro disse: "E' preciso que o apostolado de Judas passe a um outro" (At 1, 15 ss). Sob a sua presidência, os apóstolos elegeram Matias, completando o número dos doze. S. Pedro começa, portanto, já no cenáculo, a exercer a supremacia que Jesus Cristo lhe conferira. Os apóstolos e todos os fiéis reconhecem-no como chefe.

59. *a*. Cinquenta dias tinham decorrido depois da ressurreição de Jesus Cristo. Em Jerusalém celebrava-se a festa de Pentecostes, que atraía uma multidão imensa de povo. De repente, desencadeou-se uma tempestade. Os apóstolos oravam. Chamas apareceram no ar e, em forma de línguas de fogo, pararam sobre a cabeça de cada um. Todos ficaram cheios do Espírito Santo. Com a sua luz e com a sua graça seriam capazes de realizar a sua missão.

b. Logo em seguida, S. Pedro começou a pregar aos judeus, vindos de todos os países, falando-lhes do Messias crucificado e ressuscitado. As suas palavras foram ouvidas com verdadeira emoção. Naquele mesmo dia, perto de três mil pessoas converteram-se e foram batizadas (At 2, 1-41). E' com o dia de Pentecostes que começa a história da Igre-

já no sentido próprio da palavra. A idéia dum reino nacional, que os apóstolos pouco antes ainda tinham externado (At 1, 6), desapareceu. Entrou em seu lugar a idéia do reino universal do Messias com seus valores sobrenaturais: penitência, batismo, remissão dos pecados, graça do Espírito Santo. O Espírito Santo ia governar, desde então, a Igreja de Jesus Cristo.

60. Enquanto os peregrinos se espalhavam pelo mundo e falavam aos seus da nova doutrina, o prestígio dos apóstolos ia crescendo, de dia para dia. Deus confirmava a sua doutrina com muitos milagres. Entre eles tem maior importância a cura do coxo de nascimento (At 3, 1-8). O povo que presenciou o milagre aglomerou-se em volta de S. Pedro e de seu companheiro, S. João. O príncipe dos apóstolos aproveitou-se da ocasião para falar novamente; e este segundo sermão foi tão bem sucedido, que o número dos cristãos subiu a cinco mil homens (At 4, 4).

61. Esta primeira comunidade judeu-cristã não vivia separada da sinagoga, nem interna, nem externamente. Os seus membros consideravam-se como cumprimento do judaísmo, coroação do Antigo Testamento. Por isto, tomavam parte no culto do templo e observavam a lei mosaica. Mas, além disso, tinham as suas próprias reuniões, que realizavam em casas particulares, perseveravam unânimes na doutrina dos apóstolos, na oração e na participação da "fração do pão", i. é, na celebração da Eucaristia e dos ágapes, expressão da mais perfeita fraternidade.

Todos "tinham um só coração e uma só alma. Ninguém considerava como de sua propriedade os bens que possuía; tudo entre eles era comum". A sua vida social era um verdadeiro comunismo, um comunismo cristão. A história de José ou Barnabé (At 4, 36-37) e de Ananias e Safira (At 5, 1 ss) exclui terminantemente o comunismo moderno e ateu. Reconhecia-se a propriedade particular, e nem toda propriedade se administrava em comum, nem a repartição era igual para todos. Cada um recebia conforme a sua necessidade (At 2, 42 ss; 4, 32 ss).

62. Mas, de outro lado, foi precisamente neste campo de assistência social-caritativa, que, pela primeira vez, se abriu aquele conflito entre judeus-cristãos da Palestina e helenistas, que havia de afligir tão dolorosamente a vida

da Igreja primitiva. Os helenistas, menos conhecidos em Jerusalém, e, por isto, fàcilmente preteridos na distribuição de víveres, queixavam-se desta preterição. Como os apóstolos não pudessem mais atender a todas às exigências do seu ministério, dividiram os trabalhos, para que não só o pão do corpo, mas também o pão do espírito fosse distribuído.

Foram eleitos, por isso, sete varões, mais tarde chamados diáconos. Os apóstolos, depois de orarem, impuseram-lhes as mãos e instituíram-nos como seus auxiliares. Eles tinham o encargo de servir aos pobres e de ajudar aos apóstolos também na pregação. Deste modo, os doze podiam consagrar-se mais intensivamente à pregação do Evangelho. O número dos discípulos multiplicou-se, de dia para dia. Também muitos sacerdotes abraçaram a nova doutrina (At 6, 1 ss).

63. No entanto, a popularidade de que gozavam os apóstolos, e, de modo particular, o diácono S. Estêvão, não podia deixar de inquietar os homens da sinagoga. Já por ocasião da cura do coxo de nascimento, S. Pedro e S. João tinham sido encarcerados. Em outra ocasião, todos os apóstolos tinham sido aprisionados. Mas um anjo viera abrir a porta da prisão, e eles continuaram a pregar. Quando, pela segunda vez, todos foram metidos no cárcere e o príncipe dos sacerdotes lhes proibiu a pregação, S. Pedro respondeu: "Cumpre obedecer antes a Deus que aos homens" (At 5, 29).

A franqueza do apóstolo exasperou os juízes a ponto de pedirem a morte dos doze. Só no meio do conselho, um único homem conservou-se tranquilo, Gamaliel, cuja opinião era acatada por todos. Foi ele quem desta vez salvou a vida dos apóstolos (At 2, 34-39). A lenda cristã faz Gamaliel converter-se ao cristianismo (Clem., Recogn. 1, 65).

64. Entrementes, a pregação de S. Estêvão levou o ódio dos sinedristas ao último extremo. Não podendo resistir à sabedoria com que falava, arrastaram-no fora da cidade para o apedrejar. A autoridade judaica não tinha direito de dar sentença de morte. S. Estêvão não foi condenado; foi o furor do povo que o vitimou sob conivência dos sinedristas. A sua morte foi o princípio de uma perseguição violenta. Muitos cristãos foram lançados ao cárcere e martirizados; muitos outros fugiram da cidade, dispersando-se pe-

las terras da Judéia e Samaria. Só os apóstolos permaneceram em Jerusalém (At 6, 8; 8, 1).

65. A perseguição teve ótimos resultados a favor do cristianismo. A aflição purificou a Igreja, uniu mais estreitamente os seus membros e demonstrou-lhes bem claramente a distinção entre a comunidade cristã e o judaísmo. Além disto, como os primeiros ouvintes de S. Pedro, no dia de Pentecostes, assim os cristãos, dispersos pelas cidades e províncias, tornaram-se pregadores da fé cristã. S. Filipe pregou na Samaria, onde muitos aceitaram a palavra de Deus e foram batizados, pelo que S. Pedro e S. João foram enviados, a fim de administrar aos neófitos o sacramento da confirmação (At 8, 5 ss). Foi ainda S. Filipe, quem batizou o ministro da rainha da Etiópia (At 8, 26 ss), "o primeiro dentre os gentios" (Eus., HE 2, 1), enquanto S. Pedro recebeu Cornélio, centurião da coorte itálica, com toda a sua casa no seio da Igreja (At 10, 1 ss). Desta forma, tornava-se cada vez mais visível a separação entre a Igreja e a sinagoga.

A perseguição teve ainda outro efeito, muito mais importante. Deus, nos seus conselhos imperscrutáveis, aproveitou-se da mesma para levar ao seio da Igreja aquele homem, que havia de ser o maior dos apóstolos, S. Paulo.

Monografias e comentários católicos aos Atos dos Apóstolos: *Felten*, 1892; *Knabenbauer*, 1899; *Belser*, 1905; *Jacquier*, 1926; *Steinmann*, 1934. — *Doellinger*, Christentum und Kirche in der Zeit der Grundlegung, Regensburg 1868. — *Batiffol*, L'Église naissante et le catholicisme, 2 vol., 6. ed. Paris 1927-29. — *Ehrhard*, Urchristentum und Katholizismus, Luzern 1926.

§ 9. Cristianismo helênico: S. Paulo. — A Igreja de Antioquia

66. Não obstante a longa educação dos apóstolos pelo Mestre divino, e apesar de serem eles instituídos sacerdotes do Novo Testamento e enviados a todos os povos, não se apagara entre eles, por completo, a idéia dum reino de Deus judeu-nacional, senão com a vinda do Espírito Santo (cfr. § 8). E embora S. Pedro decidisse, de fato, a questão pelo batismo de Cornélio e sua família e convencesse também a comunidade de Jerusalém, relatando a visão que tivera dos animais puros e impuros (At 11, 1 ss), continuaram ainda, em certos círculos judeus-cristãos, os preconceitos contra a

admissão incondicional dos gentios na Igreja. S. Paulo foi destinado por Deus a libertar o cristianismo do jugo da lei mosaica, para abrir livre entrada a todos os homens (Lortz 23-24).

67. *a*. Saulo, chamado mais tarde Paulo, nasceu em Tarso, capital helênica da Cilícia, que nos tempos apostólicos se distinguia pelo comércio, pelas riquezas e pelas ciências. Seus pais, judeus que possuíam as regalias de cidadãos romanos (Rom 11, 1), levaram-no a Jerusalém, onde, sob a direção de Gamaliel, se tornou escriba fariseu, sincero, apaixonado pela lei de seus pais. Depois da morte de S. Estêvão, "respirando ameaças e morte contra os discípulos do Senhor, apresentou-se ao príncipe dos sacerdotes e pediu-lhe cartas para as sinagogas de Damasco", a fim de trazer presos também os cristãos daquela cidade (At 9, 1-2). Mas no caminho de Damasco tocou-o a graça do Senhor. Foi pelo ano 36; pois neste ano fora deposto Pôncio Pilatos, não tendo chegado ainda o seu sucessor. Só assim fora possível a perseguição, movida pela sinagoga.

b. Desde o dia de Damasco, o nome de Jesus ficou gravado com letras de fogo no coração de Saulo. O perseguidor tornou-se instrumento principal do universalismo cristão. Pois, judeu legítimo, romano e helenista por nascimento, educação e vida, representante das três grandes culturas em que nasceu o cristianismo, veio a ser o primeiro teólogo cristão, capaz de transplantar o cristianismo do ambiente judaico para o campo da cultura grego-romana e de preparar-lhe, em toda parte, o caminho da vitória. A grande mudança, pela qual passou o cristianismo desde o ano 36 até 67, é essencialmente a obra de S. Paulo (Lortz 24).

68. Batizado por Ananias, logo começou a pregar a doutrina de Cristo. Não podendo, porém, ficar em Damasco, por causa das ciladas que os judeus lhe armavam, retirou-se para o deserto da Arábia, onde foi instruído pelo próprio divino Mestre. Em seguida, voltou a Damasco. Mas os sacerdotes da sinagoga, irritados à vista das muitas conversões, resolveram matá-lo. Ele, porém, livre mais uma vez do perigo, tomou o caminho de Jerusalém, a fim de encontrar-se com Pedro, chefe da Igreja (Gál 1, 17-18; 2 Cor 11, 32; At 9, 23-25). Embora chamado ao ministério apos-

tólico diretamente por Deus, estava, todavia, persuadido de que não devia exercer a sua missão, senão em perfeita união com o centro da Igreja e seu supremo chefe.

Mas também em Jerusalém os judeus procuraram matá-lo. Por isto, depois de quinze dias, os discípulos acompanharam-no até Cesaréia, donde se retirou para Tarso (At 9, 26-30). E foi nesta cidade que S. Barnabé, pelo ano de 42, foi buscá-lo para lhe ser companheiro na missão de Antioquia, capital da Síria.

69. Antioquia, terceiro centro do império romano, ao lado de Roma e Alexandria, pode dizer-se primeira estação do cristianismo no seu caminho que, saindo do judaísmo, tomou para o mundo em fora. Os primeiros pregadores do Evangelho foram cristãos de Jerusalém que, depois da morte de S. Estêvão, se tinham dirigido à Síria (At 11, 19). A maior parte dos neo-convertidos vinha do paganismo; e de tal maneira destacavam-se eles no meio da população, que precisamente em Antioquia os adeptos de Jesus Cristo, pela primeira vez, foram apelidados de "cristãos" (At 11, 26).

A numerosa conversão dos gentios foi motivo de grandes preocupações dos judeus-cristãos de Jerusalém. Enviaram, por isto, Barnabé a Antioquia. Mas ele, cheio do Espírito Santo, alegrou-se com o que viu. Longe de pôr fim ao movimento, pregou também ele aos gentios. Vendo, porém, que era necessário aí um pregador douto e zeloso como Saulo, foi buscá-lo em Tarso.

70. Depois de um ano de pregação, ouviram que a fome assolava a Igreja de Jerusalém. Vemos então os dois amigos partirem, em nome dos antioquenos, com recursos para a Igreja-mãe. Tendo concluído a sua missão, voltaram, levando consigo João Marcos, parente de Barnabé (At 11, 29-30; 12, 25).

Em Antioquia pregavam, a este tempo, diversos profetas e doutores, Barnabé, Simão o Negro, Lúcio de Cirene, Manaém e, em último lugar, S. Paulo. Mas precisamente ele foi escolhido por Deus para ser o maior de todos. Disse então o Espírito Santo aos chefes da Igreja antioquena: "Separai-me Saulo e Barnabé para a obra a que os destinei" (At 13, 2). "E, depois de jejuarem e orarem, impuseram-lhes as mãos e despediram-nos". S. Paulo inaugurou então as suas grandes viagens de missão.

71. **A primeira viagem** levou o apóstolo, acompanhado de Barnabé e João Marcos, de Antioquia a Seleucia, onde embarcou para Chipre, pátria de Barnabé. Em Pafos converteu-se o procônsul romano, Sérgio Paulo, vendo o castigo do mago Bar-Jesus (At 13, 10-12). Em seguida, os três missionários dirigiram-se a Perga, florescente cidade da Panfília, onde Marcos se separou dos dois zelosos apóstolos. Estes atravessaram o rochoso Tauro, cheio de perigos, e pregaram em Antioquia da Pisídia, Icônio e Listra, cidades da província romana da Galácia. Em Listra, S. Paulo restituiu a saúde a um paralítico de nascimento. O povo, em vista do milagre, quis dar honras divinas aos apóstolos, o que eles só a custo conseguiram evitar (At 14, 7 ss).

Os judeus, porém, concitavam, em toda parte, os ânimos contra os apóstolos, principalmente em Listra, onde Paulo foi apedrejado. No dia seguinte, partiram em direção a Derba. Voltaram então pelo mesmo caminho, confortando os fiéis e ordenando sacerdotes para cada Igreja (At 14, 22). Embarcaram, finalmente, em Atália, e tornaram assim, depois de uma viagem de quatro anos, a Antioquia da Síria.

72. Uma séria controvérsia sobre a lei mosaica levantou-se então entre os fiéis de Antioquia. Pois, embora os gentios fossem imediatamente admitidos a entrar na Igreja, sem passar pela sinagoga, ficava, todavia, de pé a questão da lei cerimonial. Estavam os neo-convertidos obrigados ou não a observá-la? Efetivamente, formara-se em Jerusalém, sob a influência dos fariseus, um partido, que pretendia obrigar os gentios a tornarem-se judeus, antes de serem admitidos na Igreja. Representantes deste partido, não enviados pela Igreja, vieram a Antioquia, dizendo: "Se não receberdes a circuncisão, não vos podereis salvar" (At 15, 1). Paulo e Barnabé protestaram contra tal heresia; e a questão produziu uma viva exaltação dos ânimos. Finalmente, resolveram submetê-la, por intermédio de Paulo e Barnabé, à Igreja-mãe de Jerusalém.

73. No concílio dos apóstolos (50), Pedro, João e Tiago Menor concordaram com Paulo e Barnabé e, de acor-

do com toda a assembléia dos anciãos, definiram que a fé é que salva, não a lei (At 15, 11). Mas, para facilitar a reconciliação entre os cristãos, vindos do judaísmo, e os de origem pagã, S. Tiago fez a proposta de que a estes se recomendasse a observância de alguns preceitos morais e rituais. E neste sentido, os apóstolos e presbíteros de Jerusalém escreveram à Igreja de Antioquia: "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não vos impor mais encargos do que os necessários, sendo os seguintes: que vos abstenhais do que tiver sido sacrificado aos ídolos e do sangue e das carnes sufocadas, assim como da fornicação" (At 15, 28-29).

74. Pela decisão dos supremos chefes da Igreja, os fiéis, vindos do gentilismo, foram declarados, definitivamente, livres da lei mosaica. Os judeus-cristãos não podiam deixar, por conseguinte, de desligar-se dela igualmente. Na Palestina, as circunstâncias não permitiam um rompimento imediato, mas sim em Antioquia. O próprio príncipe dos apóstolos, S. Pedro, deu o exemplo, quando, pouco depois do concílio de Jerusalém, se dirigiu à capital da Síria, sentando-se à mesa com os gentios-cristãos. E' verdade, que ele se retirou novamente, quando alguns judeus da Judéia se mostravam escandalizados com o seu proceder. Isto causou grave irritação e desordem. S. Paulo viu ameaçada a sua obra, e a idéia da Igreja universalista traída pela estreiteza de espírito da velha sinagoga. Por isto, resistiu a Pedro "em rosto" (Gál 2, 11); e a sua atitude fez com que também o supremo chefe da Igreja se declarasse em favor da liberdade cristã.

Desta maneira, a separação entre a Igreja e a sinagoga estava firmada. Faltava só que também os judeus-cristãos da Palestina fossem libertados da antiga lei, o que se deu, pràticamente, pela destruição de Jerusalém.

75. Depois da controvérsia de Antioquia, S. Paulo empreendeu a sua **segunda viagem** de missão (50-53). Acompanharam-no, desta vez, Silas, o jovem Timóteo, alma cândida e modesta, que o apóstolo amava extremamente, e Lucas, evangelista e historiador. Visitando novamente as comunidades da Pisídia e atravessando, em seguida, a Frígia, a Galácia e a Mísia, chegou a Tróade, onde, numa visão, foi chamado à Macedônia (At 16, 9). Formaram-se

logo florescentes comunidades cristãs em Filipos, Tessalonica e Beréia. Mas, perseguido pelos judeus, de cidade em cidade, o apóstolo embarcou para Atenas. Ali o vemos passear pelas ruas da cidade universitária, pregar na sinagoga e nas praças públicas, e subir, finalmente, ao areópago para falar aos atenienses cultos do "Deus desconhecido" (At 17, 16 ss).

76. Paulo no areópago de Atenas. — "Esta narração, diz Curtius, é uma das mais importantes páginas da história humana". E' a primeira vez que a jovem Igreja se encontra com a filosofia pagã. E S. Paulo corresponde perfeitamente à importância universal deste momento. E' verdade que a Atenas de S. Paulo, havia muito, perdera a hegemonia política. Mas brilhava ainda pelos seus templos e outros edifícios de arte e de luxo, era ainda o centro da vida e dos trabalhos espirituais, para onde acorriam não só numerosos estudantes da Grécia, mas também da Ásia Menor, do Egito e até da Itália.

No meio destes epicureus materialistas e dos sérios estóicos, o apóstolo pronunciou aquele discurso admirável, que S. Lucas em substância nos conservou (At 17, 22 ss), exemplo para sempre de uma fé viva e corajosa na Providência divina que dirige sàbiamente os destinos do gênero humano (Schulte). O resultado do discurso, é verdade, foi aparentemente um fiasco quase completo. Poucos aceitaram a nova doutrina, entre os quais Dionísio, o Areopagita, primeiro bispo de Atenas (Eus., HE 3, 4) e uma mulher, chamada Dâmaris.

77. Todavia, S. Paulo não desanimou. Com otimismo católico no coração, continuou a sua missão, trabalhando pelo espaço de um ano e meio em Corinto (At 18, 1 ss), então cidade comercial mais populosa do Peloponeso. Habitando na casa de Áquilas e Priscila, cristãos que, havia pouco, tinham sido expulsos de Roma em virtude dum decreto de Cláudio (Suet., Claud. 25), formou ali uma florescente comunidade cristã, à qual se alistou o próprio Crispo, prefeito da sinagoga. Os judeus, não obstante, perseguiram o apóstolo com seus ódios e levaram-no ao tribunal de Gálio, irmão de Sêneca e procurador da Acaia. Mas Gálio nem sequer os admitiu à sua presença, nem fez caso deles, quando os gregos espancaram a Sóstenes, novo chefe

da sinagoga, diante do tribunal (At 18, 12 ss). S. Paulo, finalmente, embarcou, com Áquilas e Priscila, para Éfeso e, passando por Cesaréia, voltou a Jerusalém e Antioquia.

78. Ainda no mesmo ano, o zeloso apóstolo começou a sua **terceira viagem** de missão (53-58). Com seus companheiros, Lucas, Timóteo, Tito e outros, seguiu quase o mesmo caminho da segunda viagem. Da Pisídia dirigiu-se a Éfeso, onde admitiu na Igreja alguns discípulos instruídos por Apolos, judeu de Alexandria e discípulo mediato de S. João Batista. Paulo ficou em Éfeso dois anos e três meses, pregando com extraordinário sucesso. Foi aí que escreveu também uma epístola aos gálatas e duas aos coríntios, entre os quais havia cisões. Deus confirmou a sua pregação com numerosos milagres, sarando doentes e afugentando espíritos maus (At 19, 8 ss).

Entretanto, chefiados por um certo Demétrio, os ourives de Éfeso, cidade da grande Diana, amotinaram o povo contra Paulo, que então partiu para a Macedônia, chegando provàvelmente até Dirrhachium na Ilíria (Rom 15, 19). Em caminho escreveu mais uma epístola aos coríntios, e visitando-os pela segunda vez, ficou entre eles três meses. Foi então que escreveu a epístola aos romanos, documento principal da teologia paulina.

79. Deixando Corinto, visitou as comunidades de Filipos, Tróade e Mileto, onde se despediu dos presbíteros da Ásia Menor, recomendando-lhes, pela última vez, o rebanho, "sobre o qual o Espírito Santo os constituíra pastores", e prevenindo-os de futuras heresias (At 20, 17 ss). Passando depois por Cesaréia, seguiu para Jerusalém, embora conhecesse a sorte que lá o esperava.

S. Tiago Menor e os irmãos receberam-no carinhosamente. Temendo, porém, o ódio dos fariseus, aconselharam-lhe cumprir um voto no templo, para que todos soubessem que observava a lei. Mas, vendo-o entrar no templo, alguns judeus da Ásia Menor, apoiados pelos zelotas de Jerusalém, amotinaram o povo contra ele e arrastaram-no para fora do templo a fim de o apedrejar. Só a intervenção de Lísias, tribuno romano, salvou-lhe a vida. Da flagelação, decretada por Lísias, libertou-se Paulo, apelando para o privilégio de cidadão romano.

Como então mais de quarenta judeus fanáticos conspirassem contra a vida do apóstolo (At 23, 12 ss), Lísias o fez conduzir ao procurador Antônio Félix que, no dizer de Tácito (Hist. 5, 9), governava em Cesaréia com o poder de um rei e com a alma de um escravo. O procurador reconheceu a inocência do apóstolo; mas, não querendo ofender os judeus e esperando um bom resgate (At 24, 26), não lhe restituiu a liberdade. Ao cabo de dois anos, o injusto e indigno procurador foi deposto. Seu sucessor, Pórcio Festo (60-62), quis enviar o apóstolo para Jerusalém. Mas Paulo apelou para o imperador, ao que Festo respondeu: "Para César apelaste, a César irás" (At 25, 12).

80. Entregue ao centurião Júlio, que o tratou com humanidade, S. Paulo embarcou com Lucas, Aristarco e outros companheiros. Depois duma terrível tempestade e do naufrágio, ocorrido perto de Malta, chegou a Roma, na primavera de 61. Dois anos durou a sua prisão, durante a qual lhe foi concedido receber a quantos o vinham visitar, judeus e pagãos. Os judeus de Roma eram os de sempre; obstinavam-se em não aceitar o Evangelho (At 28, 26 ss). Mas entre os pagãos houve abundante messe. Até pretorianos e gente da casa imperial abraçaram o cristianismo (Filip 1, 13; 4, 22). Durante esta prisão, S. Paulo escreveu as epístolas a Filêmon, aos colossenses, efésios e filipenses.

81. Com estas notícias terminam os Atos dos Apóstolos; e também aquelas epístolas nada nos dizem de positivo sobre o fim do cativeiro do apóstolo. A tradição, bem provada pela conclusão dos Atos (28, 30-31), atesta que, ao cabo de dois anos, lhe foi restituída a liberdade. Efetivamente, se a prisão tivesse acabado com a morte de Paulo, Lucas certamente o teria relatado. Em favor da libertação falam também as declarações de Festo e de Agripa (At 25, 25; 26, 32). Os próprios judeus não acharam motivos suficientes para acusá-lo perante o tribunal do imperador. S. Paulo, por seu lado, estava convencido da sua libertação (Filip 1, 25-26; 2, 24).

Além disso, prova-se uma segunda prisão do apóstolo por 2 Tim 4, 13 ss. O lugar desta prisão foi também Roma. As pessoas de que Paulo manda saudações a Timóteo eram membros da comunidade romana. Esta vez, o apóstolo tem o pressentimento da próxima condenação. Afi-

nal, as cartas pastorais a Timóteo e Tito não podem ser escritas durante a primeira prisão, ou antes dela; pois falam-nos de viagens, que o apóstolo não pode ter feito antes da sua primeira prisão.

82. Entre a primeira e a segunda viagem a Roma, S. Paulo esteve na Espanha, realizando assim um antigo desejo (Rom 15, 24-28). A sua presença na península ibérica deduz-se, antes de tudo, das palavras de S. Clemente Romano que, pelo ano de 96, escreveu aos cristãos de Corinto: "Depois de ter ensinado a justiça a todo o mundo, chegou até ao extremo ocidente" (Cor 5, 7). O mesmo atesta o célebre Fragmento Muratoriano, escrito pelo ano 200 (Kirch, Enchiridion Fontium, 158); e Teodoreto de Ciro escreve: "Postea igitur in Italiam venit, et in Hispaniam pervenit, et insulis... utilitatem attulit" (In Ps. 116).

Fouard, Saint Paul, 12. ed., Paris 1925. — *Holzner,* Paulus, Freiburg 1937. — *Bartmann,* Paulus, die Grundzuege seiner Lehre, Paderborn 1914. — *Prat,* La théologie de Saint Paul, 2 vol., 26. ed., Paris 1938. — *Tondelli,* Il pensiero di San Paolo, Milano 1928. — *Marucchi,* Pietro e Paolo a Roma, 4. ed., Torino 1934. — *Barnes,* The martyrdom of St. Peter and St. Paul, Oxford 1933. — *Savio,* Civiltà cat., 1914, 1, 424 ss; 560 ss. — *Dubowy,* Clemens von Rom ueber die Reise Pauli nach Spanien (Bibl. Studien 19, 3). — Der kath. Gedanke VIII 5 ss.

§ 10. A Igreja em Roma — S. Pedro

83. Quando S. Paulo chegou a Roma, já ali existia uma florescente comunidade cristã. Ele mesmo escrevera em 58, quando da sua estada em Corinto: "Graças dou ao meu Deus... porque a vossa fé é celebrada em todo o mundo" (Rom 1, 8). Não sabemos quem tenha sido o primeiro pregador do Evangelho na capital. Provàvelmente foram aqueles judeus que de Roma haviam ido à festa de Pentecostes e tinham assistido ao primeiro sermão de S. Pedro (At 2, 10). Pode ser também que tenham sido soldados da coorte itálica, que tinha a sua sede em Cesaréia. O centurião Cornélio, batizado por S. Pedro, era desta coorte. A primeira notícia certa do cristianismo de Roma data dos últimos anos do imperador Cláudio (Suet., Claud. 25, 4). Havendo sérias perturbações da ordem política por causa do nome de Cristo, Cláudio mandou expulsar toda a colônia dos hebreus. Esta notícia de Suetônio é confirmada pelos

Atos dos Apóstolos (18, 2). Mas, se é incerto quem fosse o primeiro pregador do Evangelho em Roma, é certo que o próprio príncipe dos apóstolos ali pregou, estabeleceu a sua sede episcopal e sofreu o martírio.

84. Infelizmente, as notícias que temos de S. Pedro são muito escassas. Os Atos dos Apóstolos, nos primeiros onze capítulos, só referem a sua pregação em Jerusalém e outras partes da Palestina, até ao batismo de Cornélio. A sua atividade durante os anos seguintes nos é quase completamente desconhecida.

Pilatos havia sido deposto por Vitélio, governador da Síria, que o enviara a Roma (Jos., Ant. 18, 4, 2). Marcelo, seu substituto, não chegara ainda, quando Anás e Caifás, arrogando-se direitos que não lhes pertenciam, condenaram Estêvão e perseguiram os cristãos. O novo procurador depôs de seu cargo o sumo sacerdote. A Tibério sucedeu Calígola (37-41), que para si mesmo exigia um culto divino (Suet., Calig. 22). Os judeus, como súditos que eram deste monstro coroado, viam-se constrangidos também a adorá-lo. A resistência que opunham valeu-lhes as mais funestas consequências. Perseguidos eles mesmos, não podiam ser perseguidores. Por conseguinte, a Igreja gozava então de paz em toda a Palestina.

S. Pedro aproveitou-se da ocasião para visitar as Igrejas já fundadas. Em Lida deu saúde a Enéias; em Jope ressuscitou Tabita (At 9, 33 ss). Achava-se ainda em Jope, quando teve a visão dos animais mundos e imundos. Esta levou-o ao batismo de Cornélio e de toda a sua família (At 10, 1 ss).

85. *a.* Entrementes, Calígola caiu morto pelo punhal dos conjuradores. Cláudio (41-24) subiu ao trono. Os reis aliados e tributários felicitaram-no pela elevação; e entre estes, quem mais se distinguiu, foi Herodes Agripa. Lembrando-se da sua antiga amizade, Cláudio, depois da morte de Marcelo, confirmou-o rei de toda a Palestina (Jos., Ant. 19, 4, 1-2; 5, 1), o que encheu de alegria os judeus; mas para os cristãos significava o início de novas perseguições.

b. A primeira vítima foi S. Tiago, a quem Herodes mandou matar a espada (At 12, 1-2). Vendo que esta ordem agradava aos judeus, ordenou também a prisão de S.

Pedro, para que fosse morto depois da Páscoa. Mas um anjo veio restituir-lhe a liberdade; e Pedro partiu então para outro lugar (At 12, 17). Para onde? Antioquia? Roma? Não o sabemos. Orígenes e outros escritores eclesiásticos atribuem-lhe a fundação da sede episcopal de Antioquia. Segundo antiga tradição, o apóstolo dirigiu esta Igreja pelo espaço de sete anos. Mas não temos uma prova em apoio da tradição. E nada proíbe admitir que de Jerusalém se tenha dirigido a Roma. E' isto o que nos diz outra antiga tradição, transmitida por Eusébio (HE 2, 14) e outros escritores. Pelo decreto de Cláudio provàvelmente teve de deixar novamente a capital. Certo é que, depois da morte de Agripa, voltou à Igreja-mãe, presidiu ao concílio dos apóstolos e encontrou-se com S. Paulo em Antioquia. Depois de diversas viagens pelo oriente e pela Grécia, estabeleceu-se definitivamente em Roma e dirigiu os destinos desta comunidade até à sua morte.

86.*a. **S. Pedro esteve em Roma.** — O primeiro a levantar uma dúvida contra esta tese católica foi Marsílio de Pádua, sectário de Luís IV da Baviera na luta contra o papa João XXII (1316-34). Negaram-na, em seguida, também Calvino e, no século XIX, ainda Baur, Lipsius e outros protestantes. Sobremaneira fortes tornaram-se as negações protestantes por ocasião do concílio vaticano. E ainda que a maioria dos protestantes com o próprio Harnack, hoje em dia, reconheçam o fato, há ainda quem ouse negá-lo, cego pelos preconceitos duma historiografia tendenciosa.

b. Não Jerusalém, a cidade deicida, mas Roma tinha sido escolhida pela Providência divina para ser a capital do reino de Deus na terra. Para Roma é que ela dirigiu os passos do primeiro papa. Realmente, há tantas provas da estada de S. Pedro em Roma, e provas tão convincentes, que só um homem de má fé pode ainda duvidar dela. Já as palavras dos Atos dos Apóstolos (12, 17) designam, com muita probabilidade, a cidade de Roma. Se, em seguida, o mesmo apóstolo, na sua primeira epístola, chama "Babilônia" o lugar da sua residência (1 Ped 5, 13), esta Babilônia não pode ser senão Roma. Aquela das margens do Eufrates, ainda que existisse, estava deserta, como nos dizem Estrabão e Plínio o Velho; e conforme a narração de Josefo (Ant. 18, 9), judeus quase não havia mais nela. A

Babilônia do Egito era apenas um pequeno castelo romano. Depois de ter também S. João Evangelista chamado Roma a grande Babilônia (Apoc 16, 19; 17, 5; 18, 2 ss), toda a antiguidade cristã a conhecia com este nome, como Pápias atesta, e mais claramente Clemente de Alexandria (Eus., HE 2, 15).

87. Pelo ano de 96, três decênios depois da morte de S. Pedro, Clemente Romano escreveu aos coríntios: "A estes santos varões (Pedro e Paulo), que ensinavam a santidade, se associou grande multidão de eleitos que, supliciados e atormentados pelo ódio, foram *entre nós* de ótimo exemplo" (Cor 6, 1). Do mesmo modo, S. Inácio de Antioquia, nos primeiros anos do século II, supõe a existência dos príncipes dos apóstolos em Roma, quando escreve: "Eu não vos ordeno como Pedro e Paulo" (Rom 4, 3). Eusébio conservou-nos o testemunho de Clemente de Alexandria (c. 150-215) e de Pápias, bispo de Hierápolis e discípulo de S. João, segundo os quais S. Pedro pregou em Roma e ali aprovou o Evangelho de S. Marcos, escrito a instâncias da comunidade romana. Pápias acrescenta que S. Pedro escreveu em Roma a sua primeira epístola (Eus., HE 2, 15; 6, 14). Dionísio de Corinto escreveu ao papa Sotero (165-74): "(Pedro e Paulo) assim como vieram à cidade de Corinto, plantando a nossa Igreja com os seus ensinamentos, assim igualmente se foram à Itália, onde vos doutrinaram e sofreram o martírio no mesmo tempo" (Eus., HE 2, 25).

88. Dez anos depois, S. Ireneu fala da fundação da Igreja romana pelos apóstolos Pedro e Paulo (Adv. haer. 3, 3, 2), e o seu testemunho é de tão alto valor que, por si só, bastaria para confundir todos os adversários. Discípulo de S. Policarpo e clérigo e bispo de Lião, conhecia a tradição do oriente e do ocidente; e não contente ainda, foi a Roma, a fim de estudar as origens e a doutrina da Igreja da capital.

Contemporâneo de S. Ireneu foi Tertuliano, que, pelo fim do século II, passou longos anos em Roma. Ele atesta a pregação e a morte de S. Pedro em Roma (De praescr. 32. 36). Pelo mesmo tempo, o presbítero romano Caio podia objetar, numa disputa, a Proclo, chefe da seita catafrígia: "Eu posso mostrar os troféus (sepulcros) dos após-

tolos. Quer vás ao Vaticano quer à Via Ostiense, encontrarás os troféus daqueles que fundaram esta Igreja" (Eus., HE 2, 25).

89. Com isto já nos achamos no campo da arqueologia. Tanto em cima da terra, como nas galerias subterrâneas encontramos inúmeras vezes os nomes de Pedro e Paulo. Em medalhões, copos e paredes os achamos, às vezes acompanhados de suas imagens. A cadeira de S. Pedro no cemitério de Priscila, as inscrições nas catacumbas de S. Sebastião e os baixos relevos de muitos sarcófagos atestam bem altamente a estada de S. Pedro em Roma. Aliás nenhuma outra cidade jamais reclamou para si a honra de possuir os sepulcros dos príncipes dos apóstolos. Foi, pois, em Roma que S. Pedro doutrinou e batizou. Foi em Roma também que governou a Igreja, primeiro bispo da cidade eterna.

90. Efetivamente, para esta afirmação podemos aduzir número interminável de testemunhos históricos. Basta dizer que os autores de toda a antiguidade cristã estão de acordo em atestar o episcopado romano de Pedro, e que com o nome de Pedro todos os catálogos dos pontífices romanos abrem a lista da sucessão episcopal de Roma. Assim o catálogo de S. Ireneu, o mais antigo e de irrefutável autenticidade (Adv. haer. 3, 3, 3); assim Eusébio na sua Crônica e na sua História da Igreja; assim o catálogo liberiano de 354; assim também o Index, i. é, um grupo de catálogos dos séculos V-VII; assim finalmente o Liber Pontificalis.

Segundo antiga tradição que remonta ao século IV ou talvez ao século III, S. Pedro foi bispo de Roma pelo espaço de vinte e cinco anos. S. Jerônimo escreve que, no segundo ano do imperador Cláudio, "Simon Petrus... Romam pergit ibique viginti quinque annis cathedram sacerdotalem tenuit" (De vir. ill. 1; cfr. Chron. 2). Colocando-se a morte do apóstolo no ano de 67, teria chegado a Roma em 42, precisamente depois da sua prisão em Jerusalém.

Fouard, Les origines de l'Église. Saint Pierre et les premières annés du christianisme, 8. ed., Paris 1905. — *Robertson*, Epoches in the life of Simon Peter, New York 1933. — *Profumo*, La memoria di San Pietro nella regione salaria-nomentana, Roma 1916. — *Grisar*, Geschichte Roms und der Paepste im Mittelalter I, Freiburg 1901. — *Lietzmann*, Petrus und Paulus in Rom, 1915. — *Caspar*, Die aelteste roemische Bischofsliste, Berlin 1926.

§ 11. S. João e os outros apóstolos

91. Se são poucas as notícias que temos da vida de S. Pedro, menos ainda sabemos sobre os outros apóstolos. Os Atos de S. Lucas mencionam de alguns apenas o nome. Só de S. João Evangelista e de S. Tiago Menor um pouco mais nos dizem as fontes.

S. João, irmão de S. Tiago Maior, aparece diversas vezes com papel saliente ao lado de S. Pedro. Esteve presente no concílio dos apóstolos, sendo chamado, como Pedro e Tiago Menor, "coluna" da Igreja apostólica (Gál 2, 9). Até à morte de Maria Santíssima, deve ter ficado em Jerusalém. Em seguida, foi para Éfeso e regeu, depois da morte de S. Paulo, a Igreja da Ásia Menor. Teve ali diversos discípulos, entre os quais se distinguem S. Policarpo, bispo de Esmirna, e Pápias, bispo de Hierápolis.

Segundo a notícia lendária de Tertuliano (De praescr. 36), o apóstolo foi, durante o reinado de Domiciano (81-96), levado a Roma e metido numa caldeira de óleo fervente. O próprio evangelista atesta que foi desterrado para a ilha de Patmos "por causa da palavra de Deus e do testemunho de Jesus" (Apoc 1, 9).

92. Foi no silêncio do desterro que escreveu o Apocalipse, aquelas maravilhosas visões, em que lhe foi mostrado o poder do Cordeiro divino, a tribulação dos cristãos, o juízo dos perseguidores e o triunfo final da Igreja. Depois da morte de Domiciano, o apóstolo voltou para Éfeso, onde escreveu as epístolas e o quarto Evangelho com o fim de demonstrar a missão messiânica e a divindade de Jesus Cristo. Explicando a idéia do *Logos* num sentido cristão, visava combater o perigo das especulações helenistas, as falsas concepções de Cerinto, dos gnósticos-docetas, nicolaítas e biliamitas. S. João morreu, segundo S. Ireneu, no princípio do reinado de Trajano (Adv. haer. 3, 3, 4), e Polícrates, bispo de Éfeso no fim do século II, atesta que o apóstolo morreu nesta cidade.

93. **S. Tiago Menor,** filho de Alfeu e de Maria, "irmã" da Virgem Santíssima, e por isso chamado "irmão" do Senhor (Mt 10, 3; Gál 1, 19), foi, depois da partida de S. Pedro, a primeira autoridade entre os cristãos da Palestina. Sua piedade valeu-lhe o sobrenome de "Justo". Segundo Hegesipo foi o primeiro bispo de Jerusalém (Eus., HE

2, 1), donde nunca se retirou. Pouco antes do seu martírio, escreveu uma epístola aos judeus-cristãos na diáspora, mostrando-lhes a necessidade das boas obras, que os simonianos e outros sectários diziam desnecessárias para a salvação. Por sua extrema austeridade e admirável piedade, S. Tiago converteu muitos à fé cristã. Isto moveu ao sumo sacerdote, Anano o Moço, a condená-lo à morte (62). Precipitado do pináculo do templo, morreu apedrejado (Jos., Ant. 20, 9; Hegesipo, ap. Eus., HE 2, 23).

94. A sorte dos outros apóstolos nos é quase completamente desconhecida. Os atos apócrifos que se lhes atribuem são, em parte, de origem gnóstica, e o conteúdo baseia-se mais em invenções do que na tradição eclesiástica. Segundo Eusébio (HE 3, 1), **S. André** teria pregado nas regiões da Cítia, ou seja, Capadócia, Galácia e Bitínia; e a tradição diz ter sido ele crucificado na Acaia. **S. Tomé** pregou entre os partas, e segundo a lenda foi morto a flecha na Índia. Para a Índia foi também **S. Bartolomeu** (Eus., HE 5, 10). Mas esta Índia é provàvelmente a Arábia meridional, onde, no século II, Panteno encontrou o Evangelho de **S. Mateus.** Este apóstolo pregara primeiro aos judeus, e para eles escrevera o seu Evangelho. Mais tarde, se dirigira a outros povos (Eus., HE 3, 24).

Sobre a atividade dos outros apóstolos nada mais diz o pai da história eclesiástica. Também a memória dos discípulos dos apóstolos envolve-se nas trevas da lenda e do esquecimento. **S. Marcos,** certamente idêntico com João Marcos, sobrinho de S. Barnabé, mais tarde intérprete de S. Pedro, é considerado como fundador da Igreja alexandrina (Eus., HE 2, 16). **S. Lucas,** médico de fama (Col 4, 14), acompanhou o apóstolo das gentes nas suas últimas viagens. Mais tarde, teria pregado na Acaia e aí sofrido o martírio.

Baunard, O apóstolo S. João, Rio de Janeiro 1924. — *Fouard,* Saint Jean et la fin de l'âge apostolique, Paris 1904. — *Chapman,* John the Presbyter and the fourth Gospel, Oxford 1911. — *Lipsius,* Die apokryphen Apostelgeschichten und Apostellegenden, 2 vol., Braunschweig 1883-90.

§ 12. A propagação do cristianismo nos primeiros três séculos

95. Os apóstolos obedeceram à voz do divino Mestre: "Ide, ensinai todas as gentes" (Mt 28, 19). Os seus discípulos imitaram-lhes o exemplo. Grande foi também o zelo apostólico nas gerações seguintes. Não só clérigos, como também muitos outros cristãos dedicaram-se à pregação do Evangelho, de modo que, já nos dois primeiros séculos da nossa era, o cristianismo se espalhou sobre todas as províncias do império romano, passando bem cedo para as outras nações. Dos missionários deste tempo, porém, pouco ou nada nos diz a história.

96. A comunidade mais numerosa e mais importante foi a de Roma. Roma tornou-se centro de toda a cristandade. Tácito nos conta (An. 15, 44) que, no reinado de Nero, morreu grande multidão de cristãos. O papa Cornélio († 253) fala igualmente duma numerosa cristandade romana, dirigida por quarenta e seis sacerdotes e cerca de cem clérigos inferiores. No resto da **Itália** existiam comunidades tão numerosas, que o mesmo papa pôde reunir sessenta bispos italianos num concílio de Roma, quando ali se declarara o cisma dos novacianos (Eus., HE 6, 43). Entre as primeiras Igrejas da Itália contam Óstia, Putéoli, Nápoles, Ravena, Milão, Verona e Aquiléia.

97. Nas **Gálias,** os princípios do cristianismo escondem-se nas sombras da lenda. A tradição fala de Lázaro, Maria Madalena e Marta, de Dionísio o Areopagita e de um certo Amador, criado da Sagrada Família. Há quem opine que S. Paulo enviou para as Gálias o seu discípulo Crescente, e esta opinião baseia-se na segunda epístola a Timóteo (4, 10). Mas esta passagem não oferece fundamento algum para tal asserção; pois leia-se "Gallia" ou "Galatia", qualquer destes nomes pode designar ambas as regiões. Tampouco se baseia em fontes históricas a notícia de Gregório de Tours (Hist. Franc. 1, 28), segundo a qual, pelos meados do século II, sete bispos missionários foram enviados a fim de pregar aos gauleses. Certo é, no entanto, que então havia florescentes Igrejas em Lião e Viena (Eus., HE 5, 1-4). Entre as vítimas da perseguição de Marco Aurélio (177) encontra-se o próprio bispo Fotino de Lião, a quem sucedeu na sede episcopal S. Ireneu. Num

sínodo de Arles (314) estiveram presentes trinta e três bispos e entre eles dezesseis eram das Gálias.

98. O primeiro apóstolo da **Espanha** foi S. Paulo. Uma tradição do século VII, segundo a qual S. Tiago Maior teria pregado o Evangelho na península ibérica, carece de fundamento histórico. Os primeiros testemunhos escritos que possuímos sobre o cristianismo da Espanha são as notícias de S. Ireneu (Adv. haer. 1, 10, 2) e Tertuliano (Adv. Jud. 7). Notícias mais exatas nos deu, pelos meados do século III, S. Cipriano, que então escreveu uma carta às Igrejas de León-Astorga e Mérida (Ep. 67), mencionando também a Igreja de Saragoça. No concílio de Elvira (c. 300) estiveram presentes dezenove bispos e vinte e quatro presbíteros. Provàvelmente, porém, não estavam representadas todas as Igrejas da Espanha.

99. Segundo o testemunho de S. Ireneu (Adv. haer. 1, 10, 2), o cristianismo teve, a este tempo, adeptos também nas duas **Germânias,** inferior e superior, à margem esquerda do Reno. Centros do cristianismo tornaram-se já então Colônia, Treves e Mogúncia. Em Bonn foi descoberta a basílica dos mártires Cássio e Florêncio, soldados da legião tebaica, e em Xanten (Ad Sanctos) encontraram-se os sepulcros de mártires do século IV. Outros bispados existiram à margem direita do Danúbio, como Ratisbona, Lorch, onde foi martirizado o bispo S. Floriano, e Augsburgo, onde, no tempo de Diocleciano, S. Afra sofreu o martírio. Na Estíria morreu pela fé o bispo Vitorino de Petau, na Croácia, o bispo Quirino de Síscia. Na Panônia sofreram o martírio, ao mesmo tempo, os chamados Quatro Coroados (AASS Nov. 3, 748 ss). Na Dalmácia espalhou a primeira semente evangélica Tito, discípulo de S. Paulo (2 Tim 4, 10).

100. No século II, o cristianismo entrou também na **Britânia,** "inacessível aos romanos, submetendo-se, porém, a Cristo" (Tert., Adv. Jud. 7). E, embora a narração do Livro Pontifical e de Beda o Venerável sobre a conversão do rei Lúcio, no tempo do papa Eleutério (174-89; PL 127, 1249; 95, 30), não possa ser provada, é certo, todavia, que, no século III, existiram na Britânia diversas Igrejas florescentes. No sínodo de Arles (314) tomaram parte os bispos de York, Londres e Lincoln.

101. Assim, pois, já nos primeiros três séculos da nossa era, havia comunidades cristãs em toda a Europa civilizada. Maior foi, porém, a este tempo, a extensão do cristianismo na África e no oriente. As fontes que nos relatam a sua difusão nestas regiões são muito mais ricas e mais numerosas.

Para a **África proconsular** passou o cristianismo, nos fins do século I. No século II, Tertuliano podia lançar em rosto aos magistrados romanos: "Somos de ontem, e já enchemos as vossas cidades, as vossas ilhas e até os campos e o palácio e o senado e o foro; e só vos deixamos os vossos templos" (Apol. 37). Em outro lugar, o mesmo autor afirma que a população das cidades se compunha, na maioria, de cristãos (Adv. Scap. 2). S. Cipriano nos fala de um herege que foi condenado por noventa bispos da África (Ep. 59, 10).

102. A Igreja do **Egito** considera a S. Marcos como seu fundador. A florescente comunidade de Alexandria, a primeira que aparece na história do Egito, ilustrou-se bem cedo pela célebre escola catequética, cujo primeiro diretor conhecido foi Panteno (Eus., HE 5, 10). De Alexandria irradiou a luz do Evangelho até à Tebaida e à Líbia. No princípio do século IV, havia cerca de cem bispados espalhados em todo o Egito. Todos eles ficaram, nos séculos seguintes, em contínuo contacto com a Igreja-mãe de Alexandria.

103. Na **Palestina,** o cristianismo teve de lutar continuamente com o ódio dos judeus. Os trabalhos apostólicos limitavam-se, por isto, quase exclusivamente às cidades helenistas. Mas os grandes acontecimentos do ano 70 puseram termo às inglórias agitações dos judeus. Antes da destruição de Jerusalém, os cristãos emigraram para Pela. A comunidade primitiva, judeu-cristã, deixou de existir. Depois da guerra, voltaram alguns emigrantes. Hegesipo fala de S. Simeão, sucessor de S. Tiago Menor, como bispo de Jerusalém, e de alguns davididas, acusados perante Domiciano. Quando o imperador Adriano destruiu completamente a antiga cidade, edificando em seu lugar a Ælia Capitolina, formou-se uma comunidade gentio-cristã. Mas a metrópole da Igreja siríaco-palestinense era Cesaréia.

104. Quanto à **Arábia,** depois da estada de S. Paulo (Gál 1, 17), faltam-nos notícias até ao fim do século II, quando Panteno a visitou. Segundo Eusébio (HE 5, 10), Panteno pregou no oriente, chegando até à Índia; mas conforme a interpretação dos historiadores, esta Índia é a Arábia meridional. Pelo ano de 240, a Igreja da Arábia aparece perfeitamente organizada; pois Orígenes, chamado por um governador da Arábia, esteve presente num grande sínodo. Assistiu também a outro sínodo, celebrado em Bostra (244), onde, por ele convencido, o bispo Berilo retratou os seus erros acerca da Santíssima Trindade.

105. Antioquia foi o centro da Igreja da **Síria.** De lá se irradiou o cristianismo em todo o país e nas regiões vizinhas, chegando, nos meados do século II, até Edessa (Urfa, capital da Osrhoena. Pelo fim do mesmo século, o rei Abgar VIII (179-216) apresenta-se-nos como cristão. Uma lenda, conservada por Eusébio (HE 1, 13), faz datar da época apostólica a conversão deste país. Mas a pretensa correspondência entre Jesus Cristo e o rei Abgar V, como também outros documentos que Eusébio encontrou na biblioteca de Edessa não têm fundamento na história.

106. Em nenhuma outra parte do mundo antigo o cristianismo se nos depara tão florescente, como na **Ásia Menor.** Plínio o Moço, assustado pelo número elevado dos cristãos da Bitínia, para cujo governador o escolhera o imperador Trajano, no ano de 112, escreveu a seu amigo imperial: "A contagiosa praga da superstição cristã já se não limita às cidades; invadiu também as aldeias e os campos, e se estendeu pelas gentes de todas as idades e condições e sexos. Os nossos templos estão quase totalmente abandonados, como também as práticas religiosas" (Ep. 10, 97). Semelhantemente espalhou-se o cristianismo no **Ponto,** na província **Ásia** com Éfeso, sua capital, e na Frígia.

107. Da difusão da Igreja na província **Armênia** dá-nos testemunho a carta de Dionísio Alexandrino aos fiéis daquele país (Eus., HE 6, 46). Verdadeiro apóstolo do reino da Armênia é Gregório Iluminador que, pelo ano de 302, converteu o rei Tiridates III († 322), com o qual grande parte do povo recebeu o batismo.

Também na **Mesopotâmia** havia cristãos, pelos meados do século III (Eus., HE 7, 5); e Eusébio atesta o mar-

tírio de muitos fiéis na perseguição de Diocleciano (HE 8, 12). A *Crônica de Arbela,* recentemente (1907) descoberta, não admitida por todos como autêntica, baseada, porém, em fontes e tradições anteriores, narra que o "apóstolo" Adai pregou com fruto na Assíria e que, pelo ano de 225, existiam na Mesopotâmia e na Assíria dezessete bispos.

108. Na **Pérsia** penetrou o cristianismo durante o século III. Centros da vida cristã tornaram-se Nísibis, Seleucia-Ctesifonte e Susa. Inimigos dos romanos, os persas consideravam os cristãos como amigos, enquanto estes eram perseguidos no império. Depois da paz constantiniana, porém, começaram na Pérsia violentas perseguições.

Finalmente, o cristianismo parece ter chegado até às Índias Orientais. Os atos apócrifos de S. Tomé, escritos no século III, relatam a pregação deste apóstolo no reino parto-indiano de Gundafor ou Gandhara. Confirmam-no Orígenes, Efrém, Ambrósio e Jerônimo. Os "cristãos de S. Tomé" na costa malabárica atribuem também a este apóstolo a sua conversão. A antiga tradição foi sustentada recentemente por Dahlmann, Vaeth e outros. Todavia, notícias històricamente certas existem só do século VI.

109. Desta maneira, ao despontar do século IV, o cristianismo estava espalhado em todo o mundo então conhecido, e não só entre as classes inferiores da sociedade, mas também entre os eruditos e as autoridades. S. Paulo transmitiu aos filipenses as saudações dos santos de Roma e, particularmente, dos da casa de César (Filip 4, 22). Todavia, o Evangelho é, sobretudo, uma boa nova da misericórdia. Jesus Cristo convidou a todos a entrarem no reino dos céus. Mas achou ouvidos mais dóceis entre os fracos e os que sofrem. Daí se explica que, como relata o apóstolo das gentes, só poucos ricos e intelectuais pertenciam às comunidades por ele fundadas. E não causa maravilha; pois mui difícil era ganhar para a doutrina da cruz a sociedade elevada, os filósofos e magistrados, porque entre eles a imoralidade e o orgulho eram os maiores adversários da verdade revelada.

Lanzoni, Le diocesi d'Italia dalle origini all'anno 604, 2. ed., Faenza 1927. — *Mackinnon,* The Rome of the early Church, London 1933. — *Duchesne,* Fastes épiscopaux de l'ancienne Gaulle, 3 vol., Paris 1894-1915. — *Jullian,* Histoire de la Gaulle, 8 vol., Paris 1908-26. — *Garcia Villada,* Historia eclesiástica de España, 2 vol.,

Madrid 1929-33. — *Zeiller*, Les origines chrétiennes dans les provinces Danubiennes de l'empire Romain, Paris 1918. — *Williams*, Christianity in early Britain, Oxford 1912. — *Wall*, The first Christians of Britain, London 1927. — Harnack, Die Mission und Ausbreitung des Christentums in den ersten drei Jahrhunderten, 2 vol., 4. ed., Leipzig 1924.

§ 13. Causas da rápida propagação do cristianismo e a reação dos adversários

110. Se investigarmos as causas da rápida propagação do cristianismo, a primeira que se nos depara é, sem dúvida, a graça divina. Sem ela, sem a preparação providencial do mundo para Cristo e a salvação, ela seria inexplicável. Outras são as causas imediatas; e a principal dentre elas é a força intrínseca da verdade revelada, confirmada pela ressurreição de seu divino fundador.

A nova religião apresentava-se como religião da caridade e, por isto, convertiam-se, em primeiro lugar, aos milhares, as classes oprimidas, mulheres e escravos, que no cristianismo achavam consolação nas suas aflições. Mas a doutrina do Evangelho impunha-se também aos eruditos e às autoridades. Na própria casa imperial achou adeptos. Depois de tantas dúvidas e dum tactear tão prolongado, raiou finalmente a luz da verdade que solucionava, do modo mais plausível, todas as questões que preocupavam o espírito humano: Deus, o mundo e o próprio "eu", a imortalidade da alma e a justiça eterna. Esta luz atraía os sábios e os filósofos que, como Justino e Dionísio Alexandrino, em vão tinham esperado encontrar a verdade nos vários sistemas filosóficos (Just., Dial. 2-8).

111. Também os carismas e os milagres numerosos eram testemunhos seguros da nova doutrina. Os Atos dos Apóstolos e os escritos dos Santos Padres no-lo atestam inúmeras vezes. S. Justino se refere a estes milagres para convencer os pagãos (Apol. 2, 5 [6]). Orígenes (Contra Cels. 1, 46) e Tertuliano (Apol. 23) convidam os seus adversários a presenciarem os fatos prodigiosos operados pelos cristãos, a fim de acabar, de vez, com os preconceitos. E muitos, judeus e pagãos, realmente, se converteram à vista dos fatos sobrenaturais.

112. *a*. De um modo muito eficaz influiu o zelo dos primeiros cristãos. Homens e mulheres, livres e escravos, eruditos e ignorantes, todos, enfim, tornaram-se apóstolos do Evangelho. A sua própria vida era uma contínua pregação. Sua conduta exemplar e seu mútuo amor, num mundo cheio de ódios e de crimes, tudo isto despertava a atenção dos homens. Já S. Lucas escreve que os primeiros cristãos "eram um só coração e uma só alma" (At 4, 32). Os Santos Padres tecem elogios verdadeiramente eloquentes. S. Justino afirma que muitas conversões eram motivadas pela vida virtuosa dos cristãos (Apol. 1, 16), enquanto que outros, embora cheios de ódio e desprezo, exclamavam: "Olhai como eles se amam mùtuamente e como estão prontos a dar a vida uns pelos outros" (Tert., Apol. 39).

b. Efetivamente, o que mais inexplicável e divino parecia aos pagãos, era o heroísmo e a constância dos mártires. Justino confessa que precisamente esta constância dos cristãos, no meio dos mais atrozes suplícios, destruiu completamente os seus antigos preconceitos e o moveu a abraçar o cristianismo (Apol. 2, 12). E Tertuliano pôde dizer aos magistrados: "Crucificai-nos, martirizai-nos, condenai-nos... Quanto mais vidas nos ceifais, tanto mais nos multiplicamos; semente é o sangue dos cristãos" (Apol. 50).

113. *a*. No entanto, muitas dificuldades opuseram-se à nova doutrina que "era para os judeus escândalo e loucura para os gentios" (1 Cor 1, 23). Jesus Cristo mesmo tinha predito aos discípulos que seriam perseguidos por judeus e gentios (Mt 10, 17-18). Os judeus odiavam os cristãos, porque os consideravam como apóstatas e traidores da lei mosaica; e este ódio parece ter sido, ao menos em parte, a causa da perseguição neroniana. Mais tarde, Tertuliano diz, generalizando, que a sinagoga foi a fonte das perseguições (Scorp. 10).

b. Mas a causa principal das perseguições foi, por sua natureza, a oposição radical e intrínseca entre o monoteísmo cristão e o politeísmo pagão. Embora o mundo estivesse preparado para receber a salvação, paganismo e cristianismo eram e continuavam a ser dois mundos diametralmente opostos. Por conseguinte, a luta era inevitável. E' a luta entre a cidade de Deus e a cidade de Lúcifer, de que fala S. Agostinho. Seria erro identificar simplesmente o reino de Lúcifer com o Estado. Todavia, as forças do inferno eram as do Estado pagão, o poder brutal. Por isso, a opo-

sição devia necessàriamente vir a ser perseguição violenta. Seria erro também identificar simplesmente o reino de Deus com a Igreja católica. Mas a Igreja possui o poder da cidade de Deus, poder sobrenatural. Por isto, pertencia-lhe necessàriamente a vitória, o triunfo final.

114. Seria, porém, injusto apresentar-nos o Estado romano ùnicamente como tirano arbitrário e cruel perseguidor. Proíbe-o a simples consideração de que as perseguições mais violentas não foram movidas por tiranos como Nero e Domiciano, mas por imperadores de caráter nobre e insignes administradores. O Estado romano mostrava-se, por via de regra, muito tolerante para com as religiões de outros povos, contanto que Júpiter conservasse o seu lugar de honra. Até o monoteísmo dos judeus era uma "religião certamente lícita" (Tert., Apol. 21).

115. Quais foram, pois, as razões que transformaram o Estado tão tolerante em perseguidor do cristianismo? Foi, antes de tudo, a união essencial entre este Estado e a religião politeísta, que compenetrava toda a vida pública. Todos os atos de Estado eram atos religiosos. Um ataque contra a religião politeísta devia, por conseguinte, parecer um atentado contra o próprio Estado. Ora, o cristianismo não era uma religião nacional, como o judaísmo. Era destinado a todos os povos e para todos os tempos. Era uma religião universal. Não pretendia apenas erguer um altar a seu Deus entre os altares de outros deuses, mas derrubar todos os demais. Não reconhecendo, pois, os deuses do Estado, nem o culto do imperador, os cristãos eram considerados como ímpios e ateus (Just., Apol. 1, 6. 13; Mart. S. Polyc. 9).

Este ateísmo parecia ser a causa da ira dos deuses e, por isso, das calamidades públicas. "Si Tiberis ascendit ad mœnia, — diz Tertuliano, — si Nilus non ascendit in arva, si cælum stetit, si terra movit, si fames, si lues, statim: Christianos ad leonem acclamatur" (Apol. 40). Por conseguinte, os cristãos passavam por inimigos do Estado (Ib. 35).

116. Além disso, não podendo eles participar da vida pública, das liturgias, dos espetáculos, etc., despertavam a suspeita de formarem uma associação secreta, proibida já pela lei das doze tábuas e, mais tarde, pela lei de Trajano

contra as heterias (Plin., Ep. 10, 97). Daí também as muitas acusações de crimes imorais. A Eucaristia era considerada qual ceia tiestéica, os ágapes, como orgias libidinosas (Just., Apol. 1, 26; Tert., Apol. 7-9; Min. Fel., Oct. 9). Estas e muitas outras suspeitas, como superstição, magia, culto do asno, deram motivo àqueles ódios desmesurados, de que fala Tácito nos seus Anais (15, 44).

117. Todavia, os magistrados não podiam deixar de reconhecer que os cristãos eram bons súditos do império. Obedeciam às autoridades, porque sabiam que não há poder que não venha de Deus (Rom 13, 1); pagavam pontualmente os impostos segundo a norma dada por Jesus Cristo: "Dai a César o que é de César" (Mt 22, 21); rezavam também pelo imperador e pelo Estado (Clem. Rom., Cor 61) e eram exemplo de virtude para todos. Portanto, a sua relação com o Estado era inteiramente nova, e compreende-se que as autoridades não podiam achar logo uma solução decisiva. Daí se explica a atitude dupla e vacilante dos imperadores até à perseguição de Décio.

118. De fato, muitas perseguições têm por autores não os magistrados e o Estado, mas o povo encolerizado, principalmente no século II. Os magistrados e imperadores só raras vezes procediam contra os cristãos, movidos então por denúncias ou pelo furor da populaça, de vez em quando também por própria iniciativa. Durante o século II, norteavam-se, por via de regra, pelo rescrito de Trajano, que dizia respeito só a pessoas isoladas, não ao cristianismo como tal. Só pelos meados do século III é que o Estado começou a decretar a supressão do cristianismo. Até então, o fundamento jurídico das perseguições ficou muito incerto.

119. *a.* Mas, se, nem antes, nem depois, todos os imperadores seguiam a mesma norma, quais foram então as normas que observavam? Procediam segundo princípios da legislação universal? Ou decretavam leis especiais? Os historiadores não estão de acordo. Uns admitem uma lei especial, referindo-se à chamada lei neroniana: "Non licet esse vos" (Tert., Apol. 4). No entanto, se tal lei excepcional existisse, como explicar então a atitude vacilante dos imperadores seguintes? Como explicar principalmente as dúvidas de Plínio o Moço? Verdade é, porém, que já desde a perseguição neroniana os cristãos só pelo nome eram per-

seguidos e condenados (Ib. 2. 44; Ad Scap. 4; Just., Apol. 1, 4).

b. Segundo outros, o fundamento da perseguição eram as leis universais do código penal, que podiam fàcilmente ser aplicadas aos cristãos. Entre elas, tem o primeiro lugar a *lex Julia maiestatis*, em virtude da qual os cristãos podiam ser acusados e condenados como inimigos do Estado e como associação ilícita; pois reuniam-se à noite ou às escondidas. A participação em tais reuniões era tida como crime de lesa-majestade (Ulpian. ap. Kirch 1012). Contra a mesma lei pecavam os cristãos, negando o culto imperial (Tert., Apol. 28). A *lex de sacrilegio* era violada pelos cristãos, quando negavam os sacrifícios, desprezavam os deuses e destruíam os templos. Tais sacrilégios eram punidos com grande rigor (Kirch 1014). Podiam igualmente ser acusados de magia, quando operavam milagres ou expulsavam demônios; ou de superstição externa, quando confessavam uma religião que não era aprovada pelo senado.

c. Outros, finalmente, afirmam com Mommsen que os cristãos não eram tratados por processos criminais conforme leis ou decretos imperiais, mas quase exclusivamente por procedimentos coercitivos, que davam aos magistrados o direito de obrigar o cidadão romano a cumprir os seus deveres religiosos. No entanto, nem este procedimento coercitivo, nem aqueles processos criminais parecem ter sido aplicados exclusivamente. O certo é que a condição dos cristãos perante a legislação romana era excepcional. Não eram tratados como os demais criminosos.

120. Com a subida de Décio (249-51) ao trono imperial mudou essencialmente a sua condição. Este imperador, como também os seus sucessores, procuraram restabelecer, na base da antiga religião, a unidade do império, já então ameaçado pelos bárbaros. Daí se explicam os decretos que proibiam o "ser cristão". Portanto, as perseguições deste período têm por fundamento jurídico decretos imperiais e, portanto, um caráter mais geral e mais violento. E' este o tempo da luta decisiva entre o cristianismo e o paganismo.

Weis, Christenverfolgungen, Geschichte ihrer Ursachen im Roemerreiche, Muenchen 1899. — *Leclercq*, Accusation contre les chrétiens, Dict. d'arch. chr. et lit., I 265-307. — *Huentemann*, Theol. Quartalschr. 1932, 72-93. — *L. de Regibus*, Storia e diritto romano negli Acta martyrum, Torino 1927. — *Leclercq*, Les Martyrs I, 4. ed., Tours 1921. — *Allard*, Histoire des persécutions, trad. ital. por E. Lari, 5 vol., 2. ed., Firenze 1923-28.

§ 14. Princípios das perseguições no império romano

121. O primeiro perseguidor do cristianismo no trono imperial foi **Nero** (54-68). Assim escreve Tertuliano explìcitamente (Apol. 5). Este imperador marcou com o seu nome uma das mais horrendas tragédias da história, o incêndio de Roma. Cláudio tinha sido envenenado (Suet., Claud. 44), provàvelmente por sua própria esposa Agripina, que procurava assegurar o trono para seu filho Nero (Tac., Ann. 12, 64), moço então de 17 anos de idade.

Depois de alguns anos felizes de governo, manifestaram-se nele todas as más inclinações humanas. Assassino de Britânico, filho legítimo de Cláudio, assassino também de sua mãe Agripina, de seu professor Sêneca, de sua esposa Octávia, casou-se, doze dias depois, com Popéia Sabina e matou-a com um pontapé, quando ela se achava grávida. Ao prefeito do pretório enviou, em vez de um remédio que prometera, veneno. Assim Nero dava ao mundo o espetáculo contínuo de uma orgia sanguinária e repelente. Chegou até a proclamar que a virtude era mentira e que eram dignos de perdão os que confessavam francamente as suas imoralidades (Suet., Nero 39). Tal foi o primeiro perseguidor do cristianismo.

122. O incêndio de Roma, no ano 64, foi ocasião, não causa da perseguição. Segundo Suetônio (Nero 16), o próprio imperador mandara incendiar a cidade antiga. Tácito, mais reservado, diz que corria o boato de ter Nero incendiado a cidade e que parecia procurar a glória de edificar uma nova cidade e dar-lhe o seu nome. Dos catorze bairros de Roma só quatro ficaram em pé. Depois de ter descrito os horrores do incêndio, Tácito continua, falando com profunda tristeza das riquezas, adquiridas por tantas vitórias, das obras-primas da Grécia e de uma multidão de manuscritos autênticos, antigos monumentos do gênio que os anciãos se lembravam de ter visto, e cuja perda toda a magnificência da nova Roma não era capaz de fazer olvidar (Ann. 15, 38-41).

123. Depois do incêndio foram celebrados sacrifícios

expiatórios por ordem do imperador, foram consultados os livros sibilinos, e Nero mandou fazer preces públicas. Mas, no meio de tudo isso, todos tinham o secreto sentimento de que Nero era o autor do crime. Conhecendo o perigo que o ameaçava e aconselhado, segundo Comodiano, pelos judeus, o imperador, para pôr fim aos murmúrios do povo, declarou réus os cristãos e os afligiu com penas crudelíssimas (Tac., Ann. 15, 44).

Foram presas algumas pessoas, gente comprada, que o imperador precisava para denunciar os cristãos. À denúncia deles foi presa uma multidão ingente. Os cárceres encheram-se de heróis da fé, e os carrascos submeteram-nos à tortura, querendo obrigá-los a confessar um crime que não tinham cometido. Não sendo possível convencê-los do crime que lhes era imputado, foram condenados por causa do "ódio do gênero humano". Já não por causa do incêndio, mas pelo nome cristão sofreram o martírio.

Muitos foram destinados aos combates de feras, outros foram crucificados, outros ainda, ao cair da noite, vestidos de túnicas embebidas em óleo, pez e resina, foram atados a postes de madeira, que os algozes incendiaram atrozmente, para iluminar a noite. Outros, finalmente, morreram na representação de cenas mitológicas, de Dirce e das Danaides (Clem. Rom., Cor. 6; Tac., Ann. 15, 44).

124. *a.* A perseguição, que durou até à morte do tirano (Tert., Ad nat. 1, 7), estendeu-se, ao que parece, sobre todo o império. Insinua-o Suetônio (Nero 16). Dizem-no, em seguida, expressamente Osório (Hist. 7, 7, 10) e Sulpício Severo (Chron. 2, 29, 3). E nas palavras de S. Pedro aos cristãos do oriente (1 Ped 4, 12) é fácil reconhecer uma exortação a seus irmãos da Ásia, já atingidos pela perseguição (Allard 1, 62).

b. O número dos mártires não é conhecido. Clemente Romano, provàvelmente testemunha ocular, diz sòmente que foi uma "magna electorum multitudo" (Cor. 6), e Tácito fala igualmente de uma "multitudo ingens" (Ann. 15, 44). Os únicos mártires de que sabemos seguramente os nomes são os apóstolos S. Pedro e S. Paulo. S. Pedro foi crucificado, como diz Orígenes, a seu próprio pedido, com a cabeça para baixo (Eus., HE 3, 1). S. Paulo morreu decapitado (Tert., De praesc. haer. 36, 3). Segundo a tradição, ambos sofreram o martírio no dia 29 de Junho de 67, o que, porém, històricamente não se pode provar.

125. Entretanto, nem os martírios dos cristãos, nem as promessas, nem os socorros e a prodigalidade do imperador, nem as expiações religiosas conseguiram abafar os murmúrios que atribuíam o incêndio de Roma às ordens de Nero. E os murmúrios, aos poucos, transformaram-se em ódio que acabou por destronar o tirano. Os gauleses deram o sinal da revolta. Na Espanha e em outras províncias os exércitos rebelaram-se igualmente. Vendo-se abandonado por sua própria guarda militar, Nero fugiu para fora da cidade. Mas foi inútil. Reconhecido e perseguido, suicidou-se, tendo apenas 32 anos de idade. Roma rejubilava naquele dia; — assim termina Suetônio a biografia do tirano (cap. 49).

126. Depois da morte de Nero, sucederam-se, no espaço de um ano, três imperadores, Galba, Otão e Vitélio, que caíram todos vítimas de rebeliões. Finalmente, foi proclamado imperador o general Vespasiano (69-79), depois de Augusto, o mais distinto entre os imperadores do século I e, como seu filho Tito (79-81), chamado de "delícia do gênero humano", digno dos elogios de S. Agostinho, que os chama a ambos príncipes ótimos e dignos de serem amados (De Civ. Dei 5, 21).

127. Mas, no reinado de **Domiciano** (81-96), apareceu novamente a oposição radical que existia entre a religião do verdadeiro Deus e a religião do Estado, cujo representante se dizia "senhor e Deus" (Suet., Dom. 13). Desconfiado e ambicioso, Domiciano tornou-se, pelo fim do seu governo, tirano tão cruel, que Juvenal (Sat. 4, 38) lhe dá o apelido de Nero Calvo, enquanto que Tertuliano o chama apenas "portio Neronis de crudelitate" (Apol. 5). Em todas as fontes cristãs, ele nos aparece como segundo perseguidor do cristianismo. De fato, muitos cristãos, negando ao imperador as honras divinas e o tributo ao templo de Júpiter, eram acusados de ateísmo e de costumes judaicos e, em consequência disto, executados ou expulsos (Suet., Dom. 12; Dio, Hist. 67, 14).

128. Entre as vítimas achava-se o próprio primo do imperador, Tito Flávio Clemente, cônsul no ano 95. Sofreu o martírio pelas mesmas acusações de ateísmo e costumes

judaicos. Sua esposa Flávia Domitila foi desterrada para a ilha Pandatária, perto de Gaeta. Eusébio, baseando-se em Brútio, escritor pagão, fala de outra Flávia Domitila, sobrinha de Clemente, desterrada para a ilha Pôncia. Não é, porém, possível, constatar se se trata de uma ou de duas Domitilas. Històricamente certo é ainda o martírio de Acílio Glábrio, cônsul em 91.

S. João Evangelista, quase centenário, foi desterrado para Patmos; e os mártires, mencionados no Apocalipse, sofreram igualmente nesta perseguição (Apoc 1, 9; Tert., De praescr. haer. 36). Eusébio nos conservou ainda uma notícia de Hegesipo, segundo a qual Domiciano, receoso da segurança de seu trono, fez vir a Roma alguns parentes do Senhor, descendentes de David, que os judeus vilmente haviam acusado (Eus., HE 3, 20). Mas, reconhecendo, pela inocência dos acusados, a inutilidade da perseguição, reprimiu-a, de certo modo, não abolindo, porém, os seus decretos.

129. No entanto, a cobiça e crueldade de Domiciano reclamavam outras vítimas. Ele precisava de dinheiro. Por isto, condenava varões ricos e membros da nobreza para confiscar-lhes os bens. A consequência foi uma conjuração que acabou pelo assassínio do tirano (Suet., Dom. 16 ss; Dio, Hist. 67, 15 ss). Nerva, que lhe sucedeu, proibiu, juntamente com as acusações de lesa-majestade, as que se fundavam no modo de viver judaico, i. é, cristão, e as do ateísmo (Dio, Hist. 68, 2). Infelizmente, o seu governo foi de pouca duração.

Literatura para estas e as seguintes perseguições: *Allard*, Histoire des persécutions. — *Id.*, Le christianisme et l'empire romain de Néron à Théodose, 9. ed., Paris 1925. — *Fracassini*, L'impero ed il cristianesimo da Nerone a Constantino, Perugia 1913. — *Ehrhard*, Die Kirche der Maertyrer, Muenchen 1932. — *Profumo*, Le fonti ed i tempi dello incendio neroniano, Roma 1905. — *Semeria*, Il primo sangue cristiano, 3. ed., Roma 1907.

§ 15. Perseguições parciais no século II

130. O maior serviço que Nerva prestou ao império foi a adopção de **Trajano** (98-117), que lhe sucedeu no trono. Príncipe nobre e justo, começou o seu governo com a punição dos delatores, que tanto mal tinham feito durante o reinado de Domiciano. E tão bem sucedido ficou na

administração do império, que os romanos diziam aos seus sucessores: "Seja mais feliz do que Augusto e melhor do que Trajano". Menos feliz foi a sua atitude para com o cristianismo, que sofreu violenta perseguição. Motivo desta perseguição foi um decreto contra as heterias; mas as violências foram mais obra do povo, do que do imperador (Eus., HE 3, 33).

131. *a.* As notícias mais exatas sobre esta perseguição encontram-se na carta de Plínio o Moço, governador da Bitínia, ao imperador e no rescrito de Trajano. Pouco depois de ter tomado posse do governo, Plínio publicou a ordem de Trajano que proibia as heterias, associações não reconhecidas pelo Estado. Em consequência disto, muitos cristãos deixaram de assistir às reuniões do culto. Outros, porém, continuavam a reunir-se, e, por causa de denúncias, Plínio teve de ocupar-se da questão. Mas não conseguiu verificar os crimes de que os cristãos eram acusados. E assustado pelo número elevado dos fiéis e convencido da sua inocência, ainda que os achasse "excessivamente supersticiosos", consultou o imperador e pediu uma norma de conduta (Ep. 10, 96).

b. Trajano respondeu-lhe pelo célebre rescrito, dizendo que não era possível estabelecer norma fixa e geral. "Persegui-los não devemos. Se tos trouxerem e forem réus convictos, punam-se; mas, se negarem ser cristãos e demonstrarem não o ser, orando aos deuses, sejam mandados em paz... Libelos anônimos, por caso nenhum os admitas, seja qual for a acusação" (Ep. 10, 97). Este rescrito, tão ilógico e tão pouco fundado na legislação romana, deu a Tertuliano motivo a uma acerba crítica (Apol. 2). Todavia, ficou sendo norma de proceder por um século inteiro.

132. Muito pouco sabemos sobre os mártires que sofreram no reinado de Trajano. Eusébio refere que, em virtude do rescrito imperial, a perseguição foi um tanto reprimida. Mas em consequência das agitações das massas do povo e das autoridades provinciais, muitos cristãos foram vitimados. Os mártires mais distintos deste tempo, e os únicos, cujos nomes nos foram transmitidos por Eusébio, foram S. Simeão, bispo de Jerusalém, que, na idade de 120 anos, foi crucificado (Eus., HE 3, 32), e S. Inácio de An-

tioquia, que foi levado a Roma, onde morreu vítima dos leões no anfiteatro († 107?).

133. *a.* Os dois imperadores seguintes, embora não mudassem a condição jurídica dos cristãos, mostraram ânimo mais favorável para com eles. **Adriano** (117-38), feliz no seu governo, grande amante das artes, amava também a justiça e a paz. Pelo rescrito que dirigiu a Fundano, procônsul da província Ásia (c. 125), e que S. Justino nos conservou, vê-se claramente que tomava os cristãos sob sua proteção, e ameaçava até de castigos severos qualquer injusta denúncia (Just., Apol. 1, 68).

b. Não pôde, no entanto, impedir que, durante o seu reinado, os cristãos da Palestina sofressem violenta perseguição por parte dos judeus. Estes, chefiados por Barkochba, sublevaram-se contra Roma (132-35), por causa dos editos de Domiciano e Adriano que proibiam a circuncisão, e por causa da ordem de Adriano de reconstruir Jerusalém como cidade puramente pagã, com o nome de Élia Capitolina (Suet., Dom. 7; Dio, Hist. 67). Os cristãos, negando-se a tomar parte na sublevação, tiveram que sofrer a vingança de Barkochba (Just., Apol. 1, 31), que, só depois de longas lutas, foi derrotado pelos exércitos romanos (Dio, Hist. 69).

134. *a.* Mais favorável ainda do que Adriano mostrou-se aos cristãos seu sucessor **Antonino Pio** (138-61). Eusébio nos transmitiu um edito, que este imperador teria dirigido às cidades da Ásia proconsular (HE 4, 13), tecendo grandes elogios aos cristãos e castigando os seus delatores. Se este edito de tolerância, hoje em dia, geralmente é considerado como apócrifo, ao menos na sua forma atual, certamente autêntico é outro edito do mesmo imperador, dirigido aos habitantes de Larissa, Tessalonica, Atenas e outras cidades da Grécia. Aqui Antonino Pio não proíbe os processos contra os cristãos como tais, mas sòmente os excessos (Eus., HE 4, 26).

b. Realmente, nem no reinado de Antonino Pio faltaram martírios. Em Roma morreu S. Tolomeu com dois outros cristãos, cujo martírio deu motivo a Justino a escrever a sua 2.ª apologia. A vítima mais insigne deste tempo foi o grande bispo, **S. Policarpo de Esmirna,** cujo martírio nos foi relatado minuciosamente numa carta da Igreja de Esmirna à comunidade de Filomelium na Frígia Magna. O precioso documento, escrito em 156, fala também de doze companheiros de Policarpo que o precederam na morte.

135. *a.* **Marco Aurélio** (161-80) não seguiu a política tolerante de seu pai adotivo Antonino. O filósofo estóico no trono imperial tivera por professor Fronto de Cirta, um dos mais encarniçados inimigos do cristianismo. Ao mesmo tempo, o filósofo Celso escreveu contra o cristianismo os seus livros cheios de ódio e de mentiras. Acresce ainda que as grandes calamidades, fome e peste, que assolavam o império, e os inimigos poderosos, que ameaçavam as fronteiras, em muitas partes despertavam a cólera do povo, que considerava os cristãos "ateus" como causadores de tantos males.

b. Da grande aflição da Igreja nos dão uma idéia as apologias de Atenágoras, Melito, Melcíades e Apolinaris, dirigidas neste tempo ao imperador, como também as relações e os atos dos mártires deste período. E' verdade que não foi lançado pròpriamente um edito de perseguição; mas um rescrito de 176, que proibia a introdução de novas religiões, dirigia-se, ao menos indiretamente, contra os cristãos (Eus., HE 4, 26). A uma consulta do procônsul das Gálias respondeu o imperador que mandasse executar os cristãos, que não quisessem abandonar a sua religião. Em outras províncias, as autoridades tomaram semelhantes medidas mesmo sem rescrito imperial, correspondendo ao ódio das massas populares.

c. É, pois, pouco provável que Marco Aurélio, depois da vitória sobre os quados, tenha proibido a perseguição, como nos relatam fontes cristãs (Tert., Apol. 5; Eus., HE 5, 5). Aliás, também as *Meditações* do imperador não nos permitem acreditar em tal medida. Ele próprio atribuiu a vitória às armas romanas e a Júpiter Plúvio, e não às orações dos cristãos.

136. Primeira vítima desta perseguição foi **S. Justino,** martirizado em Roma, no ano de 165. Com ele sofreram seis companheiros. Em Roma morreu também o papa Aniceto (154-65). O longo pontificado de seu sucessor Sotero (166-74) prova, porém, que na capital houve relativa tranquilidade. A perseguição não obedecia a um edito universal, nem ao cego ódio do filósofo no trono. Mas houve nu-

merosos mártires nas províncias. Certamente histórico é o martírio de Carpo, Pápilo e Agatonice de Pérgamo.

Com especial crueldade foram perseguidas as Igrejas de Viena e de Lião nas Gálias, onde uns cinquenta mártires selaram com o sangue a sua fé. O próprio bispo, Potino, quase centenário († 177), deu-lhes o exemplo. Os fiéis daquela Igreja descreveram-nos os horrores da perseguição e o heroísmo de seus irmãos numa carta às comunidades da Ásia proconsular e da Frígia. A carta não chegou até nós; mas Eusébio nos conservou boa parte (HE 5, 1-2). Os mesmos cristãos enviaram ao papa Eleutério (174-89) o presbítero Ireneu com a relação dos seus sofrimentos. Ireneu seria, em seguida, bispo de Lião.

137. A Marco Aurélio sucedeu Cômodo (180-92), homem perverso e imperador indigno. Todavia, os cristãos gozaram de paz, durante todo o seu reinado. Isto se deve à influência de Márcia, sua esposa morganática (Hipol., Philos. 9, 12), que, se não era cristã ou catecúmena, ao menos era amiga dos cristãos. Não obstante, ficou em pé o rescrito de Trajano, em virtude do qual sofreram o martírio alguns fiéis. Em Cartago foram condenados os seis mártires cilitanos (180), cujos atos nos são conservados. Em Roma sofreu S. Apolônio († 184), que pertencia à aristocracia da cidade (Eus., HE 5, 24), e S. Jerônimo dá-lhe o título de senador. Os atos do seu martírio são autênticos (Rauschen, Flor. Patr. III, 3. ed. 85 ss). O discurso que o ilustre mártir pronunciou em sua defesa perante o tribunal do prefeito pretoriano Perenis pode ser contado entre as apologias do século II.

§ 16. A perseguição de Setímio Severo e o primeiro período de paz

138. Cômodo não conhecia limites nos seus excessos. Foi um tirano tão cruel, que pareciam ter voltado os tempos de Calígola e de Nero. Acabou por cair vítima de um atentado. Depois de uma longa luta pela coroa imperial, **Setímio Severo** (193-211) foi universalmente reconhecido. Ele continuou, a princípio, a política tolerante de seu antecessor, razão por que Tertuliano lhe dedicou palavras de grande elogio (Ad Scap. 4). Todavia, morreram, pelo fim

do século II, muitos cristãos, martirizados pelos magistrados. Contra eles escreveu Tertuliano os seus livros *Apologeticum* e *Ad Nationes* (197).

139. No entanto, as perseguições entraram, em breve, numa segunda fase. E nada mais natural. Como a Igreja, a este tempo, já se apresentasse perfeitamente organizada e parecesse aos pagãos como um Estado universalista dentro do Estado romano, o próprio imperador mudou de conduta, começando a proceder mais sistemàticamente contra os cristãos. Pode ser que, além das considerações políticas, influíssem também revoltas dos judeus e exagerações dos montanistas.

O golpe dirigiu-se principalmente contra os catecúmenos. Um decreto de 202 proibiu, sob penas graves, a conversão ao cristianismo, como um decreto do ano anterior proibira passar ao judaísmo (Spart., Sever. 17, 1). A perseguição particular e tumultuosa do século II, começou a ser perseguição da Igreja como tal; e tão espantosa foi a tempestade, que muitos julgavam ter chegado o tempo do anticristo (Eus., HE 6, 7).

140. Na capital houve relativa tranquilidade. O papa Vítor I (189-98) pôde celebrar um sínodo para solucionar o problema da celebração da Páscoa. Zefirino (198-217) sobreviveu ao imperador. Tanto mais cruel foi a perseguição na África proconsular, onde Scápula continuou a perseguir os fiéis, ainda depois da morte de Setímio. Em Cartago ocorreu o glorioso martírio de **S. Perpétua** e **S. Felicidade** e companheiros. S. Perpétua mesma narra o seu martírio; e a sua *Passio,* redigida talvez por Tertuliano, é, entre os documentos deste gênero, o mais belo de todo o período das perseguições.

Em Alexandria sofreram S. Leônidas e muitos discípulos de seu filho Orígenes. A escola catequética teve de fechar as suas portas. Clemente, diretor da escola, deixou a cidade, e Orígenes, seu jovem sucessor, sofreu violentas vexações. Eusébio fala de numerosos outros mártires do Egito e da Tebaida (HE 6, 5). Clemente de Alexandria diz, no 2º livro dos *Strômata,* que ele viu diàriamente correr copioso sangue cristão.

141. Setímio Severo faleceu numa expedição à Britânia (211), deixando o império a Caracala e Geta. Com sua

morte começou um longo período de paz que durou, interrompido só pelo breve reinado de Maximino Trácio, até à perseguição de Décio (250). Caracala, aliás um tirano perversíssimo e assassino de seu irmão, quanto aos cristãos observou uma tolerância que, em parte ao menos, se explica pelas impressões que do cristianismo tivera na sua juventude (Tert., Ad Scap. 4), em parte, porque, sendo de família síria, não tinha relação intrínseca com a religião do Estado. Macrino (217-18), elevado ao trono depois do assassínio de Caracala, professou a mesma tolerância. Uma nova rebelião acabou por dar a coroa imperial a Eliogábalo (218-22), então sacerdote do Sol na Síria, apesar de ter apenas 13 anos de idade.

142. Já na corte de seu tio Setímio Severo, iniciara-se certo movimento religioso sincretista, promovido especialmente por Júlia Domna, filha de Bassiano, sumo sacerdote do Sol, e esposa de Setímio. Tal movimento veio a ser sumamente perigoso para o cristianismo, quando Eliogábalo formou o plano de refundir todos os cultos, mesmo o cristão, com o culto do Sol Invicto Mitras, que ele professava. Não pôde, porém, realizar os seus projetos; pois, por causa dos crimes que praticava no exercício do seu culto, os pretorianos o assassinaram (Lampr., Heliog. 3. 17).

143. *a.* **Alexandre Severo** (222-35), seu primo, que lhe seguiu no trono, foi de caráter diametralmente oposto. Jovem ideal, justo e puro no meio da devassidão da corte e, por isto, odiado por Eliogábalo, professava também o sincretismo religioso. Mas, influenciado por sua mãe Júlia Maméia, que procurava conhecer a religião cristã e, por isto, entretinha relações com Orígenes e Hipólito, "permitiu existirem os cristãos", como diz Lamprídio (Alex. Sever. 22). Segundo o mesmo escritor (c. 51), fez até escrever no seu palácio o preceito do Evangelho: "O que não queres que a ti façam os homens, igualmente não o faças tu a eles" (Lc 6, 31). Da mesma forma mandou, se é verdade o que relata Lamprídio, colocar no seu oratório pagão a imagem de Cristo, juntamente com as de Apolônio de Tiana, Abraão e Orfeu. E teria edificado um templo a Jesus Cristo, se os sacerdotes pagãos não o tivessem impedido (l. c. 29. 43-51). Numa contenda entre cristãos e taberneiros sobre um local

em Roma, decidiu em favor dos primeiros para exercerem ali o culto divino (l. c. 49).

b. Apesar de tudo, perante a lei a condição dos cristãos permaneceu a mesma. Por isto, não é impossível, que tenha havido martírios, durante o reinado do excelente monarca. As atas falam dos papas Calisto I (217-22) e Urbano I (222-30); e com o nome de Urbano liga-se também o de S. Cecília. Mas todas as atas, atribuídas ao reinado de Alexandre, são muito lendárias para poderem servir de fontes históricas.

144. Uma reação profunda contra os favores de Alexandre fez-se sentir, quando o jovem imperador foi assassinado em Mogúncia, numa expedição contra os germânicos. O assassino **Maximino Trácio** (235-38) cingiu a coroa imperial e perseguiu cruelmente os cristãos como partidários de seu antecessor. Os seus decretos dirigiram-se, sobretudo, contra os chefes da Igreja (Eus., HE 6, 27). De fato, o *Catálogo Liberiano* de 354 nos traz a notícia de que o papa Ponciano (230-35) foi condenado, junto com Hipólito, a trabalhos forçados nas minas da Sardenha (Kirch 547), onde ambos morreram. Também Antero, sucessor de Ponciano, morreu ao cabo de um ano, não sendo, porém, possível verificar se morreu como mártir.

Entretanto, Maximino não foi universalmente reconhecido e, portanto, os seus decretos não foram executados em toda parte. Só nas províncias da Capadócia e do Ponto, onde, por causa de terremotos, o fanatismo do povo se acendia mais ardentemente contra os cristãos, correu copiosamente o sangue dos mártires (Cypr., Ep. 75, 10).

145. Contra Maximino surgiram, em breve, revoluções em diversas partes do império. Os imperadores, proclamados por meio destas revoltas, Gordiano I, Gordiano II, Pupieno e Balbo, caíram vítimas de Maximino ou dos pretorianos. Finalmente, o tirano foi assassinado nas vizinhanças de Aquiléia, quando, declarado inimigo da pátria, invadiu a Itália. Gordiano III (238-44), menino de treze anos de idade, foi elevado ao trono. Mas **Filipe o Árabe** (244-49) o assassinou, numa expedição contra os persas, para cingir a coroa. E ele simpatizou tão abertamente com o cristianismo, que parecia ter abraçado a nova religião (Eus., HE 6, 34). De fato, porém, não é provável ter professado a

doutrina do Evangelho um imperador que, pelo assassínio, subiu ao trono e que, quando em 247 se celebrava o milenário da fundação de Roma, apareceu trajado de pontífice máximo (Eutr., Fel. 9, 3).

Neste longo período de paz que vai desde Setímio Severo até Filipe o Árabe, o cristianismo cresceu consideràvelmente. Ao desenvolvimento externo, porém, não correspondeu, infelizmente, a vida interna. Muitos cristãos deixavam dominar-se pela tibieza; já não conheciam o heroísmo dos mártires, capaz de resistir, quando uma nova perseguição veio afligir a Igreja.

§ 17. A perseguição sistemática e o segundo período de paz

146. Pelos meados do século III, o império marchava a passos rápidos para a ruína moral e política. Nas fronteiras ameaçavam contínuas rebeliões e incursões dos povos finítimos. Em Roma estavam esquecidas a religião e as antigas tradições.

Décio (249-51), que, numa expedição para a Panônia, fora proclamado imperador, resolveu restituir ao império o antigo esplendor. Julgando dever, antes de tudo, restabelecer a unidade interna e religiosa, projetou submeter os numerosos cristãos à religião do Estado, custasse o que custasse. Portanto, o fundamento jurídico das perseguições foram, daí em diante, editos universais, que visavam a extinção completa do cristianismo, não pela morte dos fiéis, mas pela apostasia.

147. Pelo fim de 249 ou em princípios de 250, apareceu o edito de Décio, que ordenava a todos os súditos oferecessem um sacrifício aos deuses do Estado. O golpe veio muito de improviso, e muitos, de fato, leigos e clérigos, apostataram, ou em consequência de simples ameaças ou de terríveis tormentos. O bispo Dionísio de Alexandria descreve o grande temor dos cristãos do Egito ao publicar-se o edito. S. Cipriano, bispo de Cartago, relata os acontecimentos em sua Igreja.

Ele distingue três categorias de lapsos. Uns ofereciam sacrifícios (sacrificati); outros só queimavam incenso diante das imagens (thurificati); outros ainda procuravam obter um libelo (libellatici) ou a inscrição nos registros imperiais (acta facientes) em testemunho de obediência ao edito

(Cypr., De laps. 7-9; Eus., HE 6, 39-41). Não menos de 41 destes libelos foram encontrados, desde 1893, no Egito, não sendo, porém, possível verificar a origem cristã de nenhum deles.

148. Mas o heroísmo cristão não se apagara de todo. Muitos fiéis preferiram renunciar antes à vida, do que à sua fé. Em Roma sofreu o martírio o papa Fabiano (235-50). Em Esmirna, o sacerdote Piônio foi preso, quando celebrava a memória de S. Policarpo. Como o grande bispo, assim também o piedoso presbítero morreu nas chamas da fogueira. Em Tiro foi cruelmente maltratado o grande Orígenes, que, pouco depois, veio a falecer. Em Alexandria, o jovem Dióscoro, que tinha apenas quinze anos de idade, sofreu com tão admirável heroísmo, que o governador lhe restituiu a liberdade. Aos mártires deste tempo pertencem, entre outros muitos, também S. Águeda de Catânia e S. Félix de Nola.

149. A perseguição causou grande perturbação na Igreja. Mas teve para ela também um efeito salutar. Purificou-a de seus maus elementos; e das ruínas ressurgiu a Igreja rejuvenescida. Muitos renegados voltaram ao seio da Igreja. Outros, não sentindo bastante força para enfrentar o martírio, retiraram-se aos desertos, dando início à vida eremítica. O edito deciano foi um fracasso.

Convencendo-se de que não conseguiria o desejado efeito, Décio desistiu, em princípios de 251, de seu edito. Pouco depois, caiu morto na guerra contra os godos. Fora uma figura grande e nobre entre os imperadores romanos, mas uma figura trágica. Não conhecera os sinais do tempo, as forças intrínsecas do cristianismo. Fascinado pelas festas brilhantes do milenário, que revestiram a antiga religião do Estado dum esplendor aparente, exaltara-lhe demasiadamente as forças e a vitalidade.

150. Sucedeu-lhe no trono o imperador Galo (251-53) que admitiu ao governo seu filho Volusiano. Em consequência duma peste, Galo ordenou que se oferecessem sacrifícios expiatórios a Apolo. Como os cristãos se negassem a cumprir a ordem, tiveram que sofrer nova perseguição (Eus., HE 7, 1). Desta vez, porém, estavam melhor preparados e mostraram maior constância nos suplícios, do que no tempo de Décio. O papa Cornélio morreu no desterro (253).

Lúcio, seu sucessor, também foi expulso. Alguns cristãos que, meses atrás, haviam renegado a fé, expiaram a culpa pelo martírio.

151. *a.* Galo, porém, caiu vítima duma rebelião, e **Valeriano** (253-60) restabeleceu a paz. O papa Lúcio pôde voltar do desterro (Cypr., Ep. 58). Segundo o testemunho de Dionísio Alexandrino, muitos cristãos se achavam até no palácio do imperador.

Mas o mesmo Dionísio nos informa que Valeriano, pelo fim do seu reinado, mudou de conduta, provàvelmente a instâncias de seu favorito, Macriano, general e mago egípcio (Eus., HE 7, 10-12). O escopo que visava era o de Décio; mas o modo foi mais violento. Um edito de 257 mandou, sob pena de desterro, que os bispos, presbíteros e diáconos sacrificassem aos deuses. Sob pena de morte foram proibidas as visitas aos cemitérios e às reuniões cultuais.

b. Vendo que este primeiro edito não surtia o desejado efeito, o imperador fez seguir outro, em 258, muito mais rigoroso. Ordenou 1º que os clérigos superiores fossem logo executados, se perseverassem na fé; 2º que os fiéis leigos de alta condição perdessem seus bens e dignidades e, se ainda perseverassem, fossem também supliciados; 3º que as mulheres nobres fossem despojadas de seus bens e desterradas; 4º que os oficiais dos domínios imperiais fossem condenados a trabalhos forçados.

152. *a.* Os mártires mais celebrados desta perseguição foram, em Roma, o papa **Xisto II** (257-58) e seus sete diáconos, entre eles o glorioso S. Lourenço. A forma de seu martírio tão conhecida, na grelha, é descrita, no entanto, só em atas lendárias. Quase um ano passou, sem que fosse possível dar a Xisto II um sucessor. Foi eleito então Dionísio (259-67). Que também os jovens Tarcísio e Pancrácio tenham sido martirizados nesta perseguição, não é possível provar. Em Cartago sofreu o martírio o grande bispo S. Cipriano. Possuímos ainda duas relações sobre o seu processo e sobre a sua heróica morte (Ruinart 252 ss). Em Útica, na África, um grupo numeroso de mártires, conhecidos pelo nome de *massa cândida,* e, na Espanha, S. Frutuoso, bispo de Tarragona, morreram igualmente pela fé.

b. A Igreja achava-se, pois, nos meados do século III, numa situação extremamente difícil, tanto mais, porque no

seu próprio seio houve dolorosas agitações. Contra o papa Cornélio, uma pequena minoria elevou ao sólio papal o orgulhoso presbítero Novaciano (251-58?). Aos motivos pessoais desta eleição acresceram motivos disciplinares que diziam respeito à penitência e produziram um perigoso cisma, o cisma novaciano (cfr. § 37).

153. *a.* A perseguição de Valeriano terminou, quando o imperador, traído, como diz Dionísio Alexandrino, por Macriano, caiu vergonhosamente nas mãos do rei Sapor I da Pérsia. Galieno (260-68), seu filho, não se preocupando com a sorte de seu pai, restabeleceu logo a paz religiosa e restituiu aos cristãos os cemitérios e as igrejas (Eus., HE 7, 13). Estes favores devem-se, provàvelmente, ao influxo de Salonina, esposa do novo imperador, que simpatizava com o cristianismo. E com isto começou um período de paz, que durou mais de quarenta anos.

b. O papa Dionísio pôde, pois, reorganizar a Igreja romana, tão provada nos anos anteriores. E soube também fazer valer a sua autoridade de bispo universal. Aparece como árbitro que vela pela pureza da fé, sobretudo na questão do monarquianismo sabeliano. Para ele apela o mundo em questões de fé.

c. Mas, embora o cristianismo pràticamente fosse reconhecido como religião lícita, a condição jurídica ficou a mesma como dantes. Permaneceu também a aversão das massas do povo e das autoridades provinciais. O sucessor de Galieno, Cláudio II (268-70), parece até ter perseguido os fiéis.

154. *a.* Aureliano (270-75) manteve o edito de Galieno. Confirma-o o benévolo acolhimento das petições que lhe fizeram os fiéis de Antioquia contra as pretensões de Paulo de Samósata (Eus., HE 7, 30). Este heresiarca monarquianista não quis ceder, apesar de ser deposto por um sínodo. O imperador pagão pronunciou-se a favor do partido que estivesse em união com a Igreja de Roma.

b. No entanto, como Aureliano fosse muito zeloso pelo culto dos deuses, não causa maravilha que cedesse às inspirações dos idólatras e publicasse um edito de perseguição. Mas o edito não teve importância, porque Aureliano foi assassinado, no mesmo ano, e seus sucessores tiveram de concentrar as suas atenções em outros problemas. Nada

se sabe de perseguições durante os reinados de Tácito (275-76), Probo (276-82), Caro (282-83) e seus filhos Numeriano e Carino (283-85). Mais perigosa foi uma reação espiritual anticristã, que durante o reinado de Aureliano teve a sua expressão nos 15 livros do neo-platônico Porfírio (cfr. § 20).

Durante este longo período de paz, a Igreja pôde desenvolver-se tranquilamente e recolher forças para resistir à última tempestade, a mais cruel e sangrenta de todas, a perseguição de Diocleciano.

§ 18. Último combate e vitória final do cristianismo

155. **Diocleciano** (284-305), filho dum escravo de Diocléia na Dalmácia, mas imperador prudente e capaz, seguiu igualmente, pelo espaço de vinte anos, a política de tolerância. Todos os seus cuidados concentravam-se na boa administração do império. Logo depois da sua elevação ao trono, dividiu-o em duas partes, reservando para si, com o título de Augusto Jóvio, a parte oriental com residência em Nicomédia, e confiando o ocidente a Maximiano, com o título de Augusto Hercúleo, com residência em Milão. Para cada uma das partes do império nomeou, em 293, um césar com direito de sucessão: Galério para o oriente, com residência em Sírmio, e Constâncio Cloro para o ocidente, com residência em Treves. Desta forma todo o império estava dividido em quatro prefeituras, doze dioceses e noventa e seis províncias, organização esta que, mais tarde, seria modelo da organização da Igreja.

156. *a.* A paz duradoura favoreceu extraordinàriamente a propagação externa da fé cristã. Nas cidades populosas ostentavam-se já formosas igrejas. Em muitas partes do oriente e da África, o número dos cristãos era igual ou até superior ao dos pagãos. A própria esposa de Diocleciano, Prisca, e sua filha Valéria adotaram o cristianismo ou, ao menos, simpatizavam com ele.

b. Mas as forças adversas compreendiam que era chegado o momento da luta decisiva. Um partido pagão, chefiado por sectários do neoplatonismo, que se formava em redor de Galério, logrou convencer o supersticioso Diocleciano da necessidade de mudar a sua política religiosa. Lactâncio (De mort. pers. 16) designa como autor das maquinações o neoplatônico Hiérocles, governador da Bitínia, que também com a arma literária combatia o cristianismo.

157. *a.* Esta última e mais sangrenta de todas as perseguições da antiguidade começou por um expurgo no exército. Só depois de longas deliberações consentiu Diocleciano na perseguição da Igreja. Não foi tirano. Tiranos foram Galério e, em seguida, o césar Maximino Daja.

b. Apareceram, com breve intervalo, quatro editos. O primeiro mandava destruir as igrejas e queimar os livros sagrados. Quem os entregava era chamado "traditor". O edito privava, além disso, os cristãos dos direitos civis, tirava aos que tinham algum cargo honorífico os seus postos e dignidades e condenava a trabalhos forçados os empregados imperiais (Eus., HE 8, 2; Lact., De mort. pers. 13).

c. Mas este primeiro edito parecia a Galério muito moderado. Um incêndio no palácio imperial de Nicomédia e rebeliões na Síria e Capadócia, atribuídas aos cristãos, motivaram um segundo edito, que ordenava a prisão dos clérigos. Um terceiro oferecia a liberdade aos apóstatas, enquanto que os renitentes deviam ser martirizados até à morte (Eus., HE 8, 6). Um quarto edito estendeu finalmente esta coação a todos os cristãos.

158. *a.* Desde então correu em torrentes o sangue dos mártires. Só nas Gálias, Espanha e Britânia havia paz. Constâncio Cloro só permitiu executar o primeiro edito. Os mártires mais conhecidos deste período são S. Inês, S. Lúcia, S. Justina de Pádua, S. Januário, bispo de Benevento e, desde o século V, padroeiro de Nápoles, e o mais celebrado de todos, **S. Sebastião.** S. Brás talvez tenha sofrido mais tarde o martírio. Muito lendários são os martírios de S. Maurício e da legião tebaica, como também de S. Úrsula e das suas "onze mil" companheiras.

b. Naqueles dias tremendos, a Igreja era chefiada pelo papa Marcelino (296-304). Ele foi acusado pelos donatistas de ter renegado temporàriamente a fé e de ter sacrificado incenso aos deuses. E' pura invenção. Já S. Agostinho negou tal opinião.

159. Diocleciano, cansado e desanimado pelo insucesso, abdicou em 305; e com ele teve de renunciar também

Maximiano. Os dois césares sucederam-lhes como augustos. Galério nomeou para césares Maximino Daja para o oriente e Severo para o ocidente (Itália e África). Depois da morte de Constâncio Cloro († 306), Severo recebeu a dignidade de augusto. Mas na sua expedição contra Maxêncio (306-12), filho de Maximiano, que usurpara o poder na Itália, perdeu trono e vida (307). Galério, não reconhecendo o usurpador, nomeou augusto para a Itália a Licínio. Esta nomeação descontentou sèriamente a Maximino e Constantino que sucedera a seu pai Constâncio e já fora proclamado augusto pelo exército. A fim de tranquilizar os ânimos, Galério concedeu o título de augusto a todos os chefes legítimos das prefeituras.

160. *a.* Nos domínios de Galério, Maximino e Licínio continuou a perseguição (Lact., De mort. pers. 21 ss; Eus., De mart. pal.). Morreram, a este tempo, os doutos presbíteros Pânfilo de Cesaréia e Luciano de Antioquia, como também os bispos Pedro de Alexandria e Metódio de Olimpo. Nas províncias do Danúbio sofreram S. Vitorino de Petau, S. Quirino de Síscia e os "Quatro Coroados". Segundo cálculos de Eusébio, o número dos mártires foi imenso; e maior ainda foi o número dos confessores, lançados nos cárceres, submetidos a tormentos, enviados às minas, depois de mutilados. Só nos domínios de Constantino e Maxêncio os cristãos gozavam de quase completa paz.

b. Não obstante, a Igreja romana achava-se em condições dificílimas. Depois da morte do papa Marcelino, não foi possível dar-lhe logo um sucessor, devido às perseguições externas e perturbações internas. Só ao cabo de quatro anos sucedeu-lhe Marcelo I (308-09). Durante a longa sedisvacância, a organização eclesiástica ficou quase inteiramente dissolvida.

161. Mas, em breve, despontaria o dia da paz, também no oriente. Galério adoeceu gravemente, em 310. Talvez ainda no fim do mesmo ano, redigiu, de acordo com Licínio e Constantino, um edito de tolerância, publicado em 311 (Lact., De mort. pers. 34; Eus., HE 8, 17). Confessando que se enganara em perseguir os cristãos, concedeu-lhes restaurar as suas igrejas e exercer livremente a sua religião. Só Maximino soube, por algum tempo, ignorar em seus domínios o edito. Pouco depois faleceu Galério. Maximino foi

derrotado numa guerra com os armênios. Constantino Magno, em breve, havia de conduzir o cristianismo à vitória completa.

162. Ofendido por Maxêncio, Constantino marchou contra Roma, em Outubro de 312, venceu o seu adversário junto à Ponte Mílvia e entrou triunfalmente na cidade. A sua vitória foi o triunfo do cristianismo. Já no ano seguinte, Constantino e Licínio publicaram, de comum acordo, o **Edito de Milão** (Lact., De mort. pers. 48; Eus., HE 10, 5), que assegurava a todos o livre exercício do culto, restituía aos cristãos todas as igrejas e todos os bens que se lhes haviam tirado durante a perseguição e concedia às autoridades e comunidades cristãs o direito de personalidades jurídicas. *Com este edito começa uma nova época na história do cristianismo.*

163. O novo estado das coisas não foi, porém, reconhecido por Maximino Daja. Ele excedia em crueldade o próprio Galério. Por isso, Licínio declarou-lhe a guerra e o venceu na batalha de Adrianopla. Desesperado, este mais cruel de todos os perseguidores suicidou-se em Tarso, tomando veneno († 313). Infelizmente, também Licínio, ambicionando o domínio de todo o império, aproximou-se novamente do partido pagão, começando a perseguir os cristãos. Pessoalmente não pronunciou nenhuma sentença de morte por motivo de religião; mas permitiu que o fizessem os governadores das províncias. As vítimas mais conhecidas são os chamados Quarenta Mártires, soldados de Sebaste na Armênia, e S. Brás, bispo da mesma cidade.

164. Em tais condições, religiosas e políticas, não seria possível evitar-se uma guerra entre os dois rivais. Constantino venceu em duas batalhas o seu adversário (323), e, senhor de todo o império, introduziu em toda parte o Edito de Milão. Rejubilava a cristandade, e Eusébio exprime esta alegria, quando no princípio do último livro da sua história eclesiástica canta com o salmista: "Cantai ao Senhor um cântico novo, porque Ele operou maravilhas. A sua destra e o seu santo braço fizeram-no triunfar. O Senhor manifestou o seu salvador; revelou a sua justiça aos olhos das nações" (Sl 97, 1-2).

165. ***A visão de Constantino.*** — A conversão de Constantino foi de tão grande importância para o império romano e para a história universal, que fàcilmente se compreende a origem das len-

das que se ligam a este acontecimento. Eusébio refere, na sua história eclesiástica, simplesmente, que Constantino, antes da guerra contra Maxêncio, invocou o auxílio de Deus, e que, depois da vitória, ordenou, se colocasse na sua estátua triunfal, que os romanos lhe erigiram, o sinal da redenção e se escrevessem no pedestal palavras alusivas ao fato (HE 9, 9).

Mais tarde, na sua *Vita Constantini* (1, 28-31), escrita em 337, relata Eusébio a visão lendária da cruz, apoiando-se no que lhe dissera o próprio imperador. Segundo esta narração, no princípio da guerra, provàvelmente ainda nas Gálias, numa tarde, o imperador estava olhando para o céu, quando, de repente, viu, em cima do sol, uma cruz flamejante com esta inscrição: *τούτῳ νίκα*. Na noite seguinte, apareceu-lhe Jesus Cristo com o mesmo sinal e ordenou-lhe que mandasse fazer um estandarte com o monograma de Cristo, o Lábaro.

Esta relação de Eusébio não carece de dificuldades; pois a aparição da cruz, como aqui se refere, não é mencionada em nenhuma das primeiras relações. Todavia, é fora de dúvida que não se baseia numa mera invenção. Também Nazário, num panegírico a Constantino, feito em 321, alude ao acontecimento. Lactâncio, igualmente contemporâneo, nota, já pelo ano de 314, que Constantino, durante um sono, recebeu uma ordem divina de afixar nos escudos o sinal de Deus e entrar assim no combate (De mort. pers. 44). Quando, alguns anos depois da vitória, foi levantado, em honra de Constantino, o arco triunfal, nele foi gravada a inscrição: "Imp. Caes. Fl. Constantino Maximo P (io) F (elici) Augusto S. P. Q. R. quod instinctu divinitatis... rempublicam ultus est armis".

Allard, IV — V. — *Bacci Venuti*, Dalla grande persecuzione alla vittoria de Cristianesimo, Milano 1913. — *Batiffol*, La paix Constantinienne et le catholicisme, 4. ed., Paris 1929. — La scuola cattolica, periodo mensile, ano XLI.°, serie V, vol. II: Il XVI Centenario della libertà della Chiesa, Milano 1913.

§ 19. Importância apologética das perseguições

166. "Mártires" chamavam-se os heróis cristãos, que sofreram por causa da sua fé. A palavra "mártir" significa, segundo a sua origem grega, "testemunha". Empregava-se, nos tempos apostólicos, para significar as testemunhas auriculares e oculares da vida e ressurreição do Senhor, i. é, os apóstolos (At 1, 8. 22). Ora, haverá testemunho maior em prol de uma verdade do que derramar por ela o próprio sangue? De fato, a palavra passou, em seguida, a designar aqueles que, com o seu sangue, deram testemunho da realidade dos fatos evangélicos e da doutrina dos apóstolos, enquanto que os demais defensores da fé eram chamados de "confessores", embora sofressem também perseguições, mas

não a morte. Todavia, ainda no século III, ambas as palavras eram empregadas indistintamente.

167. O testemunho dos mártires é de grande importância para demonstrar a divindade da religião católica. Para compreender toda a força deste argumento convém ter-se presente a grande multidão dos que pela fé sofreram a morte. Tem-se afirmado que o número foi muito exagerado; e é verdade. Mas não é menos verdade que uma historiografia tendenciosa e de má fé o tem diminuído demasiadamente. Se consultarmos as fontes autênticas, Tácito, Clemente Romano, Plínio o Moço, Ireneu, Cipriano, Eusébio, Lactâncio, etc., não podemos negar, que foi realmente muito elevado. Certo escritor moderno (Rosenberg), paganizante, cego pela paixão e por preconceitos, indica, para a perseguição de Diocleciano, nada mais de "nove bispos rebeldes executados" e, "para a província da mais veemente resistência, a Palestina, nada mais de oitenta sentenças executadas". E, todavia, já Cipriano, meio século antes de Diocleciano, fala de um "martyrum innumerabilis populus" (De mortalitate 26). Eusébio, metropolita de Cesaréia, não pretendia escrever a história dos mártires, senão da Palestina, e, no entanto, fala de centenas de mártires do Egito.

168. Houve numerosos mártires de todos os sexos, de todas as idades e de todas as condições. Os suplícios eram tantos e tão diversos, que fazem estremecer a quem lê as atas e as relações. Tácito os chama *esquisitissimos* (An 15, 44). Quanto aos gêneros de tormentos, uns eram prescritos pela lei, outros, muitas vezes, mais horríveis, eram inventados pela crueldade dos carrascos. A constância, com que os mártires os suportavam, era tão heróica e tão serena, que inspirava admiração aos próprios gentios.

Acrescem ainda milagres extraordinários, que se faziam por ocasião dos suplícios. Muitos perseguidores, cegos, neles não viam, senão produtos da magia. Muitos outros, porém, reconheciam neles a intervenção dum Deus todo-poderoso.

169. A consequência de tudo isso foi a multiplicação prodigiosa dos cristãos, de sorte que Tertuliano podia lançar em rosto aos magistrados: "Quanto mais vidas nos ceifais, tanto mais nós multiplicaremos; semente é o sangue dos cristãos" (Apol. 50).

Desta forma, o martírio é uma prova convincente da divindade do cristianismo. Realmente, era impossível que tantos mártires de todas as idades e condições, em todos os pontos do mundo, se sujeitassem, com paciência heróica, a uma morte dolorosa, prolongada e associada às mais requintadas torturas, se Deus os não amparasse e socorresse para não renegarem a sua fé. Uma religião assim protegida por Deus, tem que ser forçosamente divina.

Delahaye, Sanctus, Bruxelas 1927. — *Allard*, Dix leçons sur le martyre, Paris, 3. ed., 1907. — *Rosenberg*, Mythus des 20. Jahrhunderts, Muenchen 1934. — *Devívier*, Curso de apologética cristã, São Paulo 1925.

§ 20. Polêmicas contra o cristianismo

170. O cristianismo teve que sustentar não só as perseguições da força bruta, senão também das armas da palavra, falada e escrita. Apareceu uma série de libelos, nos quais a Igreja era atacada quer direta, quer indiretamente.

Os seus autores, vendo que o paganismo, na sua forma antiga, não podia rivalizar com o cristianismo, procuravam regenerá-lo e dar-lhe um caráter mais espiritual, insistindo particularmente no sentido alegórico dos mitos. Compreendendo, outrossim, que a vida e os milagres de Jesus Cristo eram para os cristãos os mais poderosos atrativos, opuseram-lhe a figura mistificada de Pitágoras e as maravilhas que atribuíam a Apolônio de Tiana, contemporâneo dos apóstolos. Nasceu assim o neopitagorismo, doutrina pitagórico-platônica, misturada com a ascética dos essênios.

Apolônio de Tiana é contado entre os sectários deste sistema. Faleceu pelo ano de 96, altamente venerado pelos pagãos. Parece, no entanto, que antes foi um charlatão, do que verdadeiro filósofo.

171. *a.* O primeiro escritor anticristão de algum valor foi **Luciano de Samósata,** autor da sátira *De morte Peregrini* (c. 167). Tomou por objeto de suas zombarias, ao menos indiretamente, os cristãos, representadas por um certo Peregrino Proteus, sacerdote criminoso, feito depois asceta do Egito, filósofo cínico e, finalmente, suicida.

b. **Celso,** filósofo platônico e amigo de Luciano, escreveu *λόγος ἀληθής* (c. 180), obra bastante perigosa, perdida hoje, mas pela maior parte conservada na resposta que Orígenes escreveu *Contra Celsum* (248). Celso divide a sua obra em quatro partes. Na primeira, o judaísmo combate a idéia messiânica dos cristãos; na segunda, ele mesmo combate a idéia messiânica em geral, também contra os judeus, pretendendo destruir assim o fundamento do cristianismo; na terceira impugna algumas doutrinas particulares da fé e da moral cristãs; na quarta, finalmente, procura justificar o paganismo, fornecendo com as suas afirmações as armas de combate não só aos seus contemporâneos, mas também aos inimigos posteriores da Igreja católica até aos nossos dias.

c. Ao mesmo tempo viveu **Fronto de Cirta** († dep. 175), mestre de Marco Aurélio. Segundo Minúcio Félix, pronunciou ele um discurso contra o cristianismo, repetindo todas as acusações tantas vezes propaladas, nunca, porém, provadas (Oct. 9, 6).

172. *a.* Mais perigoso tornou-se, em seguida, o neoplatonismo, fundado em Alexandria por Amônio Sacas († 242) e desenvolvido em Roma por Plotino e por Porfírio, Jâmblico e Proclo em Atenas. **Plotino** foi um caráter sincero, dedicado a uma vida ascética. Quis uma regeneração do paganismo, sem hostilizar o cristianismo. Não assim Porfírio, Hiérocles, Jâmblico e Proclo.

b. **Porfírio** († 304) escreveu *Quinze livros contra os cristãos* (c. 270). Como ele fosse, sem dúvida, o mais importante filósofo de seu tempo, excitou com seus livros sèriamente os ânimos. Estudou as Sagradas Escrituras do Antigo e Novo Testamento, e procurou desacreditá-las, demonstrando contradições aparentes entre os hagiógrafos, insistindo dum modo particular na discussão de S. Pedro e S. Paulo. Jesus Cristo lhe era um sábio e teurgo, a sua doutrina idêntica à de Platão. Negava os milagres operados por Cristo. Negava também os dogmas da ressurreição e da eternidade do inferno.

c. Pouco mais tarde, **Hiérocles,** governador da Bitínia e um dos autores da perseguição diocleciana, escreveu os dois livros *λόγοι φιλαλήθεις* (303), *Discursos amigos da verdade,* comparando Jesus Cristo com Apolônio de Tiana. A obra se inspira na novela biográfica, que Filóstrato, visando igual escopo, escrevera, a pedido de Júlia Domna, esposa inteligente de Setímio Severo. Filóstrato fizera uma

comparação entre Cristo e Apolônio, provàvelmente sem tendência anticristã. Hiérocles respira ódio.

Todos estes escritos, quer fossem queimados em virtude de um edito imperial de 448, que mandava queimar os livros de Porfírio e talvez de outros autores, quer fossem esquecidos na época seguinte, perderam-se, sendo conservados só alguns fragmentos nas obras dos apologetas cristãos, que vitoriosamente os refutaram.

173. Mas não só tratados literários, senão também produções da arte do pincel serviram para combater e ridicularizar o cristianismo. Mais de uma vez, os cristãos eram representados como adoradores de asnos. Provam-no Tertuliano (Apol. 16) e um crucifixo, encontrado no Palatino.

Kellner, Hellenismus und Christentum, Koeln 1864. — *Labriolle*, La reaction paienne. Etude sur la polémique antichrétienne du Ier au VIe siècle, Paris 1934. — *Muth*, Der Kampf des Philosophen Celsus gegen das Christentum, Mainz 1899. — *Kraus*, Das Spottkruzifix vom Palatin, Freiburg 1872. — *Bréhier*, La philosophie de Plotin, Paris 1928.

CAPITULO II

A CONSTITUIÇÃO DA IGREJA

§ 21. A jerarquia eclesiástica

174. Apesar de todas as perseguições, a Rocha de S. Pedro ficou inabalável, porque Jesus Cristo o prometera. A Igreja crescia, de dia para dia, externa e internamente. Era, por conseguinte, para ela uma lei de vitalidade aceitar formas cada vez mais perfeitas também no tocante à sua constituição.

E qual foi a constituição da Igreja primitiva? Não foi democrática, como geralmente dizem os protestantes, nem simplesmente carismática, sem autoridade jurídica; e sim monárquica, essencialmente tal qual ainda hoje é.

175. Nos seus princípios, a direção estava naturalmente só nas mãos dos apóstolos. Do divino Mestre receberam a ordem de ensinar as gentes, batizando-as a observar todas as coisas que Ele havia mandado (Mt 28, 19-20). Mas os doze tinham a seu lado os companheiros e auxiliares que, como todos os primeiros pregadores do Evangelho, eram

chamados "apóstolos" ou "evangelistas" (At 21, 8; Eph. 4, 11; Did. 11, 3-6).

Particular menção merecem entre eles os "profetas" e "doutores" (At 13, 1). Aqueles eram homens dotados de especial carisma para exortar os fiéis e possuíam, às vezes, o dom de profecia; estes tinham o carisma de ensinar a doutrina de Jesus Cristo. Competia, pois, aos profetas e doutores a edificação e ulterior instrução dos fiéis, enquanto que os doze se ocupavam na fundação e direção das Igrejas. A missão dos profetas e doutores tem caráter carismático, transitório. O ministério dos apóstolos pròpriamente ditos não era um carisma transitório, mas instituição permanente (cfr. Clem. Rom., Cor. 42, 1-2; 4).

176. As fontes primitivas dizem-nos, outrossim, que os apóstolos, nas diversas Igrejas, instituíam lugar-tenentes (At 14, 22; 20, 17. 28), bispos, presbíteros e diáconos, aos quais conferiam a sua própria autoridade. Portanto, desde os primeiros tempos da Igreja, os poderes que Jesus Cristo tinha dado aos apóstolos passaram a seus sucessores. Os carismas desapareceram, mais e mais, depois dos tempos apostólicos, enquanto que os outros cargos, conferidos pela imposição das mãos e pela oração, permaneciam (At 6, 6; 13, 3). Eles são um elemento essencial da Igreja, formando a jerarquia do Novo Testamento.

177. Nos tempos do primeiro zelo, quando todos "tinham um só coração e uma só alma", não era necessário que a autoridade eclesiástica se manifestasse muito. Não era necessário que fossem determinadas jurídica e exatamente as atribuições dos superiores. Crescendo, porém, o número das comunidades e de seus membros e com eles também o número dos indiferentes e heréticos, já de per si a autoridade e a organização da Igreja deviam acentuar-se mais claramente.

Já S. Paulo escreve que havia nas Igrejas uma distinção entre os fiéis. Uns eram os que regiam e ensinavam, outros os que eram governados e que escutavam (Filip 1, 1). Aqueles se chamavam clérigos e estes, leigos (At 1, 17; 20, 28; Clem. Rom., Cor. 40).

178. Os clérigos eram designados com o nome de bispos, presbíteros e diáconos. Os dois primeiros nomes, a princípio eram equivalentes. S. Paulo mandou de Mileto cha-

mar os *presbíteros* da Igreja de Éfeso (At 20, 17) e lhes disse: "Atendei a vós e a todo o rebanho, sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu *bispos* para governardes a Igreja de Deus" (At 20, 28).

Todos os presbíteros de uma comunidade formavam o presbitério (1 Tim 4, 14), instituição esta que se formou a exemplo das sinagogas, dirigidas por um conselho de anciãos. Tal presbitério tinha um presidente, e, à medida que este concentrava em suas mãos a direção da comunidade, cresciam as suas atribuições, e reservava-se só a ele o nome de bispo.

179. Esta distinção entre diversos graus da jerarquia, que encontramos já nas cartas dos primeiros Padres apostólicos, S. Clemente Romano (Cor. 40; 42; 44) e, mais claramente, S. Inácio (Ef. 6, 1; Tral. 3, 1), demonstra que se acentuava, mais e mais, o caráter monárquico da Igreja. O bispo era, como sucessor dos apóstolos, o chefe da comunidade. Ele era o pastor ordinário; ele administrava os sacramentos; ele celebrava os divinos mistérios. Os presbíteros eram os seus auxiliares, simples sacerdotes.

180. Daí não se segue que o episcopado seja posterior ao presbiterato ou uma evolução do mesmo, como pretendem os protestantes e como, nos tempos antigos, dizia S. Jerônimo (Com. in Tit. 1, 4; PL 26, 597). O mesmo santo ensina, em outro lugar, a distinção entre bispos, presbíteros e diáconos, "por instituição divina" (Adv. Lucif. 2; PL 23, 164). Em vão pretendem, pois, os protestantes provar como primitiva a constituição presbiterana. Pelo contrário, o presbiterato é uma derivação do episcopado. De fato, não se compreenderia, como o episcopado podia ser reconhecido, desde logo, e tão universalmente, se existisse primeiro o presbiterato, tanto menos que a suprema autoridade, o papa, não tinha ainda, nesses tempos, influxo suficiente para introduzir, uniformemente e em toda parte, mudança tão incisiva.

181. Além disso, não nos faltam vestígios da constituição monárquica da Igreja nos tempos mais remotos. Timóteo e Tito têm, nas epístolas de S. Paulo, o caráter de bispos e do mesmo modo também os "Anjos" das sete Igrejas da Ásia Menor (Apoc 1, 20 ss). S. Tiago Menor é chamado por Hegesipo (Eus., HE 2, 1. 23) bispo de Jerusalém e a Sagrada Escritura o confirma (At 15, 13; Gál 1, 19; 2, 9). S. Ireneu e Hegesipo compuseram até catálogos dos bispos das Igrejas mais importantes, particularmente de Roma, que remontam até aos apóstolos (Iren., Adv. haer. 3, 3, 3; Eus., HE 4, 22). Isto não era possível, se o episcopado não fosse de origem apostólica.

182. O diaconato, segundo S. Inácio de Antioquia (Smirn. 8) e S. Clemente Romano (Cor. 42), instituição divina, tem a sua origem na eleição dos sete de Jerusalém (At 6, 1). Os diáconos eram, por via de regra, os auxiliares do bispo nos seus ofícios muito variados. Tinham de ajudá-lo na assistência aos pobres e no culto divino, principalmente na administração da Eucaristia. Batizavam também e pregavam por ordem do bispo. O seu encargo era, de fato, mais importante do que o dos sacerdotes, embora estes ocupassem um grau superior na jerarquia. A *Didascalia apostólica* (2, 44) os chama "ouvido e boca, coração e alma" do bispo.

Desde meados do século II, aparece também o cargo de arcediago, pessoa mais importante depois do bispo, e muitas vezes sucessor dele. Só mais tarde, quando foram criadas as paróquias, é que os presbíteros obtiveram maior autoridade.

183. Quando, com o crescimento das comunidades, se multiplicavam os negócios e não se julgava conveniente aumentar o número primitivo dos sete diáconos (Sin. de Neoces. c. 15), foram criadas novas ordens para seu auxílio nas atribuições de menor importância. Algumas destas ordens parecem remontar até aos últimos tempos apostólicos, a saber dos leitores e dos exorcistas. Nos meados do século III, acresce a ordem dos subdiáconos. Em seguida, ajuntaram-se ainda as ordens dos acólitos e dos ostiários. Assim se acha constituída a jerarquia no tempo do papa Cornélio (251-53), como consta de uma carta que ele escreveu ao bispo Fabiano de Antioquia (Eus., HE 6, 43).

184. Para o serviço dos enfermos e para instrução de mulheres que não podiam ser instruídas convenientemente pelos homens e para outros cuidados houve a instituição das diaconisas, de que nos fala já S. Paulo na sua epístola aos romanos (16, 1 ss). A superiora das diaconisas era a πρεσβῦτις. Ao lado das diaconisas aparecem as viú-

vas (1 Tim 5, 3 ss), cuja missão principal era a oração. Mas estes dois cargos não se diferençavam rigorosamente entre si, tanto assim que, ao menos no princípio, o cargo de diaconisa era desempenhado regularmente por viúvas.

§ 22. Organização das dioceses e províncias eclesiásticas

185. *a.* Para o ulterior desenvolvimento da organização eclesiástica influiu sensivelmente a do império. Este se constituía de cidades, províncias e dioceses políticas. As primeiras comunidades cristãs eram fundadas nas cidades, onde os bispos estabeleciam a sua sede. Elas formavam com seus arredores as paróquias, chamadas, desde o século V, dioceses. Já antes, as comunidades de cidades maiores eram divididas em comunidades menores que se agrupavam em volta de igrejas, chamadas "tituli". A sua administração era confiada a um presbítero, ajudado por outros clérigos. Pelo ano 300, havia perto de vinte "tituli" na cidade de Roma.

b. À medida que o cristianismo penetrava também no campo (κατὰ χώρας) formavam-se ali Igrejas independentes com próprios bispos, chamados "corepíscopos", que, porém, no século V, foram substituídos por simples sacerdotes, dependentes do bispo da cidade. Dividia-se desta forma a diocese em paróquias no novo sentido da palavra.

186. Como diversas paróquias formavam a diocese, assim várias dioceses formavam as províncias eclesiásticas, cujos limites coincidiam, por via de regra, com os limites das províncias políticas. Os apóstolos tinham pregado, de preferência, nas metrópoles das províncias romanas, porque nelas se achavam geralmente judeus em maior número. Partindo da metrópole, fundavam-se comunidades também nas outras cidades. Daí se explica certa união orgânica entre a Igreja da metrópole e as comunidades das cidades vizinhas, certa autoridade do bispo da metrópole, o *metropolita,* e dependência dos bispos das demais cidades, os *sufragâneos.* O metropolita, ou arcebispo, como mais tarde se chamava, convocava os sínodos provinciais e lhes presidia. Os primeiros vestígios desta constituição remontam, pois, ao tempo dos apóstolos. Mas foi principalmente no concílio de Nicéia (325), que os direitos do metropolita foram sancionados (cân. 6).

187. À semelhança das dioceses imperiais, finalmente, formaram-se, na Igreja oriental, os chamados *exarcados* eclesiásticos, Igrejas, cujo influxo ultrapassava os limites da província. Eram particularmente Antioquia, para a diocese política do oriente, e Alexandria, para o Egito e as províncias limítrofes. Mais tarde, eram chamados *patriarcados,* enquanto Éfeso e Cesaréia ficaram com o nome de exarcados. No ocidente não havia tal divisão. Roma era o único patriarcado da Igreja latina; e isto foi de grande importância para se conservar a unidade eclesiástica; pois as muitas contendas que houve no oriente, o ocidente não as conheceu.

Michels, L'origine de l'épiscopat, Louvain, 1900. — *Semeria,* Dogma, gerarchia e culto nella chiesa primitiva, Roma 1902. — *Bruders,* Die Verfassung der Kirche von den ersten Jahrzehnten der apostolischen Wirksamkeit an bis 175 n. Chr., Mainz 1904. — *Batiffol,* L'Eglise naissante et le catholicisme, Paris 1909. — *Dieckmann,* Die Verfassung der Urkirche, Berlin 1923.

§ 23. O primado do bispo romano

188. A tendência de centralizar a Igreja na forma monárquica, pela organização de dioceses e províncias, culmina no papado, pela unidade da Igreja universal. Esta unidade não é senão a consequência da sua origem e essência divinas. Jesus pregara o reino de Deus, e todos os cristãos tinham a consciência de serem membros deste reino único, Corpo Místico de Cristo. Esta consciência era confirmada pelo fato de lhes ter o divino Mestre dado um pastor comum para todo o rebanho, um chefe, que não só havia de representar a unidade, senão também efetuá-la.

189. Aqui temos o princípio do problema do primado do papa. A história atesta que a Igreja romana teve, desde os inícios da sua existência, a primazia sobre as demais Igrejas. S. Pedro era o centro externo de unidade, centro que devia existir não só no tempo apostólico. A sua prerrogativa, seu **primado de jurisdição,** prometido e conferido por Jesus Cristo (Mt 16, 18; Jo 21, 15-17) e confirmado por muitos fatos relatados na Sagrada Escritura, havia de passar aos seus sucessores. E prova-o com certeza absoluta também a tradição constante da Igreja. Os Santos Padres todos estão de acordo em conceder a S. Pedro o primado de jurisdição.

190. S. Inácio de Antioquia chama, no princípio da sua carta aos romanos, aquela Igreja "dileta e iluminada, a qual também preside na região dos romanos... e preside à aliança da caridade", i. é, da Igreja universal; pois, segundo a terminologia de S. Inácio e segundo o conexo, será difícil dar outro sentido a esta expressão (cfr. Rom 9, 3; Tral. 13, 1).

Abércio, bispo de Hierópolis, no seu célebre epitáfio de 193, conservado no museu lateranense, dá à Igreja romana o título de Rainha, vestida de ouro (Kirch 155).

S. Ireneu reconhece na Igreja romana uma "potentior principalitas", por ser fundada pelos apóstolos S. Pedro e S. Paulo, e exige que, por motivo desta dignidade, todas as Igrejas com ela estejam unidas (Adv. haer. 3, 3, 2).

Também S. Cipriano fala, muitas vezes, do primado romano; e o seu testemunho é tanto mais precioso, quanto mais envolvido se achou em sérias controvérsias com aquela Igreja. E' verdade que o grande bispo de Cartago dá aos outros apóstolos a mesma honra e o mesmo poder como a S. Pedro, e ensina que os bispos devem dar contas sòmente a Deus da administração das suas Igrejas. Todavia, em suas cartas chama a sede de Roma "cathedra Petri", e "Ecclesia principalis, unde unitas sacerdotalis exorta est" (Ep. 55, 8; 59, 14). Portanto, embora S. Cipriano não fosse um advogado da posição monárquica do bispo de Roma, não pode ser chamado episcopalista, como o fizeram diversos autores modernos.

191. O testemunho dos Santos Padres é confirmado por fatos históricos. A Igreja romana, desde os primeiros tempos, tem exercido esta primazia, e embora o exercício do primado não alcançasse logo a sua importância medieval e o bispo de Roma ainda não tivesse um título distintivo, todavia, sempre reclamava para si aquele primado, e os outros bispos lho reconheciam. E as provas?

Quando, pelo fim do primeiro século, surgiram contendas na Igreja de Corinto, o bispo romano, S. Clemente (e não o apóstolo S. João, que ainda vivia e residia em Éfeso), admoestou os cristãos, e o seu tom autoritário revela a sua consciência de possuir a supremacia (Cor 1, 57. 59. 63). Ele pede, suplica aos culpados, mas também manda e requer obediência como a quem escreve no Espírito Santo (cfr. Tixeront 1, 141-42).

Mais tarde, Dionísio de Alexandria foi acusado perante o papa Dionísio (259-68) de ter chamado o Filho de Deus uma criatura do Pai. O bispo de Alexandria justificou-se perante o bispo de Roma, sem contradição alguma.

192. E' digno de notar-se também que os hereges e cismáticos procuravam, antes de mais nada, a comunhão com Roma, convencidos de que esta comunhão equivalia à comunhão com a Igreja universal. A primazia da Igreja de Roma aparece, portanto, como um fato consumado, já nos primeiros séculos da história.

Rauschen, Textus antenicaeni ad primatum Romanum spectantes (Flor. patrist. 9), Bonnae 1914. — Geiselmann, Der petrinische Primat (Bibl. Zeitfr. XII, 7), Muenster 1927. — *Tixeront* 1, 131 ss.

§ 24. Educação, eleição, sustento e qualidades do clero

193. Os primeiros pregadores do Evangelho não possuíam, geralmente, grande erudição. Os próprios apóstolos tinham sido simples pescadores. Os carismas substituíam-lhes esta falta (1 Cor 12, 28). Mas, com o correr do tempo, sentia-se, mais e mais, a necessidade duma devida educação dos ministros do altar. Como Jesus Cristo reunira em redor de si os apóstolos a fim de prepará-los para a sua alta missão, assim o faziam também estes, instruindo os seus discípulos por um tratamento pessoal. Mais tarde, fizeram-no, da mesma forma, os seus sucessores. Foi esta a educação ordinária dos clérigos na antiguidade.

Uma preparação eficaz para as ordens superiores da jerarquia eram também as ordens inferiores; pois ninguém podia ser promovido, se não havia mostrado a sua capacidade na ordem imediatamente inferior. Desde fins do século II, aparecem, além disso, as escolas catequéticas em Alexandria, Antioquia, Cesaréia e outras cidades, cujo fim primário era a instrução dos catecúmenos e dos fiéis. Mas estas escolas serviam também para educação do clero.

194. **A eleição** dos clérigos estava, no princípio, nas mãos dos apóstolos e dos seus primeiros sucessores, tomando-se em conta também os desejos da comunidade. Assim nos diz S. Lucas, quando fala da eleição de S. Matias e dos sete diáconos de Jerusalém. S. Paulo instituiu presbí-

teros e escreveu a Tito que fizesse o mesmo em Creta (Tit 1, 5). S. Clemente Romano atesta o mesmo costume (Cor. 44).

Mais tarde, a eleição do bispo fazia-se pela comunidade e pelos bispos da província. Segundo Cipriano (Ep. 55, 8; 59, 5; 67, 3-5) competia à comunidade o direito da eleição, aos bispos da província, o consentimento e a sagração. Esta se fazia, a exemplo dos apóstolos e conforme os cânones de Arles (314) e Nicéia (325), pela imposição das mãos, precedida pelo jejum e acompanhada por orações. A ordenação dos sacerdotes e diáconos obedecia às mesmas normas. A sagração do bispo devia ser feita por três bispos (Arles c. 20).

195. **O sustento** dos clérigos obedecia, desde os princípios do cristianismo, às palavras de Jesus Cristo: "O operário é digno do seu alimento" (Mt 10, 10), e de S. Paulo: "Não sabeis que os que trabalham no santuário comem do que é do santuário, e que os que servem ao altar têm parte no altar?" (1 Cor 9, 13). Por isto, os cristãos ofereciam donativos por ocasião do culto divino. A *Doutrina dos apóstolos* (c. 13) pede as primícias para a Igreja. Tertuliano fala de contribuições que se faziam mensalmente (Apol. 39).

Mas, como S. Paulo (At 20, 34), assim, nos tempos seguintes, os clérigos se sustentavam, não raras vezes, pelo trabalho de suas próprias mãos, ou até pelo comércio, o que certamente não se fazia sem grande perigo. S. Cipriano se queixa amargamente de muitos clérigos avarentos (De laps. 6), e o sínodo de Elvira (c. 39) viu-se obrigado a proceder contra os excessos de tal comércio, que, não obstante, só no século V, deixa de ser fonte de sustento para o clero, provàvelmente em virtude de um decreto de Valentiniano III (452).

196. **As qualidades** morais e intelectuais, exigidas para a admissão dos clérigos, foram enumeradas, pela primeira vez, por S. Paulo (1 Tim 3, 2 ss; Tit 1, 5 ss). Eram excluídos da ordenação os bígamos, os neófitos, os penitentes, os clínicos e os que se castraram a si mesmos. Para os bispos exigia-se uma idade de cinquenta anos, para os presbíteros, uma idade de trinta anos (Didasc. 2, 1).

197. **O celibato** não era obrigatório para os eclesiásticos. Os que entravam casados no estado eclesiástico, podiam nele continuar a viver com suas mulheres. Depois da ordenação, porém, os bispos, presbíteros e diáconos não se podiam mais casar.

Todavia, como o celibato, segundo expressões claras da Sagrada Escritura, tanto de Jesus Cristo (Mt 19, 12), como de S. Paulo (1 Cor 7, 7. 25 ss), era mais perfeito e dispunha melhor para o serviço de Deus, muitos cristãos abstinham-se voluntàriamente do casamento, e de entre eles eram escolhidos, de preferência, os clérigos. Deste modo, o celibato foi considerado, desde logo, como estado mais apropriado às três ordens superiores da jerarquia eclesiástica, e, desde o século IV, se foi tornando obrigatório. Pela primeira vez foi decretada esta obrigação no cân. 33 do concílio de Elvira (c. 300), tornando-se, em seguida, universal para o ocidente.

Uma tentativa do concílio de Nicéia de introduzir o celibato obrigatório também no oriente foi frustrado pela oposição do bispo Pafnúcio do Egito (Socr., HE 1, 11). Contudo, o celibato tornou-se obrigatório também no oriente para os bispos.

Funk, Kirchengesch. Abhandlungen und Untersuchungen I, Paderborn 1897. *Hergenroether-Kirsch* I 240-41.

CAPITULO III

CULTO, DISCIPLINA E VIDA RELIGIOSO-MORAL DA IGREJA

§ 25. Batismo, símbolo batismal e oposição herética

198. *a*. Um dos fatores principais, que levaram o cristianismo à vitória, foi a admirável harmonia entre a fé e a vida dos cristãos. No tempo das perseguições, o exemplo dos fiéis e o heroísmo dos mártires eram, não raras vezes, causa de repentinas conversões. O martírio substituía, nestes casos, a preparação e o batismo (Tert., De bapt. 16). Fora destes casos, porém, o batismo era, desde o primeiro dia da Igreja, condição necessária para entrar no reino de Deus, em virtude das palavras de Jesus Cristo (Mt 28, 19; Jo 3, 5).

b. Nos tempos apostólicos, o batismo era administrado logo depois da profissão de fé em Jesus Cristo, como atestam, diversas vezes, os Atos dos Apóstolos. Mais tarde, porém, fazia-se preceder um longo período de preparação, o catecumenato. O sínodo de Elvira estabeleceu que durasse dois anos, e quando necessário até três (cc. 4. 42).

199. O nome de "catecúmenos" foi empregado, pela primeira vez, por Tertuliano. Mas já S. Justino conhece a instituição (Apol. 1, 61), e, pelo ano de 220, encontramos em Roma um catecumenato perfeitamente organizado (Hip., Trad. apost. 40-45).

Durante o catecumenato, os que se preparavam para entrar na Igreja podiam assistir sòmente à primeira parte da santa Missa, chamada "Missa dos catecúmenos". Distinguiam-se, no entanto, desde o sínodo de Neocesaréia (c. 5), três classes de catecúmenos: os audientes, que assistiam à pregação; os genuflectentes, que, depois da pregação, assistiam ainda à oração e à bênção do bispo; os competentes, que já estavam para receber, em breve, o batismo.

De tudo isto se deduz que o batismo dos adultos era a regra. Mas também o batismo das crianças se praticava (Iren., Adv. haer. 2, 22. 4). Orígenes chama-o uma tradição apostólica (Ep. ad Rom. 5, 9). Desde o século III, é costume geral. S. Cipriano quer que o batismo não seja adiado mais de oito dias depois do nascimento da criança.

200. Fora de casos de necessidade, a administração do batismo tinha lugar nas vigílias da Páscoa e de Pentecostes. Fazia-se primeiro nos rios, tanques e mares, ou em qualquer lugar, onde houvesse água (Did. 7; Just., Apol. 1, 61; Tert., De bapt. 4), mais tarde, em batistérios próprios, por uma tríplice submersão. Aos enfermos (clínicos), e em casos que não permitiam a submersão fazia-se por irrigação ou aspersão.

Administravam-no os bispos ou, por seu mandato, os presbíteros e diáconos. Em caso de necessidade, também os leigos podiam batizar (Tert., De bapt. 17).

201. Já antes de 200, os escritores eclesiásticos falam de algumas cerimônias que precediam ou acompanhavam o ato do batismo: o sinal da cruz, o sal, a unção com óleo, a renúncia a Satanás, os exorcismos, a profissão de fé. Tertuliano menciona também os padrinhos (De bapt. 18). Depois do batismo, o bispo impunha ao neófito a mão, ungindo-o com crisma. Era um novo sacramento (DB 2044). A solenidade acabava com a santa comunhão e prolongava-se pelo espaço de oito dias, durante os quais o neófito vestia a túnica branca. Como a solenidade terminava no domingo da Pascoela, dava-se-lhe, no ocidente, o nome de "Dominica in albis" (depositis).

202. *a.* A profissão de fé, que se recitava antes do batismo, baseava-se na fórmula prescrita por Jesus Cristo (Mt 28, 19) e continha os pontos principais da tradição apostólica. Era, por isso, o fundamento da instrução dos catecúmenos. "Regra da fé" ou "da verdade" chamam-na S. Ireneu e Tertuliano. Mais tarde, tornou-se mais usado o nome de "símbolo".

b. Na sua forma atual data dos meados do século V. Nos séculos IV e V, os apóstolos eram tidos universalmente como seus autores. De fato, encontramos, no ocidente e, mais determinadamente, em Roma, um símbolo batismal, exatamente delineado, já pela volta do século II. O texto mais antigo que se usava em Roma nos foi transmitido em latim e grego. E dele não discordava essencialmente o símbolo batismal usado no oriente. A sua origem é, portanto, anterior. Alguns o consideram como resultado de uma luta contra Marcião; outros o fazem aparecer nos princípios do século II, outros até nos fins do século I.

203. *a.* Quando se multiplicavam as heresias e cismas, acontecia que convertidos, batizados por heréticos, pediam admissão no seio da Igreja. Surgiu então o problema da eficácia de tal batismo. Tertuliano negava a sua validade; e o seu tratado *De baptismo* (c. 15) foi seguramente a causa de que no mesmo sentido se pronunciassem três sínodos de Cartago e da Ásia Menor (Eus., HE 7, 7). A teoria, em muitas regiões, foi posta em prática.

b. Em dois sínodos de Cartago, presididos por S. Cipriano (255 e 256), foi pronunciada, mais uma vez, a mesma doutrina. Daí resultou uma contenda acalorada entre as Igrejas de Cartago e Roma. O papa Estêvão I (254-57), tendo conhecimento da resolução dos sínodos africanos, defendeu a validade do batismo dos hereges, porque era o batismo de Jesus Cristo, e proibiu, sob pena de excomunhão, a sua repetição como "coisa nova" na Igreja (Cypr.,

Ep. 74, 1; DB 46). Realmente, não admitiu os legados dum terceiro sínodo de Cartago na comunhão da Igreja romana, o que equivalia a um anátema ao primaz da África. Cipriano resistiu. O cisma parecia inevitável. Estêvão não conseguiu extirpar o erro.

204. *a.* A perseguição valeriana tranquilizou, por algum tempo, os ânimos, e os dois adversários morreram durante a mesma perseguição, Estêvão em 257, Cipriano em 258. O papa Xisto II (257-58) restabeleceu a comunhão da Igreja de Cartago; mas não conhecemos claramente a conduta deste papa. Também ele morreu antes de Cipriano. Como o bispo de Roma, assim também Dionísio de Alexandria defendeu a validade do batismo dos hereges, salvando o caráter sacramental do batismo contra as considerações subjetivistas de Cartago.

b. Mais tarde, os donatistas negaram novamente a validade do batismo dos hereges. O sínodo de Arles (314) teve de tratar da questão. Condenou o erro, fazendo, porém, uma distinção entre diversas categorias de hereges, o que aliás fizera, por certo, Estêvão I e o que igualmente fizeram, mais tarde, os concílios de Nicéia e o Quinissexto.

Denzinger-Bannwart, Enchiridion symbolorum. — *Soden,* Der Streit zwischen Rom und Karthago ueber die Ketzertaufe, Rom 1908. — *Coch,* Die Taufe im Neuen Testament (Bibl. Zeitfr. III, 10), Muenster 1910. — *Duchesne,* Origines du culte chrétien, 5 vol., Paris 1925. — *Badcack,* The History of Creeds, London 1930.

§ 26. Eucaristia, ágape e disciplina do arcano

205. *a.* Ao batismo seguiam logo a confirmação, administrada exclusivamente pelo bispo, e a comunhão (Just., Apol. 61. 65; Tert., De bapt. 8). Centro do culto foi, desde o princípio do cristianismo, a Eucaristia. Os apóstolos e a primeira comunidade de Jerusalém, depois do primeiro Pentecostes, tomavam ainda parte no culto do templo. Mas tinham também as suas próprias reuniões, em casas particulares, onde diàriamente partiam o pão e tomavam as refeições com alegria e simplicidade de coração (At 2, 46).

b. Aqui temos dois elementos destas reuniões, a Eucaristia e os ágapes que, como a Última Ceia, se realizavam à tarde. Mas, em atenção aos abusos, mencionados por S. Paulo (1 Cor 11, 20-21), a Eucaristia passou a celebrar-se de manhã, talvez já pelo fim do tempo apostólico, ou talvez no princípio do século II, em virtude da lei de Trajano contra as heterias (Plin., Ep. 10, 97).

206. *a.* As partes principais da liturgia eucarística são mencionadas nos Atos dos Apóstolos (2, 42; 20, 7-11), na Doutrina dos Apóstolos (c. 9), na primeira apologia de S. Justino (cc. 65-67) e na Tradição Apostólica de S. Hipólito. As Constituições apostólicas, escritas pelo ano de 400, descrevem-nos a Missa dos fiéis segundo a liturgia clementina (Kirch 679 ss).

b. A Missa começava com salmos e hinos e com uma leitura bíblica, costume que da Sinagoga passou para a Igreja. À leitura seguia a homilia do bispo, a oração comum e a bênção do bispo. Aqui terminava a Missa dos catecúmenos.

c. Em seguida, os fiéis davam-se mùtuamente o ósculo da paz e ofereciam ao bispo o pão e o vinho misturado com água, e o bispo consagrava pão e vinho, pronunciando uma longa oração eucarística. Os diáconos repartiam o pão e o vinho consagrados entre os que assistiam. O pão era levado também aos ausentes, doentes e prisioneiros. Por via de regra, a comunhão era administrada em cada solenidade eucarística, debaixo das duas espécies. O pão consagrado, que se punha na mão dos comungantes, podia ser levado para casa e servir assim para comunhão diária. O costume de receber a comunhão em jejum é mencionado por Tertuliano (Ad uxorem 2, 5), e é realmente tão antigo como o de celebrar a Eucaristia de manhã.

207. Logo no princípio do cristianismo, o domingo era o dia da solenidade eucarística (At 20, 7; Did. 14; Just., Apol. 1, 67). Tertuliano, porém, menciona também a celebração nos dias das estações (De orat. 19), i. é, 4.ª e 6.ª feiras. S. Cipriano fala até do sacrifício diário (Ep. 57, 3). A celebração competia ao bispo, que era assistido pelos sacerdotes e por todo o clero. Quando um sacerdote o substituía, fazia-o com prévia autorização do bispo.

208. Os ágapes que, a exemplo da Última Ceia, precediam à Eucaristia, continuavam a realizar-se à tarde, quando esta já passara a celebrar-se de manhã. Eram convites de caridade, feitos com os donativos dos fiéis. A Didascalia e as Constituições Apostólicas chamam-nos "eulógia",

Eram acompanhados de orações e salmos, como também de pregações oportunas. Tinham o fim de socorrer os pobres e de cultivar a caridade entre os irmãos. No entanto, o costume degenerou ràpidamente; e a degeneração levou, desde o século IV, à sua supressão, decretada definitivamente pelo cân. 74 do sínodo trulano, no ano de 692.

209. Obedecendo à ordem de Jesus: "Não deis aos cães o que é santo, nem lanceis aos porcos as vossas pérolas" (Mt 7, 6), os fiéis guardavam segredo acerca dos mistérios da sua fé. Daí formou-se uma linguagem simbólica incompreensível aos alheios, a **disciplina do arcano,** como a chama, pela primeira vez, o teólogo reformado Dalleus († 1670). Ela dizia respeito principalmente aos sacramentos do batismo e da Eucaristia, mas também ao mistério da SS. Trindade, ao símbolo da fé, ao Padre-nosso e outros pontos da doutrina. A sua existência nos tempos apostólicos é provada pelos apologetas do século II. Numerosos símbolos cristãos, como o peixe, a âncora, a barca, a pomba, o cordeiro, etc., ainda hoje dão testemunho da instituição.

Além do fim de ocultar os mistérios da fé aos pagãos, a disciplina do arcano visava também um fim pedagógico de preparar os catecúmenos e de estimular o seu zelo. Só assim se explica a sua existência ainda no século V, quando já não havia mais perigo de profanação.

Rauschen, Monumenta eucharistica et liturgica vetustissima (Floril. patrist. 7), 2. ed., Bonnae 1914; ed. Quasten 1935. — *Funk,* Kirchengesch. Abhandlungen und Untersuchungen I 278-92; III 1-41; 42-57. — *Cabrol,* Les origines liturgiques, Paris 1906. — *Batiffol,* Études d'histoire et de théologie positive II: L'Eucharistie, Paris 1905; ed. 9. 1930. — *Rauschen,* Eucharistie und Busssakrament in den ersten sechs Jahrhunderten, 2. ed. Freiburg 1910. — *Koch,* Das Abendmahl im Neuen Testament (Bibl. Zeitfr. IV, 10), Muenster 1911.

§ 27. A penitência

210. *a.* Não há talvez nenhum ponto da história antiga tão controvertido, como o problema da penitência. A Igreja é a comunhão dos santos. Segundo opinião de muitos teólogos, a Igreja primitiva considerava-se como comunidade de "santos" no sentido de isentos de pecado. Por isto, julgava não poder tolerar entre os seus membros os que tinham pecado gravemente, porque tais pecados, depois do batismo, não poderiam ser perdoados. Realmente, S. Paulo excluiu da comunidade dos fiéis um incestuoso (1 Cor 5, 5).

b. Foi este o primeiro exemplo de excomunhão eclesiástica. Distinguia-se, em seguida, uma excomunhão maior e outra menor. Esta só excluía da comunhão eucarística. A excomunhão maior ou perpétua era aplicada, desde o século II, por via de regra, aos chamados pecados capitais ou mortais ou canônicos. Tais eram, segundo Tertuliano, a apostasia ou idolatria, o homicídio e o adultério. Em outro lugar, o mesmo Tertuliano enumera ainda outros.

211. No entanto, é princípio constante da Igreja que todos os pecadores podem ser reconciliados com Deus por meio da penitência. S. Paulo que excluiu, em 1 Cor 5, 5, o incestuoso, em 2 Cor 2, 5 ss, readmitiu-o à comunidade. O autor da *Doutrina dos Apóstolos* (10, 6; 14, 1), S. Inácio de Antioquia (Filad. 8, 1) e o chamado Pastor de Hermas (Mand. 4, cap. 3) afirmam igualmente que "a todos os que se arrependem perdoa o Senhor, se eles se converterem à união com Deus e com o bispo". O Pastor de Hermas acrescenta que esta penitência, depois do batismo, se concedia uma só vez. Todavia, das suas próprias palavras podemos concluir que em Roma existia o costume de repetir a penitência.

Depois do Pastor de Hermas, falam da penitência Justino, Dionísio de Corinto, Ireneu e Clemente de Alexandria. Nenhum deles conhece o pretenso rigorismo da Igreja primitiva. Só o pecado contra o Espírito Santo não pode ser perdoado (Iren., Adv. haer. 3, 11, 9). Tertuliano, no seu tratado sobre a penitência (c. 7), desenvolve as mesmas idéias, como o Pastor de Hermas. Só mais tarde, depois da sua apostasia para o montanista, revela-se rigorista.

212. A praxe da disciplina penitenciária não era uniforme em todas as Igrejas. Podemos dizer que, no século II, era opinião geral, que a reconciliação, — não se fala aqui da penitência privada, — só uma vez podia ser concedida, e adiava-se, não raras vezes, até à morte. Em algumas Igrejas, como, p. ex., na Espanha, mesmo na hora da morte, certos pecadores não eram admitidos à comunhão eucarística.

Uma mudança decisiva designa o "edito peremptório", de que fala Tertuliano no seu libelo sobre a pudicícia (1, 6). Não sabemos se Tertuliano o atribui ao papa Calisto I (217-22), como a maioria dos historiadores dizia até há

pouco, ou ao bispo Agripino de Cartago, como hoje muitos dizem, ou ao episcopado católico em geral, como inclina a dizer Ehrhard. O edito concedia, feita a confissão e a penitência, a reconciliação aos incontinentes. Em Roma opôs-se a isto Hipólito, acusando o papa Calisto de laxismo (Philos. 9, 12). Como Tertuliano montanista, assim também Hipólito negou a possibilidade de tal reconciliação.

213. Mais uma vez, o mesmo problema deu origem a um conflito nas Igrejas de Cartago e de Roma. O motivo foi em ambas as Igrejas a questão dos lapsos, que apostataram durante a perseguição de Décio. Sobre o conflito em Cartago nos informa S. Cipriano. O grande bispo teve de defender a autoridade eclesiástica contra um partido de lapsos relaxados, chefiados pelo diácono Felicíssimo. Eles julgavam que bastava um "libelo de paz", para serem reconciliados com a Igreja e que não precisavam de penitência, nem da admissão pelo bispo. Cipriano respondeu não conhecer uma Igreja de lapsos; mas pronunciou-se francamente a favor da readmissão com a condição da penitência (De laps. 36). Os laxistas não se submeteram. Formaram até um cisma, elegendo um antibispo na pessoa do presbítero Fortunato. Como, porém, o papa Cornélio confirmasse a sentença de Cipriano, o cisma desapareceu paulatinamente.

214. *a*. Em Roma, o problema dos lapsos provocou um conflito de proporções muito mais vastas, levando a uma verdadeira heresia, o chamado **novacianismo.** O que Calisto I concedera aos incontinentes, concedeu-o Cornélio aos apóstatas arrependidos. O presbítero Novaciano, tomando ares de rigorista, se lhe opôs e fez eleger-se antipapa. Mas foi excomungado por um sínodo de 60 bispos da Itália.

b. Novaciano, como Hipólito e Tertuliano montanista baseavam-se naqueles rigoristas de que fala o Pastor de Hermas. Mas as suas opiniões não eram as da Igreja primitiva. A disciplina primitiva foi a de Cipriano e Cornélio. Desde o século IV ouvimos que também os homicidas podiam ser admitidos à penitência. Só os relapsos não conseguiam mais a reconciliação com a Igreja. Ficavam entregues à misericórdia de Deus.

215. Quem desejava reconciliar-se com a Igreja, tinha de submeter-se à confissão de seus pecados e às obras de penitência rigorosa, obras que duravam, às vezes, longos anos ou até à morte, conforme a gravidade do crime. Principal importância tinha a confissão, o que se conclui do emprego da palavra "exomológesis" (= confissão) para significar toda a instituição da penitência.

Ela era ou secreta ou pública. A confissão secreta é um uso da Igreja primitiva e instituição divina (DB 916), embora não o possamos provar pela Sagrada Escritura. A confissão pública fazia-se, por via de regra, só dos pecados públicos. Mas as obras de penitência e a absolvição eram, até ao século IV, quase sempre públicas. Os pecados veniais eram perdoados fàcilmente, nem eram objeto pròpriamente dito da confissão. Era sempre opinião da Igreja que podiam ser perdoados por outros meios, como obras de caridade e jejuns.

216. Os penitentes públicos eram divididos, no oriente, e mais determinadamente na Ásia Menor, desde meados do século III, em várias categorias (Greg. Thaum., Ep. can.). Desde o sínodo de Ancira (314), enumeram-se quatro classes: flentes, audientes, genuflectentes e consistentes.

Os *flentes* ficavam no átrio da igreja e, chorando, pediam a intercessão dos fiéis. Os *audientes* tinham o seu lugar no pórtico da igreja e com os catecúmenos tinham que retirar-se depois da pregação do bispo. Os *genuflectentes* deviam retirar-se com a bênção do bispo depois dos audientes. Funk opina que podiam assistir a toda a liturgia. Os *consistentes* podiam assistir em pé a toda a liturgia, e só ficavam excluídos da comunhão eucarística (cfr. Conc. Anc. cc. 4 ss).

217. *a*. A absolvição fazia-se, geralmente, depois de cumpridas as obras da penitência, pela imposição das mãos, e competia ao bispo; em caso de necessidade também ao sacerdote. Desde a perseguição de Décio nomeavam-se, em muitas partes do oriente, penitenciários próprios para este fim (Socr., HE 5, 19).

b. O tempo da penitência podia ser abreviado pela intercessão dos mártires e confessores que, às vezes, concediam aos pecadores um "libelo de paz", no qual reconhecemos os princípios das indulgências. Tal libelo precisava naturalmente da aprovação do bispo (Tert., Ad mart. 1; Cypr., Ep. 15. 22. 23).

Morinus, De disciplina in administratione sacramenti poenitentiae, Paris 1651. — *Funk*, Kirchengesch. Abhandlungen und Untersuchungen I 155-209. — *Watkins*, History of Penance, 2 vol., London 1920. — *Vellico*, Antonianum 5, 1930, 25-26. — *Ehrhard*, Die Kirche der Maertyrer, Muenchen 1932. — *Galtier*, L'Église et la rémission des péchés aux premiers siècles, Paris 1932.

§ 28. Os tempos santos e a discussão da Páscoa

218. No dizer de Clemente de Alexandria e outros escritores da Igreja, a vida dos cristãos devia ser uma festa contínua, santificada pela memória da vida e morte de Jesus Cristo. Mas, para que os fiéis se lembrassem mais viva e constantemente dos mistérios de Cristo, a Igreja instituiu solenidades especiais, que lhes anunciassem os grandes fatos da redenção.

Desde os tempos apostólicos, o primeiro dia da semana era celebrado como dia da redenção e era designado pelo nome de Dia do Senhor, Dies Domínica: *κυριακή (ἡμέρα)*. Neste dia celebrava-se a Eucaristia; as orações faziam-se em pé, e não se devia jejuar nem trabalhar. Os antigos escritores cristãos, S. Lucas (At 20, 7), o autor da Didaqué (c. 14), S. Inácio (Magn. 9, 1), S. Justino (Apol. 1, 67) e Tertuliano (De orat. 23), falam tão claramente, que parecem dar uma lição aos modernos sabatistas. Os dias da semana eram chamados "feriae", porque o cristão devia celebrar (feriari), todos os dias, a memória do Senhor.

219. Como os judeus jejuavam duas vezes por semana, na segunda e quinta feiras, assim o faziam os cristãos na quarta e sexta feiras (Did. 8). Estes dias, dedicados pelos pagãos a Mercúrio e a Vênus, eram consagrados pelos cristãos à memória da Paixão de Jesus Cristo, pela oração comum e pelo jejum que durava até à hora nona. Entre os ocidentais, estes dias eram chamados "dies stationis" ou "dias de vigília". O sábado era, no oriente, um dia de alegria, porque lembrava o fim da criação; no ocidente, veio a ser dia de jejum, porque Jesus, num sábado, se achava no sepulcro. O sínodo de Elvira (c. 26) menciona este jejum do sábado, e na Igreja romana, este costume existia sem dúvida já no século III.

220. *a.* Como no Antigo Testamento havia não sòmente uma festa semanal, mas também festas anuais, assim os cristãos celebravam, além do domingo, outras festas. Do

Antigo Testamento passaram ao Novo as festas de Páscoa e de Pentecostes, aquela para comemorar a ressurreição de Jesus Cristo, ou, segundo Tertuliano (De orat. 23), a Paixão e a morte do Senhor, esta, em memória da vinda do Espírito Santo. Estas duas festas eram, até ao tempo de Orígenes, as únicas festas do ano litúrgico.

b. No oriente, e primeiro entre os basilidianos do Egito, foi introduzida, em princípios do século III, a festa da Epifania ou Teofania (Clem. Alex., Strom. 1, 21). Celebrava-se no dia 6 de Janeiro, e recordava a revelação divina do Messias na adoração dos Reis Magos, no batismo e no milagre das bodas de Caná, incluindo-se, mais tarde, também o mistério do nascimento. Motivo da sua introdução foi, ao que parece, a tentativa de suprimir uma festa popular, que os pagãos de Alexandria celebravam nesse dia para comemorar o nascimento do deus Aion de uma virgem Coré (Epiph., Haer. 51, 22). No entanto, não concordam os historiadores.

c. Além disso, cada Igreja celebrava o "dies natalis" de seus mártires, pela solenidade do culto divino junto a seus sepulcros. Esta solenidade consistia no sacrifício eucarístico e numa certa espécie de ágapes. Tais festas são atestadas já pela relação do martírio de S. Policarpo (c. 18), testemunho ao mesmo tempo da veneração das relíquias e do nome "dies natalis".

221. A preparação da Páscoa se fazia, desde os dias apostólicos, por um certo período de jejum, consagrado à memória da morte de Jesus (cfr. Mt 9, 15). Uns jejuavam só um dia, a sexta-feira santa. Outros prolongavam o jejum até ao sábado santo. Outros ainda jejuavam quarenta horas ou toda a semana santa (Eus., HE 5, 24). Insensìvelmente foi-se prolongando este jejum até chegar a ser quadragesimal, imitando-se o exemplo de Jesus Cristo (Mt 4, 2; cfr. § 62). Jejuava-se o dia inteiro até ao pôr do sol. Só nos domingos não se jejuava (Socr., HE 5, 22).

222. *a.* Como era diversa a preparação para a Páscoa, assim também a própria solenidade não era uniforme. Em algumas partes do oriente, particularmente na província proconsular da Ásia, celebravam o dia da morte de Jesus Cristo aos 14 de Nisan *(πάσχα σταυρώσιμον)* e chamavam-se, por isto "quartodecimanos". Dois dias depois cele-

bravam a ressurreição (*πάσχα ἀναστάσιμον*), ainda que não fosse domingo. No resto da cristandade festejavam a Páscoa no domingo que seguia ao 14 de Nisan, e na sexta-feira que lhe precedia, a morte de Jesus, ainda que não fosse o dia 14 de Nisan. Estes continuavam o jejum até ao sábado santo inclusive, aqueles o terminavam às três horas da sexta-feira santa.

b. Além disso, depois da destruição de Jerusalém, alguns judeus celebravam a Páscoa, às vezes, antes mesmo do equinócio primaveril, enquanto que, no tempo de Jesus, sempre a haviam celebrado depois do equinócio. Alguns cristãos do oriente imitavam-lhes o exemplo, chamando-se "protopasquitas". Lastimava-se esta discórdia na celebração da maior festa da cristandade (Eus., Vita Const. 3, 5), embora não se tratasse de uma questão dogmática.

223. *a*. S. Policarpo de Esmirna procurou obter uniformidade neste ponto, tratando com o papa Aniceto (154-66); mas em vão. Policarpo baseava-se na tradição de S. João Evangelista, Aniceto, na de S. Pedro e S. Paulo. Todavia, os dois nobres anciãos mantiveram a paz.

b. Mais acre tornou-se a controvérsia no pontificado de Vítor I (189-98). Este papa ordenou que se reunissem sínodos para tratar da questão. De fato, realizaram-se sínodos nas Gálias, na Palestina, no Ponto, na Osrhoene, etc. Todos eles pronunciaram-se contra os quartodecimanos. Só o sínodo de Éfeso, presidido pelo metropolita Polícrates, manteve a sua tradição. Vítor I mandou, por isso, sob pena de excomunhão, que todos aceitassem a prática comum. S. Ireneu repreendeu-o, dizendo não ser a questão de tão alto alcance para se proceder com tanto rigor (Eus., HE 5, 24). Polícrates manteve a sua praxe, sem que se chegasse a um cisma. O concílio de Nicéia resolveu, finalmente, a questão, ordenando, que em toda a Igreja a Páscoa fosse celebrada no domingo que segue à lua cheia, depois do equinócio primaveril (Eus., Vita Const. 3, 18-20).

Funk, Kirchengesch. Abhandlungen und Untersuchungen I 241-78. — *Dowden*, The Church Year and Kalender, Cambridge 1910. — *Kellner*, Heortologie, 3. ed., Freiburg 1911. — *Boehmer*, Der christl. Sonntag nach Ursprung und Geschichte, 1931. — *Botte*, Les origines de la Noël et de l'Epiphanie, Louvain 1932. — *Cotton*, From Sabbath to Sunday, Bethlehem 1933.

§ 29. A vida religioso-moral

224. Se excetuarmos a comunidade primitiva de Jerusalém, não sabemos quase nada da vida nova das Igrejas nascentes. Só algumas descrições gerais chegaram até nós. Na sua vida social, os cristãos não se distinguiam dos outros homens; cada um seguia os costumes de seu país. "Nós, os cristãos, diz Tertuliano, vivemos convosco neste mundo, não afastados do foro, dos banhos, dos talheres, do comércio" (Apol. 42). Mas as suas máximas religiosas e morais não eram as do seu ambiente. "Os cristãos, escreve o autor da carta a Diogneto (c. 5), vivem cada um na sua pátria, mas como peregrinos em terra estranha...; encontram uma pátria em todos os lugares; porém, toda pátria terrestre é para eles um exílio. Casam como todos os outros homens..., mas não expõem seus filhos como eles... Vivem na carne, mas não segundo os desejos da carne. Habitam a terra, mas a sua verdadeira morada é o céu". As palavras do apóstolo: "Nós, porém, somos cidadãos dos céus, donde também esperamos o Salvador Nosso Senhor Jesus Cristo" (Filip 3, 20), lhes eram norma e lei.

225. Algumas particularidades da vida cristã nos foram relatadas por Tertuliano e Clemente de Alexandria. Não frequentavam os combates de feras e gladiadores, nem os teatros, que Tertuliano chamava de "privatum consistorium impudicitiae" (De spect. 10, 17). Um ator não podia ser admitido na Igreja, enquanto não deixava de o ser (Sín. de Elv. cân. 62).

Repreendia-se o enfeitar e pintar o rosto; condenava-se o uso excessivo de anéis e brincos, pintar os olhos e usar cabelos postiços (Clem. Alex., Paedag., 2, 8. 12; 3, 2. 11; Tert., De cultu fem.). Não eram, porém, proibidos todos os enfeites, e recomendava-se até uma recreação conveniente, segundo a palavra do apóstolo: "Alegrai-vos sempre no Senhor" (Filip 4, 4). Também Clemente Alexandrino concede à mocidade um exercício honesto de ginástica (Paed. 3, 10).

226. Uma nota característica dos primeiros cristãos era a prática da caridade. Empregavam os seus bens em obras de misericórdia. Sabemos o que S. Lucas diz sobre a vida caritativa da comunidade primitiva de Jerusalém. Da mesma forma descreve S. Justino a mudança dos costumes

(Apol. 1, 14. 67). Era proibido exigir juros. O grande mandamento da caridade tem o primeiro lugar na pregação de S. Paulo; 1 Cor 13 é um verdadeiro hino à caridade. A mesma glorificação da caridade encontramos na catequese da *Doutrina dos Apóstolos* (Did. 1, 2). As obras da caridade eram organizadas, e a elas se dedicavam, de preferência, os diáconos e as diaconisas. A sua atividade estendia-se a pobres e doentes, viúvas e órfãos, inválidos de toda sorte, e também aos que tinham naufragado na fé.

"Censurais-nos, — diz Tertuliano aos pagãos, mais ou menos com estas palavras, — porque nos amamos recìprocamente, ao passo que vós vos odiais; porque estamos prontos a morrer uns pelos outros, e vós estais prontos para vos estrangulardes; porque a nossa fraternidade se estende até à comunhão dos bens, ao passo que estes bens são exatamente aquilo que quebra todos os laços de fraternidade entre vós; porque temos todas as coisas em comum, exceto só as mulheres, e vós só a elas tendes em comum" (Apol. 39). Em uma palavra, tão elevada se apresentava a moral dos fiéis, que os próprios pagãos não podiam deixar de admirá-los. O médico Galeno († 200) deu-lhes o mais brilhante testemunho, exaltando o seu desprezo pela morte, a pureza dos seus costumes e a sua abstinência (Cfr. Theoph., Ad Autol. 3, 15; Arist., Apol. 15-16).

227. Também as ocupações cotidianas dos cristãos eram santificadas pelas práticas da piedade. Tertuliano escreve: "A todos os passos, ao entrar e ao sair, ao vestir os vestidos e os sapatos, ao lavar e comer. . ., seja qual for a ocupação que temos, sempre fazemos o sinal da cruz na nossa fronte" (De corona 3). Apreciavam também altamente a oração privada. Rezavam de manhã e à noite, à hora terceira, sexta e nona, e em diversas outras ocasiões durante o dia. A *Doutrina dos Apóstolos* ordena, que, três vezes por dia, se recite o Padre-nosso (c. 8). Belas e edificantes são diversos tratados que Tertuliano, Orígenes e Cipriano escreveram sobre a oração.

228. De um modo particular eram santificados o matrimônio e a família. Com palavras magníficas traça Tertuliano o ideal do matrimônio cristão (Ad uxor. 2, 9). S. Inácio quer que o casamento se faça não segundo a carne, mas com a aprovação do bispo, e que os maridos amem as

suas mulheres, como Cristo ama a sua Igreja (Ad Polyc. 5). Havia também matrimônios mistos, devido às circunstâncias do tempo. Mas já Tertuliano os combate, mostrando as suas péssimas consequências para a parte cristã. O sínodo de Elvira os proíbe (cc. 15-17). Aborto e infanticídio eram severamente condenados, e os apologetas afirmam que tal crime não acontecia entre os verdadeiros cristãos (Did. 2. 5; Tert., Apol. 9). As segundas núpcias não eram proibidas, mas não eram bem-vistas e eram um impedimento para a ordenação dos clérigos. A virgindade era altamente apreciada, e muitos cristãos se lhe consagravam voluntàriamente. Os apologetas invocam-na como prova da alta moralidade da Igreja (Just., Apol. 1, 15).

229. Os conflitos motivados pelo problema da penitência nos provam, que houve rigoristas. "Se alguns membros da Igreja, em certas circunstâncias, deram mostras de uma severidade pouco esclarecida, de uma exagerada austeridade. . ., poderemos, se não justificar, pelo menos explicar um tal procedimento pela resistência desesperada do judaísmo e do paganismo, pela necessidade de estabelecer princípios rígidos em oposição a máximas corruptas e imorais, de combater o excesso do mal por uma espécie de excesso do bem. E esse mesmo procedimento, considerado na sua verdadeira aspiração. . ., não demonstra, com que zelo, com que ardor, com que puro e santo entusiasmo tinham os primeiros cristãos abraçado os preceitos e a vida do Evangelho?"

230. "Não podemos, contudo, passar em silêncio as queixas de muitos doutores da Igreja, dirigidas contra os que abraçavam o cristianismo com vistas mundanas. Cumpre não esquecer os que nas perseguições renegavam a Cristo. . ., lembrar os que tornaram necessário o código tão amplo da penitência, pensar finalmente nos que, para não cortarem suas relações com o mundo, imaginavam supersticiosamente poderem, de repente, gozar da contemplação e da união com Deus, recebendo o batismo na hora da morte, sem estarem para isto preparados com a prática não interrompida da verdadeira virtude. Em todos os tempos cresceram plantas parasitas entre as floridas espigas da grande seara cristã" (Alzog 1, 266-67).

Lebreton, La vie chrétienne au premier siècle de l'Église, Paris 1927. — *Schilling*, Reichtum und Eigentum in der altkirchlichen Literatur, Freiburg 1908. — *Martinez*, L'ascetisme chrétien pendant les trois premiers siècles, Paris 1913.

§ 29a. Princípios do monacato

231. Neste primeiro período da história da Igreja, teve início aquela instituição que, no século IV, veio a ser um dos fatores mais importantes da vida cristã e que até hoje produziu os mais preciosos frutos espirituais: o monacato. As suas origens remontam até à idade apostólica. S. Lucas escreve que os cristãos vendiam os seus bens, repartiam entre si os produtos segundo as necessidades de cada um, oravam no templo em comum diàriamente e partiam o pão pelas casas, louvando a Deus e sendo bem vistos por todo o povo (At 2, 45-47).

Esta vida generosa dos primeiros cristãos atraiu, em todos os tempos, grande número de almas, de homens e mulheres, não fracos e cansados da vida, mas principalmente os espíritos mais fortes e os mais robustos caracteres, a abraçarem a vida ascética, e inspirou os fundadores das várias ordens religiosas a reproduzir o ideal, se bem de diferentes formas.

232. Os primeiros representantes desta vida de perfeição foram os chamados **ascetas,** virgens e continentes de ambos os sexos, que, sem serem deste mundo, viviam no mundo, não separados da sua família. O nome de "virgens" designava, de ordinário, só as mulheres, enquanto que os homens continentes geralmente eram chamados "ascetas".

233. *a*. Pouco se sabe dos ascetas primitivos. No fim do primeiro século, o papa Clemente I fez uma ligeira alusão a eles (Cor. 38, 2). A *Doutrina dos Apóstolos* fala de ascetas que se dedicavam à pregação do Evangelho (cc. 11-12). Os apologetas, Justino e Atenágoras no oriente, Minúcio Félix e Tertuliano no ocidente, falam-nos com grande veneração da continência voluntária destes heróis e heroínas.

b. No seu tratado *De habitu virginum,* S. Cipriano escreve que, na Igreja de Cartago, havia virgens consagradas a Deus, que confirmavam a sua virgindade com uma espécie de voto. Parece que elas formavam uma associação ou,

ao menos, realizavam reuniões particulares. No século III, existiam tais associações provàvelmente em todas as Igrejas. O sínodo de Elvira fala delas (cc. 13-14), e o sínodo de Ancira igualmente as conhece (c. 19). Certo é, porém, que, até ao século III, não aparece nenhum instituto regularmente organizado e perfeitamente separado da comunidade dos fiéis.

234. A primeira mudança neste sentido realizou-se durante a perseguição deciana. Muitos cristãos retiraram-se então ao deserto, para não se expor ao perigo da apostasia. Outros, aborrecidos da hipercultura de seu tempo, e detestando a vida relaxada de muitos correligionários, voltavam as costas à sociedade dos homens. Retiravam-se a lugares desertos para, como monges, dedicar toda a sua vida aos exercícios da piedade. Tal foi o princípio da **vida eremítica** ou anacorética. O berço desta vida monástica foi o Egito, onde o clima e o caráter da população indígena favoreciam tal gênero de vida.

235. O primeiro anacoreta de que nos fala a história foi **S. Paulo de Tebas** (230-347?). De sua vida nada mais podemos verificar com certeza histórica. A biografia que S. Jerônimo lhe escreveu é mais uma piedosa lenda, do que verdadeira história (PL 23, 17 ss). Todavia, a sua existência, a sua pátria, a sua fuga para o deserto e a sua condição de vida, ao menos, são fatos de que se não pode duvidar.

236. Como patriarca dos monges é considerado **S. Antão do Egito** (251-356). A sua vida nos foi descrita por S. Atanásio (PL 26, 823 ss), que o conheceu pessoalmente. Herdeiro de grandes riquezas, renunciou a todos os bens terrestres e retirou-se para uma solidão. Tendo passado alguns decênios no deserto, viu-se rodeado de numerosos discípulos, desejosos de imitar-lhe o exemplo. Erigiram celas em sua vizinhança e povoaram paulatinamente aquele deserto. O primeiro destes núcleos foi Pispir (Pallad., Hist. Laus. 21). Em menos de dez anos, contavam-se milhares de solitários. Faium tornou-se centro principal.

237. Desta forma, a vida solitária do anacoretismo veio a ser **comunidade anacorética.** A comunidade não tinha regra fixa. A sua única regra era a autoridade do mestre. Toda a vida dos monges dividia-se em estudo da Sagrada

Escritura, meditação e trabalho manual. O individualismo é a nota característica do monaquismo antoniano.

Esta vida anacorética tinha naturalmente os seus perigos. Abria a porta a imprudências e abusos que, se não chegaram a destruir a florescente instituição, levaram-na, todavia, ao descrédito, devido à falta de autoridade constante que a regulasse. Remediar este mal seria tarefa reservada a S. Pacômio, fundador do cenobitismo (cfr. § 61).

CAPÍTULO IV

LITERATURA E CIÊNCIAS ECLESIÁSTICAS. HERESIAS E CISMAS

§ 30. Desenvolvimento da literatura eclesiástica nos três primeiros séculos

238. As condições da Igreja primitiva dificultavam grandemente o cultivo da literatura eclesiástica. Poucos eruditos tinham entrado na Igreja; e os chefes das comunidades estavam muito preocupados com a propagação do Evangelho e com a administração das suas comunidades, para poderem cuidar de estudos científicos. Além disso, os fiéis lembravam-se ainda tão vivamente dos fatos da salvação, que ninguém pensava em especulações científicas. E por que propaganda literária? Jesus não dissera aos apóstolos: Escrevei! mas: Pregai!

Se, não obstante, já pelo fim do primeiro século e princípio do segundo, foram redigidos os primeiros monumentos da literatura cristã, estes são, por sua natureza, escritos de ocasião, devidos aos cuidados dos pastores e às necessidades do tempo. Quase todos têm forma epistolar. Seus autores são chamados, desde o século XVII, Padres apostólicos.

239. "Padres" chamam-se, nos primeiros séculos, só os bispos, como testemunhas da tradição eclesiástica (cfr. 1 Cor 4, 14-15). No martírio de S. Policarpo lemos, como pagãos e judeus clamavam: "Este é o mestre da Ásia, o pai dos cristãos" (12, 2). Nas sessões dos concílios do século IV e nas controvérsias teológicas fala-se, inúmeras

vezes, dos "padres" ou "santos padres" como testemunhas da tradição eclesiástica.

S. Agostinho deu este título também a S. Jerônimo por motivo da sua erudição e santidade. Desde então, chamam-se "Padres da Igreja" ou "Santos Padres" os escritores eclesiásticos que se distinguiram pela doutrina ortodoxa, vida santa, aprovação eclesiástica e antiguidade. A história dos seus produtos literários é o que chamamos "patrologia".

240. Os escritores teológicos da antiguidade cristã que igualmente confessaram a fé da Igreja, mas não se distinguiram por todas aquelas notas, são chamados, desde S. Jerônimo (De viris illustribus), "escritores da Igreja". Mas também os Padres da Igreja não gozam todos a mesma autoridade. S. Agostinho, Ambrósio, Jerônimo e Gregório Magno eram considerados os maiores do ocidente, e parece que, desde o século XI, se lhes deu o título de "Doctores Ecclesiae". No oriente são considerados como "grandes doutores" S. Atanásio, Basílio Magno, Gregório Nazianzeno e João Crisóstomo. Mais tarde, concedeu-se o título de "Doctor Ecclesiae" também a outros. Suas notas distintivas são: Doutrina ortodoxa, santidade, erudição eminente, expressa declaração da Igreja.

241. Os primeiros escritores eclesiásticos pós-apostólicos foram os **Padres apostólicos,** assim chamados por terem sido discípulos dos apóstolos ou tidos como tais. No tocante ao caráter doutrinal e parenético de seus escritos seguem, de perto, os autores do Novo Testamento, sobretudo S. Paulo. Alguns deles eram tão altamente estimados, que mereceram ser admitidos nos manuscritos bíblicos e, como as Sagradas Escrituras, eram lidos por ocasião do culto divino.

242. Pelo ano de 125, começou a desenvolver-se uma nova categoria de literatura eclesiástica, a apologia. Os seus autores, os **apologetas,** visavam a defesa do cristianismo contra os ataques do paganismo e do judaísmo. A este escopo primário juntou-se logo outro, a defesa da Igreja contra a heresia e o cisma. O resultado foi a literatura anti-herética ou **polêmica.**

243. Pela volta do século II, teve início uma própria ciência da fé cristã, cultivada principalmente nas escolas teológicas de Alexandria e Antioquia. Embora não tivesse ain-

da terminado a luta contra os inimigos externos e internos, prevaleceu, contudo a literatura puramente teológica, que já não tinha por fim imediato refutar erros e contradições, mas cujo objeto principal era expor e desenvolver a doutrina cristã.

Nos dois primeiros séculos, empregava-se só a língua grega. E' pelo fim do século II, que aparece também o latim na literatura eclesiástica. Mas ainda no século III, prevalecia, até em Roma, o grego.

Coleções das obras patrísticas v. § 3. — *Rauschen*, Grundriss der Patrologie, ed. 10ª-11ª, por Altaner, Freiburg 1931. — *Bardenhewer*, Geschichte der altkirchlichen Literatur, 5 vol., Freiburg 1902-32. — *Id.*, Patrologie, Freiburg 1910. — *Harnack*, Geschichte der altchristlichen Literatur bis Eusebius, Leipzig 1893-1904. — *Marx*, Abriss der Patrologie, Paderborn 1919. — *Ceillier*, Histoire générale des auteurs sacrés et ecclésiastiques, 23 vol., Paris 1729-63; nova ed., 16 vol. 1858-69. — *Tixeront*, Précis de Patrologie, 4 vol., Paris 1920.

§ 31. Os Padres apostólicos

244. Foi J. B. Cotelier o primeiro a publicar uma série de escritos intitulada *Patres aevi apostolici sive Sanctorum Patrum, qui temporibus apostolicis floruerunt, Barnabae, Clementis Romani, Hermae, Ignatii, Polycarpi, opera edita et inedita*..., (Paris 1672). Mais tarde, tornou-se costume enumerar entre os Padres apostólicos também Pápias de Hierápolis e o autor desconhecido de uma carta dirigida a Diogneto. Finalmente, acrescenta-se ainda o autor da *Doutrina dos Apóstolos*, descoberta pelos fins do século XIX.

245. O mais antigo de todos os monumentos conservados da literatura cristã, depois da Sagrada Escritura, é a chamada *Doutrina dos Apóstolos* ou *Didaqué*. O metropolita Filóteo Bryennios de Nicomédia encontrou-a, em 1875, num códice de Constantinopla, escrito em 1056. Em 1883, Bryennios editou a Doutrina, e logo depois, o códice foi transportado para a biblioteca patriarcal de Jerusalém.

A preciosa obra é dividida em três partes. A primeira (cc. 1-6) é um catecismo de moral e descreve os dois caminhos da vida e da morte. O caminho da vida consiste na observância dos mandamentos, sobretudo do amor de Deus e do próximo, e na abstinência da magia e idolatria. O caminho da morte é o pecado. A segunda parte (cc. 7-10) é uma espécie de ritual e contém prescrições litúrgicas sobre o batismo, o jejum, a oração e, especialmente, a Eucaristia, com três orações magníficas, as mais antigas orações da santa Missa. A terceira parte (cc. 11-15) tem caráter disciplinar e dá instruções sobre o modo de receber os apóstolos e profetas e, em geral, os peregrinos, sobre a santificação do domingo e sobre as qualidades e a eleição dos bispos e diáconos. O último capítulo é um epílogo sobre a segunda vinda do Senhor, que se julga iminente.

246. No tocante ao tempo e ao lugar da origem desta obra tem maior probabilidade a opinião de Bardenhewer, que julga ter sido escrita entre os anos 80 e 100. O estilo antigo e simples acusa, de fato, um tempo anterior a Justino e Inácio e mesmo a Clemente Romano. O lugar deve procurar-se provàvelmente na Síria ou na Palestina.

A *Doutrina* era, na antiguidade, altamente apreciada. O autor da carta a Barnabé, o Pastor de Hermas e Justino a conhecem. Clemente de Alexandria conta-a entre os livros da Sagrada Escritura (Strom. 1, 20); mas Eusébio (HE 3, 25) a enumera entre os apócrifos do Novo Testamento. Num códice do século XI conservou-se uma tradução latina dos primeiros seis capítulos, exceto os versos 1, 3 — 2, 1, tradução esta que foi feita talvez já no século II. Todavia, desde a idade-média, a obra ficou sendo esquecida.

247. No mesmo manuscrito jerosolimitano e num códice sinaítico do século IV, descoberto por Tischendorf, no mosteiro de S. Catarina (1859), conservou-se outro monumento literário dos tempos apostólicos, chamado geralmente *Epístola de Barnabé* e atribuído pela antiguidade a S. Barnabé, companheiro de S. Paulo. Orígenes (Contra Celsum 1, 63) chama-o uma "epístola católica". Eusébio (HE 3, 25; 6, 13) e Jerônimo (De vir. ill. 6) enumeram-no, porém, entre os apócrifos.

De fato, o modo de julgar o Antigo Testamento, diametralmente oposto ao dos outros apóstolos, a data posterior à destruição do templo de Jerusalém (c. 16), que S. Barnabé provàvelmente não veio a conhecer, e o pouco conhecimento do culto judaico, tudo isto exclui S. Barnabé como autor da carta. A profecia de Daniel sobre os dez reis, relatada no quarto capítulo, indica como tempo da origem talvez o reinado de Nerva (96-98), enquanto que a

rica alegoria dá quase por certo que a obra foi escrita em Alexandria.

248. O autor, depois da introdução (c. 1), quer demonstrar, na primeira parte (cc. 2-17), didático-dogmática, que o Antigo Testamento não só é abolido, mas que ele, com sua lei e com suas cerimônias, nem sequer foi uma instituição divina e que as suas doutrinas não tinham senão um sentido espiritual e alegórico. Deus não quer sacrifícios de animais, mas a contrição; não quer a circuncisão e abstinência de carne de certos animais, mas a abstinência do pecado. Portanto, o Antigo Testamento não é senão uma misteriosa anunciação do Novo Testamento.

Um exemplo clássico é o capítulo IX, onde o autor fala dos 318 criados de Abraão e da sua circuncisão (Gên 14, 14; 17, 27), pela qual devia ser revelado ao patriarca a morte do Salvador na cruz (τ'-300, ιη'-18).

A segunda parte (cc. 18-20) é parenética e tem como fonte provàvelmente a *Doutrina dos Apóstolos*. O autor descreve os dois caminhos da luz e das trevas. No último capítulo admoesta os destinatários a andar no caminho dos mandamentos de Deus. Quem o faz, será glorificado; quem trilhar a senda das trevas, perecerá com suas obras. O dia da recompensa está perto.

249. Sob o nome de **Clemente** chegaram até nós duas cartas aos coríntios, das quais a segunda, porém, não é autêntica, nem é uma carta, mas sim uma homília, a mais antiga que possuímos, pronunciada provàvelmente em Corinto, pelos meados do século II. As duas cartas conservaram-se-nos em dois manuscritos gregos, incompletas no códice alexandrino do século V, e completas no já mencionado códice jerosolimitano. Existem também diversas traduções.

250. O autor da primeira carta, Clemente Romano, segundo Orígenes (Jo 6, 36) e Eusébio (HE 3, 15), é idêntico com o companheiro de S. Paulo (Filip 4, 3). Ireneu o faz seguir, na cátedra de S. Pedro, em "terceiro lugar depois dos apóstolos", e Jerônimo confirma esta opinião (De vir. ill. 15). Eusébio acrescenta que Clemente governou a Igreja pelo espaço de nove anos, começando no 12º ano de Domiciano (92-101).

A vida de Clemente nos é completamente desconhecida. Certamente não foi o cônsul Tito Flávio Clemente, como dizem as chamadas *Clementinas*. Também as notícias do **Martyrium S. Clementis** sobre a sua origem flávio, o seu desterro ao Quersoneso e a morte no Mar-Negro são lendas que não merecem fé alguma.

251. Esta falta de notícias sobre a vida do terceiro sucessor de S. Pedro é recompensada pela preciosa carta aos coríntios, em que a Igreja romana se manifesta como centro de unidade eclesiástica. A carta deve ter sido escrita em 96 ou 97; pois o autor conhece, além da perseguição neroniana, outra que "recentemente" assolara a Igreja, i. é, a perseguição de Domiciano. Mais terminante ainda é o testemunho de Hegesipo (Eus., HE 3, 16), segundo o qual contendas, ocorridas na comunidade de Corinto, durante o reinado de Domiciano, motivaram a carta.

O nome de Clemente não é mencionado, mas a carta quer ser um escrito da comunidade de Roma dirigido à de Corinto. Hegesipo, porém, dá por autor Clemente Romano. Dionísio de Corinto escreve ao papa Sotero (170), que a carta de Clemente se lia aos domingos na igreja (Eus., HE 4, 23). Eusébio e Jerônimo atestam que Clemente escreveu em nome da Igreja de Roma.

252. No prólogo, Clemente indica como ocasião da sua carta o cisma da Igreja coríntia. Por instigações de algumas pessoas atrevidas, os coríntios tinham deposto vários presbíteros, apesar da vida exemplar dos mesmos. Daí resultaram desordens nesta Igreja que, antes do conflito, gozara dum renome tão glorioso. Na primeira parte (cc. 4-36) censura a inveja como causa da discórdia, e enumera as virtudes mais necessárias para restabelecer-se a paz e para voltarem os fiéis a uma vida verdadeiramente cristã, ilustrada pelos exemplos de Jesus Cristo e dos santos do Antigo e Novo Testamento. A segunda parte (cc. 37-61) trata mais de perto do conflito: Deus mesmo é o autor de toda a ordem. E' preciso respeitar a ordem estabelecida por Jesus Cristo e os apóstolos. Cesse, pois, a discórdia; os culpados deixem voluntàriamente a cidade e façam penitência. Os presbíteros depostos devem ser reintegrados; pois a ordem eclesiástica foi instituída por Deus. Por isto, os presbíteros, instituídos pelos apóstolos e seus sucessores, não podem ser depostos pela comunidade. "Vós, que causastes o conflito, submetei-vos aos presbíteros! Ai! dos obstinados".

Esta parte termina com uma magnífica oração, tirada, ao que parece, da antiga liturgia romana. A conclusão (cc. 62-65) resume em poucas palavras o conteúdo e exprime a esperança de que os portadores da carta, em breve, possam voltar como núncios da paz.

253. *a*. Com grande prudência soube Clemente desempenhar-se de seu papel de pacificador. A energia e seriedade, unidas à clemência, fazem do escrito um modelo de carta pastoral. Grande é também a sua importância dogmática. Ela consiste na doutrina sobre a divindade de Jesus Cristo (c. 36) e, principalmente, na doutrina sobre o primado da Igreja romana (c. 59) e sobre a jerarquia eclesiástica.

b. Esta é uma instituição divina (cc. 42. 50): Jesus Cristo é de Deus; os apóstolos são de Cristo. Os apóstolos passaram, por sua vez, a outros o seu cargo. Os chefes da Igreja não podem ser depostos pela comunidade, porque dela não obtiveram o seu poder. Uma vez, chamam-se bispos e diáconos, outra vez, presbíteros, palavra que designa manifestamente os bispos e talvez também os diáconos. Como se vê, a ordem jerárquica não está ainda perfeitamente determinada. Porém, desde a *Doutrina dos Apóstolos*, nota-se certo progresso; pois que há presidentes da comunidade, sucessores dos apóstolos, com residência fixa e com poder oficial.

c. O primado romano não é objeto de uma afirmação doutrinal, mas resulta simplesmente do fato e do modo de intervir a Igreja romana no cisma dos coríntios. Não está provado terem os coríntios apelado para Roma. Mas a Igreja de Roma, consultada ou não, considera como seu direito e dever dirigir aos coríntios uma repreensão e exortação, visando restabelecer a paz.

254. *a*. Além das duas cartas aos coríntios, muitos outros libelos foram atribuídos a Clemente. Porém nada justifica a sua autenticidade. Duas cartas *Ad virgines* não podem atribuir-se a ele, porque o modo de empregar a Sagrada Escritura, a linguagem, o conteúdo e, sobretudo, a censura das chamadas "sub-introductas", acusam muito claramente uma data posterior, talvez o fim do século II ou princípio do século III. E se, de um lado, falam ainda dos carismas, do outro lado, são mencionadas, pela primeira vez, por Epifânio e Jerônimo.

b. Foram atribuídas ainda erròneamente a S. Clemente as *Pseudo-Clementinas*, romance religioso, que compreende as *Recognitiones*, espécie de autobiografia, com idéias gnóstico-ebioníticas, e as *Homilias*. Tudo isto deve a sua origem a uma mão ariana do século IV. As *Constituições apostólicas*, o *Apocalipse de Pedro por Clemente*, os *Cânones de Clemente*, a *Liturgia de Clemente* e várias cartas são igualmente de data posterior.

255. A figura mais nobre e mais simpática entre os Padres apostólicos é **S. Inácio** de Antioquia, espírito cheio de fé viva como S. Paulo, ardente de um amor místico como S. João. Segundo o testemunho de Orígenes (Luc. 6), Eusébio (HE 3, 22) e Jerônimo (De vir. ill. 16), foi o terceiro bispo de Antioquia, sucessor de S. Pedro e de Evódio.

Da sua vida anterior nos faltam todas as notícias autênticas. Ele mesmo chamava-se também Teóforo; e este nome deu motivo a uma lenda, que o identifica com o menino, apresentado por Jesus Cristo aos apóstolos como modelo de humildade (Mt 18, 1 ss). Mas o *Martírio de Inácio*, no qual esta lenda aparece pela primeira vez, não merece fé; foi escrito, pela volta do século IX, por Simão Metafrastes, douto oficial da corte bizantina. S. Jerônimo (Chron. ad an. 2116) diz, que S. Inácio foi discípulo de S. João Apóstolo, e esta afirmação é confirmada pelo *Martírio Colbertino*, falsificação do século IV ou V. O que de certo sabemos sobre S. Inácio é só o seu episcopado, a sua viagem para Roma, as suas sete cartas e o seu martírio.

256. Segundo a Crônica de Eusébio, S. Inácio foi bispo de Antioquia desde o primeiro ano de Vespasiano até ao décimo de Trajano, ou seja desde 69 até 108. Preso e condenado à morte, foi levado a Roma, acompanhado por dez soldados, — leopardos os chama ele, por causa da crueldade com que o tratavam. Em Seleucia embarcou para Panfília ou Cilícia, atravessou então a Ásia Menor, passando por Filadélfia e Éfeso, e demorou-se algum tempo na residência de S. Policarpo, jovem bispo de Esmirna.

Delegados de diversas comunidades cristãs vieram render-lhe a sua veneração. A alguns deles entregou cartas para as respectivas comunidades, Éfeso, Magnésia e Trales,

dirigindo-lhes palavras cheias de unção sobre a unidade eclesiástica e animando-os a conservar a unidade com o bispo e a resistir aos heréticos docetas judaizantes (Magn. 6; Tral. 9).

257. Em Esmirna escreveu também a belíssima carta aos romanos. Inácio dá a esta Igreja os epítetos mais honoríficos. A carta excede todos os aplausos humanos, e Moehler diz que ela é talvez o mais amável de tudo quanto produziu a literatura cristã. Toda ela se ressente de uma saudade ardente de ganhar a palma do martírio. Inácio roga aos romanos, com palavras comoventes, não queiram impedir o seu martírio; quer tornar-se trigo de Deus, moído pelos dentes das feras, para assim ser verdadeiro pão de Cristo (c. 4).

258. Seguiu depois a Tróade, onde escreveu mais três cartas aos cristãos de Filadélfia e Esmirna e ao bispo Policarpo. Nas duas primeiras, agradece a caridade que os irmãos lhe tinham feito e dá-lhes paternas exortações, semelhantes às que dera aos cristãos de Éfeso, Magnésia e Trales. No mesmo sentido quis escrever a outras comunidades da Ásia Menor. Como, porém, inesperadamente tinha de partir, pediu a Policarpo escrevesse em seu nome, dando-lhe, além disso, áureas regras para o bom exercício do ministério pastoral.

259. De Tróade passou a Nápoles na Trácia, atravessou a Macedônia e a Ilíria, embarcou provàvelmente em Dirráquio ou Apolônia e, desembarcando em Bríndisi, seguiu a pé para Roma, onde sofreu o martírio. Já S. Policarpo nos diz que Inácio morreu como mártir (Fil. 9). S. Ireneu (Adv. haer. 5, 28, 4), Orígenes e o *Martírio Colbertino* afirmam que Inácio foi sacrificado às feras do anfiteatro, e o próprio Inácio pressupõe esta forma de martírio na sua carta aos romanos (4, 2; 5, 2).

260. As cartas de S. Inácio pertencem aos mais preciosos monumentos da literatura cristã. São o produto dum espírito que amava apaixonadamente a Deus e a Igreja. Daí explica-se também o estilo original, vivo e abrupto. Todas elas têm, além disso, uma singular importância para a história do cristianismo e do dogma católico. Em particular, são uma das mais antigas e mais indiscutíveis provas da cristologia católica (Magn. 8; Rom. 3. 6; Ef. 1, 18; Smirn. 4), do primado romano e da organização monárquica da Igreja (cfr. §§ 21 e 23).

261. Esta doutrina clara sobre a organização monárquica da Igreja deu motivo a certos protestantes de negarem a autenticidade das cartas de Inácio. Julgavam ser inadmissível o que Inácio ensina sobre este ponto, como diziam ser inadmissível o que o santo escreve sobre as heresias contemporâneas. Como, porém, não podem resistir à força das razões extrínsecas da tradição, particularmente da carta de S. Policarpo aos filipenses (c. 13, 2), recorrem a um último refúgio, negando a autenticidade da carta de Policarpo ou, ao menos, da passagem em questão. Mas hoje também os protestantes de maior renome não duvidam mais da autenticidade das cartas de S. Inácio.

262. E' verdade que elas chegaram até nós em coleções diferentes. Logo depois da morte de S. Inácio, S. Policarpo enviou uma coleção das mesmas aos fiéis de Filipos. Não sabemos quantas cartas continha esta coleção, que já não existe. Eusébio (HE 3, 36) conheceu outra, igualmente perdida, que continha as sete cartas, ordenadas segundo lugar e tempo da sua composição. Coleções posteriores, porém, conservaram-nos, com escritos espúrios, também as sete cartas autênticas. A sua descoberta sucessiva deu motivo a discussões acaloradas. Hoje ninguém poderá mais levantar uma dúvida séria na "questão inaciana".

263. A vida de **S. Policarpo** é mais conhecida, do que a de S. Inácio. A *Vita et conversatio S. Polycarpi*, escrita por um certo Piônio, no fim do século IV, é lendária. Mas Eusébio (HE 5, 20) nos conservou uma carta de S. Ireneu a Florino, apóstata, pela qual o bispo de Lião procura converter o seu antigo condiscípulo, lembrando-lhe a memória de Policarpo, seu mestre comum. Outras notícias completam ainda um pouco os seus conhecimentos, particularmente o *Martyrium Polycarpi*, uma carta dos cristãos de Esmirna à comunidade de Filomelium na Frígia, a mais antiga *Passio* autêntica, que nos foi conservada.

264. O santo foi discípulo dos apóstolos e conversou com muitos que tinham conhecido, em vida, a Jesus Cristo. Foram também os apóstolos que o escolheram para bispo de Esmirna (Iren., Adv. haer. 3, 3, 4). Ao que parece, foi sagrado por S. João, pouco antes do exílio do apóstolo

(Tert., De praescr. haer. 32). Tem-se por certo que os elogios, feitos pelo vidente de Patmos ao Anjo de Esmirna (Apoc 2, 9-10) se dirigem a Policarpo.

O grande bispo já contava mais de oitenta anos de idade, quando foi a Roma consultar o papa Aniceto sobre diversos pontos da disciplina, especialmente no tocante à celebração da Páscoa (cfr. § 28). Em Roma desenvolveu uma atividade benfazeja contra os valentinianos e marcionitas. Quando, um dia, Marcião se encontrou com ele e perguntou se o conhecia, Policarpo respondeu: "Sim, bem sei que és o filho primogênito de Satanás" (Iren., Adv. haer. 3, 3, 4). Depois da sua volta para Esmirna, foi condenado pelo procônsul Estácio Quadrato a morrer na fogueira. Mas as chamas, cercando-o brandamente, nenhum dano lhe fizeram. O "confector" feriu-o então com a espada (Ruinart 74 ss). Foi pelo ano de 156. Policarpo tinha então 86 anos de idade. O glorioso martírio foi relatado pela comunidade de Esmirna, na mencionada carta encíclica, aos irmãos de Filomelium e a todas as Igrejas.

265. S. Policarpo escreveu diversas cartas. Uma delas é dirigida aos filipenses. S. Ireneu a chama "perfectissima" quanto à fé e pregação da verdade. Os filipenses pediram-lhe que quisesse passar uma carta deles à Igreja antioquena e enviar-lhes as cartas de Inácio. Policarpo, respondendo, exprime o seu contentamento pela vida, caridade e fé dos filipenses, exorta-os, principalmente as viúvas e as virgens, os diáconos e presbíteros, previne-os do perigo dos docetas e deplora a conduta de certo sacerdote Valente, que se tornara indigno do ministério por sua avareza.

A carta foi muito apreciada, e S. Jerônimo relata que, a seu tempo, ainda se lia nas reuniões litúrgicas (De vir. ill. 17). A sua importância está principalmente nas muitas citações dos livros canônicos do Novo Testamento. A autenticidade e integridade não admitem dúvida alguma. Só uma crítica tendenciosa duvidava delas para negar as cartas de S. Inácio. Hilgenfeld opinou que fosse um prefácio para as cartas de Inácio, feito para confirmar a instituição do episcopado. Outros dizem que a carta foi interpolada para conseguir o mesmo fim. Mas como é possível provar o episcopado por um escrito, em que não sè encontra, nem uma só vez, a palavra "bispo", enquanto que se inculca a obediência aos presbíteros e diáconos?

266. *a*. Outro discípulo de S. João, apóstolo, foi **Pápias**, bispo de Hierápolis, amigo de Policarpo (Iren., Adv. haer. 5, 33, 4). Também Jerônimo e Eusébio, na sua *Crônica*, chamam-no discípulo de S. João Evangelista, enquanto que Eusébio, na sua *História* (3, 39) o diz discípulo de certo presbítero João de Éfeso. Eusébio se enganou. O presbítero e o discípulo do Senhor, de que fala Pápias, são uma e a mesma pessoa.

b. Pápias escreveu, provàvelmente no tempo de Antonino Pio, uma *Explicação das palavras do Senhor*, não só das que estão contidas nas Sagradas Escrituras, mas também das que foram transmitidas pela tradição oral. Aqui está o grande valor da obra. As notícias sobre a origem dos Evangelhos de S. Mateus e de S. Marcos aumentam-lhe ainda a importância. Mas Eusébio não estimava muito o autor; censurou particularmente o seu quiliasmo. Da obra volumosa restam apenas alguns fragmentos.

267. Entre os Padres apostólicos conta-se geralmente também o autor de um libelo que tem o título de *Pastor Hermae*. Até princípios da idade moderna, a obra atribuía-se ao Hermas mencionado por S. Paulo (Rom 16, 14). O próprio autor apresenta-se-nos (Vis. 2, 4, 3) como contemporâneo de Clemente Romano. S. Ireneu e Tertuliano chamam o libelo de "Scriptura". Orígenes muito se inclinava a contá-lo entre os livros canônicos. No entanto, muito antes de Orígenes, o autor do fragmento muratoriano designa como autor o irmão do papa Pio I (140-154?); e razões internas e externas dão a esta opinião maior probabilidade. Foi provàvelmente durante o pontificado deste papa que se fez a compilação, e o lugar da sua origem é seguramente Roma. Patrólogos modernos colocam a obra entre os apócrifos ou entre a literatura interna da Igreja.

268. Revestida de forma apocalíptica, a obra divide-se em cinco visões, doze preceitos e dez semelhanças. Nas 4 primeiras visões aparece uma matrona, simbolizando a Igreja pecadora, penitente, santificada e justa. Na 5.ª visão, o anjo da penitência aparece a Hermas em forma de pastor, dando-lhe exortações e revelações. Daí o título. Na 3.ª visão e na 9.ª semelhança é-lhe mostrada uma torre, simbo-

lo da Igreja, edificada sobre as águas (do batismo), construída por pedras bem formadas (os bons cristãos). Outras pedras, espalhadas em redor da torre, significam os maus cristãos, que têm de fazer penitência para poderem ser unidos à Igreja.

269. O valor dogmático da obra não é grande. A sua importância principal está no campo moral-prático da penitência, ensinando a possibilidade de uma penitência depois do batismo, que efetua a justificação interna. Ensina também claramente o valor das boas obras. Até ao século IV, o libelo gozava de grande autoridade, pelo que foi admitido, em parte, no códice sinaítico. Mas, devido a certas doutrinas obscuras perdeu, desde o século V, a antiga estima.

Finalmente, era enumerado entre os Padres apostólicos o autor de uma carta a Diogneto. Mas, devido ao seu caráter apologético, deve ser tratado como pertencente à literatura apologética da antiguidade.

Lightfoot, The Apostolic Fathers, 5 vol., London 1886-90. — *Funk-Diekamp,* Patres apostolici, I, 2. ed., Tubinga 1901; II, 3. ed. 1913. — *Rauschen,* Patrologie 56 ss. — *Bardenhewer,* Geschichte I 90 ss. — *Marx,* Abriss 10 ss. — *Funk,* Abhandlungen und Untersuchungen III, 261-75.

§ 32. Literatura apologética do século II

270. No terceiro decênio do século II, a literatura cristã se reveste de formas científico-apologéticas. Varões eruditos entraram em maior número na Igreja, e, pelo simples fato de terem conhecido a verdade, sentiam-se obrigados a defendê-la contra os ataques dos pagãos e dos judeus.

As apologias que se dirigem contra os pagãos têm geralmente forma de discursos retóricos. Os destinatários são quase sempre as autoridades, imperadores e magistrados; algumas vezes, amigos pagãos dos autores. Todas elas visavam o mesmo fim: refutar as acusações de ateísmo pela exposição da fé monoteísta, as acusações de imoralidade pela exposição da alta moralidade e santidade dos cristãos, as acusações de lesa-majestade, provando que os cristãos cumpriam todos os deveres que o Estado podia exigir.

Contra os judeus escrevia-se, por via de regra, em forma de diálogo, servindo de base comum a Sagrada Escri-

tura. A idéia central destas apologias é provar que as profecias messiânicas se cumpriram.

271. O primeiro dos apologetas foi **Quadrato,** discípulo dos apóstolos (Eus., Chron. 2140). Quando o imperador Adriano se achava na Ásia Menor (123-24 ou 129), entregou-lhe Quadrato uma apologia, da qual Eusébio nos conservou um só fragmento (HE 4, 3), para provar a sua antiguidade; pois o autor afirma nele que em seu tempo viviam ainda homens sarados e ressuscitados por Jesus Cristo.

272. **Aristides de Atenas,** chamado por Eusébio "fiel" e "filósofo" (Chron. 2140; HE 4, 3) e por Jerônimo "filósofo eloquentíssimo" (De vir. ill. 20), endereçou igualmente a Adriano uma apologia, que se julgava perdida, até ao século XIX. Em 1878, os monges mequitaristas de San Lazzaro encontraram um fragmento armênio, e Rendel Harris encontrou, em 1889, no mosteiro de S. Catarina do monte Sinai, uma tradução siríaca. A mão destes preciosos achados, Robinson provou que a apologia não se perdera, mas que era idêntica ao texto grego inserido pelo monge João de Jerusalém (c. 630) na *Vita Barlaam et Joasaph.*

Aristides, depois de ter estabelecido o verdadeiro conceito de Deus, demonstra que o culto idolátrico dos bárbaros e dos gregos não é compatível com tal conceito e corrompe os costumes. Em seguida, declara que nem o culto judaico é perfeito. Verdade e moralidade só se encontram no cristianismo. Por conseguinte, todos os homens devem abraçar o cristianismo.

273. *a.* O mais insigne entre os apologetas do século II foi **S. Justino,** filósofo e mártir, natural de Flávia Nápolis, antiga Siquém na Samaria. Moço, esforçou-se por achar a verdade (Apol. 1, 1; Dial. 2-8). Passou de uma escola filosófica a outra, da Estoa à escola peripatética, desta aos pitagoreus. Finalmente, julgava ver realizados os seus desejos na escola platônica. Eis que, um dia, quando passeava à beira-mar, meditando sobre problemas filosóficos, se lhe apresentou um venerável ancião; e, seguindo os conselhos deste, estudou os profetas, "órgãos do Espírito Santo e intérpretes da verdade". Este estudo levou-o ao cristianismo, provàvelmente antes da guerra de Barcochba. Outro motivo da sua conversão foi o exemplo dos cristãos (Apol. 1, 12).

b. Todo o resto da sua vida, dedicou-a ele à defesa da verdade. Vestido do pálio filosófico, empreendeu diversas viagens, pregando o cristianismo com a palavra viva e escrita, convicto de que quem conhece a verdade e não a prega, um dia será julgado por Deus. Finalmente, estabeleceu-se em Roma, onde fundou uma escola. Teve aí uma disputa com o filósofo cínico Crescente, convenceu-o de ignorante e devasso e foi, por isso, perseguido (Eus., HE 4, 16). Sofreu o martírio com seus companheiros, pelo ano de 165.

274. Dos muitos escritos de Justino chegaram até nós duas apologias contra os pagãos, uma mais volumosa, dirigida a Antonino Pio, ao senado e a todo o povo romano, e outra, posterior e mais breve, dirigida provàvelmente ao mesmo imperador. Além disso, possuímos uma apologia de Justino contra os judeus, o *Diálogo com Trifon.*

Na primeira apologia pede Justino aos leitores que estudem e examinem despreocupadamente a causa dos cristãos. Para facilitar-lhes o trabalho, expõe-lhes a vida e a doutrina do cristianismo, em duas partes. Na primeira parte (cc. 1-12), apologética, declara que os cristãos não podem ser condenados, senão por causa de crimes. Ora, eles não os cometem. As acusações que se lhes fazem não passam de calúnias. A segunda parte (cc. 13-67), expositiva, trata dos costumes, do culto, particularmente da divindade de Jesus Cristo, e dos sacramentos. Os últimos capítulos têm uma importância especial, porque encerram a primeira descrição completa da liturgia. Na conclusão (c. 68), Justino exige, não pede, que se proceda com justiça, ameaçando com a justiça do Juiz supremo.

275. Na segunda apologia, complemento da primeira e motivada pelo martírio de três cristãos de Roma, Justino responde, sem disposição exata, a algumas perguntas cínicas dos pagãos. Os cristãos não devem procurar espontâneamente a morte, porque a vida é um dom de Deus. Mas, acusados, devem dizer a verdade. As perseguições são obra dos demônios. Mas os demônios não teriam poder sobre os cristãos, se Deus não permitisse as aflições dos perseguidos para santificá-los e levá-los a maior glória.

276. O *Diálogo com Trifon* teve origem numa disputa, real ou fictícia, entre Justino e Trifon, idêntico, ao que parece, com o célebre rabi Tarfon de Éfeso (Eus., HE 4, 18), contemporâneo de Justino. Na introdução, o autor descreve a sua própria evolução espiritual. Na primeira parte (cc. 9-47) declara que a lei mosaica é abolida e a lei de Cristo permanece. A segunda parte (cc. 48-108) é cristológica, e ensina que a adoração de Cristo não é contrária ao monoteísmo dos patriarcas. Os profetas provam a divindade de Jesus como Filho de Deus humanado. A terceira parte (cc. 109-42) demonstra que os judeus e pagãos, convertidos à doutrina de Jesus Cristo, são o verdadeiro povo de Israel. A Igreja de Cristo é destinada para todos os homens de todos os séculos.

277. Um discípulo de S. Justino foi **Taciano** da Assíria. Ambos encontraram a verdade só depois de longas aberrações. Todavia, há uma grande diferença entre os dois filósofos. Justino apreciava, também como cristão, altamente a filosofia, Taciano a desprezava. Justino ficou fiel à sua nova fé, Taciano voltou, depois da morte do mestre, ao oriente, onde apostatou para o gnosticismo, tornando-se chefe dos encratitas ou aguários.

Pouco depois da sua conversão ao cristianismo escreveu um libelo, *Oratio ad Graecos*, para justificar a sua conversão. Ele polemiza tudo quanto é pagão, e, para provar a verdade do cristianismo, aduz a sublimidade da sua doutrina e a idade venerável das Sagradas Escrituras.

Maior importância obteve outra obra de Taciano, o *Diatessaron* ou *Concordância dos Evangelhos* que, infelizmente, não chegou até nós na forma original. Mas pode ser reconstruído, no essencial, por meio do comentário de S. Efrém e de outros citados da literatura antiga.

278. Espírito muito semelhante a Justino foi **Atenágoras de Atenas.** Filósofo como ele, admirava como ele a filosofia platônica. Mas lhe é superior quanto à beleza de estilo e clareza de disposição. Pelo ano de 177, escreveu uma petição a favor dos cristãos aos imperadores Marco Auréleo e seu filho Cômodo. A finalidade do libelo é refutar as três principais acusações que se faziam aos cristãos: o ateísmo, convites tiestéicos e ações edipodéicas. Descreve, como Aristides e o autor da carta a Diogneto, com palavras eloquentes, a vida edificante dos cristãos.

Atenágoras nos deu ainda um magnífico libelo *Sobre*

a ressurreição dos mortos. É, sem dúvida, a melhor obra que se escreveu, na antiguidade, sobre este assunto. O autor prova, nos dez primeiros capítulos, a possibilidade da ressurreição pela onipotência de Deus. Nos capítulos seguintes, procura demonstrar a necessidade da ressurreição pela natureza do homem, síntese de corpo e alma, pela justiça de Deus e pelo fim sobrenatural do mesmo homem, i. é, a sua eterna felicidade.

279. Uma pérola da literatura cristã é a **Carta a Diogneto.** Depois das cartas de S. Inácio e talvez do diálogo de Minúcio Félix, nenhum outro documento da literatura antiga teve acolhimento tão simpático como ela. Um pagão da alta sociedade, chamado Diogneto, pedira a um amigo cristão, que lhe desse resposta a três questões: 1) Qual é o culto dos cristãos e por que não aceitam o dos pagãos nem o dos judeus? 2) Qual é a caridade dos cristãos? 3) Por que apareceu tão tarde o cristianismo? O autor responde, criticando o paganismo e o judaísmo, descrevendo com palavras cheias de unção a vida edificante dos cristãos (cc. 5-6), demonstrando a divindade do cristianismo (cc. 7-8), e explicando a vinda tardia do mesmo (cc. 9-10).

280. O precioso libelo ficou conservado num só códice de Estrasburgo do século XIII ou XIV, destruído em 1870. Figurava entre os escritos de S. Justino. No entanto, "o estilo tão magnífico e tão eloquente desta carta eleva-se muito acima do de S. Justino" (Tillemont). A maioria dos patrólogos hodiernos estão de acordo que a carta foi escrita pela volta do século II. Alguns querem ver o seu autor na pessoa de Aristides de Atenas. Nos últimos capítulos (cc. 11-12), o autor designa-se a si mesmo como discípulo dos apóstolos. Por isto, alguns patrólogos o enumeram entre os Padres apostólicos. Mas os ditos capítulos são seguramente espúrios. Não é possível identificar o autor; e do destinatário conhecemos sòmente o nome.

281. Muita semelhança com a carta a Diogneto têm três livros que **Teófilo de Antioquia** escreveu, pelo ano de 180, a Autólicos. No primeiro livro, Teófilo oferece a seu amigo pagão uma acertada exposição da fé dos cristãos no Deus invisível, combate o politeísmo dos pagãos e defende o nome de cristão. No segundo, procura convencer o seu

amigo da insânia do culto idolátrico e opõe à mitologia pueril do paganismo a sã doutrina dos profetas. Sobretudo, trata da criação do mundo e do homem, tal qual é relatada no primeiro livro de Moisés. No terceiro livro prova Teófilo a antiguidade da verdadeira religião pelos livros da Sagrada Escritura, muito mais antigos, do que os mitos dos pagãos.

Teófilo emprega, pela primeira vez, a palavra "triás" para designar a Santíssima Trindade, e dá às três pessoas divinas constantemente os nomes de Padre, Logos e Sabedoria. Pela primeira vez, pronuncia também claramente a inspiração divina do Novo Testamento, assim como Atenágoras já o fizera em relação ao Antigo Testamento. Outras obras de Teófilo desapareceram.

282. O filósofo cristão **Hérmias,** conhecido só pelo nome, escreveu *Irrisio philosophorum gentilium.* Em estilo sarcástico ridiculariza as contradições da psicologia e da metafísica dos filósofos pagãos. O libelo coloca-se geralmente entre as apologias do século II. Alguns escritores modernos datam a sua origem numa época posterior. Mas, de certo, não passa aquém do século III.

283. **Melciades** deve ter sido contemporâneo de Taciano e, talvez, discípulo de Justino. Tertuliano menciona-o como adversário do gnóstico Valentino (Adv. Val. 5). Provàvelmente foi da Ásia Menor. Filósofo como Justino, escreveu diversas obras contra gregos, judeus e heréticos. Mas todas se perderam. Combateu, sobretudo, os gnósticos, e foi também acre adversário dos montanistas, pelo que Tertuliano lhe deu o epíteto de "sofista".

284. O bispo **Apolinário de Hierápolis** escreveu, no tempo do imperador Marco Aurélio, uma série de tratados apologéticos e polêmicos. Mas nenhum escapou ao dente roedor do tempo.

Figura nobre e venerável do século II foi, finalmente o bispo **Melito de Sardes.** Polícrates o chama, na sua carta ao papa Vítor, "grande luz da Igreja da Ásia Menor". Eusébio conservou-nos algumas notícias sobre a pessoa e sobre os escritos e a longa lista de tratados nos dá, ao menos, uma idéia da vasta atividade deste zeloso bispo (Eus., HE 4, 26).

285. Todos estes apologetas defenderam o cristianis-

mo contra os pagãos. Alguns, como Justino e Melcíades, escreveram também contra os judeus. Mas o primeiro e principal apologeta antijudaico foi **Ariston de Pela.** Do autor não sabemos mais do que o nome. A sua apologia, *Altercatio Jasonis et Papisci,* pereceu. Mas escritores posteriores aproveitaram-se dela como fonte. Celso ridiculariza-a; Orígenes a defende. Ariston prova que o Antigo Testamento foi cumprido em Jesus Cristo.

286. **A importância política** dos apologetas foi quase nula. Grande foi, porém, a sua importância para o desenvolvimento da doutrina cristã. Apresentam-nos a primeira tentativa de criar uma filosofia cristã. Verdade é que não falavam, ex-professo, de questões filosóficas. Mas recorriam à filosofia todas as vezes que esta lhes podia ministrar esclarecimento ou confirmação da doutrina cristã. Defensores da fé, buscavam no arsenal da razão as mesmas armas de que se serviam os pagãos para impugnar o depósito das verdades reveladas. Daí se explica o caráter fragmentário da filosofia patrística.

287. Mas os apologetas fizeram, ao menos, uma tentativa; e esta foi decisiva. Filósofos cristãos posteriores completaram a sua obra. Os apologetas, por sua vez, completam, felizmente, os Padres apostólicos e os livros da Sagrada Escritura. De modo particular, dão resposta mais perfeita ao que S. Paulo deixara de dizer. O apóstolo das gentes escreveu não só para os pagãos, e, sim, também para os judeus monoteístas. Por isto, apresenta o cristianismo, sobretudo, como religião da salvação eterna, operada pela morte de Jesus Cristo. Os apologetas dirigiram-se mais diretamente aos pagãos politeístas. Por isto, deixaram de lado, quase por completo, a pessoa de Jesus Cristo e a eficácia da graça. Tiraram da filosofia grande parte dos seus argumentos, sem fazerem, todavia, da sua fé uma pura filosofia. Ensinaram a cognoscibilidade natural das verdades fundamentais do cristianismo, mas, ao mesmo tempo, não se esqueceram de acentuar o fato da revelação divina. A razão e a fé se lhes unem numa perfeita harmonia; e à sua doutrina corresponde a moral de verdadeira santidade. Em uma palavra, os apologetas continuaram felizmente aquele universalismo de espírito que chamamos "síntese católica", jamais desmentido na evolução da teologia católica.

PG 6. — *Otto,* Corpus apologetarum christ. saec. II, 9 vol., Jena 1847-72; I-V, 3. ed. 1876-81. — *Puech,* Les apologistes grecs du IIe siècle, Paris 1912. — *Lagrange,* Saint Justin, Paris 1914. — *Giordani,* La prima polemica cristiana, Torino 1930. — *Little,* The Christology of the Apologists, London 1934. — *Marx,* Abriss 23-35. — *Rauschen,* Patrologie 67 ss.

§ 33. Heresias em geral. — Os judaizantes

288. As apologias do século II, além de visarem a defesa do cristianismo, provando e fundamentando a fé pelos argumentos da filosofia, foram, por isto mesmo, uma tentativa de resolver o problema teológico da relação entre a fé e a razão, problema sempre renovado, quando as verdades reveladas se apresentam a um espírito culto, e acompanhado sempre de dois grandes perigos, o racionalismo e o fideísmo. Este acentua demasiadamente a tradição, pouco se preocupando em fundamentar cientificamente a fé. Aquele dá a preferência à razão, negligenciando a tradição. A Igreja não podia aprovar nem uma nem outra destas soluções extremistas. Fiel ao universalismo, afirma tanto a tradição revelada como a razão.

289. Este problema teológico havia de agravar-se à medida que se espalhava o cristianismo no mundo helênico. No século II, teve não só a solução verdadeira, objetivista, católica, mas também uma solução subjetivista, herética. O que Jesus Cristo profetizara pela parábola do joio entre o trigo (Mt 13, 24 ss) e do que S. Paulo previne os presbíteros da Ásia Menor (At 20, 29-30), aconteceu de fato. Nem todos os que ouviam o Evangelho aceitavam-no integralmente, mas tomavam dele o que lhes agradava e misturavam-lhe outros elementos, formando assim diversas heresias. Estas deram, embora negativamente, grande impulso às ciências teológicas, "... non verum docendo quod nesciunt, sed verum quaerendum carnales et ad verum aperiendum spirituales catholicos excitando" (Aug., De vera relig. 8, 15).

290. Estas heresias são ou de origem judaica ou de origem pagã. Os judeus e muitos cristãos vindos do judaísmo não se conformavam com a idéia de que o Antigo Testamento fosse substituído pelo Novo. Consideravam a lei mosaica como obrigatória, e, por consequência lógica, negavam ao fundador da nova lei a dignidade que lhe com-

petia, negando em parte ou de todo a sua divindade. Os gentios não compreendiam a doutrina cristã sobre a criação do mundo e origem do pecado e do mal. Opunham, portanto, ao monismo cristão uma teoria dualista, ensinando a eternidade de Deus e da matéria. Em consequência desta dupla origem distinguimos duas espécies de heréticos, judaizantes uns, e gnósticos outros. Mas nem sempre a heresia manifesta-se tão clara e distinta. Às vezes, aparece, ao mesmo tempo, influenciada pelo judaísmo e pelo paganismo; é o gnosticismo judaizante.

291. Os **judaizantes** dividiam-se, desde o princípio, em dois partidos. Uns se limitavam a observar por si mesmos a lei mosaica; outros pretendiam impô-la também aos cristãos vindos do paganismo. Os rigoristas, censurados já no concílio de Jerusalém, depois da morte de S. Tiago Menor († 62), separaram-se da Igreja, opondo ao bispo Simeão um antibispo, Tebutis (Heges. ap. Eus., HE 4, 22), abrindo assim o primeiro cisma na Igreja. Consideravam Cristo como simples homem. Aceitavam sòmente o Evangelho de S. Mateus, e este mutilado, mudando até o texto sagrado para negar a divindade de Jesus. S. Ireneu os chama de **ebionitas** (pobres).

292. Os moderados, que Epifânio chama de **nazareus,** admitiam que Jesus Cristo era filho de Maria, nascido por obra do Espírito Santo. Mas também eles só aceitavam o "Evangelho de S. Mateus", que é provàvelmente o "Evangelho dos hebreus", de que fala S. Ireneu (Adv. haer. 1, 26, 2), e que S. Epifânio chama "Evangelho dos nazareus", livro apócrifo.

Quando, ao começar a guerra judaica, a comunidade cristã de Jerusalém abandonava a cidade e se estabelecia em Pela, associaram-se-lhes essênios e outros sectários judaicos, e, em consequência disso, também os moderados não conseguiram manter a unidade com a Igreja. S. Jerônimo não distingue mais a dupla heresia, que se mantivera na Peréia e na Síria, até ao século V ou, talvez, até à invasão dos árabes (637).

293. O patriarca dos hereges foi **Simão Mago,** natural de Giton na Samaria, terra clássica do sincretismo (At 8, 9 ss; Just., Apol. 1, 26. 56; Dial. 120; Iren., Adv. haer. 1, 23, 1-4). Movido pela pregação de Filipe, recebeu o batismo. Mas a sua conversão não foi sincera. Vendo que os apóstolos davam o Espírito Santo pela imposição das mãos, ofereceu-lhes dinheiro, para que lhe vendessem o mesmo poder. Com indignação censurou-o S. Pedro. Segundo os apócrifos de S. Pedro, "Acta Petri", escritos provàvelmente no fim do século II, Simão ter-se-ia encontrado com o apóstolo, mais tarde, em Roma, onde teria morrido desgraçadamente (cfr. Sulp. Sev., Chron. 1. 2, 28, 5).

294. A doutrina simoniana, chamada "gnosis samaritana", é uma mistura de mitologia siríaco-fenícia e sincretismo oriental. Não é possível ter clareza sobre o seu sistema, porque as fontes principais, Ireneu (Adv. haer. 1, 23, 1 ss) e Hipólito (Philos. 6, 7 ss), o descrevem muito diferentemente. Segundo Justino e Ireneu é o seguinte: Simão designa-se a si mesmo como Deus ou grande poder de Deus. Dele emanou a Énnoia, a cogitação. Esta criou os outros espíritos, demiurgos, que, por sua vez, criaram o mundo material. Não querendo sujeitar-se a Énnoia, aprisionaram-na num corpo material. E' ela a ovelha desgarrada do Evangelho (Mt 18, 12), que, passando por muitas transformações, veio finalmente entrar no corpo duma prostituta, Helena de Tiro, que Simão tomou por companheira.

Para libertá-la definitivamente, e para salvar o gênero humano, ele baixou do céu, aparecendo aos judeus como Filho, aos samaritanos como Pai, e aos demais povos como Espírito Santo. Para se salvar, o homem não precisa senão crer em Simão e em sua esposa. Não existe uma diferença essencial entre o bem e o mal, pura invenção dos demagogos para reduzir os homens à escravidão. Quais fossem as consequências morais de tal doutrina, fácil é imaginar.

295. Patrício e sucessor de Simão foi **Menandro** (Iren., Adv. haer. 1, 23, 5), que ensinava uma doutrina semelhante, fazendo-se passar, senão pelo próprio Deus, como seu mestre, ao menos, por Salvador do gênero humano. A seita dos simonianos manteve-se até ao século IV.

296. **Cerinto,** contra o qual S. João escreveu o seu Evangelho, misturava com o cristianismo, além de elementos de ebionitismo e quiliasmo, doutrinas gnósticas. Ensinava que o criador era um demiurgo e que Jesus era um simples homem, filho de José e Maria. Com ele unira-se, no batismo, o éon Cristo, que antes da Paixão, de novo,

o abandonara (docetismo). Depois da ressurreição universal haverá na terra um reino cheio de deleites sensuais (Iren., Adv. haer. 1, 26, 1; 3, 11, 1; Hipol., Philos. 7, 33).

297. Uma mistura exótica de judaísmo, cristianismo e paganismo é também a seita dos **elquesaítas** (Eus., HE 6, 38; Hipol., Philos. 9, 13 ss; Epiph., Pan. 53). Epifânio chama-os de "sampseus". Na Armênia mantiveram-se com o nome de "mandeus", até aos nossos dias. Reduzem a sua origem a um certo Elquesai, contemporâneo do imperador Trajano e autor do livro sagrado da seita, que ele pretendia ter recebido das mãos dum anjo. Mas Hipólito diz que tudo isso não passa de mentira.

Os elquesaítas observavam a lei mosaica, exceto os sacrifícios sangrentos, e uniam ao seu culto a astrologia caldaica, a magia, uma espécie de batismo e abluções rituais. Além disso, ensinavam a doutrina dos dois princípios. O Salvador Cristo é aquele anjo que trouxe do céu o livro sagrado, éon de gigantescas proporções. Jesus foi um pseudo-messias e impostor.

298. Ao judaísmo herético pertence, finalmente, o sistema das **Pseudo-Clementinas,** vinte homílias, que pretendem conter as pregações de S. Pedro (PG 2; cfr. n. 254b). A sua doutrina é uma mistura de teísmo judaico e panteísmo estóico, de idéias ebionitas ou elquesaítas e cristãs. O cristianismo lhe é idêntico ao verdadeiro judaísmo, purificado pelo verdadeiro profeta, que apareceu em Adão, Moisés e Jesus. Este, maior do que Moisés, não é, todavia, Salvador, nem verdadeiro homem, nem verdadeiro Deus.

Iren., Adv. haereses. — *Hippol.*, Philosophumena. — *Tert.*, De praescriptione haereticorum. — *Epiph.*, Panarium. — *Aug.*, De haeresibus. — *Schwane*, Dogmengeschichte, Freiburg, I, 2. ed. 1892. — *Tixeront*, Histoire des dogmes, Paris, 11. ed. 1930. — *Tondelli*, Il Mandeismo e le origini christiane, Roma 1928. — *Loisy*, Le Mandeisme et les origines chrétiennes, Paris 1934. — *Cullmann*, Le problème littéraire et historique du roman pseudo-clémentin, Paris 1930.

§ 34. O gnosticismo. — Vista geral. — A gnosis alexandrina e siríaca

299. Mais perigosa do que o judaísmo herético foi para a Igreja a heresia do gnosticismo. Ele apresentou-se com o brilho de erudição; e tão poderoso foi o seu atrativo, que um espírito como Agostinho se deixou fascinar pelo espaço

de muitos anos, quando a heresia já se achava no caminho da decadência.

O ponto de partida dessa confusão de doutrinas foi a questão: Donde provém o mal? Esta questão vinha acompanhada por outra: Se Deus não é e não pode ser o autor do mal, como então explicar a origem do mundo material, em que o mal reside? A esta se ligava, finalmente, uma terceira questão: Como será possível a salvação do espírito, destinado a voltar para Deus?

300. Estes problemas não eram alheios ao mundo antigo. Havia então, no oriente, certas associações e escolas, cujos autores e propagadores pretendiam transmitir aos seus adeptos o verdadeiro conhecimento (gnosis) de Deus, do mal e da salvação. S. Paulo previne os cristãos do perigo (Col 2, 4. 8). Na solução dos ditos problemas baseavam-se, de um lado, no sincretismo dos cultos orientais, de outro lado, numa especulação filosófica unilateral.

A resposta que o cristianismo dava àquelas questões não satisfazia a todos os eruditos, que da filosofia antiga se haviam convertido à doutrina cristã. Procuravam completá-la, em parte, pela filosofia grega, o neoplatonismo, com a sua doutrina sobre os seres intermediários entre Deus e o mundo, em parte, pelas religiões orientais, particularmente o parsismo. Pretendiam obter, desta forma, em oposição à fé católica e prescindindo da ciência que se baseava na fé eclesiástica, a "verdadeira" gnosis cristã, uma ciência mais elevada. Mas S. Paulo dera-lhe o nome de "falsa gnosis" (1 Tim 6, 20). Mais tarde, chamava-se geralmente gnosticismo.

301. Embora haja diversos sistemas do gnosticismo, todos têm por fundamento alguns princípios comuns. O primeiro e mais característico é o dualismo, ou seja a oposição entre Deus e o mundo material. Esta oposição é diversamente determinada, concebendo uns a matéria, segundo o neoplatonismo, como o mal absoluto, sem forma e sem essência (μή ὄν) tomando-a outros no sentido parsista, animada pelo princípio do mal.

302. Na filosofia neoplatônica, Deus é todo transcendental, tão puro e sublime, que não pode haver contacto entre ele e a matéria, nem por meio da criação. Supõe-se, portanto, uma série intérmina de éons ou espíritos, ema-

nações do ser supremo, que se tornam tanto mais imperfeitos, quanto mais se distanciam da divina fonte de sua essência. Alguns contam até 365 emanações.

Todos os éons (= eternos) juntos constituem o reino da luz *(πλήρωμα)*, no qual tudo é bom. O último dos éons inferiores, que já se misturaram com o reino das trevas e do mal *(κένωμα)*, criou o mundo material. Este criador é idêntico com o legislador do Antigo Testamento, o demiurgo Javé. A criação se realizou contra a vontade de Deus, porque nela se estabeleceu a dominação da matéria.

303. *a*. A salvação consiste na libertação das almas aprisionadas na matéria. Para realizá-la, veio o éon supremo, o Logos Cristo, anunciar aos homens o verdadeiro Deus e ensinar-lhes a vencer a matéria. Mas, sendo a matéria o mal absoluto, os gnósticos neoplatônicos admitem sòmente uma encarnação aparente.

b. Este docetismo divide-se em duas tendências. Os sírios dizem que o éon Cristo assumiu um corpo etérico, aparente, ou passando pela Virgem Maria (Bardesanes), ou aparecendo sem nascimento na sua forma viril (Marcião). Os alexandrinos ensinam que Jesus nasceu como qualquer homem, descendo sobre ele, no batismo, o éon Cristo, para morar nele até ao tempo da Paixão.

c. Nem todos os homens participam da redenção. Sendo criados como hílicos, psíquicos e pneumáticos, só estes últimos, os gnósticos, serão os escolhidos. Os psíquicos, católicos, serão recolhidos num lugar intermediário, enquanto que os hílicos, materiais, a grande massa da humanidade, estão irremediàvelmente destinados a perecer com a matéria. Fim e termo de tudo será a apocatástase, ou regresso de todas as coisas ao lugar respectivo da sua natureza.

304. Conforme a estas doutrinas, acristãs e naturalistas, que destróem completamente a unidade de Deus e a união hipostática de Jesus Cristo, a ética dos gnósticos tem um caráter naturalista, e consiste em grandes austeridades, em parte contrárias à natureza. E como os extremos sempre se tocam, converteu-se num desenfreado antinomismo e libertinismo, favorecido pela identificação do demiurgo com o legislador do Antigo Testamento, cujo decálogo é considerado como contrário à vontade de Deus.

305. Os princípios destas aberrações encontram-se na doutrina de Simão Mago, de Cerinto e dos elquesaitas. Mas o período clássico do gnosticismo são os cinco decênios antes e depois de 150. No entanto, devido ao seu caráter sincretista, não é uma doutrina uniforme, nem tem um fundador determinado. A história conhece cerca de trinta diversos partidos e fundadores de diversas escolas gnósticas, que, para propagar as suas idéias, criaram uma rica literatura. Os seus principais representantes são Basílides, Valentim e Marcião. As suas sedes principais eram Alexandria, Antioquia e, por algum tempo, também Roma.

306. Os primeiros gnósticos, mencionados por S. Ireneu (Adv. haer. 1, 24), são os dois discípulos de Menandro: Saturnino e Basílides. **Basílides,** primeiro representante da gnosis egípcia, doutrinava no tempo de Adriano em Alexandria. A sua doutrina obscura e confusa não permite um conhecimento exato. S. Ireneu a propõe como emanação em sentido descendente, Hipólito (Philos. 7, 14 ss), como evolução em sentido ascendente, sendo, porém, o fundamento o mesmo em ambas as relações, dualista e não panteísta. A moral de Basílides e de seu filho Isidoro é bastante rigorosa. O matrimônio lhes é santo; superior, porém, é a virgindade. A salvação existe só para a alma; o corpo se decompõe inteiramente. A seita manteve-se até ao século IV. Mas a escola tomou, mais e mais, formas libertinistas e antinomistas.

307. *a*. O mais profundo dos gnósticos alexandrinos foi **Valentim,** que veio estabelecer-se em Roma, onde se demorou pelo espaço de vinte anos. Levado por ambição, almejava o pontificado, quando morreu o papa Higino († 140). Preterido na eleição, fez-se chefe duma seita e teve numerosos sectários, chamados valentinianos. Tertuliano escreve (De praesc. haer. 30) que foi excluído, mais de uma vez, do seio da Igreja.

b. O seu sistema já não pode ser reconstruído nos pormenores. Os seus discípulos dividiram-se em duas escolas, uma ocidental, na Itália e no sul das Gálias, representada por Secundo, Tolomeu e Heracleon, e outra oriental, no Egito e na Síria, representada por Teódoto e Marcos. A diferença das duas escolas consiste principalmente na diversa concepção do Salvador que, segundo uns, assumiu um cor-

po psíquico, segundo outros um corpo pneumático. Como todos eles se acomodassem largamente à terminologia católica, tornaram-se muito perigosos para a Igreja (Tert., Adv. Valent.; Iren., Adv. haer. 1, 11 ss).

308. À gnosis alexandrina pertencem também os ofitas, que veneravam a serpente como medianeira da gnosis; os naassenos, que adoravam a serpente; os cainitas, que tinham como livro sagrado um "Evangelho de Judas"; os setitas, que veneravam a Set como pai dos pneumáticos; Abel e Caim eram considerados como pais dos psíquicos e hílicos; os adamitas, que professavam o comunismo de mulheres e praticavam as mais horríveis devassidões; os carpocracianos, os antítatos, os nicolaítas, os prodicianos e outros mais, que, pela maior parte, se perderam nas aberrações do antinomismo. S. Ireneu fala de fórmulas de encantamentos que empregavam. Epífanes, filho de Carpócrates, ensinava abertamente o comunismo de bens e de mulheres; mas com apenas dezessete anos de idade morreu em consequência da sua vida licenciosa (Clem. Alex., Strom. 3, 2; Iren., Adv. haer. 1, 25. 31-33).

309. A gnosis siríaca não é hostil ao Antigo Testamento. As suas doutrinas principais são o docetismo e uma moral rigorista. Representantes desta escola são Saturnino, discípulo de Menandro, e **Bardesanes** de Edessa († 222), o mais distinto entre os gnósticos de Antioquia.

Ensinava o docetismo dos valentinianos orientais. O Salvador, dotado dum corpo etérico, não é ἐκ Μαρίας, e sim διὰ Μαρίας. Ajudado por seu filho Harmônio, formulou a doutrina em belos hinos, atraindo desta maneira grande número de adeptos. Ainda no século IV, S. Efrém de Edessa teve de lutar contra a seita, opondo aos hinos heréticos os seus belos versos católicos (Epiph., Panar. 56).

310. Aos gnósticos da Síria pertence também a seita dos encratitas de **Taciano,** que se distinguiu por seu rigorismo, condenando o uso de carne e vinho e o matrimônio. Por seu costume de usar sòmente água, mesmo na santa Missa, os sectários chamavam-se também de aguários (Iren., Adv. haer. 1, 28).

311. **Marcião** foi um dos mais perigosos heresiarcas. Embora não possa ser enumerado entre os gnósticos pròpriamente ditos, porque rejeitava a doutrina ridícula dos

éons, tem, no entanto, com eles muitos pontos de contacto, como o dualismo, o desprezo ao Antigo Testamento e à matéria, assim como a ética rigorista. Muito arbitràriamente chama Harnack a este heresiarca "primeiro reformador cristão e inovador do paulinismo".

Filho dum bispo de Sinope no Ponto, foi excomungado por seu pai, por motivo de sua vida escandalosa. Estabeleceu-se então em Roma, onde foi condenado também pelo papa Pio I. S. Policarpo de Esmirna, encontrando-o nas ruas da cidade, chamou-o "primogênito de Satanás" (Iren., Adv. haer. 3, 3, 4), e os demais escritores eclesiásticos da antiguidade viram nele o mais perigoso adversário da Igreja.

312. *a.* Marcião negava toda a Sagrada Escritura, exceto o Evangelho mutilado de S. Lucas e dez epístolas de S. Paulo. Para justificar o seu modo de ver e para explicar esta sua Sagrada Escritura, escreveu as chamadas *Antíteses*. Ponto de partida da sua teoria é a doutrina de S. Paulo sobre a graça. Na sua opinião, Paulo é o único apóstolo que realmente compreendeu o Senhor. A sua doutrina é exclusivamente revelação do Novo Testamento. O Evangelho, como ele o entende, opõe-se à lei; a graça, à justiça. O cristianismo em geral não tem nada de comum com o judaísmo. Daí veio a concluir, nas suas *Antíteses*, que o Deus do Antigo Testamento e o do Novo estão em perpétua oposição. O Deus dos judeus é o Deus da justiça, idêntico com o demiurgo, criador do mundo mau, um deus cioso e vingativo. O Deus do Novo Testamento é o Deus da graça e da caridade.

b. Este Deus supremo manifestou-se em Cristo, que no 15º ano de Tibério baixou do céu, assumiu um corpo humano aparente, pregou e operou milagres, mas foi crucificado aparentemente como adversário da lei pelos sectários do demiurgo. Ressuscitado, revelou a S. Paulo o verdadeiro Evangelho da justificação pela fé, sem as boas obras da lei. O verdadeiro cristão é sem medo, porque Deus não julga a ninguém. O cristão obedece, porque ama, sem pensar em prêmio, nem castigo.

313. Tais são as doutrinas do "primeiro reformador". Repudiava as Sagradas Escrituras, de que não se podia servir. O que aceitava, interpretava-o conforme às suas doutrinas preconcebidas. Começava o livre exame da bíblia. O

cristianismo individual, subjetivista, separava-se do cristianismo universal e objetivista. O fundador de uma seita chamava a sua obra a "verdadeira e melhor Igreja".

Realmente, Marcião fundou uma Igreja à parte, com bispos, presbíteros e diáconos, modificando, porém, a distinção entre clérigos e leigos. As funções cultuais eram semelhantes às católicas. Reconhecia a Eucaristia e o batismo. Substituía, porém, o vinho pela água, e as palavras: "Este é o meu corpo", por estas outras: "Esta é a figura de meu corpo".

Deste modo, o sistema marcionista foi de todos os sistemas gnósticos o mais cristão. Mas por isso mesmo e por sua grande difusão o mais perigoso para a Igreja. Manteve-se, em diversos países, até ao século V. Alguns historiadores querem ver um conexo entre os marcionistas e os paulicianos da idade-média.

Moehler, Versuch ueber den Ursprung des Gnostizismus, em Gesammelte Schriften, I, Regensburg 1839. — *Bousset*, Hauptprobleme der Gnosis, Goettingen 1907. — *Buonaiuti*, Lo Gnosticismo, Roma 1907. — *Funk*, Abhandlungen und Untersuchungen, I, 358-75. — *Leipolt*, Johannesevangelium und Gnosis, em Neutestamentl. Studien, Leipzig 1914, 140-46. — *Ehrhard*, Die Kirche der Maertyrer 122-227. — *Wilson*, Marcion, London 1933.

§ 35. O maniqueísmo ou gnosticismo párseo

314. Muita semelhança com os sistemas mencionados tem a **gnosis pársea,** ou **maniqueísmo,** cujo fundamento é o dualismo extremo de Zoroastro, misturado com elementos da antiga religião babilônico-caldaica e da moral e ascética párseas, budistas e judaicas.

Fundador do maniqueísmo foi **Mani,** chamado pelos gregos Manes e pelos romanos Manichaeus. Nos últimos decênios, foi objeto de muitos estudos, ocasionados por consideráveis fragmentos de obras dele e de seus sectários, encontrados no Turquestão chinês e no Egito. O próprio Mani confessa ter haurido a sua doutrina dos Padres da justiça, Jesus, Zoroastro e Buda, pretendendo, porém, vencê-los a todos por seu novo Evangelho. Pregou primeiro nas Índias. Em seguida, começou a pregar também na Pérsia, onde gozava dos favores do rei Sapor I (241-72). Mas, devido às maquinações dos magos e sacerdotes de Zoroastro, foi crucificado por ordem do rei Bahrão I (c. 276). Há, no entanto, variações sobre a sua pregação e sobre a sua morte.

Também os seus sequazes sofreram violentas perseguições tanto na Pérsia, como no império romano. Seus escritos foram metidos no fogo. Apesar disto, a seita teve uma larga difusão, no oriente até à China, e, no ocidente, até à África setentrional, onde S. Agostinho, por longos anos, foi seu adepto. Espalhou-se também na Itália e na Espanha, e manteve-se, nas suas diversas formas, até à idade-média.

315. O sistema do maniqueísmo é um dualismo radical. Existem, desde o princípio, dois seres primitivos essencialmente distintos, Ormuzd com o reino da luz e Ahriman com o reino das trevas. Os dois reinos se originaram pela emanação dos dois princípios. Entre os éons têm um lugar saliente o homem primitivo, éon da luz, e o demônio primitivo, Satanás, éon das trevas. Este invadiu as regiões da luz e, por sua vitória sobre o homem primitivo, confundiram-se partículas da luz com as trevas. Desta matéria heterogênea formou-se o mundo visível.

As partículas da luz, aprisionadas na matéria, são o "Jesus patibilis", como as chamavam os maniqueus ocidentais. As outras partes da luz são o "Jesus impatibilis". Este deve libertar aquele. Libertar as partículas da luz aprisionadas dos elementos tenebrosos é o fim da criação. Mas Ahriman criou, por sua vez, os homens, Adão e Eva, frustrando assim a salvação. As almas dos homens são partículas da luz. Ahriman quis difundir a luz pela geração, para manter assim o seu domínio. Mais tarde, o Jesus impatibilis baixou aparentemente à terra, a fim de instruir os homens sobre a sua origem e o seu destino. Mas a sua doutrina foi mal compreendida e falseada pelos apóstolos e cristãos posteriores. Por isto, veio, finalmente, o próprio Mani, o Paráclito prometido por Jesus, para libertar as partículas da luz.

316. A salvação consiste principalmente no ensinamento de três preceitos: 1) o signaculum oris ou a proibição da blasfêmia, de carne e de vinho; 2) o signaculum manus ou a proibição do trabalho manual; 3) o signaculum sinus ou a proibição do matrimônio.

Mas estes signacula eram destinados exclusivamente

para os escolhidos, chamados "cátaros", enquanto que os catecúmenos ou ouvintes só eram obrigados à observância dos dez mandamentos. Podiam, no resto, fazer tudo quanto era necessário para sustentar os escolhidos, que em troca lhes perdoavam os pecados. Os perfeitos, livres da matéria, entram primeiro na luz e no sol, depois num reino etérico e, finalmente, na luz puríssima. Os outros devem passar de corpo em corpo, e até em animais e plantas. Tendo-se realizado a redenção, o mundo visível será destruído por um incêndio, e os dois reinos ficarão para sempre separados.

317. O culto divino revestia-se dum misticismo impenetrável, e fazia-se com as orgias mais detestáveis. Para presidir ao culto e governar a seita, Mani estabeleceu uma jerarquia, cujo chefe é o sucessor de Mani. Consiste de doze mestres, setenta e dois bispos, presbíteros e diáconos. Desta forma opôs o heresiarca à Igreja católica outra Igreja visível (Aug., Haer. 46).

Alfaric, Les écritures manichéennes, 2 vol., Paris 1918-19. — *Baur*, Das manichaeische Religions-system, nova impr. 1928. — *Tondelli*, Mani, Milano 1932. — *Jackson*, Researches in Manichaeism, New York 1932.

§ 36. Controvérsias trinitárias

318. Ao judaísmo e ao gnosticismo prende-se intimamente a chamada **questão trinitária.** A pregação apostólica acentuara a unidade de Deus contra o politeísmo pagão. Mais tarde, os apologetas e os escritores antignósticos pregaram a mesma unidade divina. Ao lado deste dogma principal do cristianismo aparece, desde logo, também o da divindade de Jesus Cristo. Surgiu então, por lógica consequência, o problema da relação entre os dois dogmas.

Os Padres apostólicos não deram uma resposta clara e precisa. Os apologetas tentaram solucionar o problema, seguindo a teosofia de Filo. Distinguiam em Deus um Logos interior e um Logos exterior, que, eterno segundo a sua essência, só pela criação começou a ser uma pessoa distinta (Just., Apol. 2, 5; Theoph., Ad Aut. 2, 10). Por tal doutrina ficava o Filho subordinado ao Pai. Pois negava-se-lhe a subsistência eterna, a geração não se considerava como um ato necessário e eterno, e, sim, livre e temporal. Es-

tes subordinacianos deixaram, porém, intacta a unidade de Deus e a divindade de Jesus Cristo.

319. No entanto, pelo fim do século II, a questão tornou-se objeto de acres controvérsias. Ensinando a unidade absoluta de Deus e negando a pluralidade das pessoas divinas, alguns chegaram a concluir que Cristo não era Deus e nele existe apenas uma força divina. E' a doutrina dos antitrinitários ebionitas, chamados também subordinacianos ou dinâmicos ou adopcianos. Outros, pelo contrário, diziam: Cristo e o Pai são uma e a mesma pessoa, que, por diversos modos, se têm manifestado. São os antitrinitários modalistas, apelidados também de patripassianos. Segundo o seu lema, "Monarchiam habemus" (Tert., Adv. Prax. 3), todos eles chamavam-se monarquianos.

320. Contra os dois extremos, a Igreja teve de defender, de um lado, a unidade de Deus, de outro lado, a divindade de Cristo. Na solução do problema é quase impossível não ver a obra da Providência divina, que fez com que primeiro surgissem os erros acerca da pessoa de Cristo: o judaísmo ebionita, que negava a divindade de Cristo, e o docetismo gnóstico, que negava a sua humanidade. Contra ambas as heresias era relativamente fácil estabelecer a verdade: Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Solvida esta questão cristológica e entrando agora no campo trinitário, foi, além disso, de grande utilidade aos defensores da fé ortodoxa a oposição entre os próprios antitrinitários, fornecendo uns as armas contra os outros.

321. *a.* Os **monarquianos ebionitas** reduzem a sua origem ao curtidor **Teódato** de Bizâncio (Eus., HE 5, 28). Durante a perseguição, renegara a Cristo com a desculpa de não ter renegado senão um homem. Pelo ano de 190, pregou a sua doutrina em Roma, onde foi excomungado pelo papa Vitor I (189-98). Acreditava na messianidade de Cristo, no seu nascimento da Virgem Maria e na vinda do Espírito Santo sobre ele no batismo. Negava, porém, a sua divindade, apelando para as palavras de S. Paulo (1 Tim 2, 5) e de S. João (Jo 8, 40).

b. Um dos seus discípulos, Teódato o Moço, misturava a sua doutrina com elementos gnósticos, admitindo um éon Melquisedec, superior a Cristo e medianeiro entre os anjos. Os seus sectários chamavam-se melquisedequianos

(Hipol., Philos. 7, 35-36). Uma tentativa de fundar uma Igreja à parte fracassou, porque o confessor Natalis, a quem elegeram para bispo, primeiro antipapa (217; Eus., HE 5, 28), voltou logo, arrependido, ao seio da Igreja.

322. Ainda na primeira metade do século III, um certo Ártemas pregou a mesma doutrina. Seu discípulo **Paulo de Samósata,** bispo de Antioquia, homem ambicioso e avaro (Eus., HE 7, 27-30), veio a ser, no século III, o principal representante da doutrina ebionita. Ensinava que Jesus era um simples homem, nascido de Maria Virgem, no qual habitara o Logos impessoal ou a Sabedoria de Deus, como num templo. O Logos não é distinto do Pai, é *ὁμοούσιος τῷ πατρί*, sendo *οὐσία* igual a *ὑπόστασις*. Um sínodo de Antioquia (268), onde o presbítero Malquião o convenceu de heresia, excomungou-o e lhe deu o bispo Domno como sucessor.

Mas, como Paulo era ministro da rainha Zenóbia de Palmira, soube manter-se, até à conquista de Antioquia pèlo imperador Aureliano (272; cfr. n. 154). E mesmo assim, a semente que havia espalhado não desapareceu de todo (Eus., HE 7, 30). Sobreviveu, particularmente, no presbítero Luciano, fundador da escola exegética de Antioquia, por meio do qual as idéias passaram a seu discípulo Ario.

323. Os **monarquianos patripassianos** consideram a **Noeto de Esmirna** como seu primeiro representante (Hip., Adv. Noet.; Philos. 9, 7-10). Ele ensinava que em Deus existe realmente só a natureza; a personalidade não é senão a manifestação ad extra. Por conseguinte, a mesma pessoa é Pai e Filho, gerada e não gerada, visível e não visível, conforme a diversidade da manifestação.

Quase ao mesmo tempo, **Práxeas** transplantou a doutrina para Roma. Mas, por ser adversário do montanismo, foi acremente combatido por Tertuliano (Adv. Prax.).

324. No pontificado de Zefirino (198-217), Epígono, discípulo de Noeto, abriu uma escola em Roma, cujos chefes, mais tarde, foram Cleômenes e **Sabélio.** Este último, oriundo da Líbia, tornou-se defensor principal do modalismo e estendeu a questão também ao Espírito Santo (Hip., Philos. 9, 11-12). Ele ensina: Deus Padre, Filho e Espírito Santo são uma e a mesma coisa; mas há três manifestações de Deus. Na criação e na legislação manifestou-se

como Pai; na encarnação e na obra da salvação, como Filho; na santificação, como Espírito Santo. Desde então, o monarquianismo adotou, mais e mais, o nome de sabelianismo.

325. A heresia provocou contendas acérrimas na comunidade de Roma. Infelizmente, o maior adversário de Sabélio, Hipólito, não ficou isento de heresia, professando uma espécie de subordinacianismo ou diteísmo. O papa Zefirino, teólogo menos experimentado, contentou-se com confirmar a doutrina tradicional: a unidade de Deus, a divindade de Jesus Cristo, e a morte do Filho, não do Pai.

Não é, pois, verdade o que Harnack e outros protestantes pretendem: ter o modalismo sido doutrina reconhecida em Roma desde Vítor I até Calisto I. Mas também não é verdade que Zefirino confirmou a doutrina de Hipólito. Daí a grande aversão do douto presbítero contra o papa e contra Calisto, que, da condição de escravo, subira a conselheiro do papa.

326. A oposição de Hipólito levou, finalmente, a um cisma, quando Calisto I (217-22) foi elevado à sede pontifícia. Pois o novo papa, depois de ter excomungado Sabélio, acusou Hipólito da heresia contrária, do diteísmo. Hipólito, por sua vez, indignado e excitado pela elevação de Calisto, como também pela atitude indulgente do papa na questão penitenciária, fez eleger-se antipapa por uma minoria, que possuía grande influxo em Roma. O cisma perdurou nos dois pontificados seguintes de Urbano I (222-30) e de Ponciano (230-35).

327. Sabélio retirou-se, no entanto, para o Egito, onde muitos adotaram a sua doutrina e onde a seita se manteve até ao século IV, apesar de ser fortemente combatida por Dionísio de Alexandria. Este, para combater a heresia, empregava uma terminologia menos feliz, chamando o Filho criatura do Pai. Mas, acusado perante o papa Dionísio (260-68), logo revogou o seu erro. Também o bispo Berilo de Bostra na Arábia simpatizou com o sabelianismo. Mas renunciou ao erro, quando Orígenes o convenceu da heresia, num sínodo de 244. Nem Calisto, nem Hipólito, nem Orígenes, nem Dionísio acharam a verdadeira solução do problema trinitário. Ela ficou reservada aos concílios de Nicéia e de Constantinopla, no século IV.

Schwane, Dogmengeschichte I. — *Tixeront,* Histoire des dogmes I. — *Bardy,* Paul de Samosate, Louvain, 2. ed. 1929. — *Macchioro,* L'eresia Noetiana, Napoli 1921.

§ 37. Montanismo, quiliasmo e cisma de Novaciano

328. Além das questões dogmáticas, outras controvérsias, de caráter religioso-moral, perturbaram, nos séculos II e III, a paz da Igreja. A cristandade primitiva tinha o sentimento de ser uma comunidade de santos. Alguns rigoristas chegaram até a dizer que quem, depois do batismo, se separava da Igreja por um pecado mortal, estava dela separado para sempre. Ora, já S. Paulo se vira obrigado a repreender os cristãos de Corinto por causa dos seus pecados. Quanto mais não deviam ter motivo de se queixarem os chefes da Igreja, em tempos posteriores. Daí surgiram duas questões: 1) Será preciso mitigar a disciplina eclesiástica para não excluir tantos pecadores? 2) Ficará em pé a santidade objetiva da Igreja, não obstante se encontrarem nela membros indignos? Solução errônea deram, no século II, os montanistas, e, no século III, os novacianos.

329. **Montano,** frígio, antigo sacerdote de Cíbile ou de Apolo, passou ao cristianismo, no terceiro quartel do século II. Mas logo sentiu-se chamado a reformar a Igreja, tornando-se fundador duma seita, que primitivamente se chamava "heresia dos frígios" ou "catafrígios". Montano pretendia ser um instrumento de Deus, o paráclito prometido por Jesus Cristo. Logo lhe aderiram não poucos sectários, entre os quais figuraram, sobretudo, duas mulheres visionárias, Maximila e Priscila. Seus vaticínios se referiram particularmente à vinda de Cristo e à proximidade do reino milenário. E como estes vaticínios vinham acompanhados por uma moral severa, a seita propagou-se ràpidamente na Ásia Menor e em outras regiões.

330. O erro principal do montanismo é o quiliasmo, profecias visionárias da nova Jerusalém. Já os judeus do Antigo Testamento, oprimidos pelo jugo dos estrangeiros, esperavam a vinda dum reino messiânico de mil anos. Os próprios apóstolos nutriam tais esperanças (At 1, 6). Ainda depois de Pentecostes, mantiveram-se estas idéias não só entre os cristãos judaizantes, entre os quais o quiliasmo,

pela gnosis ebionita de Cerinto, assumiu a forma de um grosseiro sensualismo, mas também entre os demais cristãos.

Estas idéias baseavam-se, de modo especial, nos cc. 20 e 21 do Apocalipse de S. João. Satanás seria acorrentado pelo espaço de mil anos. Os santos ressurgiriam e reinariam com Cristo na nova Jerusalém. Depois conceder-se-ia a liberdade a Satanás, que, por breve tempo, desenvolveria assustadora atividade. Mas seria definitivamente vencido, e haveria então o fim do mundo atual, o último juízo e um novo céu e uma nova terra.

331. Os primeiros representantes deste quiliasmo entre os escritores eclesiásticos são o autor da carta de Barnabé e Pápias. Também nos escritos de Justino, Ireneu, Lactâncio e outros encontramos idéias semelhantes, principalmente, porém, entre os montanistas. Eles ensinavam que ao reino milenário deve preceder uma vida de grande austeridade. Por isto, proibiam primeiro qualquer matrimônio; em seguida, ao menos, as segundas núpcias; exigiam um jejum rigoroso, declaravam ilícito fugir da perseguição e aconselhavam até procurar o martírio (Tert., De fuga 9). As mulheres deviam renunciar a qualquer enfeite. Os que, depois do batismo, tivessem caído em pecado mortal, deviam ser excluídos para sempre da Igreja.

332. Como os montanistas se restringissem a questões disciplinares, não são heréticos no sentido próprio da palavra. Mas pela idéia do profetismo individual opuseram-se à autoridade eclesiástica. E como anunciassem a vinda imediata do fim do mundo, negavam também a missão universal que Cristo dera à sua Igreja. Por isto, opuseram-se-lhes os bispos em diversos sínodos e os excomungaram. Em Roma, onde seu chefe era um certo Proclo, combateu-os o presbítero Gaio. Fê-lo, porém, de um modo imprudente. Para tirar aos montanistas o fundamento, negou a autenticidade joanéica tanto do quarto Evangelho, como do Apocalipse, atribuindo ambos os livros a Cerinto.

333. No entanto, todas as medidas não conseguiram deter o movimento. Passou para o seu lado o próprio Tertuliano, que se tornou seu principal defensor. Originou-se, em seguida, uma acre contenda entre ele, talvez o maior douto de seu tempo, e o papa Calisto I. Tertuliano nutriu, por algum tempo, a esperança de poder introduzir a sua

doutrina na comunidade de Cartago. Desiludido, separou-se da Igreja católica. Chegou a substituir o conceito objetivista duma Igreja visível pelo conceito subjetivista duma Igreja espiritualista.

Mas o sucessor de S. Pedro compreendeu mais serena e claramente o espírito de Jesus Cristo. Não aprovando o rigorismo dos montanistas, concedeu a reconciliação aos pecadores incontinentes, contanto que se arrependessem e fizessem penitência.

A seita manteve-se por longos séculos. Ainda o sínodo trulano de 692 teve de tratar dela. Mas, com o correr dos tempos, dissolveu-se em diversos partidos. Muitos de seus partidários professaram também verdadeiras heresias. Outros associaram-se aos novacianos.

334. Efetivamente, renovou-se a contenda quando, durante a perseguição de Décio, numerosos cristãos renegaram a sua fé. O papa Fabiano (235-50) sofreu o martírio. Depois de uma sedisvacância de catorze meses, foi eleito o papa Cornélio (251-53), que prometeu aos "lapsi" a reconciliação, se fizessem penitência. Mas a ele se opôs o ambicioso presbítero Novaciano, eleito antipapa por uma pequena minoria.

Novaciano desaconselhava primeiro a reconciliação como inconveniente. Em breve, porém, chegou a negar à Igreja o direito de readmitir os apóstatas e de dar-lhes o perdão, mesmo na hora da morte. Tal severidade aplicava-se logo a todos os que houvessem cometido um pecado capital.

335. Os **novacianos** pretendiam formar uma Igreja de puros e santos, pelo que se chamavam de "cátaros". Como a Igreja católica não se conformava com o seu rigorismo, já não a consideravam como esposa de Cristo, e administravam aos que a eles passavam do catolicismo um segundo batismo. O papa Cornélio, porém, excomungou-os num sínodo de Roma (251). A seita difundiu-se principalmente no oriente, onde muitos montanistas se lhes associaram e onde se encontram algumas comunidades, ainda no século VII.

336. *a.* O cisma abriu, pela primeira vez, o problema da eficácia dos sacramentos. Devido à grande autoridade de que gozava Tertuliano, formou-se a praxe de rebatizar os hereges convertidos; e Cipriano de Cartago defendeu esta

praxe (cfr. § 25). Opôs-se, porém, a Novaciano na questão do cisma e do rigorismo.

b. No entanto, este grande bispo teve de lutar, desde a sua elevação à sede episcopal, em primeira linha, contra uma oposição de elementos relaxados, oposição esta que se agravou ainda, quando Cipriano começou a proceder contra o abuso dos "libelli pacis". Muitos "lapsi" e até confessores passaram para a oposição. Esta foi eficazmente apoiada por **Felicíssimo** que, sem a permissão de seu bispo, havia sido chamado à dignidade de diácono pelo presbítero Novato. Cipriano lançou-lhe o anátema, e Felicíssimo passou então para a oposição. Os cismáticos elegeram, em seguida, um antibispo na pessoa de Fortunato. Mas Cipriano manteve a sua sentença, fê-la confirmar num sínodo de 251 e enviou-a ao papa.

c. Assim, pois, encontramos o singular fenômeno de dois cismas em sentido contrário; em Cartago, os relaxados contra o bispo Cipriano; em Roma, os rigoristas contra o papa Cornélio. E, todavia, uniram-se os dois extremismos contra as autoridades legítimas da Igreja. Mas o cisma de Felicíssimo, em breve, se dissolveu (Cipr., Ep. 44. 45. 47 etc.; Eus., HE 6, 43).

337. Como o papa Cornélio e Cipriano, assim também Dionísio de Alexandria opôs-se ao rigorismo, franqueando aos arrependidos e penitentes o retorno à Igreja. Desta forma, a Igreja, também desta vez, manteve o seu caráter universalista de mãe de todos os fiéis. Pelo procedimento do papa foi decidida, definitivamente, a questão: a Igreja é santa, ainda que o não sejam todos os seus membros.

Escritos montanistas de Tertuliano: De monogamia, De fuga in persecutione, De jejunio, De pudicitia. — *Atzberger*, Geschichte der christl. Eschatologie innerhalb der vornicenischen Zeit, Freiburg 1896. — *Gry*, Le Millénarisme, Paris 1904. — *Labriolle*, Les sources de l'histoire du Montanisme, Paris 1913. — *Faggiotto*, L'eresia dei Frigi, Roma 1924. — *A. d'Alès*, Novatien, Paris 1925. — *Ehrhard*, Die Kirche der Maertyrer 227-65. — *Acañiz*, Ecclesia patristica et Millenarismus, Granada 1933.

§ 38. Literatura anti-herética. — Antignósticos isolados

338. *a.* As diversas seitas gnósticas bem sabiam que só aquelas verdades podiam passar por cristãs, que tivessem por fundamento a doutrina apostólica. Não podendo, pois, negar a dissonância que existia entre os seus sistemas e os

livros da Sagrada Escritura, apelaram para uma pretensa tradição apostólica secreta, rejeitaram alguns livros da Sagrada Escritura, mutilaram outros e criaram uma rica literatura apócrifa, como evangelhos, atos dos apóstolos e outros escritos mais.

b. Como os sectários, além disso, pelo desprezo que votavam à história e pelas tendências docéticas, dissolviam a vida histórica de Jesus Cristo, a tarefa dos escritores eclesiásticos antignósticos estava perfeitamente delineada: fixar o cânon da Sagrada Escritura, formular uma regra de fé, que contivesse a essência da doutrina cristã, a unidade de Deus, a divindade e humanidade de Jesus Cristo, e estabelecer o fato e a necessidade de que todas as Igrejas devem estar em união com a doutrina e a Igreja dos apóstolos, por meio duma sucessão ininterrompida de seus bispos, particularmente dos bispos de Roma. Foram estes os princípios que, finalmente, triunfaram da gnosis herética. E esta vitória da Igreja foi uma prova da sua origem divina não menos gloriosa, do que a sua vitória sobre o judaísmo e o paganismo.

339. Como os escritos gnósticos, assim também os escritos antignósticos desapareceram em grande parte, porque as gerações posteriores não tinham mais nenhum interesse por aquelas questões, que outrora haviam agitado tão acremente a Igreja. Desapareceu assim um libelo de Justino contra Marcião, tratados antignósticos de Melcíades, Teófilo e Gaio, presbítero de Roma, e os cinco livros das memorabílias de Hegesipo, das quais só algumas notícias são conservadas (PG 5, 1307-28; Eus., HE 4, 22).

Mas chegaram até nós obras de S. Ireneu, de Hipólito e Tertuliano; e foram eles precisamente que mais se distinguiram na luta contra a heresia no ocidente. No oriente, as escolas de Alexandria e Antioquia tornaram-se centros da ciência e doutrina católicas. Mas o mérito principal da vitória cabe sempre a Roma, herdeira e guarda fiel da tradição apostólica, centro vital da unidade eclesiástica.

340. O mais insigne adversário da gnosis herética do século II foi **S. Ireneu** († c. 202), bispo de Lião. Nasceu na Ásia Menor e foi discípulo de S. Policarpo de Esmirna (Eus., HE 5, 20). Mais tarde, o encontramos como presbítero da Igreja de Lião e, pelo ano de 177, foi eleito sucessor do bispo Potino mártir.

S. Ireneu foi defensor estrênuo da doutrina católica contra a heresia. Mas, afora alguns fragmentos, foram conservadas só duas obras: os cinco livros *Adversus haereses*, que chegaram até nós numa antiga tradução latina, e a *Demonstratio praedicationis apostolicae*, conservada numa tradução armênica.

341. *a. Adversus haereses* (PG 7), escrita no penúltimo decênio do século II, é a primeira refutação vigorosa do gnosticismo, e, ao mesmo tempo, uma clara exposição da doutrina cristã. Pois Ireneu não só afirma decididamente o princípio da autoridade e da tradição eclesiástica, ensinando a instituição divina do episcopado, do primado romano e a regra da fé, o símbolo apostólico, mas explica também melhor do que os apologetas a doutrina cristológica e trinitária.

b. No primeiro livro explana o sistema dos valentinianos e de uma longa série de outros gnósticos anteriores. A exposição destes sistemas, diz ele, já por si mesma é um triunfo sobre o erro. Todavia, promete, no fim do livro, refutar a heresia também positivamente. E' o que ele faz, no segundo livro, pela razão e, nos três seguintes, pela tradição e pela Sagrada Escritura de ambos os Testamentos.

c. A obra valeu a seu autor grande veneração. Tertuliano o chama "omnium doctrinarum curiosissimus explorator" (Adv. Val. 5), varão de eminente santidade e importância. Eusébio designa-o como testemunha fidedigníssimo e intrépido propugnador da fé católica. Na verdade, ainda hoje, os cinco livros são um seguro ponto de partida para o estudo da mais antiga história das heresias. Os protestantes querem fazer de Ireneu o primeiro testemunha do cristianismo católico. Mas o próprio Ireneu não quer senão defender a fé dos apóstolos.

342. *a.* **S. Hipólito,** presbítero de Roma, talvez discípulo de Ireneu, foi um escritor muito ativo e adversário acérrimo dos gnósticos e dos modalistas. Os seus escritos, redigidos todos em grego, eram pouco lidos no ocidente. No oriente, porém, gozavam de grande estima. Ficaram enumerados no monumento que seus partidários lhe erigiram e que, em 1551, foi reencontrado no seu cemitério em Roma.

b. Relativamente poucos tratados chegaram até nós. Um deles é a *Refutatio omnium haeresium* (PG 16), chamada geralmente *Philosophumena*. A obra se compunha de dez livros; faltam, porém, hoje o segundo e o terceiro. O autor visava provar que a heresia tem por origem a filosofia pagã, doutrinas ocultas e narrações fantásticas de astrólogos.

Outra obra de Hipólito, *Sintagma contra todas as heresias*, pode ser essencialmente reconstruída por meio de autores posteriores, que a empregaram como fonte. Da pena do douto presbítero saíram ainda um tratado dogmático sobre o anticristo, um libelo contra Noeto, outros contra Marcião e contra os montanistas, uma crônica mundial ou *Liber generationis mundi*, e muitas outras obras exegéticas e homiléticas. Historiadores modernos atribuem-lhe também a *Traditio apostolica*, fonte muito rica para a liturgia romana. — De Tertuliano v. § 40.

Doellinger, Hippolytus und Kallistus, Regensburg 1853. — *Funk*, Abhandl. und Untersuch. II 161-97. — *Bardenhewer*, Geschichte der altk. Literatur, I, 2. ed., 399 ss; 550 ss. — *Rauschen*, Patrologie 106 ss. — *Donini*, Ippolito di Roma, Roma 1925. — Hipp. Rom. opera, ed. de Lagarde, Leipzig 1858.

§ 39. A escola catequética de Alexandria e outros escritores gregos

343. Os escritores anti-heréticos não só granjearam grandes merecimentos pela defesa da fé, mas também importância geral pelo desenvolvimento da doutrina cristã. No entanto, maior é, sob este ponto de vista, a importância da escola catequética de Alexandria e, mais tarde, das escolas exegéticas de Cesaréia e Antioquia. Foi nestas escolas que se formou uma ciência teológica no sentido próprio da palavra.

344. O Egito tinha a sua cultura elevada já no tempo das dinastias locais. Tendo Alexandre Magno, depois da invasão dos persas, estabelecido ali a sua dominação, começou a florescer o helenismo, cujo centro se tornou Alexandria com o Museion de Tolomeu I (323-285). Nesta cidade de Filo, que já procurara harmonizar o judaísmo com a filosofia pagã, neste centro que era, ao mesmo tempo, do comércio, das nacionalidades e das línguas, mais do que em qualquer outra parte, sentia-se a necessidade de harmonizar a cultura grega com a religião revelada, de cristianizar o helenismo. Grupos inteiros da sociedade culta pediam instrução religiosa que correspondesse às exigências de uma cultura e erudição esmeradas. E' assim que em Alexandria se originou a primeira escola superior de religião, primeira faculdade teológica, a escola catequética.

345. As origens desta escola escondem-se nas trevas do esquecimento. O primeiro diretor conhecido foi **Panteno** de Sicília, estóico convertido (Eus., HE 5, 10). Ele ensinou, com geral admiração do seu auditório, pelo ano de 180, até à morte, pela volta do século II. Os mestres, porém, que fizeram da escola um verdadeiro centro da ciência teológica para todo o oriente cristão, foram Clemente de Alexandria e, sobretudo, o grande Orígenes.

346. Tito Flávio **Clemente,** filho de uma família pagã, nasceu provàvelmente em Atenas, pelo ano de 150. Convertido ao cristianismo, empreendeu longas viagens pela Grécia Magna, Síria, Palestina e pelo Egito, onde, finalmente, encontrou a ciência que buscava, junto a Panteno. Depois da morte do venerando mestre, Clemente assumiu a direção da escola (Eus., HE 6, 6). Mas, pouco depois, a perseguição de Setímio Severo obrigou-o a fugir. Retirou-se para a Ásia Menor, e nunca mais voltou ao Egito. Faleceu antes de 215.

347. Clemente percebeu claramente que, se a Igreja quisesse cumprir a sua missão de Mestra da humanidade, deveria porfiar com o paganismo no campo das ciências e da literatura. S. Paulo chamara a lei mosaica "pedagogo para nos conduzir a Cristo" (Gál 3, 24). Clemente atribuiu à filosofia dos gregos um papel semelhante. Por isto, fez da pena um instrumento de sua missão.

Profundo conhecedor da Sagrada Escritura, como das literaturas clássica, herética e cristã, escreveu uma série de obras, que Eusébio enumera (HE 6, 13). A principal é uma trilogia, que apresenta uma tentativa de criar uma verdadeira ciência da fé, um sistema teológico. A primeira parte, *Protrepticus* ou *Cohortatio ad gentes*, apresenta-se como trânsito da apologética à teologia especulativa. Seu escopo é mover o leitor a não escutar as canções da mitologia pagã, mas os cânticos de Cristo que, qual novo Arion, quer atrair a si todos os homens. A segunda parte, *Paedagogus*, é um

tratado de moral, pelo qual Clemente procura levar um jovem convertido a uma vida virtuosa. O pedagogo é Jesus Cristo. Ensina o caminho da virtude, não da ciência. Assim preparado, o cristão é capaz de compreender a verdadeira gnosis, o conhecimento científico das verdades religiosas. Dela trata a terceira parte, *Stromata* (tapetes), exposições científicas da verdadeira filosofia.

Chegou até nós também uma belíssima homília de Clemente, *Quis dives salvetur?*, na qual, comentando a parábola do jovem rico (Mc 10, 17, 31), o autor demonstra os perigos e a utilidade das riquezas, e estabelece os deveres dos ricos para se salvarem. A homília é uma verdadeira solução do problema social.

A teologia de Clemente ainda ostenta não poucos defeitos. Querendo harmonizar a doutrina cristã com a filosofia antiga, acentuava demasiadamente a última, negligenciando um tanto a Sagrada Escritura e a Tradição da Igreja.

348. **Orígenes,** discípulo e sucessor de Clemente, em breve, ofuscou a fama de seu mestre. Nasceu de família cristã, provàvelmente em Alexandria (c. 186). Desde a sua infância, mostrou-se caráter forte, amante da piedade e das ciências. Seu pai, S. Leônidas, mestre-escola, deu-lhe a primeira educação, dirigindo as suas atenções especiais à formação religiosa de seu talentoso filho. Desde cedo, ouviu também as preleções de Panteno e de Clemente. S. Leônidas morreu mártir na perseguição de Setímio Severo (203). Pela morte do pai, os bens da família foram confiscados, e Orígenes teve de cuidar de sua mãe e de seus irmãos mais novos, o que ele fez lecionando.

349. *a*. Quando tinha apenas dezessete anos de idade, o bispo Demétrio nomeou-o diretor da escola catequética, cargo este que exerceu até 230, despertando extraordinária admiração, tanto por sua ciência, como por sua vida ascética (Eus., HE 6, 8). Por motivos ascéticos tomou no sentido literal as palavras de Mt 19, 12 e as aplicou a si mesmo.

b. Como, de mais a mais, também os pagãos viessem ouvir as suas preleções, procurou aperfeiçoar os seus conhecimentos na escola filosófica de Amônio Saca (Eus., HE 6, 19), fundador do neoplatonismo; e, convencido de que a tradição da Igreja é um fundamento da doutrina cristã, empreendeu uma viagem a Roma, "para ver a mais antiga das Igrejas" (Eus., HE 6, 14). Para se poder dedicar melhor aos mais adiantados dos seus discípulos e ganhar mais tempo para os seus estudos, escolheu a Héraclas como mestre dos principiantes, e, na sua ausência, como seu substituto na direção da escola. Héraclas foi, mais tarde, sucessor de Demétrio na sede episcopal de Alexandria.

350. Devido às crueldades, cometidas por Caracala em Alexandria, Orígenes teve de interromper os seus trabalhos e foi a Cesaréia na Palestina, onde os bispos Teoctisto de Cesaréia e Alexandre de Jerusalém o trataram com grande respeito. Ao chamamento de Demétrio, porém, voltou a Alexandria, onde desenvolveu, nos anos seguintes, uma extraordinária atividade literária, espalhando-se a sua fama em todo o mundo.

351. Quando, em 230, algumas heresias perturbaram a Igreja de Acaia, Orígenes foi chamado a combatê-las. Passando então pela Palestina, foi ordenado sacerdote pelos bispos de Cesaréia e Jerusalém, apesar do impedimento que tinha. Demétrio, porém, não deu o seu consentimento, degradou-o e despediu-o do cargo de diretor da escola. Orígenes retirou-se então para Cesaréia, onde abriu uma nova escola. Pelo espaço de 20 anos dirigiu-a e lhe deu um brilho que, em breve, superou o da escola alexandrina. Um dos seus discípulos, Gregório Taumaturgo, num discurso de despedida, enalteceu as qualidades do mestre como homem, cristão e pedagogo. Orígenes ficou na escola de Cesaréia, com algumas interrupções, até à sua morte. Na perseguição de Décio, sofreu heròicamente atrozes sofrimentos, em consequência dos quais veio a falecer, pelo ano de 254 (Eus., HE 6, 39).

A escola, decaída depois da morte do mestre, foi ressuscitada, mais tarde, e enriquecida por Pânfilo de uma valiosa biblioteca, em que S. Jerônimo encontrou o material para os seus estudos.

352. A atividade literária de Orígenes não conhece igual na antiguidade, antes do Niceno, e, depois deste concílio, só é excedida pela de S. Agostinho. Orígenes é o teólogo mais douto da Igreja grega até aos nossos dias, importante em quase todos os ramos da ciência eclesiástica. Em con-

sideração à sua energia incomparável chamavam-no de "adamântinos". Epifânio refere que, como diziam, Orígenes escreveu seis mil livros. Mas Jerônimo menciona um catálogo, feito por Eusébio, que não continha dois mil.

353. O grande teólogo ocupou-se, de preferência, com trabalhos exegéticos, comentários, notas e homílias. De suma importância foi a sua *Hexapla* que, em cinquenta livros, visava ilustrar a relação entre o texto dos Septuaginta e o original do Antigo Testamento, confrontando, em seis colunas, outros tantos textos e traduções. Da obra monumental que mereceu ao autor o título de pai das ciências bíblicas, conservaram-se numerosos fragmentos.

De grande valor são igualmente os dois tratados ascéticos *De oratione*, uma pérola da literatura cristã, e a *Cohortatio ad martyrium*, como também os tratados apologéticos e dogmáticos, especialmente os oito livros *Contra Celsum*, apologia mais completa de seu tempo, e a obra *De principiis*, na qual Orígenes realiza o que já Clemente visara: o primeiro sistema de uma dogmática cristã.

O autor trata em quatro livros: 1) de Deus e do mundo dos espíritos; 2) da criação do mundo visível, dos homens e da salvação; 3) do livre arbítrio e da sua relação com a graça; 4) da Sagrada Escritura e do seu tríplice sentido, histórico, moral e místico, ou seja somático, psíquico e pneumático. A obra, conservada só pela tradução defeituosa de Rufino, infelizmente, não é isenta de erros.

354. *a.* O erro principal que se atribui a Orígenes diz respeito à doutrina trinitária. Ensina um certo subordinacianismo. Deus lhe é, por essência, simples, imutável e bom. Por ser bom, manifesta-se ad extra; por ser imutável, manifesta-se ab aeterno; por ser simples, a geração do Filho é eterna. Portanto, o Verbo é consubstancial e coeterno com o Pai. Todavia, não é "o Deus", e sim, "outro Deus", e o Espírito Santo é inferior ao Filho (De princ. 1, 3, 5; C. Cels. 5, 39).

b. Outros erros dizem respeito à explicação da Sagrada Escritura, admitindo em muitas passagens sòmente um sentido moral ou místico. Além disso, ensinava Orígenes a pré-existência da alma. Todos os espíritos, criados antes do mundo visível, eram igualmente perfeitos. Mas, abusando do seu livre arbítrio, foram degradados à medida da sua culpa, os anjos a um corpo etérico, os homens a um corpo animal, e os demônios a corpos invisíveis de indizível fealdade. Mas todos os espíritos serão purificados pela transmigração. A reabilitação de todos os seres racionais é o fim do mundo visível.

c. No entanto, há quem queira absolver a Orígenes de toda a heresia. Pois a terminologia não estava ainda fixada e a sua doutrina foi ocasionada pela oposição sistemática ao gnosticismo. De outro lado, o piedoso teólogo ele próprio confessa: "Illa sola credenda est veritas, quae in nullo ab ecclesiastica et apostolica discordat traditione" (De princ. praef. 2). Honra, pois, ao grande douto, em que nada se acha do orgulho e da ambição dos hereges!

355. Na qualidade de diretor da escola de Alexandria sucedeu a Orígenes seu discípulo Héraclas e, quando este subiu à sede episcopal, outro discípulo, **Dionísio,** a quem Eusébio chama de "Grande" (HE 7, proem.). Ele sucedeu, em 248, a Héraclas igualmente na sede episcopal de Alexandria.

Dionísio, figura venerável, nobre, eminente, foi coluna inabalável da Igreja no meio das ondas dum tempo agitado. Filho de pais pagãos, rico, era, antes da sua conversão, possuidor de altos cargos honoríficos. Sérios estudos levaram-no a abraçar a doutrina cristã. Desde a sua elevação à dignidade episcopal, a sua vida foi uma cadeia contínua de aflições e sofrimentos. Na perseguição de Décio teve de fugir. Em seguida, trabalhou por combater heresias e cismas. Na perseguição de Valeriano foi exilado. Em 262 voltou, mas não teve descanso até à morte (264/65).

356. Dos seus numerosos escritos só poucos são conservados. Em quase todas as lutas teológicas de então encontramo-lo como moderado, mas enérgico defensor da Igreja. Combateu, porém, em particular o quiliasmo e o sabelianismo.

Chama o sabelianismo uma doutrina cheia de blasfêmias contra Deus onipotente, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, cheia de descrença em relação ao Logos humanado, Primogênito de todas as criaturas, Unigênito de Deus Padre, cheia de insânia em relação ao Espírito Santo. Todavia, durante esta luta sabeliana, Dionísio foi acusado em Roma, junto ao papa Dionísio (259-68), de ter negado a

paternidade eterna do Pai, de ter chamado o Filho uma criatura do Pai, de ter negado a consubstancialidade do Filho. O papa censurou o sabelianismo, como também a doutrina do bispo. Mas, Dionísio justificou-se a pleno contento do papa. E, se, mais tarde, os arianos apelaram para a autoridade do bispo alexandrino, Atanásio o podia chamar "mestre da Igreja católica".

357. Discípulo de Orígenes foi igualmente **S. Gregório Taumaturgo.** Filho de família nobre pagã, dedicou-se aos estudos retóricos e jurídicos, e estava para terminar os seus estudos em Berito, quando a convite de sua irmã foi visitar a cidade de Cesaréia na Palestina. Aí veio a conhecer Orígenes que o fascinou com suas preleções. Consagrou-se então à filosofia, à teologia e ao cristianismo.

Voltando para a sua cidade natal, Neocesaréia no Ponto, foi elevado à sede episcopal. As numerosas lendas de milagres, que já em vida do santo se espalharam, demonstram que ele deve ter sido uma figura imponente, pastor zeloso de seu rebanho. Gregório faleceu pelo ano de 270.

Entre outras obras chegaram até nós uma *Confessio fidei,* uma *Epistola canonica* com preceitos disciplinares, um tratado sobre a passibilidade e impassibilidade de Deus, e um panegírico de seu mestre Orígenes.

358. Um terceiro partidário e admirador de Orígenes foi o douto e distinto presbítero **Pânfilo** de Cesaréia na Palestina († 310). Mereceu os mais altos louvores pelo aumento da biblioteca de Orígenes e pelos esforços que fez por estabelecer um bom texto da bíblia. Preso na perseguição de Maximino Daja, escreveu uma apologia de Orígenes em seis livros, dos quais, porém, um só ficou conservado, e este numa tradução bastante defeituosa de Rufino.

359. *a.* Pelo fim deste período, foi fundada também a **escola de Antioquia,** que, em seguida, teve grande importância para o desenvolvimento das ciências eclesiásticas, embora não tanta como a escola alexandrina. Em oposição a esta, cultivou, de preferência, o método histórico-gramático, na explicação da Sagrada Escritura.

b. O fundador desta escola e seu primeiro diretor foi o presbítero e mártir **Luciano de Samósata** († 312), que na sua doutrina cristológica, infelizmente influenciado por

Paulo de Samósata, trilhou caminhos errados. Por ele a doutrina de Paulo passou a seu discípulo Ario. Dos seus escritos nenhum chegou até nós (Eus., HE 8, 13; 9, 6).

360. Aos escritores gregos da Palestina pertence ainda o teólogo leigo **Júlio Africano** († d. 240) de Élia Capitolina, oficial do exército romano e amigo do rei Abgar IX de Edessa. E' ele o autor da primeira crônica mundial cristã, que vai até 221. Escreveu, além, disso, duas cartas exegéticas, das quais uma, sobre a história de Susana, nos foi conservada.

361. Finalmente, deve ser mencionado ainda **Metódio,** bispo de Olimpo na Lícia ou de Filipos na Macedônia. Preso, como Pânfilo, na perseguição de Maximino Daja, mas adversário de Orígenes, morreu mártir em 311. De seus escritos chegou até nós o *Simpósion das dez virgens,* no qual declara que a virgindade é o estado mais perfeito da vida cristã.

Metódio escreveu também um tratado *Sobre a Ressurreição,* no qual defende contra Orígenes a identidade do corpo ressuscitado e combate as opiniões de Orígenes sobre a pré-existência das almas, sobre o pecado pré-mundial e sobre a finalidade do mundo. Muitos outros tratados saíram da pena de Metódio, parte desaparecidos, parte conservados em fragmentos. Viu a sua missão na atividade literária. Foi realmente fino estilista e excelente teólogo.

Obras de Clemente Alex. PG 8-9; ed. Staehlin, 3 vol., Leipzig 1905-18. — Obras de Orígenes PG 11-17. — Dion. Alex. PG 10; ed. Feltoe, Cambridge 1904. — Greg. Taum. PG 10. — *Brigg,* The Christian Platonists of Alexandria, Oxford, 2. ed. 1913. — *Bardy,* Clément d'Alexandrie, Paris 1926. — *Id.,* Origène, Paris 1931. — *Cadiou,* La jeunesse d'Origène. Histoire de l'école d'Alexandrie au début du 3e siècle, Paris 1936. — *Bardenhewer* II, 40 ss; 96 ss; 203 ss; 315; 263. — *Rauschen,* Patrologie 116 ss. — *Insuelas,* Curso de Patrologia, Braga 1944.

§ 40. Escritores latinos dos séculos II e III

362. *a.* Toda a literatura cristã dos primeiros dois séculos foi redigida em grego. Só no último quartel do século II, teve início a literatura latina, principalmente na África ocidental. Compete o lugar de honra à Igreja de Cartago, onde os corifeus da ciência africana, Tertuliano e Cipriano, criaram uma verdadeira língua teológica, enquanto que em

Roma, ainda no princípio do século III, tanto na liturgia como na teologia, se empregava o grego.

b. Desde os inícios da literatura latina, nota-se uma diferença essencial entre os latinos e os gregos, resultado das necessidades do tempo e do caráter nacional. Os orientais tratavam, de preferência, questões especulativas, cristológicas e trinitárias. Os ocidentais, pelo contrário, ocupavam-se de problemas práticos.

363. O primeiro dos escritores cristãos do ocidente a escrever em latim, foi pròvàvelmente **Minúcio Félix,** advogado romano, mas oriundo da África. Só na idade madura, conseguiu "sair de trevas profundas para a luz da sabedoria e da verdade" (Oct. 1, 4). O seu único tratado que chegou até nós é uma apologia, chamada *Octavius*. A obra é redigida em forma de diálogo entre os dois amigos do autor, o cristão Otávio e o pagão Cecílio. Pela arte de disposição e beleza de linguagem, excede todas as apologias dos três primeiros séculos.

Os três amigos fazem um passeio a Óstia. No caminho encontram uma imagem de Serápis, o que dá ocasião ao diálogo (cc. 1-4). Cecílio, representante do cepticismo religioso, pretende demonstrar que não é possível conhecer os deuses e o além-mundo. Os próprios corifeus da ciência antiga devem confessar com Sócrates: "Quod supra nos, nihil ad nos" (13, 1). Por isso, é melhor conservar o culto dos antigos deuses, que engrandeceram Roma, enquanto que o Deus dos cristãos é um fantasma, no qual só acreditam homens incultos e criminosos (cc. 5-13). Otávio responde-lhe que o homem nasceu para conhecer a verdade. Os deuses não passam de homens divinizados. Roma cresceu, não pelo culto dos deuses, mas pelo roubo e pela violência. As acusações que se fazem aos cristãos não passam de calúnias (cc. 14-38). Cecílio, finalmente, declara-se vencido. Os três amigos voltam do seu passeio, alegres e contentes, "Cecílio, por ter achado a fé, Otávio, por ter vencido, Minúcio, pela fé de um e pela vitória do outro" (40, 4).

364. O mais importante dos escritores latinos deste período foi, sem dúvida, **Tertuliano.** Nasceu em Cartago, pelo ano de 160. Seu pai era centurião no serviço do procônsul da África. Segundo Eusébio (HE 2, 2), estudou jurisprudência e granjeou, em breve, grande renome, até na capital

do império. Pouco antes de 197, converteu-se ao cristianismo, tendo até então bebido até às fezes o cálice do pecado. O motivo da sua conversão talvez se possa deduzir da sua própria palavra: "Semente é o sangue dos cristãos" (Apol. 50).

Acostumado a ser inteiramente o que era, abraçou o cristianismo com o ardor dum Paulo, e começou logo a desenvolver uma atividade admirável em defesa da nova fé contra pagãos, judeus e hereges. Não é possível verificar se era presbítero, como afirma Jerônimo (De vir. ill. 53), ou não. Mas, pelo ano de 205, o seu rigorismo exagerado levou-o à seita dos montanistas, e, como chefe de um partido da seita, morreu depois de 220.

365. Até ao tempo de S. Agostinho, Tertuliano foi o mais original de todos os escritores cristãos do ocidente. Ao ardor púnico aliava o sentimento prático dos romanos, e dominava, ao mesmo tempo, como nenhum contemporâneo, a língua latina. Mas, devido ao estilo apaixonado e abrupto, obscurece-se, muitas vezes, o sentido, e por isso, como também por causa da sua apostasia, os seus numerosos escritos pouco se liam ou não se mencionavam. Assim aconteceu que muitos desapareceram de todo, outros foram conservados fragmentàriamente. Trinta chegaram até nós, mas só o *Apologeticum* ficou conservado em diversos manuscritos.

366. *a.* Tertuliano foi, antes de tudo, apologeta. Escreveu *Adversus Judaeos,* demonstrando, na primeira parte, que o Antigo Testamento teve de ceder ao Novo Testamento, e dirigindo-se, na segunda parte, contra o docetismo dos gnósticos. Num tratado *Ad Scapulam* lembra ao procônsul da África a sorte dos perseguidores. No *De testimonio animae* desenvolve a sentença: "Anima naturaliter christiana".

b. No ano de 197, saíram duas apologias da pena de Tertuliano, *Ad nationes* e o *Apologeticum*. As duas obras têm muitos pontos de contacto. Mas a forma e o valor são muito diferentes. No Apologeticum, o tom é mais moderado; a linguagem, mais nobre; o conteúdo dos argumentos, mais lógico. Enquanto que *Ad nationes* visa quase exclusivamente a refutação das injustiças pagãs, o *Apologeticum* se ocupa mais em expor a fé e a vida cristãs. Esta diferença baseia-se na diferença dos destinatários. *Ad nationes* dirige-se ao grande público, o *Apologeticum,* aos magistra-

dos das províncias. O autor defende principalmente os cristãos contra as acusações políticas de ateísmo e lesa-majestade, criticando a justiça pagã, que condenava só o nome cristão, e terminando por afirmar: "Semente é o sangue dos cristãos".

367. Além das obras apologéticas, escreveu Tertuliano obras dogmáticas e polêmicas contra os hereges, especialmente contra os gnósticos. Entre elas tem o primeiro lugar *De praescriptione haereticorum,* talvez o mais importante de todos os tratados do douto escritor. São três as objeções que o autor faz aos heréticos: 1) Só as Igrejas dos apóstolos podem ser testemunhas da verdade, pois só os apóstolos receberam de Cristo a verdade; os hereges não podem invocar nenhuma destas Igrejas. 2) A doutrina católica é a doutrina ensinada por Cristo; qualquer outra doutrina é uma inovação, e não pode ser a verdade. 3) Os heréticos nem podem invocar a bíblia, pois ela foi confiada só à Igreja católica.

Outros tratados anti-heréticos de Tertuliano são *Adversus Marcionem, Adversus Valentinianos, De anima, De baptismo, Scorpiacae,* e *Adversus Praxean.* Este último é a mais clara e mais importante explicação da doutrina trinitária que se escreveu antes do concílio de Nicéia.

368. Uma terceira categoria de escritos tratam de assuntos prático-ascéticos. A eles pertencem *De poenitentia, De oratione, Ad martyres, De spectaculis,* libelo não menos atual em nossos dias do que nos dias de Tertuliano, *De cultu feminarum, De pudicitia* e muitos outros.

369. Poucos decênios depois de Tertuliano, ilustrou a Igreja de Cartago o segundo mestre da escola africana, **S. Cecílio Cipriano.** Filho duma família pagã, rica e nobre, conseguiu renome como reitor na escola de sua cidade natal. Convertido pelo presbítero Cecílio, no ano de 246, foi, pouco depois, ordenado sacerdote e sagrado bispo de Cartago (249). Aperfeiçoou os seus conhecimentos de teologia cristã à mão dos escritos de Tertuliano, mas sem aceitar os exageros do "mestre" (Hier., De vir. ill. 53).

Caráter nobre e distinto e, ao mesmo tempo, ascético e piedoso, mostrou-se verdadeiro pastor do seu rebanho durante as perseguições de Décio e Valeriano. Foi igualmente defensor estrênuo da unidade, ortodoxia e disciplina eclesiásticas nas controvérsias internas das Igrejas de Cartago e de Roma. S. Agostinho (De bapt. 3, 3, 5) chama-o "bispo católico" e "mártir católico", e isto apesar da sua oposição à Sé apostólica na controvérsia sobre a eficácia do batismo dos hereges (cfr. § 25). Vítima da perseguição valeriana, selou a sua obra com um glorioso martírio († 258).

370. As obras literárias de Cipriano, redigidas em estilo florido e agradável, ressentem-se todas do espírito evangélico de prudência e mansidão. Tratam quase exclusivamente de assuntos práticos e religiosos. A vida prática, não a teoria, a fé, não a especulação guiavam o grande pastor de almas. A clareza e a simplicidade dão a todos os seus tratados um encanto pouco comum e lhe valeram o aplauso de contemporâneos e posteriores. A idéia central da sua teologia é a unidade eclesiástica: "Fora da Igreja não há salvação" (Ep. 73, 21).

371. As duas obras principais são *De catholicae Ecclesiae unitate* e *De lapsis,* ambas escritas em 251. A primeira e mais célebre dirige-se contra os cismas de Felicíssimo e de Novaciano. Não pode haver senão uma só Igreja. Cristo fundou-a num só fundamento, S. Pedro. "Não pode ter a Deus por Pai, quem não tem a Igreja por Mãe" (c. 6). *De lapsis* é uma carta pastoral. Cipriano lamenta a apostasia de tantos cristãos durante a perseguição deciana. Muitos, longe de se mostrarem arrependidos, pretendiam ser readmitidos no seio da Igreja sem as obras da penitência. O santo esforça-se por convencer os culpados da gravidade de seu pecado e da necessidade de fazer penitência. Cada página respira o grande amor, o zelo ardente, a paternal compaixão do bispo.

372. *a.* Outros libelos de Cipriano nos falam dos mais variados assuntos da vida cristã. *Ad Donatum* é um monólogo, em que o autor revela a felicidade que encontrou na fé cristã. *De habitu virginum* é uma alocução, em que o bispo, depois de algumas palavras a toda a comunidade, homens e mulheres, grandes e pequenos, se dirige particularmente ao estado da virgindade. Louva as virgens, estas "flores do jardim da Igreja", mas repreende as aberrações. As virgens devem brilhar por simplicidade no vestir e no pensar; devem viver no mundo como se estivessem no céu. *De dominica oratione* é uma explicação alegorizante do Pa-

dre-Nosso. *De mortalitate* é ainda uma pastoral. O bispo ensina aos seus fiéis que a morte é apenas um trânsito para uma vida melhor.

b. De grande importância são, finalmente, as numerosas cartas de Cipriano, fonte principal para a história de seu tempo. As coleções modernas compreendem 81 cartas, 65 escritas por Cipriano, 13 dirigidas a ele, e 3 nem por ele escritas, nem a ele dirigidas.

c. Muitos outros escritos chegaram até nós sob o nome de Cipriano; muitos lhe foram atribuídos errôneamente; muitos outros que saíram da sua pena desapareceram. Fora das atas do seu martírio, possuímos ainda a *Vida de Cipriano,* escrita por um diácono Pôncio. E' a mais antiga biografia, que nos apresenta o ideal de um bispo.

373. Contemporâneo de Cipriano foi o ambicioso filósofo estóico **Novaciano** de Roma (Cypr., Epp. 44-45; Eus., HE 6, 43). Gravemente enfermo, recebeu o batismo e foi, não obstante, mais tarde, ordenado sacerdote, e isto sem ter recebido antes as ordens menores. Durante a perseguição de Décio, fugiu por temor. Mas, passado o perigo, voltou a Roma, levantou-se contra o papa Cornélio e fez-se sagrar bispo de Roma. Chamava-se a si mesmo e a seus adeptos de "evangélicos".

Desenvolveu uma vasta atividade literária, como atestam os muitos escritos, mencionados por Jerônimo (De vir. ill. 70). Mas poucos restos se conservaram. Certa importância tem uma monografia dogmática *De trinitate,* escrita antes do cisma, contra os patripassianos.

374. Os patrólogos enumeram entre os escritores latinos deste período também o poeta cristão **Comodiano.** Nada sabemos sobre a sua vida. Bardenhewer opina que viveu no século III. Outros querem fixar a época da sua vida no século V. Muito difícil é dar resposta definitiva.

375. **Vitorino de Petau** († 304) foi o primeiro exegeta entre os Padres latinos. Jerônimo dedica-lhe um interesse particular. Bispo de Petau na Estíria, foi martirizado na perseguição de Diocleciano. De suas obras possuímos sòmente poucos fragmentos (cfr. Jer., De vir. ill. 74).

376. Terminemos esta época com os nomes de dois apologetas, ambos leigos da África, Arnóbio Sênior e Lactâncio. **Arnóbio Sênior,** retor de Sica na Numídia, converteu-se ao cristianismo e, para provar a sua sinceridade, escreveu sete livros *Adversus nationes.* A obra não é de grande valor, nem inteiramente ortodoxa.

377. Maior fama conseguiu **Lactâncio** († c. 330), segundo Jerônimo discípulo de Arnóbio (De vir. ill. 80). Nascido de família pagã, provàvelmente na África proconsular, converteu-se ao cristianismo antes da perseguição diocleciana. Diocleciano chamou-o como retor para Nicomédia, nova capital do império. Com a perseguição teve de deixar a cadeira de professor. Mais tarde, o encontramos, já venerável ancião, em Treves como educador do príncipe Crispo, filho de Constantino.

Distinguiu-se por uma educação esmerada e pela elegância de estilo. A sua eloquência lhe valeu o apelido de "Cícero cristão". Os humanistas dedicaram-lhe um interesse tão vivo, como a nenhum outro Padre da antiguidade.

378. *a.* Entre as suas obras a mais importante é *Institutiones divinae,* obra volumosa de sete livros. E' uma apologia, na qual o autor combate os autores da perseguição e, em geral, todos os inimigos do cristianismo. E não quer sòmente combater o erro, quer também explicar a verdade. Lactâncio é o primeiro escritor latino a tentar um sistema da doutrina cristã.

b. Outra obra de Lactâncio é a célebre *De mortibus persecutorum,* fonte importante para a história das perseguições. Ele quer demonstrar como o Deus dos cristãos revela o seu poder, aniquilando os inimigos do seu nome. O livro "respira chamas e fogo" (Bardenhewer). Pinta com cores muito vivas as cenas mais horríveis; mas relata com fidelidade; não falsifica.

c. Nestas e em outras obras de Lactâncio ouvimos já um eco do júbilo dos cristãos, depois de longos séculos de perseguições. Este júbilo aparece especialmente numa poesia do mesmo escritor, *De ave Phoenice,* cuja felicidade é a morte, pela qual consegue a vida eterna.

Min. Fel., Oct. ed. Rauschen, Flor. patr. 8, Bonnae 1913; ed. Martin 1930. — Op. Tert., PL 1-2; CSEL 2 vol. 1890-1906; Apol., ed. Martin, Flor. patr. 6, 1933; De praescr. haer. ed. Martin, Flor. patr. 4, 1930; *Huentemann,* Quaracchi 1924; De bapt., ed. Rauschen, Flor. patr. 2, 1916; De poen. et De pudic., ed. Rauschen, Flor. patr. 10, 1915. — Op. Cypr., PL 4; CSEL 3; De lapsis, ed. Martin, Flor. patr. 21, 1930. — Op. Nova. Pl 3. — Op. Arnob., PL 5; ed. Mar-

chesi, Torino 1934. — *Bardenhewer,* II, 377 ss. — *Labriolle,* Histoire de la littérature latine chrétienne, 2. ed., Paris 1924. — *Buonaiuti,* Il cristianesimo nell'Africa Romana, Bari 1928. — *Amatucci,* Storia della letteratura latina cristiana, Bari 1929. — *Bardy,* Littérature latine chrétienne, Paris 1929. — *A. d'Alès,* Théologie de Tertullien, Paris 1905. — *Id.,* La Théologie de S. Cyprien, Paris 1922. — *Bertou,* Tertullien le schismatique, Paris 1928. — *Insuelas,* Curso de Patrologia. — Muita literatura indicada por Bardenhewer e Bihlmeyer.

SEGUNDA ÉPOCA

DESENVOLVIMENTO DA IGREJA NO IMPÉRIO CRISTÃO TEMPO DAS CONTROVÉRSIAS DOGMÁTICAS (313-692)

VISTA GERAL

379. Trezentos anos de violentas perseguições não conseguiram destruir a obra de Cristo. A Igreja cresceu, de dia para dia, apesar de todas as dificuldades. Gloriosa foi a sua vitória sobre o paganismo, e não menos gloriosa, a sua vitória sobre os inimigos internos, heréticos e cismáticos. A última tentativa de Diocleciano e de seus auxiliares demonstraram claramente que o futuro pertenceria ao cristianismo.

380. Depois da vitória de Constantino Magno, as condições da Igreja perante o Estado mudaram completamente. Ao lado do paganismo, o cristianismo é oficialmente reconhecido e, de fato, preferido. Teodósio Magno o declara até religião do Estado. Abriram-se-lhe, por conseguinte, possibilidades e tarefas inteiramente novas. Começa a difundir-se tranquilamente, levando a doutrina do Evangelho até às últimas extremidades do império e para além das fronteiras. Desde os povos germânicos e celtas até à Ásia central ecoa a palavra de Cristo. Cheio de santa alegria canta, por isso, pelo ano de 410, o bispo Nicetas de Remesiana, autor de *Te Deum:* "Te per orbem terrarum sancta confitetur Ecclesia... In Te, Domine, speravi; non confundar in aeternum".

381. Infelizmente, o Estado não se contentou com fazer aliança com a Igreja, mas quis dominá-la. "No espírito de Diocleciano e dos antigos imperadores, mas com outra religião, Constantino pôs as coisas sacras ao serviço do Es-

tado". Considerava a Igreja como instituição imperial. Julgava que todos os poderes se reúnem num só representante de Deus. Por isto, não hesitou de imiscuir-se nos negócios internos da comunidade cristã. Veio a ser fundador do cesaropapismo. O primeiro grande problema desta época é, por conseguinte, a relação entre o Estado e a Igreja.

382. Da vitória de Constantino resultou outro problema, problema da fé. Com a conversão das massas, um espírito mundano entrou na Igreja, produzindo perniciosos frutos. Terminadas as lutas externas, a Igreja podia concentrar todas as suas energias no desenvolvimento da sua vida interna, particularmente da sua doutrina. Mas, devido a concessões que imprudentemente se faziam a este espírito mundano, logo este desenvolvimento foi perturbado por acérrimas controvérsias teológicas, que abalavam ameaçadoramente os fundamentos da doutrina católica. Tratava-se dos problemas trinitários e cristológicos, da eficácia dos sacramentos e da graça divina.

Estas lutas tornaram-se tanto mais veementes e prolongadas, quanto mais as heresias encontravam apoio no poder do Estado. O espírito mundano e o relaxamento da vida cristã, em união com a heresia, poderiam ter causado a morte do cristianismo precisamente na hora da sua libertação, se não fosse divino.

383. No entanto, as controvérsias não serviram senão para tornar mais brilhante a vitória da verdade. Os grandes concílios ecumênicos, celebrados neste período, fixaram o resultado das controvérsias e lançaram os fundamentos inabaláveis e invariáveis da teologia católica. E' verdade, os erros e as heresias fizeram com que muitas partes do oriente se separassem novamente da Igreja universal. Mas todos sentiam o que dissera S. Cipriano: "Fora da Igreja não há salvação" (Ep. 73, 21). A Igreja celebra os seus grandes triunfos. O segundo período da sua história é o tempo dos grandes concílios e dos grandes doutores da Igreja.

384. Se ainda considerarmos que, além disso, se determina mais claramente a constituição eclesiástica, que o monacato se torna verdadeiro jardim das mais belas flores da vida espiritual, e que o culto divino dá expressão externa à piedade cristã, podemos tratar, nesta segunda parte, 1) das relações entre Igreja e Estado, 2) das controvérsias teológicas, 3) das ciências e da literatura da Igreja, 4) do clero e monacato, do culto e da disciplina.

385. *a.* Todo este movimento progressivo vem acompanhado por outro regressivo: a decadência do paganismo e o desaparecimento da cultura antiga. O império mais poderoso da antiguidade dissolve-se cada vez mais. Separam-se completamente oriente e ocidente. O império ocidental não consegue resistir à onda devastadora da migração dos povos, que ameaça destruir também a Igreja.

b. Mas a Igreja permanece de pé no meio das ruínas do império para consolar os vencidos e para educar os vencedores. Inabalável é o rochedo de S. Pedro, o papado, que, particularmente nas duas "colunas da tradição eclesiástica", Leão I e Gregório I, conserva, ao mesmo tempo, a unidade da Igreja e a cultura ocidental.

c. O império bizantino e a Igreja oriental são abalados assustadoramente pelo islamismo, que lhes arranca precisamente aquelas províncias, que, por séculos inteiros, foram centros principais da vida cristã.

386. Mas toda esta evolução não tem termo fixo. Entre a antiguidade e a idade-média há um período de trânsito, durante o qual o ambiente histórico se transloca e transforma. Dissolve-se, por um longo processo, o império romano e a sua cultura, e formam-se, pouco a pouco, os elementos da idade-média.

CAPÍTULO I

A IGREJA E O ESTADO

§ 41. A Igreja no império romano

387. Constantino Magno, primeiro imperador cristão (Eus., HE 10; Vita Constantini), filho de Constâncio Cloro e de S. Helena, atribuiu a sua vitória sobre Maxêncio ao auxílio do Deus dos cristãos. A vitória fez com que ele mesmo se convertesse ao cristianismo. Desde 312, foi considerado catecúmeno no sentido largo da palavra.

Entretanto, na sua conversão influíram também considerações políticas. Durante a sua longa estada na Ásia Menor, veio a conhecer perfeitamente a vitalidade invencível

do cristianismo e concluiu que só ele seria capaz de resistir aos elementos dissolventes, que já atacavam a medula do império. Compreendeu claramente que o paganismo retrógrado ia irremediàvelmente ao encontro da morte; e, do mesmo modo, o Estado, que nele se baseasse. Constantino passou, pois, para o lado de quem possuía o futuro.

388. O **Edito de Milão** foi o primeiro passo. Dissolveu para sempre a união essencial que existira entre o Estado e a religião politeísta. E' o primeiro documento imperial a estabelecer o princípio de que na vida humana existem duas esferas independentes, a religião e o Estado, princípio ensinado por Jesus Cristo, quando disse: "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mt 22, 21). Tal princípio não destrói a união entre os dois poderes; pelo contrário, enobrece-a e aperfeiçoa-a.

389. Constantino, porém, não se limitou à tolerância. Concedeu à Igreja também muitos privilégios e subvenções que a religião antiga possuíra: imunidade do clero, direito hereditário das igrejas, jurisdição civil dos bispos, santificação do domingo e outros mais. Toda a legislação foi modificada, conforme o espírito do Evangelho. Foi abolido o suplício da cruz (Socr., HE 1, 8) e proibido ferretear os celerados. A *Lex Júlia Poppaea* foi restringida a favor da virgindade cristã, e proibida a venda das crianças, assim como foi proibido o infanticídio.

Mas, como a maior parte da população do império ainda professasse o paganismo, o imperador procedeu com muita prudência, acomodando-se às circunstâncias e conservando o título de "Pontifex Maximus" e outros costumes mais.

390. Enquanto assim Constantino, senhor do ocidente, se declarasse tão serenamente a favor do cristianismo, Licínio, imperador do oriente, tomou uma atitude contrária, cada vez mais acentuada. Não revogou, é verdade, o Edito de Milão, mas fez sentir, de todos os modos, aos cristãos a sua hostilidade. Uns foram expulsos do exército ou retirados da corte imperial. Outros foram privados de bens e liberdade. Proibiram-se também as reuniões sinodais, dificultava-se o culto e, em algumas partes, os governadores chegaram a perseguir sangrentamente a Igreja. E' conhecido o martírio dos quarenta soldados de Sebaste, cuja morte se atribui ao governador Agricolau; e diz-se que também S. Brás, bispo da mesma cidade, sofreu debaixo do mesmo governador (AASS Febr. I 336 ss; Anal. Boll. I 614).

As discórdias entre os dois imperadores, motivadas pela questão religiosa e agravadas por ciúmes pessoais, levaram, finalmente, a uma guerra aberta, em que Licínio perdeu trono (323) e vida (324).

391. Desde então, Constantino deu à sua atitude uma expressão ainda mais definida. Os altos cargos foram concedidos, de preferência, aos cristãos. Igrejas magníficas se levantaram em Roma, Jerusalém e outras cidades, e foram dotadas de rendas riquíssimas. Os templos dos ídolos foram abandonados, e destruídos aqueles que haviam servido para cultos imorais. Outros foram transformados em igrejas cristãs. Proibiram-se também os auspícios privados. E, num manifesto, dirigido ao oriente, Constantino exprimiu o seu desejo de que todos professassem a verdadeira religião. Proibiu, porém, que os pagãos fossem molestados por causa das suas convicções religiosas (Eus., Vita 2, 48-60).

392. *a.* Para se libertar, finalmente, da antiga nobreza romana, pela maior parte ainda pagã, e para poder mais fàcilmente proteger as fronteiras, Constantino escolheu para capital do império Bizâncio-Constantinopla (330), cidade essencialmente cristã. Daí resultou, ao mesmo tempo, a preservação do bispo de Roma do perigo do cesaropapismo.

b. Mas, de outro lado, a medida teve uma consequência triste. A sede episcopal de Constantinopla tornou-se, aos poucos, simples instrumento da corte. Não poucos almejavam as honras de bispo da capital. Um centro eclesiástico no oriente nas mãos dum episcopado ambicioso e cortesão devia tornar-se necessàriamente rival de Roma Antiga. O nacionalismo veio a ser meio para realizar ambições pessoais. E esta evolução não podia deixar de levar, em última análise, ao cisma oriental.

393. *a.* Constantino pode, pois, ser chamado, com razão, o "Grande". Mas santo não foi. A lenda do batismo pelo papa Silvestre I não tem nenhum fundamento na história, mas, liga-se ao batistério constantiniano do Latrão e data provàvelmente da segunda parte do século V. A *Donatio Constantini*, que a relata, é uma falsificação posterior (cfr. § 70). O fato de ter Constantino diferido o seu batismo até à morte (337) pode ser justificado pelo costume

do tempo. Mas as suas crueldades, até mesmo para com seus próprios parentes, não tem nada comum com sentimentos cristãos. Outra prova de que não compreendeu muito o espírito cristão foi o seu cesaropapismo que o moveu a chamar-se de "bispo dos negócios externos da Igreja" (Eus., Vita 4, 24). Eusébio tece disto um elogio ao imperador; mas esquece-se do perigo que aí se esconde para a liberdade da Igreja. A idéia do cesaropapismo é pagã. Ainda menos podemos desculpar a cooperação de Constantino com o arianismo e o seu sincretismo. Se Constantino não tivesse dispensado as suas simpatias aos bispos arianos, a heresia não podia tomar tão assustadoras proporções.

b. Todavia, não podemos negar que o primeiro imperador cristão foi um instrumento insigne nas mãos da Providência divina. Claro conhecimento do tempo, coragem para tomar a iniciativa e energia de executá-la caracterizam os grandes homens da história. Constantino as possuía. A Providência divina delas se serviu, não só para a propagação do cristianismo, mas ainda para a constituição da Igreja. Além disso, o monarca procurou corrigir, no leito da morte, as faltas que cometera na vida, demonstrando, assim, que se convertera sinceramente.

394. Os filhos de Constantino dividiram entre si o império. Constantino II recebeu as Gálias com a Espanha e a Bretanha; Constante, o Ilírico com a Itália e a África; Constâncio, o oriente.

Infelizmente, cometeram, para assegurar-se do trono, inauditas crueldades contra os membros mais chegados da família. Só dois sobrinhos de Constantino Magno escaparam da carnificina, Galo e Juliano. Com tal procedimento atraíram sobre si a ira de Deus. Desunidos também entre si, guerrearam-se mùtuamente. Constantino II caiu numa batalha contra Constante, perto de Aquiléia (340). Constante perdeu trono e vida numa rebelião de Magnêncio (350). Constâncio, derrotando o usurpador, reuniu todo o império nas suas mãos (351).

395. Quanto ao cristianismo, os três irmãos continuaram a obra de seu pai, não com a mesma prudência e circunspecção, mas com violência e precipitação. Constâncio proibiu todos os sacrifícios pagãos (341) e, pouco depois, juntamente com Constante, sancionou a proibição com a pena de morte (Cod. Theod. 16, 10, 2). Depois de ter unido o império, renovou aquela lei, mostrando que abraçara o cristianismo por convicção, como seu pai. Mas compreendeu-lhe o espírito ainda menos do que este.

Foi estrênuo fautor do arianismo e representante declarado do igrejismo estatal. Sua própria vontade era lei, também nas coisas da religião. Este cesaropapismo de Constâncio e de muitos de seus sucessores tornou-se para a Igreja um perigo maior do que o fora a tirania dos perseguidores pagãos. Sem ele não se compreendem as perniciosas lutas dogmáticas, que, nos séculos IV, V e VI, perturbaram a paz da Igreja.

396. *a.* A precipitação e o procedimento tão pouco cristão de Constâncio e seus irmãos não podiam deixar de provocar uma reação dos gentios. E a reação não tardou. O paganismo, embora decrépito, ainda vivia. Tradições antigas, costumes seculares da vida política, social e cultural não se extinguem da noite para o dia. Tendências espirituais, opiniões e crenças, que dominaram por séculos inteiros, não se apagam, sem antes reunirem, mais uma vez, todas as suas forças para travar uma luta de vida e de morte com o novo espírito. Especialmente as antigas famílias da nobreza ficaram fiéis à religião de seus pais. Além disso, grupos inteiros da sociedade, sacerdotes, professores de escolas superiores e artistas lutavam por sua existência.

b. E os cristãos, em vez de se unirem contra o inimigo, enfraqueciam-se internamente por heresias e cismas, perdendo externamente o seu influxo social e o seu renome. Acresce ainda que, precisamente no século IV, o neoplatonismo, filosofia religioso-idealista, último fruto do espírito helênico, deu ao paganismo a aparência de nova vitalidade e de novo esplendor. Porfírio e Jâmblico foram os seus representantes no princípio do século. E o maior representante desta religião filosófica seria Juliano Apóstata.

397. **Juliano Apóstata** (361-63), filho dum irmão consanguíneo de Constantino Magno, foi, depois do assassínio de Galo, o único membro masculino que se salvara do morticínio da família imperial. Caráter nobre por natureza, teve as pressuposições para ser um ótimo imperador. Mas a educação insuficiente sob a direção do bispo ariano Eusébio de Nicomédia o fez hipócrita e inimigo do cristianismo. Apesar

de ser destinado à vida clerical, e de já exercer o cargo de leitor (Socr., HE 3, 1), odiava o cristianismo, que não conhecia senão pela forma do arianismo, representado pelo cruel Constâncio. Além disso, a conduta dos bispos áulicos e as discórdias dos cristãos fizeram-lhe péssima impressão.

A causa principal de seus ódios, porém, foi a influência de seus mestres pagãos. Principalmente o neoplatônico Máximo, o retor Libânio e o eunuco Mardônio, parente pelo lado da mãe, souberam inspirar-lhe um ódio implacável contra Constâncio e o cristianismo.

398. Em 356, Constâncio, nomeando-o César, enviou-o às Gálias, onde se distinguiu com tanto brilho, que o exército o proclamou Augusto (360). Logo se levantou contra Constâncio; mas este faleceu, antes de se encontrarem os exércitos. Juliano que, partindo das Gálias, ainda assistira à santa Missa, bem depressa manifestou as suas crenças, hipòcritamente veladas até então, e começou a restaurar o paganismo.

399. *a.* Julgou poder realizar os seus planos negativa e positivamente. Começou por tirar à Igreja todos os privilégios, concedidos por Constantino e seus filhos. Expulsou dos altos cargos os "galileus", como chamava os cristãos, mandou fechar-lhes as escolas ou proibir-lhes explicar os antigos clássicos, condenando-os à ignorância ou a frequentar as escolas dos gentios. Procurou também causar distúrbios entre os cristãos, favorecendo ora os católicos, ora os arianos. Aos judeus, que desprezava, mas que como ele eram inimigos dos cristãos, permitiu reedificar o templo de Jerusalém, para, ao que parece, desmentir a sentença de Jesus Cristo: "Em verdade, vos digo, não ficará aí pedra sobre pedra que não seja derrubada" (Mt 24, 2). A empresa foi frustrada por chamas que irromperam dos fundamentos, como relata Amiano Marcelino (Rer. gest. 23, 1, 3).

b. Juliano valeu-se também da pena como meio de combater o cristianismo, escrevendo entre outras obras *Três livros contra os galileus*, *Césares* contra Constantino e Constâncio, e *Misopogon* contra os antioquenos.

c. Perseguição sangrenta, não a quis Juliano. Mas o ódio de certos funcionários públicos e o fanatismo do povo pagão chegaram a derramar sangue, em algumas partes do

império. Os mártires mais conhecidos foram os dois irmãos João e Paulo em Roma.

400. Positivamente, o imperador procurou restabelecer e reformar a religião idólatra, dando-lhe no neoplatonismo um novo fundamento e imitando várias instituições que viera a conhecer no cristianismo. Fundou hospitais e asilos para os pobres, cuidou da instrução religiosa do povo. Procurou elevar a moral dos sacerdotes e introduziu uma espécie de jerarquia e disciplina penitenciária.

401. Mas todas estas tentativas de reforma, — testemunhos manifestos aliás em favor do cristianismo, — não surtiram efeito. S. Atanásio as comparava com "uma nuvem pequena, que depressa passará" (cfr. Theod., HE 3, 9). Os próprios pagãos zombavam do zelo religioso do imperador (Am. Marc. 25, 4). E a morte de Juliano pôs fim à sua obra apenas começada. Não foi ele, de certo, um Nero. Na pacificação das Gálias mostrara-se hábil governador e o seu governo imperial merece toda a admiração. Tanto mais nítida resplandece a divindade da Igreja, na impotência do imperador de reprimir o cristianismo. Bem característica é a lenda, que faz Juliano, mortalmente ferido na guerra contra os persas, exclamar: "Galileu, tu venceste" (Theod., HE 25).

402. Desde a morte de Juliano Apóstata, o cristianismo penetrou, mais e mais, em todas as classes da sociedade. Os imperadores apoiaram-no de todos os modos, em parte por sentimento religioso, em parte por razões políticas. **Joviano** (363-64), jovem comandante da guarda imperial, católico sincero, despojado de suas dignidades por causa da sua crença, foi proclamado imperador pelo exército (Am. Marc. 25, 5 ss). Restituiu à Igreja tudo quanto Juliano lhe tirara, seguindo, no resto, uma política tolerante.

403. Esta política foi continuada por **Valentiniano I** (364-75), que, no reinado de Juliano, fora confessor (Theod., HE 3, 16), porque se negara a obedecer à ordem de sacrificar aos deuses. Considerando a extensão imensa do império, dividiu-o em duas partes. Reservou para si o ocidente, estabelecendo a sua residência em Milão. Ao seu irmão **Valente** (364-78) cedeu o oriente. Valente foi, infelizmente, encarniçado ariano, e, enquanto concedia liberda-

de aos pagãos e aos judeus, perseguiu atrozmente os católicos.

404. *a.* Valentiniano I faleceu durante negociações com os quados. Seu filho **Graciano** (375-83), católico fervoroso, e aconselhado por S. Ambrósio, procedeu mais resolutamente contra o paganismo. Renunciou ao título e traje de Pontífice Máximo, suprimiu as subvenções públicas, que ainda se faziam para o culto dos ídolos, e fez retirar do senado romano o altar da deusa Vitória. Suprimiu também os privilégios dos sacerdotes e das vestais.

b. Todas estas disposições provocaram grande inquietação entre os gentios. Uma comissão, chefiada pelo prefeito Símaco, foi ter com o imperador, a fim de pedir-lhe que retirasse as suas ordens. Mas Graciano nem sequer recebeu em audiência a deputação. "Se Graciano não quiser ser pontífice máximo, — teria dito um dos deputados, — então Máximo será pontífice. Realmente, o jovem imperador foi assassinado em Lião pelo usurpador Máximo.

405. Este, porém, não foi reconhecido, senão nas Gálias, na Espanha e na Britânia. O resto do império ocidental ficou fiel ao irmão de Graciano, **Valentiniano II** (383-92). O partido pagão renovou o seu pedido ao novo imperador, que era ainda menino de treze anos. Mas Valentiniano, aconselhado por Ambrósio, repeliu-o igualmente. Quando Máximo então procurou tirar-lhe trono e vida, Teodósio veio em auxílio de seu jovem amigo, vencendo o usurpador (388).

406. *a.* **Teodósio I** (378-95), que devia a Graciano o trono do oriente, prescreveu a todos os seus súditos a fé nicena, tornando-se assim verdadeiro fundador da Igreja imperial. No seu zelo em suprimir o paganismo ordenou cerrar os templos dos ídolos, dos quais alguns foram até destruídos, vítimas do zelo imprudente do povo cristão e dos monges. A destruição de célebre Serapeion de Alexandria foi ordenada pelo patriarca Teófilo, mas devido a uma revolta dos pagãos (391). Outros templos foram destinados ao culto cristão. O velho retor Libânio dirigiu-se ao imperador em defesa dos templos. Mas a sua *Oratio pro templis* não teve nenhum resultado. Não houve meio de salvar o paganismo. Em 391, uma lei, ditada de comum acordo pelos

dois imperadores, proibiu, sob penas gravíssimas, o culto idolátrico.

b. A resposta dos pagãos foi o assassínio de Valentiniano II pelo franco Arbogasto, que elevou ao trono a Eugênio, retor cristão, mas simples instrumento nas mãos de Arbogasto. Ambos foram derrotados por Teodósio, às margens do Isonzo perto de Aquiléia (394). Teodósio, numa alocução ao senado romano, declarou o cristianismo religião do Estado.

c. Ele mesmo foi, se abstrairmos de algumas explosões de cólera, um caráter nobre e generoso, exímio estrategista e legislador, e, sobretudo, um verdadeiro cristão, que, no dizer de S. Agostinho, "mais se gloriava de ser membro da Igreja, do que de reinar sobre a terra" (De civ. Dei 5, 26, 1).

407. Depois da morte de Teodósio, o império foi dividido para sempre. **Honório** (395-423), imperador do ocidente, tirou aos templos as últimas rendas que ainda lhes haviam ficado. O general vândalo Estílico, sogro e primeiro ministro de Honório, ordenou se queimassem os antiquíssimos livros das sibilas, procurando, porém, conservar, como monumentos de arte, os templos e as estátuas dos deuses.

408. Entretanto, o império ocidental ia, sem cessar, ao encontro da dissolução. Durante o reinado de Honório e seus sucessores, João Tirano (423-25), **Valentiniano III** (425-55) e os oito imperadores que se seguiram no espaço de vinte anos, muitas calamidades afligiram o império. O último, Rômulo Augústulo (475-76), foi destronado por Odoacro.

409. Como Honório, assim **Arcádio** (395-408), imperador do oriente, tirou aos sacerdotes pagãos o resto das suas rendas e privilégios. **Teodósio II** (408-50), aconselhado por sua piedosa irmã, S. Pulquéria, excluiu os gentios dos cargos públicos e ordenou que fossem queimados os escritos anticristãos de Porfírio. Mas não conseguiu extirpar completamente o paganismo, embora, já em 423, dissesse não haver mais gentios no seu império (Cod. Theod. 16, 10, 22). Ainda **Justiniano I** (527-65) viu-se obrigado a proceder contra a idolatria, que na escola filosófica de Atenas possuía até então um baluarte forte. Justiniano fechou as

suas portas (529). Os professores emigraram para a Pérsia.

410. *a.* Mas a supressão do paganismo não foi ùnicamente a obra dos imperadores. Contribuiu também a corrupção interna da antiga religião e a superstição. E não devemos esquecer que, às vezes, os cristãos se deixaram arrastar a atos de violência. Foi assim que caiu vítima a filósofa alexandrina Hipátia († 415), de que nos fala o historiador Sócrates (HE 7, 14-15).

b. No entanto, mais do que todos os fatores externos, foram as forças intrínsecas do cristianismo, as suas energias religiosas, morais e espirituais, e a atividade dos seus chefes, bispos, doutores e monges, que transformaram a sociedade. Atanásio de Alexandria, Basílio Magno, Gregório Nazianzeno, Cirilo de Alexandria, João Crisóstomo e alguns representantes da vida monástica, verdadeiros heróis do espírito, contribuíram muito mais para a vitória do cristianismo, do que o poder dos imperadores.

411. Os restos do paganismo, que ainda se mantinham, mais aferradamente no ocidente do que no oriente, viviam geralmente retirados no campo, fora das cidades. Daí o nome de "pagani". S. Gregório Magno ainda fez esforços por suprimi-los na Itália, particularmente nas ilhas de Córsega e Sardenha.

E embora, finalmente, o paganismo externamente fosse extirpado, as condições da Igreja não eram luminosas, porque com o culto idolátrico não desapareceram igualmente os vícios pagãos e com a difusão do cristianismo o seu espírito não penetrou bastante na vida política. Os imperadores eram batizados, mas o império continuava pagão, dedicado ao despotismo, ao qual correspondia, de outro lado, um servilismo vil e baixo dos cortesãos.

Mirbt, Quellen zur Geschichte des Papsttums, 5. ed. Tuebingen 1934. — *Lot,* La fin du monde antique et le début du moyen âge, Paris 1928. — *Gaspar,* Geschichte des Papsttums von den Anfaengen bis zur Hoehe der Weltherrschaft, I-II, Tuebingen 1930-33. — *Silva-Tarouca,* Ecclesia in imperio Romano-Byzantino, Roma 1933. — *Funk,* Konstantin der Grosse und das Christentum, Abhandl. und Unters. II, 1-23. — *Batiffol,* La paix Constantienne et le Catholicisme, Paris 1914. — *Doelger,* Konstantin der Grosse und seine Zeit, Freiburg 1913. — *Salvatorelli,* Constantino il Grande, Roma 1928. — *Baker,* Constantin the Great and the Christian Revolution, London 1930. — *Allard,* Julien l'Apostat, 3 vol., 2. ed., Paris 1903. — *Palanque,* S. Ambroise et l'Empire romain, Paris 1933.

§ 42. A Igreja fora do império

412. *a.* Desde muito, a Igreja tinha ultrapassado as fronteiras do império. Na **Pérsia,** inimiga de morte dos romanos, concedeu-se-lhes liberdade e proteção, enquanto durava no império a perseguição. Muito numerosos foram os cristãos nas províncias ocidentais do reino. A sua metrópole era Seleucia-Ctesifonte.

b. Mal, porém, se proclamara a paz constantiniana, quando na Pérsia começou, com Sapor II (309-81), um longo período de perseguição. O rei, instigado pelos judeus e pela rainha que era de origem judaica, como também pelos sacerdotes do Sol, e movido ainda por suspeitas políticas, agravadas pela guerra com Constâncio, publicou, em 342, o primeiro edito. Como este não surtisse logo o desejado efeito, fez seguir, em 343, um segundo edito, mais cruel, decretando a morte de todos os cristãos. Com admirável heroísmo enfrentaram estes os suplícios. Aos milhares derramaram o seu sangue. Sozômeno fala de dezesseis mil (HE 2, 9-14).

413. Depois dum breve período de paz, Jedzdejerdo I (397-420), que por muito tempo se mostrara singularmente favorável ao cristianismo, iniciou uma nova perseguição. Motivo foi o zelo imprudente do bispo Abdas de Susa, que mandara destruir um templo (418). A tempestade durou, com breves interrupções, até ao ano de 450, e foi particularmente violenta no reinado de Barão V ou Varanes (420-38). S. Jacob Dissecato é um exemplo das crueldades, infligidas aos cristãos. Quase toda a Igreja da Pérsia foi destruída, ao mesmo tempo, que o nestorianismo estabeleceu em Seleucia-Ctesifonte a sua sede principal. No ano de 641, os maometanos ocuparam, finalmente, a Pérsia.

414. *a.* **A Armênia,** já cristianizada por Gregório Iluminador (cfr. § 12), resistiu heròicamente a Maximino Daja, quando este quis obrigar o rei Tiridates III a fechar ao cristianismo as portas do seu reino (Eus., HE 9, 8). Em seguida, a religião atingiu um alto florescimento. Quando S. Mesrópio († 441) inventou o alfabeto armênio, a Sagrada Escritura foi traduzida para a língua nacional, e desde então também a literatura armênia começou a prosperar.

b. Infelizmente, a Armênia caiu em poder da Pérsia, e a Igreja teve de sofrer atroz perseguição. Mas o heróico

povo ficou firme na sua fé, e conseguiu também rejeitar o nestorianismo. Como, porém, seus bispos não pudessem tomar parte no concílio de Calcedônia onde foi julgado o monofisitismo, e como os sectários desta heresia espalhassem falsas informações, separou-se, no fim do século V e princípio do século VI, completamente da Igreja universal.

415. Na **Ibéria** ou **Geórgia,** situada ao norte da Armênia, o cristianismo foi introduzido, como Rufino relata (HE 10, 10), a partir de 325, quando uma escrava, chamada Núnia, por suas orações, restituiu a saúde à rainha do país. Pouco depois, converteu-se o rei e chamou missionários. Autores modernos querem ver na narração de Rufino uma lenda, e colocar o início da conversão da Ibéria no reinado do imperador Constâncio.

Partindo da Ibéria, o cristianismo propagou-se também entre os outros povos do Cáucaso, albaneses, lácios e abascos. Devido às relações com a Armênia, todos estes povos passaram, mais tarde, para o monofisitismo.

416. Para o **Turquestão,** a **Índia** e a **China** foi levado o cristianismo pelos nestorianos da Pérsia. Centenas de lápides sepulcrais, encontradas no Turquestão, dão testemunho da sua existência, até ao ano de 1345. Em Si-ngan-fu, os jesuítas acharam, em 1625, uma inscrição de 781, que atesta a atividade de um monge e a construção de um mosteiro, entre 635 e 638, sob a proteção do imperador chinês.

417. Entre os homeritas ou sabeus da **Arábia** pregou o bispo ariano Teófilo, enviado pelo imperador Constâncio. Não se encontram, todavia, na Igreja da Arábia elementos arianos. Floresceu a vida monástica, especialmente no monte Sinai. S. Hilarião, Simão Estilita e Eutímio são glórias desta Igreja. Nos princípios do século VI, os cristãos da Arábia enfrentaram vitoriosamente uma perseguição violenta do rei judeu Dhû-Nuwâs. No século seguinte, porém, sucumbiram à invasão dos persas e, mais tarde, à dos maometanos. Os cristãos restantes aceitaram o nestorianismo.

418. A **Abissínia** ou Etiópia axumítica foi cristianizada por dois jovens de Tiro, Frumêncio e Edésio, que, voltando de uma viagem à Índia, foram aprisionados e reduzidos à escravidão. Ganharam, porém, em breve, simpatias

e grande influxo junto à corte real de Axuma e valeram-se da sua posição para propagar o cristianismo. Edésio voltou à sua pátria. Frumêncio, porém, chegou a ser administrador do reino, fez-se sagrar bispo por S. Atanásio (328), e estabeleceu a sua sede episcopal na capital. O jovem rei Aizana, e com ele grande parte de seu povo, recebeu o batismo.

O imperador Constâncio tentou arrastar o rei, o bispo e o povo ao arianismo; mas em vão. O arianismo não conseguiu penetrar na Abissínia. Em consequência das relações com a metrópole Alexandria, entrou, pelos fins do século V, o monofisitismo no país, que a ele ficou entregue até aos nossos dias. À heresia misturaram-se ainda elementos judaizantes, como circuncisão, santificação do sábado, disciplina matrimonial bastante relaxada e até poligamia, etc.

Harnack, Die Mission und Ausbreitung des Christentums, 4. ed., Leipzig 1924. — *Labourt,* Le Christianisme dans l'empire perse sous la dynastie Sassanide, Paris 1904. — *Weber,* Die katholische Kirche in Armenien. Ihre Begruendung und Entwicklung vor der Trennung, Freiburg 1903. — *Morgan,* Histoire du peuple arménien, Paris 1919. — *Moule,* Christian in China before 1550, London 1930. — *Conti Rossini,* Storia d'Etiopia I, Milano 1928.

§ 43. O islamismo

419. *a.* Enquanto assim, no oriente, os povos, uns após outros, se convertiam ao cristianismo, conquistou a Igreja também os povos transmigrantes do ocidente, que começaram, neste período, a lançar os fundamentos da idade-média. Mas, no fim do período, surgiu, no oriente, um poderoso adversário do Evangelho, o islamismo.

b. **Maomé** (570-632), fundador da nova religião, nasceu em Meca, da casta sacerdotal dos cureichitas. Seu tio e pai nutrício era prefeito da Caabá, santuário dos árabes, dedicado primitivamente a um ser supremo, mais tarde, a uma multidão de divindades. Pelo casamento com Cadidja, viúva rica, chegou a ser senhor de grandes riquezas. Como negociante fez, em seguida, longas viagens e veio deste modo a conhecer o judaísmo, o parsismo e o cristianismo nestoriano; e são estes os elementos com os quais formou uma religião sincretista.

c. Em consequência da sua constituição nervosa teve, a partir do ano de 611, visões pretensas do arcanjo Ga-

briel, que, mais tarde, se repetiam, quantas vezes ele o desejava. O que via em tal estado anormal, tinha-o, ao menos no princípio, como revelação de Deus. Considerava-se então como o maior profeta, chamado a restaurar a verdadeira fé. Desprezado, de início, encontrou, aos poucos, ouvidos entre os seus parentes. Expulso, porém, de Meca, fugiu para Medina (622); e esta fuga, chamada "héjira", designa o início da cronologia dos árabes. Em Medina reuniu um exército, expugnou Meca (630), purificou a Caabá dos ídolos pagãos e a tornou, com a "pedra negra", centro do novo culto.

420. Depois da morte de Maomé († 632), rompeu um conflito por motivo da sucessão. Quem havia de ser califa, lugar-tenente do profeta? Abu Bekr, sogro do fundador, foi o primeiro. Seguiram-no Omar, Otman, Ali e Moavija, com o qual começa a dinastia dos omíadas de Damasco (661-750).

421. Maomé não deixou a sua doutrina escrita. Foi conservada no **Corão,** livro sagrado dos maometanos, redigido só no tempo dos primeiros califas. Consiste em notícias doutrinais particulares e pretensas revelações do profeta. Divide-se em 114 capítulos ou suras. Revela poucos conhecimentos em matéria de religião, sobretudo no tocante ao cristianismo.

Na explicação do Corão dividem-se os maometanos, devido às muitas contradições e incoerências do mesmo, em sunitas e ciitas. Estes negam, aqueles aceitam, fora do Corão, uma tradição oral, chamada "Suna". As duas seitas subdividiram-se em numerosas denominações. Existem hoje cerca de 250 milhões de maometanos, sendo cerca de 15 milhões ciitas.

422. O princípio fundamental do maometanismo é uma completa entrega a Deus. Daí o nome "Islão". Poucos são os seus **dogmas.** Existe um só Deus de unidade absoluta, pessoal e invisível. Nega-se, portanto, a Trindade cristã, como também o politeísmo pagão. O trono de Deus é rodeado de anjos bons, formados de luz puríssima. Opõem-se-lhes os anjos maus. A revelação se transmitiu pelos profetas, Abraão, Moisés, Cristo, e o maior de todos, Maomé. Não há uma verdadeira redenção. Há, porém, uma ressurreição e um último juízo, ao qual segue o inferno ou o

céu, lugar de prazeres sensuais. A doutrina da predestinação é um puro determinismo ou fatalismo. Nas obras místicas do islamismo posterior aparece um certo emanismo. Segundo uns, a última realidade é a Vontade (monoteísmo), segundo outros, a Beleza ou a Luz eterna, que se reflete no universo (panteísmo). A alma é uma partícula de Deus.

423. A **moral** do islamismo só exige obras externas: orações a fazer-se cinco vezes por dia em direção de Meca; jejuns, que se fazem no mês de Ramadan, desde o despontar até ao pôr do sol; diversas abluções, esmola, circuncisão a fazer-se aos 14 anos de idade, peregrinação a Meca ao menos uma vez durante a vida, e guerra contra os "infiéis". Quem morre no combate contra eles, entra infalivelmente no céu. Proíbem-se o vinho e a veneração das imagens, o assassínio, a usura e a discórdia entre correligionários. Mas prescreve-se o ódio aos inimigos, i. é, aos que não obedecem ao profeta. Característica é a condição indigna da mulher e a poligamia. Quatro mulheres são permitidas ao homem pela lei, e concubinas em número ilimitado. Para o califa não existe nenhuma lei neste particular.

424. Politicamente, o maometanismo é o mais extremo despotismo. Numa só mão reúnem-se os dois poderes, espiritual e temporal. Não há sacerdócio. No correr do tempo, tornou-se necessária a instituição de pregadores, chamados "chaiques". Como esta religião, no princípio nacional, viesse, pouco a pouco, a assumir caráter universalista, tornou-se um perigo mundial.

425. Já Maomé havia acentuado, nos últimos anos da sua vida, mais e mais, a idéia política da sua obra. O visionário virara em déspota guerreiro e político, arrastado por fanática crueldade e cego por inaudita devassidão. Tendo ensinado a guerra contra todos os "infiéis", começara por conquistar a Arábia. Morte prematura cortou-lhe repentinamente os planos. Mas os seus sucessores continuaram as conquistas.

426. Fácil foi a sua obra. O império grego caíra em desoladora estagnação. Os árabes apresentavam aos orientais uma "visão do mundo" que lisonjeava às paixões e propagavam-na à força de armas. Além disso, os gregos, desunidos e orgulhosos, perderam-se em infinitas controvérsias re-

ligiosas e seitas. Na corte bizantina via-se, a princípio, no movimento dos árabes, um feliz acontecimento, que enfraqueceria o reino dos persas; e não se percebia que a nova potência seria um perigo muito maior, do que jamais o fora o reino dos persas.

427. Abu Bekr (632-34) venceu os exércitos de Heráclio I e ocupou Damasco. Omar (634-44) conquistou a Palestina. No lugar do templo de Salomão surgiu a mesquita de Omar. Também Antioquia caiu nas mãos do califa, e logo depois, o território do Tauro. O Egito foi conquistado por Amru, general de Omar. Os patriarcados de Antioquia, Jerusalém e Alexandria passaram, pois, ao domínio dos árabes. Durante o reinado de Otman (644-56), todo o reino da Pérsia teve de render-se. O mesmo califa invadiu a África setentrional até Cartago e conquistou ainda a Armênia e o Chipre.

428. Depois de uma guerra intestina, que teve por resultado a queda de Ali (656-61), Moavija (661-80), fundador da dinastia dos omíadas, fez de Damasco a capital do seu império. Continuaram as conquistas, pelo fim do século VII. No oriente, as controvérsias dogmáticas entre os cristãos facilitaram ainda a sua marcha. A Providência divina servia-se dos árabes para vingar o igrejismo bizantino. Até às Índias orientais e ao Turquestão levou o Crescente as suas armas.

429. *a.* No ocidente, caiu Cartago (698) e, pouco depois, os filhos traidores de Vitiza e os judeus chamaram os mouros para a Espanha contra o rei Rodrigo, que caiu na batalha de Xeres de la Frontera (711). Em breve, toda a Espanha estava nas mãos dos mouros, exceto as montanhas do extremo norte. Os árabes passaram até os Pireneus, conquistaram Narbona, Carcassona e Nimes. Mas a vitória de Carlos Martelo, perto de Poitiers (732), pôs uma barreira à invasão. Aos poucos, foram arrojados, de novo, para aquém dos Pireneus.

b. Pelágio, visigodo, organizou desde 718, nas Astúrias, a resistência; e seu genro, Afonso I (739-57), estabeleceu definitivamente o reino das Astúrias, enquanto que Carlos Magno conquistou o noroeste, fundando a Marca da Espanha.

c. Mas, ainda não tinha chegado o tempo da liberdade

da Espanha. Quando, em 750, foi destronada a dinastia dos omíadas de Damasco, Abderramão, único rebento da família que escapou da carnificina, fugiu para a Espanha e fundou ali o califado de Córdova, com o que, consolidando-se o poder dos sarracenos na península, se iniciou um período de grande florescimento das ciências e das artes. No oriente, os abássidas, nova dinastia (750-1258), erigiram o califado de Bagdá, sede dum vasto império mundial.

430. Os conquistadores concederam aos habitantes dos territórios ocupados liberdade religiosa. Só da Arábia foram expulsos tanto os cristãos como os judeus. Muitos, porém, apostataram, movidos pelas vantagens materiais da nova religião. Os que ficaram fiéis ao cristianismo tiveram que sofrer muitos vexames. Assim aconteceu que províncias inteiras recaíram nas trevas da descrença e da superstição. A Igreja de Cartago desapareceu da história, nos meados do século XII.

431. No século IX, os sarracenos apoderaram-se também da Sicília, e dali empreenderam muitas piratarias na Itália e conseguiram fixar o seu pé, por algum tempo, na Itália inferior e nas costas da Provença.

Grimme, Mohammed, 2 vol., Mainz 1892-1904. — *Andrae*, Der Ursprung des Islam und das Christentum, Uppsala 1926. — *Fausti*, Islam nella luce del pensiero cattolico, Roma 1934. — *Id.*, La predicazione religiosa di Maometto, Palermo 1935.

CAPITULO II

CONTROVÉRSIAS TEOLÓGICAS

Vista geral

432. Depois de algumas tentativas do primeiro teólogo cristão, S. Paulo, e dos apologetas, os grandes alexandrinos, Clemente e Orígenes, tinham procurado criar um sistema científico da fé. No entanto, só uma Igreja livre de perseguições externas podia resolver perfeitamente tal problema. Só então, os gênios do espírito podiam concentrar devidamente as suas atenções a todos os pontos da doutrina cristã. E como o gênio humano tem sempre as suas diferenças, a solução dos vários problemas não se fez só por

meio de pacíficos tratados, mas sobretudo por meio de veementes controvérsias entre as diversas tendências de subjetivismo e objetivismo, individualismo e universalismo.

433. Estas controvérsias dogmáticas preenchem todo o período, e têm muito maior alcance do que as dos séculos anteriores. No meio das lutas, a Igreja, sempre Mestra da verdade, assistida pelo Espírito Santo, revelou brilhantemente a sua missão divina, dando resposta clara e precisa às questões, que preocupavam todas as classes da sociedade e que diziam respeito aos pontos mais importantes da fé cristã.

E estas lutas revestem-se de uma nota particular, porquanto as respectivas questões não foram solucionadas em sínodos particulares, como no período anterior, nem pelo papa em pessoa, senão por concílios ecumênicos, convocados pelo imperador, reconhecidos e confirmados naturalmente pelo papa.

434. As suas definições, os dogmas, emanam certamente do tesouro da revelação, depositado na Sagrada Escritura e na Tradição eclesiástica, e são o resultado da assistência infalível do Espírito Santo. Mas a graça tem por base a natureza, quer dizer, a definição de um dogma baseia-se nos trabalhos teológicos dos homens.

435. Três ciclos de dogmas esperavam uma solução: o trinitário, cristológico e antropológico. Antes de tudo, os teólogos visavam a solução do **problema trinitário,** que na época anterior não teve resposta satisfatória. Como naquele tempo, assim também neste período, tratava-se primeiro da relação entre o Pai e o Filho. O **arianismo,** última consequência da doutrina ebionítica, ensinava que o Filho era criado pelo Pai. O **macedonianismo** estendeu esta doutrina ao Espírito Santo. Ambos foram condenados pela Igreja; aquele, no concílio de Nicéia (325), este, no concílio de Constantinopla (381).

436. Definida claramente a doutrina trinitária, os teólogos passaram a dirigir as suas atenções ao **problema cristológico,** para definir as relações entre a divindade e a humanidade de Jesus Cristo.

Esta controvérsia percorreu quatro fases: 1) Ponto de partida era a doutrina da Igreja sobre a divindade de Jesus Cristo, formulada contra o arianismo. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, em uma só pessoa. Mas como explicar a união das duas naturezas? 2) **Nestório,** acentuando demasiadamente a dualidade das naturezas, chegou a dizer que duas eram também as pessoas. A sua doutrina foi condenada no concílio de Éfeso (431). 3) Os **monofisitas,** pelo contrário, acentuando demasiadamente a unidade da pessoa, vieram a negar a dualidade das naturezas. Esta heresia foi condenada pelo concílio de Calcedônia (451). 4) Os **monoteletas,** finalmente, aceitando as duas naturezas, como também a unidade da pessoa, querendo explicar a impecabilidade do Homem-Deus, ensinavam, que Cristo tinha uma só vontade. O 3.º concílio de Constantinopla (680-81) lançou-lhes o anátema.

437. Ao mesmo tempo que no oriente se tratava destas questões teológicas, mais próprias ao espírito especulativo dos orientais, os ocidentais, mais inclinados a problemas práticos, procuraram dar resposta à **questão antropológica** ou soteriológica sobre o estado primitivo do homem, sobre as consequências do pecado original e sobre a relação entre a graça e o livre arbítrio. Os erros que aqui a Igreja teve de combater foram o **pelagianismo** e o **semipelagianismo,** e já antes o **donatismo,** que, de início apenas cisma, em seguida, veio a ser heresia.

No centro destas lutas surge a figura majestosa de S. Agostinho, Doctor gratiae.

438. Fora destas grandes controvérsias foram discutidas outras questões de menor importância, que, em parte, têm relação com aquelas, em parte, têm origem própria; entre elas contam o originismo e a controvérsia sobre os chamados "Três Capítulos".

Em todas estas lutas, a Igreja apresenta-se como verdadeira guarda da revelação, defendendo o depósito da fé contra as soluções heréticas e conservando fielmente a herança que Jesus Cristo e os apóstolos lhe legaram.

§ 44. O arianismo

439. *a.* Por sua importância e pela lógica da sua evolução doutrinal, o arianismo é a primeira das heresias desta época. Ataca a doutrina central do cristianismo, pedra de toque no decorrer dos tempos, mas professada já por S. Pe-

dro, quando disse: "Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo" (Mt 16, 16). Palavra providencial, que atesta não sòmente a unidade da natureza divina e a filiação natural de Jesus Cristo, mas também a pluralidade das pessoas divinas.

b. Os judaizantes, primeiros heréticos que negaram a divindade de Jesus Cristo, foram vencidos fàcilmente pela autoridade dos apóstolos. Os monarquianos dinâmicos, que lhes herdaram as idéias, e os modalistas, que pecaram pelo erro oposto, foram igualmente excluídos da Igreja. Mas o temor de recair no mesmo erro do monarquianismo modalista fez com que não se apagassem todas as dúvidas contra a doutrina da consubstancialidade e co-eternidade do Filho com o Pai. O subordinacianismo dos apologetas chegou a ser negação da divindade de Jesus Cristo em Paulo de Samósata, mestre de Luciano de Antioquia. E o discípulo de Luciano, Ario, transplantou o subordinacianismo para Alexandria, centro da erudição helênica e da especulação cristã.

440. *a.* **Ario,** oriundo da Líbia, estudou nas escolas de Alexandria e Antioquia. Ele mesmo chama-se discípulo de Luciano. O bispo Pedro ordenou-o diácono, mas teve de excomungá-lo, em breve, devido à participação no cisma meleciano, causado pelo bispo Melécio de Licópolis na Tebaida. Aquiles, sucessor de Pedro, reconciliou-o com a Igreja e ordenou-o sacerdote (312).

b. Mas a conversão de Ario não foi sincera. Em 318, contradisse, pela primeira vez, a seu bispo Alexandre, que pregara sobre a geração eterna e a consubstancialidade do Filho de Deus, acusando-o de sabelianismo, ou seja de monarquianismo modalista. Tal acusação projetou uma luz clara sobre as verdadeiras idéias do heresiarca. Pois, combatendo o sabelianismo, empregou as mesmas armas que antigamente tinham usado os monarquianos ebionitas. Acusado então de heresia e excomungado com seus sectários, continuou, apesar disto, a pregar os seus erros e exercer as funções sacerdotais, pelo que foi expulso de Alexandria.

c. Retirou-se para junto de seu amigo e condiscípulo Eusébio, bispo de Nicomédia. O bispo Alexandre escreveu, para prevenir o seu rebanho e os demais bispos, uma epístola encíclica (Socr., HE 1, 6), explicando os acontecimentos e comunicando a sua sentença. Mas também Ario não

descansou. Ainda antes de chegar a Nicomédia, escreveu uma carta ao bispo de Nicomédia, lançando calúnias contra Alexandre e adaptando fórmulas católicas à sua própria doutrina errônea. Chegado a Nicomédia, fez seguir a sua obra principal, *Thalia*, em prosa e poesia, para propagar a sua doutrina.

441. Esta é um orgulhoso racionalismo. Despreza a Tradição eclesiástica e nega o caráter sobrenatural da doutrina cristã. As teses principais são as seguintes: Há um só Deus de unidade absoluta. A ele é essencial o não ser criado e o não ser gerado. Daí se segue que o Filho não é Deus. Ele foi criado pela vontade do Pai (*ποίημα, κτίσμα τοῦ πατρός, ἐξ οὐκ ὄντων ἐστίν*). Por isto, chama-se a doutrina também exuconcianismo. Sendo criado, embora antes do tempo, o Filho não é co-eterno. Houve um momento em que não existia. Pela mesma razão não é consubstancial ao Pai. Todavia, o Filho é superior a todas as outras criaturas, imediatamente criado pelo Pai, e criador de todas as outras coisas. Pode ser chamado até Deus, mas num sentido impróprio. Não é Filho de Deus segundo a natureza, mas de adopção.

442. Esta doutrina, embora absurda, espalhou-se ràpidamente, porque, de um lado, gozava dos favores da corte imperial e dos origenistas, inimigos do sabelianismo; de outro lado, ressentia-se de elementos gnósticos e neoplatônicos, atraindo assim fàcilmente os que procuravam uma aproximação do cristianismo ao paganismo. O racionalismo da teoria ariana dava uma resposta fácil ao problema da relação entre o Pai e o Filho; e uma hábil propaganda fez o resto para conquistar multidões de sequazes. Durante a guerra liciniana, Ario voltou a Alexandria, onde não só melecianos, separados do bispo Alexandre, mas também católicos, clérigos e leigos lhe aderiram. O seu principal sectário, porém, continuou a ser Eusébio de Nicomédia, pelo que os arianos, pouco a pouco, passaram a chamar-se de eusebianos.

443. A controvérsia ia agitando, mais e mais, a sociedade, quando Constantino, apenas terminada a guerra com Licínio, interveio para acalmar os ânimos e enviou o bispo Hósio de Córdova para mediar entre Alexandre e Ario. Hósio compreendeu perfeitamente a importância da contro-

vérsia, e Constantino, por ele informado, convocou o **1.º concílio ecumênico** a celebrar-se em Nicéia (325). O papa Silvestre deu o seu consentimento, enviando os seus legados, dois presbíteros romanos, para presidir ao concílio, juntamente com Hósio.

Estiveram presentes 318 (?) bispos e outros clérigos e leigos (Athan., Ep. ad Afros 2). O próprio Constantino abriu a assembléia, exortando os conciliares a conservar a unidade, e entregou os negócios aos presidentes (Eus., Vita 3, 12-13). Ario, apoiado por dezessete bispos eusebianos, havia exposto a sua doutrina nas sessões preparatórias. Mas na primeira sessão solene já ninguém mais ousou defender abertamente as suas opiniões, senão dois bispos da Líbia, Téonas e Segundo.

444. Todavia, seguiram-se longas e acaloradas discussões, nas quais se distinguiram como defensores da ortodoxia os bispos Marcelo de Ancira e Eustácio de Antioquia, e, mais do que todos, o jovem diácono Atanásio de Alexandria. Um símbolo, proposto por Eusébio de Nicomédia, e um outro, redigido por Eusébio de Cesaréia, que por seus termos podia ser explicado tanto em sentido ortodoxo como em sentido herético, foram rejeitados. Os padres conciliares exigiram termos claros e precisos.

445. Finalmente, foi composto, provàvelmente por Hósio e Atanásio, o **símbolo niceno** (DB 54) que definiu e frisou bem claramente a doutrina católica: "Cremos... em um só Senhor Jesus Cristo, Filho unigênito de Deus, nascido do Pai, i. é, da substância do Pai, Deus de Deus, Luz de Luz, verdadeiro Deus de Deus verdadeiro, gerado, não feito, consubstancial *(ὁμοούσιος)* ao Pai". Acentua-se principalmente esta palavra, negação mais terminante da heresia. Toda a fórmula exprime, do modo mais perfeito, a fé ortodoxa: unidade numérica da essência e pluralidade das pessoas divinas. No fim, foram condenadas as proposições principais de Ario; e aí existe, infelizmente, um defeito no emprego dos termos *οὐσία* e *ὑπόστασις*, que se tomam, como sinônimos, no sentido de essência, o que podia levar, e, de fato, levou a desinteligências.

446. O concílio tratou também da celebração da Páscoa e do cisma meleciano; e redigiu vinte cânones disciplinares, que dizem respeito à admissão dos clérigos, às

chamadas "subintroductas", à sagração dos bispos e sua confirmação pelo metropolita, à reconciliação dos excomungados, aos direitos patriarcais de Alexandria, Roma e Antioquia e a outros pontos da disciplina eclesiástica. Estes cânones foram declarados, pelo imperador, leis civis e, por isso, chamados "nomocânones" (Eus., Vita 3, 17-21).

447. Todas as resoluções do concílio foram quase unânimemente aceitas. Só Téonas e Segundo negaram-se a assinar e, com o heresiarca, foram mandados para o desterro. A mesma sentença foi aplicada, três meses depois, a Eusébio de Nicomédia e a Téognis de Nicéia, que tornaram a defender a Ario e obstinaram-se a não romper as relações com os excomungados. Os escritos de Ario e de seus amigos foram lançados ao fogo.

448. A controvérsia estava, pois, resolvida; mas não estava terminada a luta. Pelo contrário, o zelo que Constantino mostrava em executar as disposições do concílio, em breve, arrefeceu, e os hereges conseguiram influenciá-lo, mais e mais. Os desterrados, por mediação de Constância, irmã do imperador e viúva de Licínio, voltaram do exílio. Eusébio e Téognis foram até reabilitados nas suas sedes.

Animados por tal sucesso, empreenderam logo a luta contra a fé nicena, embora só indiretamente, perseguindo os defensores da ortodoxia. Já em 330, foi deposto e exilado Eustácio de Antioquia, medida esta que acarretou um longo cisma na Igreja antioquena. Mas o alvo principal dos ódios arianos foi o grande Atanásio, cuja causa, de ora em diante, pode ser identificada com a da ortodoxia.

449. **S. Atanásio,** nascido em Alexandria, pelo ano de 295, estudou na célebre escola da sua cidade natal. Foi ordenado diácono e logo escolhido para secretário do bispo Alexandre. Este levou-o consigo ao concílio de Nicéia, do qual veio a ser a alma. Três anos depois, faleceu Alexandre, e Atanásio foi eleito sucessor. Pelo espaço de quase meio século, dirigiu, com ânimo inflexível, os destinos da Igreja do Egito, baluarte inabalável e defensor intrépido da fé nicena.

450. Contra ele dirigiram-se os ataques mais veementes dos arianos. Eusébio não só moveu dúvidas contra a validade da sua eleição e sagração, mas exigiu também que Ario fosse reabilitado na Igreja de Alexandria. Como o he-

resiarca simulasse uma fé ortodoxa, Constantino ordenou a Atanásio que o recebesse na sua comunhão. Atanásio, porém, negou-se terminantemente.

Eusébio, por seu lado, não descansou. Aliou-se com os melecianos, que levantavam contra Atanásio falsas acusações. Atanásio soube justificar-se de tal modo, que o imperador não pôde deixar de reconhecer a sua inocência.

451. Mas seguiram-se outras calúnias. Acusaram o bispo confessor de ter ordenado ao presbítero Macário que derrubasse o altar e quebrasse o cálice do sacerdote meleciano Isquiras. Acusaram-no ainda de ter assassinado o bispo egípcio Arsênio, igualmente meleciano, de ter cometido adultérios e outros crimes.

Para responder a estas acusações, o santo teve de comparecer num sínodo de Tiro (335), onde, apesar da sua brilhante defesa, foi pronunciada contra ele a deposição. O imperador, movido ainda por outras maquinações, desterrou o grande bispo para Treves; julgava talvez não poder, de outro modo, restabelecer a paz religiosa.

452. *a.* Logo depois desta vitória, os eusebianos celebraram outro sínodo, em Constantinopla, onde foi deposto o bispo Marcelo de Ancira, terceiro defensor do niceno. Acusaram-no, infelizmente não sem motivo, de sabelianismo.

b. Mas as tentativas de Eusébio de reintegrar, finalmente, seu amigo Ario foram frustradas pela Providência divina. Quando o heresiarca já estava para entrar na igreja de Constantinopla, surpreendeu-o, de repente, uma morte trágica (336; Ath., Ep. ad Ser. de morte Arii, 2-4). Parece que Constantino, movido pelo fim trágico do herege, resolveu chamar do desterro o bispo-confessor. Depois da sua morte, fizeram-no seus filhos, cumprindo a última vontade do pai.

453. Mas nem assim descansaram os eusebianos. No novo imperador do oriente, Constâncio, encontraram um dócil instrumento. Atanásio teve de fugir, novamente, e retirou-se para Roma, enquanto que o capadócio Gregório, acompanhado de forças armadas, entrou na cidade e na catedral de Alexandria. O papa **Júlio I** (337-52), porém, declarou injusta a deposição de Atanásio e de Marcelo, cuja profissão de fé admitia, ao menos, uma interpretação ortodoxa, e comunicou a sua sentença aos bispos do oriente, reunidos num sínodo "in encaeniis" de Antioquia (341). Estes não só negaram obediência ao papa, mas, propondo a um tempo três fórmulas de fé, aumentaram ainda mais a confusão.

454. A diversidade das fórmulas manifestou com evidência que a heresia começava a dissolver-se. Formava-se o semi-arianismo. Todas as três fórmulas aproximam-se, mais ou menos, da fé nicena. Pouco depois, faleceu Eusébio, desde 337 bispo de Constantinopla. A sua morte foi provàvelmente motivo de crescente moderação de uma parte dos seus sectários. Numa quarta fórmula antioquena negaram as proposições de Ario, condenadas pelo niceno, deixando, porém, de lado a palavra "homoúsios".

455. A confusão dogmática e as discórdias, causadas pela morte de Eusébio, reclamavam um novo sínodo. A pedidos de Constante, imperador do ocidente, Constâncio, senhor do oriente, convocou os bispos a reunir-se em Sárdica (343), a hodierna Sófia na Bulgária, pertencente então ao império oriental, mas ao patriarcado de Roma.

Este **sínodo de Sárdica,** na intenção do papa Júlio I, não devia ser ecumênico; mas, por circunstâncias infelizes, veio a sê-lo. Reuniram-se cerca de 170 bispos. Hósio foi nomeado presidente. Compareceram também Atanásio e Marcelo, admitidos logo pelos defensores do niceno. Mas foi este o motivo de se retirarem 76 bispos eusebianos, que em Filipópolis, como Sócrates escreve (HE 2, 20), ou, segundo opinião recente, num conciliábulo de Sárdica, pronunciaram o anátema, não só contra Atanásio e Marcelo, mas até contra o papa e os demais bispos ortodoxos. Os Padres do concílio legítimo, por seu turno, excomungaram os chefes dos eusebianos, justificaram, mais uma vez, Atanásio e Marcelo, e estabeleceram vinte cânones, atribuindo ao papa o direito de apelação e, por conseguinte, o primado de jurisdição (cc. 3-5), que os orientais começavam a negar (DB 57b-d).

456. Deste modo, a discórdia se agravou, ao invés da união que se procurava. Todavia, por influência de Constante, Atanásio pôde voltar para a sua sede, depois da morte do intruso Gregório († 346). Mas, em 348, os adversários fizeram-lhe novas acusações. Escreveu então a sua *Apologia contra arianos* e, para dar armas também a seus ami-

gos, redigiu, dois anos depois, *De decretis Nicaeni synodi.* Infelizmente, o imperador católico perdeu, neste ano, trono e vida, e Constâncio, desde 351 senhor de todo o império, parece ter projetado elevar o arianismo a religião do Estado.

457. Logo, no mesmo ano, reuniu o **1.º sínodo de Sírmio** (hoje Mikrovicza) na Panônia, onde então residia. Uma nova fórmula de fé condenava o arianismo puro, mas suprimia também o "homoúsios". Atanásio não a reconheceu e, por isto, renovaram-se contra ele os ataques. O papa Libério (352-66), em vão, o defendeu. Os sínodos de Arles (353) e Milão (355), constrangidos por Constâncio, assinaram a deposição do intrépido confessor. Os bispos que se negavam a reconhecer a sentença injusta, como Paulino de Trèves, o quase centenário Hósio, Eusébio de Vercelli, Hilário de Poitiers e Dionísio de Milão, foram desterrados. Um ariano, Auxêncio, foi nomeado bispo de Milão.

Atanásio viu-se obrigado a fugir ao deserto, para salvar a sua vida; a sua sede foi acintosamente ocupada pelo capadócio Jorge. No exílio, o grande bispo escreveu muitas obras em defesa da verdade, sobretudo *Orationes quatuor contra Arianos* e *Historia Arianorum*. Foi a este tempo que escreveu também a Vida de S. Antônio do Egito e um tratado sobre a virgindade.

458. Entretanto, os eusebianos não se deram ainda por contentes. Projetaram atrair à sua causa o próprio bispo de Roma. Os seus esforços tiveram por resultado o que chamamos de **Questão Liberiana.** O papa Libério resistiu inflexìvelmente às maquinações dos arianos e do imperador, repreendeu severamente o seu legado, Vicente de Cápua, que no sínodo de Arles assinara a condenação de Atanásio, e negou aos arianos a comunhão eclesiástica.

Mas, certa noite, pelo fim de 355, apareceu em Roma o eunuco Eusébio que o prendeu e o levou a Milão, onde residia então o imperador. Também na presença de Constâncio, Libério mostrou-se intrépido defensor da fé e da causa de Atanásio. Por isto, teve de seguir o caminho do exílio para Beréia. Em seu lugar foi sagrado bispo o arcediago Félix, que na série dos papas aparece errôneamente como Félix II. O povo, porém, não reconheceu o intruso; e quando Constâncio, em 357, visitou a cidade eterna, pro-

meteu a libertação de Libério. Não quis, no entanto, libertá-lo, sem antes quebrar a sua resistência.

Dois anos já se achava o papa no exílio, quando teve um momento de fraqueza, como se exprime Atanásio, e outros escritores confirmam-no (Ath., Hist. Arian. 41; Hil., C. Const. imp. 11). Não sabemos, porém, seguramente, o que tenha feito; e antes de dar resposta ao problema liberiano, devemos conhecer o rumo que tomava o arianismo.

459. *a.* Os antinicenos triunfavam aparentemente. Até a este momento tinham-se limitado a pelejar contra o "homoúsios", pretextando combater o sabelianismo. Esta luta foi para eles o ponto de união. Como, porém, o erro é sempre multíplice, produto do subjetivismo, dividiram-se, depois da sua vitória, em vários partidos. Uns ensinavam que o Filho em nada é semelhante ao Pai. São os anomeus, extremistas, chefiados pelo diácono Aécio de Antioquia e pelos bispos Eunômio de Cízico e Acácio de Cesaréia. Outros ensinavam que o Filho é semelhante ao Pai. São os homeus.

b. Estes, por seu turno, subdividiram-se em dois partidos. Uns afirmavam que o Filho é semelhante ao Pai segundo a essência ou segundo tudo; e são estes os homeusianos ou, menos exatamente, os semi-arianos, chefiados por Basílio de Ancira. Macedônio de Constantinopla também pertence a eles. Outros atribuíam ao Filho uma semelhança só de vontade ou ação. Acácio de Cesaréia tornou-se chefe desta seita. Todos estes partidos combatiam-se acremente, começando assim a sua derrota.

460. No **2.º sínodo de Sírmio** (357), os extremistas redigiram uma fórmula, a segunda sirmiana, pela qual negavam igualmente o homousianismo e o homeusianismo, por não se encontrarem estes termos na Sagrada Escritura, e declararam o Filho subordinado ao Pai. Mas, já no ano seguinte, os semi-arianos condenaram aquela fórmula num sínodo de Ancira e substituíram-na, no **3.º sínodo de Sírmio,** pela terceira fórmula sirmiana, declarando o Filho semelhante ao Pai segundo a essência. O imperador aprovou-a. Esta fórmula outra coisa não vem a ser senão uma das fórmulas antioquenas de 341, à qual se ajuntaram diversas resoluções de outras assembléias e contém também o decreto do sínodo antioqueno de 268 contra Paulo de Samósata.

Deixando de lado o "homoúsios", é no resto anti-ariana e ortodoxa.

461. Foi esta a fórmula que o papa Libério teria assinado, como afirma Sozômeno (HE 4, 15), e com ele outros escritores. Outros, porém, o negam. Mas, ainda que assim fosse, não seria isto um argumento contra a infalibilidade do papa; pois Libério não negou o "homoúsios", e, além disso, não se trata de uma sentença "ex-cathedra".

Pelos meados de 358, o papa voltou para Roma. Constâncio mandou que governassem juntos Libério e Félix. Mas o povo não aceitou a sua ordem (Theod., HE 5, 18). Félix teve de retirar-se. A lenda deu-lhe errôneamente a honra de mártir.

462. Constâncio julgava certa a vitória de seu racionalismo. Para obter, finalmente, uma paz perfeita, quis convocar o concílio geral. Como os anomeus pressentissem uma provável união dos semi-arianos com os ortodoxos, aconselharam ao imperador, que dividisse o episcopado. Os ocidentais reunir-se-iam em **Rímini** e os orientais em **Seleucia** na Isáuria. E assim aconteceu. A fórmula a ser proposta aos conciliares é a chamada quarta sirmiana, obra dos anomeus. Revela-nos toda a insinceridade dos sectários. Mudando as expressões, mantinham a sua doutrina, dizendo ser o Filho em tudo semelhante ao Pai segundo as Escrituras. O imperador confirmou a fórmula e cuidou que fosse assinada por todos os conciliares.

463. O duplo sínodo realizou-se no ano de 359. Em Rímini reuniram-se cerca de 400 bispos, que, com poucas exceções, rejeitaram aquela fórmula, renovaram a decisão nicena e pronunciaram o anátema contra os anomeus. Mas uma pequena minoria se opôs, e quando os legados ortodoxos quiseram apresentar-se ao imperador, nem sequer foram admitidos em audiência. Levados à pequena cidade de Nice e atemorizados, aceitaram uma fórmula de fé que condizia melhor com os sentimentos dos extremistas. Esta fórmula foi chamada "nicena", para, como diz S. Atanásio, enganar os incautos (cfr. Theod., HE 2, 21; Socr., HE 2, 37). Enganados e atemorizados por embustes, violências e ameaças, quase todos os bispos reunidos em Rímini assinaram esta fórmula pseudonicena. Só poucos ajuntaram uma cláusula condenatória contra o arianismo.

Igual sorte teve a assembléia de Seleucia. Todos os conciliares foram obrigados a aceitar a fórmula de Nice. Só alguns poucos negaram-se constantemente a reconhecê-la, entre eles o papa Libério. S. Jerônimo pôde exclamar com toda a verdade: "Gemia o orbe todo e admirava-se de se ter tornado ariano" (Dial. adv. Lucif. 19).

464. Triunfaram, pois, mais uma vez, os antinicenos. Mas foi também a sua última vitória. Em 361 morreu Constâncio. Juliano Apóstata chamou do exílio todos os desterrados. Também Atanásio voltou para Alexandria, onde logo celebrou um sínodo (362), condenando novamente o arianismo. Por sua sábia moderação conseguiu também que muitos heréticos voltassem ao seio da Igreja. No mesmo sentido trabalharam S. Cirilo de Jerusalém, os três grandes grandes bispos da Capadócia, Basílio Magno, Gregório Nazianzeno e Gregório de Nissa, S. Hilário de Poitiers e os papas Libério e Dâmaso I (366-84). A fé nicena ia ganhando terreno em toda parte.

465. Entretanto, Atanásio teve de fugir, mais uma vez, para os monges do Egito, provàvelmente por motivo das muitas conversões que fazia entre os pagãos. Assim refere Sozômeno (HE 5, 14). Teodoreto acrescenta que tão grande foi o ódio do Apóstata, que deu ordem de matá-lo (HE 3, 9). Quando, depois da morte de Juliano e do breve reinado de Joviano, o imperador Valente, ariano extremista, subiu ao trono do oriente, os ortodoxos sofreram a última perseguição por parte dos sectários de Ario, e com eles também os semi-arianos. Estes inclinaram-se, em grande parte, a aceitar o "homoúsios" e uniram-se realmente com Libério (366). Atanásio, exilado pela quinta vez, foi em breve chamado do desterro, porque o decreto de Valente provocara no Egito uma agitação ameaçadora. Desde então, aquela alma admirável de Pai da Igreja egípcia teve paz até à morte († 373).

466. Valente morreu trágicamente durante a guerra com os godos; e com ele o arianismo perdeu o último protetor no trono imperial. Graciano, imperador do ocidente, era profundamente católico, e, desde logo a seu lado o grande Ambrósio trabalhou incansàvelmente para restabelecer a unidade da fé. No oriente, surgiram, depois da morte de Atanásio, os grandes neonicenos, Basílio Magno, Gregório Na-

zianzeno e Gregório de Nissa, que, definindo mais claramente a terminologia *(μία οὐσία, τρεῖς ὑποστάσεις)*, muito contribuíram para a restauração da paz religiosa.

467. Quando, finalmente, Teodósio Magno subiu ao trono imperial do oriente, era selada a sorte do arianismo. Procedeu com rigor contra a heresia. Em 379, chamou Gregório Nazianzeno à sede episcopal de Constantinopla, a fim de restabelecer a fé ortodoxa. Todas as igrejas da capital achavam-se, nesse momento, ainda nas mãos dos arianos. Teodósio obrigou os hereges a entregá-las todas aos católicos.

Finalmente, convocou o **concílio de Constantinopla** (381), reconhecido, mais tarde, como 2º ecumênico. Ali foi aprovado o niceno e condenado, mais uma vez, solenemente, o arianismo, e com ele também o pneumatomaquismo e todas as heresias semelhantes. O fruto permanente do concílio foi o símbolo niceno-constantinopolitano.

O erro não ficou, contudo, inteiramente extirpado. Antes pelo contrário, foi precisamente nesse tempo que começou a apoderar-se dos povos germânicos, que já iniciaram as suas invasões no império romano.

Eus., Vita Constantini. — Obras de S. Atanásio, PG 25-28. — *Hefele*, Konziliengeschichte I, 2. ed. 252 ss. — *Schwane*, Dogmengeschichte der patristischen Zeit ,2. ed. Freiburg 1895. — *Tixeront*, Histoire des dogmes II. — *Lauchert*, Athanasius der Grosse, Koeln 1911. — *Ehrhard*, Die kath. Kirche im Wandel der Zeiten und der Voelker, I, 2, 1: Die griechische und die lateinische Kirche, Bonn 1937.

§ 45. O macedonianismo e controvérsias contemporâneas

468. **O macedonianismo** ou maratonianismo foi uma lógica consequência do arianismo. Ario declarara que o Filho era criado do nada, feito pela vontade do Pai, e que, por seu turno, era o autor de todas as outras criaturas. Por conseguinte, o Espírito Santo devia ser considerado como criatura do Filho, inferior a ele. De fato, ainda que no princípio não se tenha discutido esta questão, porque todo o interesse dos teólogos se concentrava no problema da relação entre o Pai e o Filho, começou, pelos meados do século IV, também esta controvérsia a agitar os espíritos.

469. **Macedônio,** bispo homeusiano de Constantinopla,

foi, ao que parece, o primeiro a proferir abertamente esta heresia. Depois da sua morte, o bispo Maratônio de Nicomédia tornou-se seu principal defensor. De ambos a seita dos "pneumatômacos" herdou os nomes.

O maior adversário da nova heresia foi aquele que já na luta ariana tinha sido o mais estrênuo defensor da ortodoxia, S. Atanásio. Em quatro cartas a Serapião de Tmuis (358) defendeu a divindade do Espírito Santo e a sua consubstancialidade com o Filho e com o Pai. O sínodo de Alexandria de 362 pronunciou-se no mesmo sentido. Depois de Atanásio, declararam-se contra os macedonianos os grandes bispos da Capadócia, S. Basílio Magno, Gregório Nazianzeno e Gregório de Nissa, Ambrósio de Milão e outros Padres, como também diversos sínodos, principalmente o **1.º concílio de Constantinopla** (381).

470. Este concílio, de início, foi apenas um sínodo geral do oriente. Mais tarde, foi reconhecido como concílio ecumênico, embora não estivesse presente nenhum bispo ocidental, nem o papa Dâmaso enviasse seus representantes. Estiveram presentes 150 bispos ortodoxos e 36 pneumatômacos. Presidiu-o, no princípio, o bispo Melécio de Antioquia e, depois da morte dele, S. Gregório Nazianzeno e, finalmente, Netário de Constantinopla.

471. *a*. Os Padres conciliares aceitaram, com algumas modificações, o símbolo batismal de S. Epifânio (Ancor. 119-20), que reproduz quase verbalmente o símbolo niceno, acrescentando no 3º artigo contra os pneumatômacos estas palavras: "Cremos... também no Espírito Santo, que é Senhor e dá vida, e procede do Pai e do Filho, e com o Pai e o Filho deve ser adorado e glorificado, e que falou pelos santos profetas". Acresceram ainda os artigos que dizem respeito à una, santa Igreja católica, ao batismo para remissão dos pecados, à ressurreição dos mortos e à vida eterna.

b. Deste modo, o símbolo "niceno-constantinopolitano" é a coroação do niceno. Veio a ser reconhecido na Igreja universal logo que o concílio alcançou foros de sínodo universal. Tal aconteceu no oriente no concílio de Calcedônia (451), e no ocidente um século depois.

c. No entanto, a questão não estava ainda perfeitamente resolvida. Os heréticos tinham ensinado, que só o Pai é

Deus no sentido próprio da palavra, e que o Filho é criatura do Pai, o Espírito Santo, criatura do Filho. Por isto, os Padres de Nicéia acentuaram a consubstancialidade do Filho com o Pai, os Padres de Constantinopla, o procedimento do Espírito Santo da essência do Pai. Faltava ainda a resposta ao problema da relação entre o Espírito Santo e o Filho, questão esta que, mais tarde, daria motivo de acérrimas controvérsias entre as Igrejas oriental e ocidental.

472. No concílio de Constantinopla foram redigidos ainda três cânones, não reconhecidos, porém, pela Igreja ocidental. Um deles tratava do patriarca de Constantinopla, ao qual se atribuía uma primazia de honra logo depois do bispo de Roma; mais um passo para o futuro cisma oriental.

473. **O cisma antioqueno.** — A luta ariana teve por consequência diversas controvérsias e cismas, particularmente os dois cismas antioqueno e romano. Quando, em 330, o bispo Eustácio de Antioquia foi deposto e desterrado, uma minoria da comunidade antioquena lhe ficou fiel, não reconhecendo os bispos arianos que lhe sucederam. Estes eustacianos, chefiados pelo presbítero Paulino, mantiveram-se também depois da morte do bispo exilado. A maioria seguiu, porém, aos bispos arianos, embora muitos não professassem a fé ariana.

474. Em 360, arianos e ortodoxos não-eustacianos elegeram, de comum acordo, a Melécio, até então bispo de Sebaste, julgando cada um dos partidos ser Melécio partidário do seu credo. No entanto, já no discurso inaugural, o novo bispo manifestou-se, no essencial, partidário da fé nicena. Por isto, foi deposto pelo imperador Constâncio. Muitos, porém, conservaram-lhe fidelidade, e, no reinado de Juliano, pôde voltar à sua sede.

Os melecianos procuraram então unir-se com os eustacianos. Mas, como Melécio fosse eleito por arianos, os eustacianos negaram-lhe o reconhecimento. A isto os levou também o emprego diferente da terminologia teológica. Paulino, tomando a palavra "hypóstasis" no sentido de essência, como os nicenos primitivos, ensinava uma hipóstase em Deus, enquanto que Melécio, tomando a palavra no sentido de pessoa, como os neonicenos, ensinava três hipóstases. Assim aconteceu que, ao lado do arianismo, havia, em Antioquia, dois partidos ortodoxos (cisma meleciano).

475. Em 362, Paulino foi sagrado bispo pelo legado pontifício Lucífero de Cágliari e, como seu sucessor Evágrio (388-93), reconhecido no ocidente, enquanto que Melécio e seus sucessores foram reconhecidos no oriente. E' verdade que os dois partidos fizeram um compromisso de se unirem depois da morte de um dos bispos. Mas o compromisso não foi observado. O papa Dâmaso I, movido por Basílio Magno, começou, desde 375, a inclinar-se para o lado dos melecianos. Não obstante, prolongou-se a cisão até ao ano de 415. Os últimos eustacianos uniram-se pelo ano de 482.

476. **O cisma romano** ou feliciano. — Quando o papa Libério, no ano de 355, foi desterrado para Beréia, o clero romano jurou-lhe fidelidade. Todavia, quando à proposta de Constâncio foi sagrado bispo Félix II, a maioria do clero reconheceu o intruso. O povo, porém, ficou fiel a Libério e, quando este, depois de três anos, voltou do seu desterro, Félix teve de deixar o seu posto. Depois de uma tentativa frustrada de reconquistar a sé apostólica, morreu no esquecimento (365).

Estes fatos históricos foram, em seguida, obscurecidos pela lenda que fez de Libério um herege e de Félix um papa legítimo e santo.

477. Libério acolheu com clemência a quantos felicianos a ele se reuniram arrependidos. Este seu proceder indulgente deu motivo a um novo conflito. Logo depois da sua morte, foi eleito pela maioria do clero o papa Dâmaso I (366-84). Mas, um partido rigorista opôs-lhe o antipapa Ursino. Este foi desterrado, no ano seguinte, para Colônia. Contudo, passaram ainda quinze anos, sem que cessassem de todo os distúrbios.

478. **Cisma luciferiano.** — O bispo Lucífero de Cágliari na Sardenha, defensor apaixonado do niceno, foi desterrado por Constâncio. No exílio dirigiu diversos escritos polêmicos ao imperador (PL 13). Em 362, sagrou precipitadamente o presbítero Paulino para bispo dos eustacianos e não aprovou a indulgência que S. Atanásio mostrava aos homeusianos, no sínodo do mesmo ano, que, por sua vez, não aprovava a sagração de Paulino. Lucífero separou-se então dos outros bispos católicos. O cisma teve sectários na Sardenha e na Espanha. No século V, desapareceu da história.

479. **Marcelo de Ancira** distinguira-se igualmente na luta contra os arianos. Mas a sua doutrina trinitária ressente-se de sabelianismo. A divindade lhe é uma mônade; só pela economia da salvação é que vem a ser uma trindade. Pela criação, o Logos, impessoal, emanou do Pai e tornou-se pessoa pela encarnação. O Espírito Santo procedeu do Pai e do Filho no momento em que desceu sobre os apóstolos. No fim do mundo, o Filho e o Espírito Santo tornarão a ser com o Pai uma e a mesma pessoa.

Condenado já pelos arianos, Marcelo viu-se, em seguida, abandonado também pelos ortodoxos, sobretudo, quando Fotino de Sírmio, discípulo de Marcelo, transformou a sua doutrina em monarquianismo ebionítico.

480. Os **messalianos** ou orantes ou euquitas, espécie de quietistas, influenciados provàvelmente pelos maniqueus, viam na oração contínua o único meio da salvação. Pelos meados do século IV, espalharam-se na Mesopotâmia e, mais tarde, na Ásia Menor. O concílio de Éfeso lançou contra eles o anátema. Todavia, mantiveram-se, ao que parece, até à idade-média.

481. Os **antidicomarianitas** negavam a virgindade de Maria Santíssima e afirmavam que ela tinha mais de um filho, fruto da união com S. José. Os **coloridianos,** pelo contrário, adoravam Maria Santíssima como deusa, dedicando-lhe uma liturgia própria, com sacrifícios de bolos *(κολλορίδες)*. A seita teve origem na Arábia, e compunha-se quase exclusivamente de mulheres, que se diziam sacerdotisas de Maria.

482. Os sectários de **Aério,** diácono de Sebaste, negavam a distinção entre bispos, sacerdotes e diáconos, como também a utilidade da oração e das boas obras pelos defuntos.

483. **Prisciliano,** leigo rico, asceta, erudito da Espanha, fundou, no último quartel do século IV, uma seita semelhante ao montanismo, misturada com elementos maniqueus. Negava a criação do mundo por Deus, a unidade do Deus do Novo e do Antigo Testamento, a ressurreição da carne e o matrimônio. A sua doutrina trinitária é sabeliana, a sua cristologia, docética.

Sagrado bispo de Ávila, espalhou a sua doutrina na Espanha e na Aquitânia. Mas o sínodo de Saragoça (380) excomungou a seita. O usurpador Máximo fez executar a Prisciliano e alguns sectários (385); e é este o primeiro exemplo da pena capital aplicada a um herege. Alguns bispos aprovaram-na. Mas S. Martinho de Tours protestou. S. Ambrósio e o papa Sirício condenaram a sentença.

A seita, no entanto, multiplicou-se, e a invasão dos povos germânicos favoreceu a sua difusão. Só desde o sínodo de Braga de 561, começou a desaparecer da história. Restos do priscilianismo conservaram-se ainda por longos séculos. Adopcianismo e catarismo ressentem-se de suas idéias.

Hefele, Konziliengeschichte II, 1 ss. — *Tixeront,* Histoire des dogmes II, 67 ss; 231 ss. — *Cavalera,* Le schisme d'Antioche, Paris 1905. — *Funk,* Abhandlungen und Untersuch. I 391 ss. — *Thoernell,* Studia Luciferiana, Uppsala 1934. — *Babut,* Priscillien et le Priscillianisme, Paris 1909.

§ 46. O apolinarismo e a controvérsia nestoriana

484. *a.* O arianismo não só negara a divindade do Logos, mas também a alma humana em Jesus Cristo. Deste modo, antolhou-se, já aos teólogos nicenos, o problema da relação entre a natureza divina e humana em Cristo. Mais concretamente apresentou-se o problema aos teólogos posteriores. Da sua solução depende outro, o problema da salvação.

b. **Apolinário** de Laodicéia († 392), aliás um dos principais defensores da fé nicena, julgava não poder salvar a perfeita divindade de Jesus Cristo, senão sacrificando a perfeita humanidade. Concordava, neste ponto, ao menos em parte, com os arianos. Ensinando a tricotomia platônica, concedia a Cristo só a alma sensitiva, negando-lhe a alma racional, substituída, como dizia, pelo Logos. Parecia-lhe necessária tal modificação da natureza humana de Cristo, para compreender tanto a impecabilidade, como também a unidade da sua pessoa. Pois onde há um homem perfeito, dizia, há também pecado; e como o pecado tem a sua origem na vontade, ou seja na alma humana, esta deve ser negada em Jesus Cristo. Além disso, Apolinário identificava a natureza e a pessoa, e dizia que dois seres perfeitos, Deus e homem, não podem fundir-se num só; em Cristo há, portanto, uma pessoa e também uma só natureza.

c. Aqui já encontramos a doutrina do monofisitismo.

Considerando-a, o concílio de Constantinopla de 381, mais uma vez, definiu: Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem; e no seu 1º cânon lançou o anátema contra os apolinaristas.

485. Surgia agora a questão sobre o modo de se unirem as duas naturezas para formar o Homem-Deus. Duas respostas errôneas foram dadas, uma pela escola antioquena, outra pela escola alexandrina. Ambas visavam, em oposição a Apolinário, salvaguardar a perfeita humanidade e, em oposição ao arianismo, a perfeita divindade. Na solução do problema, as duas escolas seguiram rumos opostos. A escola alexandrina, acentuando demasiadamente a unidade da pessoa, chegou a afirmar a unidade da natureza, o monofisitismo. A escola antioquena, acentuando demasiadamente a dualidade da natureza, acabou por ensinar a dualidade de pessoa, o nestorianismo.

486. A escola antioquena é representada pelos mais acres adversários de Apolinário, **Diodoro** de Tarso e seu discípulo **Teodoro** de Mopsvéstia († 428). Teodoro ensinava: as duas naturezas perfeitas de Jesus Cristo não se confundem, mas são unidas só externamente. Ora, segundo o princípio aristotélico, a natureza não é perfeita sem ser, ao mesmo tempo, pessoa. Logo, existem em Cristo duas pessoas, uma divina, outra humana.

Sendo assim, não pode haver verdadeira redenção, porque não há verdadeira encarnação do Logos, senão uma simples *ἐνοίκησις*. O Logos está no homem Cristo como a estátua no templo. Daí segue-se que Maria não pode ser chamada verdadeira Mãe de Deus, *ϑεοτόκος* mas simplesmente mãe do homem Cristo.

487. Esta heresia, a princípio só doutrina dos teólogos da escola antioquena, começou a inquietar os ânimos, quando **Nestório,** discípulo de Teodoro e monge de Antioquia, foi elevado à sede patriarcal de Constantinopla (428). Ocasião da controvérsia foi um sermão do presbítero Anastácio, que negava a Maria o título de *theotókos,* causando uma grave agitação entre o povo. Nestório defendeu o pregador, dizendo que de Maria nasceu só o homem Cristo, e negando a "communicatio ideomatum".

488. A atitude de Nestório foi extremamente perigosa. Já não era um simples sacerdote como Ario, nem um simples bispo quem falava; mas foi aquele que se considerava como primeiro bispo depois do de Roma.

Mas, logo, povo e clero levantaram-se em defesa da Mãe de Deus. Também bispos vizinhos, como Proclo de Cízico e Eusébio, mais tarde bispo de Dorileu, pregavam contra o heresiarca. Mais do que todos, porém, censurava **S. Cirilo** de Alexandria (412-44) a heresia, primeiro numa carta pascoal aos bispos do Egito e numa encíclica aos monges egípcios. Em seguida, dirigiu também duas cartas a Nestório, procurando convencê-lo do erro. Mas, em vão. Ambos dirigiram-se então ao papa.

489. *a.* Celestino I (422-32) convocou um sínodo para Roma (430), que se pronunciou contra Nestório, ameaçando-o da excomunhão, se não se retratasse. Cirilo foi encarregado de executar a sentença; e fixou a Nestório um prazo de dez dias para se retratar. Num símbolo e em doze anatematismos expôs, ao mesmo tempo, a doutrina católica e enviou-os a Nestório, para que os assinasse.

b. Mas Nestório tinha a seu lado o imperador Teodósio II, e a escola antioquena com o patriarca João de Antioquia e o douto Teodoreto, bispo de Ciro, e estava, por isso, bem longe de aceitar os anatematismos de Cirilo. Os antioquenos opuseram-lhes, pelo contrário, doze contra-anatematismos, acusando Cirilo de apolinarismo ou de dissimulado monofisitismo, porque ensinava uma união natural em Cristo. Tal expressão podia despertar a indignação dos antioquenos, que a tomavam no sentido de união em uma só natureza. Mas Cirilo a tomava no sentido de união das naturezas. E João de Antioquia parece não ter duvidado sèriamente da ortodoxia de Cirilo. Aconselhou até a Nestório que aceitasse com a maioria dos Padres o "theotókos".

490. *a.* No entanto, o patriarca de Constantinopla e seus sectários já tinham conseguido de Teodósio II a convocação do **concílio de Éfeso** (431), que veio a ser um verdadeiro triunfo da Mãe de Deus. Estavam presentes S. Cirilo, com cinquenta bispos do Egito, Agamemnon de Éfeso com quarenta sufragâneos e doze bispos da Panfília, e muitos outros. João de Antioquia retardou, de propósito, a sua chegada por não querer assistir à condenação de seu amigo Nestório. Nem os legados pontifícios chegaram a tempo, retidos por violenta borrasca. Por isto, Cirilo, sentindo-se

como representante do papa, declarou, finalmente, aberto o concílio, apesar dos protestos do comissário imperial, Candidiano, e de numerosos bispos.

b. O concílio teve lugar na basílica mariana de Éfeso. Nestório, que viera a Éfeso com dezesseis sufragâneos, foi, por três vezes, convidado a comparecer; mas em vão. Os 198 conciliares começaram, por isto, os seus trabalhos. Consultaram os Santos Padres e as atas dos concílios anteriores, verificaram o erro de Nestório e frisaram bem clara a doutrina católica: Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. De Maria não nasceu a divindade, mas tampouco a simples humanidade. O que dela nasceu é a segunda pessoa da Santíssima Trindade, verdadeiro Deus. Finalmente, o heresiarca foi deposto e excomungado. O povo cristão jubilava (Cyr., Ep. ad Alexandr.; L III, 533; 574).

491. *a.* Mas o júbilo dos católicos transformou-se, bem depressa, em tristeza e aflição. Pois, chegado, enfim, João de Antioquia, este celebrou com os seus quarenta e três bispos um conciliábulo, condenando o concílio feito e declarando depostos Cirilo e Agamemnon. Candidiano, comissário imperial, passou para o seu lado e escreveu a Teodósio II a favor dos antioquenos.

b. Cirilo, porém, abriu a segunda sessão, na qual tomaram parte também os legados pontifícios que, depois de terem recebido as atas, aprovaram o concílio, anularam a sentença de João e o excomungaram. Ambos os partidos enviaram então relações ao imperador, que, depois de longas dúvidas e hesitações, movido especialmente por sua irmã Pulquéria, confirmou, finalmente, as decisões do concílio legítimo. Nestório foi condenado a retirar-se para o seu mosteiro. Mais tarde, foi desterrado para o Egito († 451), e seus escritos, lançados ao fogo.

c. O infeliz patriarca foi uma figura trágica. Sem dúvida, podemos conceder-lhe uma boa intenção. Pouco antes da sua morte, acusando, mais uma vez, o concílio de Éfeso, atestou a sua fé ortodoxa, empregando no fim palavras comoventes de reconciliação e de caridade para com os seus adversários.

492. Os antioquenos, por seu lado, protestaram contra a deposição de Nestório. Vendo-se, porém, abandonado por quase todas as Igrejas, João de Antioquia enviou, dois anos

depois, a Cirilo uma fórmula de fé ortodoxa, o chamado símbolo efesino, restabelecendo-se assim, ao menos em geral, a paz religiosa.

Mas com a reconciliação de Cirilo e João não terminou ainda completamente o conflito. Muitos antioquenos separaram-se de João, pelo que este, apoiado pelo imperador, procedeu contra eles com rigor. Nem assim submeteram-se todos. Como os livros de Nestório tivessem sido queimados, propagaram os escritos de Diodoro de Tarso e de Teodoro de Mopsvéstia. Edessa ficou sendo o centro da agitação. Rabulas, bispo desta cidade, os combateu, e o imperador Zenão (474-91) fechou a sua escola (489). Suprimidos no império, os nestorianos emigraram para a Pérsia, onde o bispo Barsumas de Nísibis (450-95) foi seu primeiro chefe. O metropolita Babeus de Seleucia Ctesifonte (497-503) separou-se formalmente da Igreja do império, formando uma Igreja nacional-persa e chamando-se a si mesmo de (patriarca) "católico".

493. A heresia difundiu-se, em seguida, na Arábia e no sul e leste da Ásia, chegando até às Índias e à China. Só no século XIV, começou a dissolver-se rápida e constantemente, devido às crueldades dos mongóis e às perseguições do islão. Muitos também voltaram ao seio da Igreja. Uns cem mil nestorianos mantiveram-se no Kurdistão até aos nossos dias. O patriarca era, até 1919, ao mesmo tempo, seu chefe político. Mas durante a primeira guerra mundial sofreram bastante e, em 1933, foram dizimados cruelmente pelos maometanos do Irak.

Fora deles existem outros tantos "cristãos caldaicos", unidos com Roma. Também os cristãos de S. Tomé, que outrora se tinham unido aos nestorianos, voltaram quase todos (c. 530.000) à união com Roma.

Hefele, Konziliengeschichte II, 141 ss. — *Tixeront,* Histoire des dogmes II, 94 ss; III, 11 ss. — *Voisin,* L'Apollinarisme, Paris 1901. — *Lietzmann,* Apollinaris von Laodicea und seine Schule, Tuebingen 1904. — *Norwood,* The Heresy of Antioch, New York 1929. — *Joly,* Theotokos après le Concile d'Éphèse, Paris 1932. — *A. d'Alès,* Le dogme d'Éphese, Paris 1931. — *Hayes,* L'école d'Édesse, Paris 1930. — *Deneffe,* Scholastik 1933, 64 ss; 203 ss. — *Pesch,* Zur neueren Literatur ueber Nestorius (115. Erg.-heft zu StML), Freiburg 1914. — *Ehrhard,* Die kath. Kirche im Wandel der Zeiten und Voelker, I, 2, 1).

§ 47. O monofisitismo

494. Na luta contra Nestório foi estabelecida a união das duas naturezas de Jesus Cristo em uma só pessoa teândrica, ou seja o dogma da união hipostática. Mas alguns anti-nestorianos, chefiados por Êutiques, arquimandrita de Constantinopla, caíram no extremo oposto. Acentuando demasiadamente a unidade da pessoa e a natureza divina de Cristo, Êutiques ensinava: só antes da união da divindade com a humanidade podem admitir-se duas naturezas de Cristo. Depois da união não há senão uma só natureza. As duas naturezas confundem-se em uma só, ou transforma-se a natureza humana na divina.

Esta doutrina outra coisa não vem a ser, senão a cristologia extremista de Alexandria. Ela acentua o que em Cristo é divino; e daí se explica a sua vasta aceitação. Veio a ser a heresia mais popular do oriente.

495. Contra Êutiques surgiram logo os bispos Eusébio de Dorileu e Teodoreto de Ciro. Mas o maior defensor da fé católica contra o monofisitismo foi **S. Flaviano,** patriarca de Constantinopla. Convocou os bispos, que no momento se achavam na capital, para um sínodo (448), pelo qual o heresiarca foi deposto e excomungado.

Êutiques, porém, protestou contra a sentença e escreveu cartas ao papa, a Dióscoro, patriarca de Alexandria, sucessor indigno de Cirilo, e especialmente à corte imperial, onde Flaviano tinha não poucos inimigos. O próprio imperador, influenciado pelo partido eutiquiano, escreveu uma carta ao papa a favor do arquimandrita. **Leão I** (440-61), entretanto, ordenou que se lhe enviassem as atas do sínodo e, depois de as ter estudado, escreveu a sua célebre *Epistola dogmatica ad Flavianum* (PL 54, 755 A ss), explicação clara e nítida da doutrina católica sobre as duas naturezas de Jesus Cristo e a sua relação recíproca.

496. *a.* No entanto, a pedido de Êutiques e seus sectários, Teodósio II convocou um sínodo para Éfeso (449), confiando a presidência a Dióscoro, desde muito sectário do monofisitismo e rival de Flaviano. Leão I, só de mau grado, enviou os seus legados para presidirem ao sínodo. Dióscoro, não querendo entregar-lhes a presidência, desde o princípio violou todas as formalidades e, apoiado por seus 200

monges que consigo trouxera, fez sentir bruscamente a Flaviano a sua vingança.

b. As cartas do papa nem sequer foram lidas. Concedeu-se a palavra a Êutiques, mas não a seus adversários. Êutiques foi, como era de prever-se, declarado ortodoxo, porque afirmava admitir as definições do niceno e do efesino. Flaviano e Eusébio foram depostos. A mesma sorte coube a outros bispos que se tinham pronunciado contra Êutiques, ou passavam por nestorianos, como Teodoreto de Ciro, Ibas de Edessa e Domno de Antioquia. Dos 135 conciliares que se achavam presentes, muitos assinaram a sentença, outros foram maltratados, outros se esconderam. Flaviano, em breve, veio a falecer em consequência das violências que sofreu. Os legados pontifícios levantaram em protesto a sua voz; mas em vão. Só pela fuga escaparam dos tormentos. Teodósio II confirmou as atas do sínodo. Mas o papa condenou a assembléia, chamando-a de "latrocínio" (Ep. 95, 2). Dióscoro, por sua vez, excluiu o papa da comunhão eclesiástica.

497. Mas não durou muito o triunfo dos hereges. O papa, apenas recebida notícia daquelas cenas horrendas, celebrou um sínodo, anulou todas as atas de Éfeso, e escreveu cartas cheias de autoridade ao imperador, e negou-se a aprovar Anatólio, que tinha sido nomeado sucessor de Flaviano (Epp. 43 ss).

Quase ao mesmo tempo, houve uma grande mudança na corte imperial. **S. Pulquéria** foi proclamada Augusta. Morreu, pouco depois, Teodósio II, e Marciano (450-57), general valente e cristão ortodoxo, obteve com a mão de Pulquéria a coroa imperial. Logo os desterrados voltaram a suas sedes, e muitos renegados tornaram a unir-se com Roma. Também Anatólio pronunciou-se pela Epístola dogmática de Leão I e foi reconhecido pelo papa como bispo de Constantinopla.

498. *a.* Leão I reclamara, em cartas a Teodósio II e Pulquéria, a reunião de um concílio a realizar-se na Itália. Satisfeito pela mudança, julgou desnecessário e inoportuno tal concílio. Porém, o novo imperador, já antes de receber a carta do papa, convocara os bispos, primeiro para Nicéia e depois para Calcedônia.

b. Este **concílio de Calcedônia,** o 4º ecumênico, foi com

seus 630 conciliares o mais concorrido da antiguidade. Também o papa enviou, embora de mau grado, os seus legados na qualidade de presidentes. Marciano e Pulquéria tomaram igualmente parte nas sessões, ou em pessoa ou por seus oficiais. Na 6ª sessão, a própria imperatriz teve a presidência de honra.

499. *a.* Foram lidas duas cartas de Cirilo de Alexandria e, principalmente, a *Epístola dogmática* de Leão I, que se escutou com verdadeira emoção, aclamada pelos conciliares: "E' esta a fé dos Padres, a fé dos apóstolos, assim cremos todos nós. Pedro falou pela boca de Leão". Em seguida, foram reconhecidos como ecumênicos os concílios de Nicéia, Constantinopla e Éfeso, aprovados os dois símbolos de Nicéia e Constantinopla, anuladas as sessões do latrocínio, e foi deposto o patriarca Dióscoro.

b. Na base da *Epístola dogmática* foi redigida uma nova profissão de fé que definiu claramente a doutrina católica: "Um e o mesmo Filho unigênito, Jesus Cristo, Senhor nosso, em duas naturezas, consubstancial ao Pai segundo a divindade e consubstancial aos homens segundo a humanidade, sem confusão (contra Êutiques), nem transformação (contra Dióscoro), sem divisão nem separação (contra Nestório; DB 148). No fim ajuntaram-se 28 cânones, renovando e aumentando, no cân. 28, os direitos, que o concílio de Constantinopla concedera ao patriarca da capital. Mas os legados pontifícios protestaram, e o papa só aprovou as definições dogmáticas do concílio.

500. Marciano, por seu lado, condenou Dióscoro e Êutiques ao desterro e publicou severos decretos contra os sectários. Todavia, o monofisitismo perdurou, e os seus partidários chegaram até a apoderar-se, por algum tempo, de todos os patriarcados do oriente.

E' verdade que, como Marciano, assim também seu sucessor Leão I (457-74) apoiou a ortodoxia. Por isto, os três patriarcas monofisitas, Teodósio de Jerusalém, Pedro Eluro de Alexandria, e Pedro Fulo de Antioquia, não conseguiram manter-se na sua sede. Mas, depois da morte de Leão I, o usurpador monofisita Basilisco (475-76) reintegrou Eluro e Fulo e anatematizou a *Epístola dogmática* do papa Leão I; e ainda maior perigo ameaçou a paz religiosa, quando Pedro Mongo ocupou a sede patriarcal de Alexandria (481).

501. Juntamente com Acácio de Constantinopla, o novo patriarca alexandrino redigiu uma fórmula de união, chamada "henóticon" (482), pela qual julgava poder restabelecer a união dos monofisitas. Condenava Nestório e Êutiques, mas indiretamente também o concílio de Calcedônia. Proibia que se falasse de uma ou de duas naturezas e não permitia senão o símbolo niceno-constantinopolitano. O imperador Zenão (474-91) publicou o "henóticon" como lei, visando restabelecer assim a união religiosa.

Mas, na realidade, a fórmula de união não serviu senão para aumentar a confusão e as discórdias. Não só os católicos, mas também os monofisitas rigorosos repeliram-na e separaram-se do seu bispo Mongo, pelo que se chamavam "acéfalos". O chefe dos católicos, Talaja, fugiu para junto do papa Félix II (483-92); e este excomungou ambos os patriarcas, o que teve por consequência um rompimento entre o oriente e o ocidente.

502. O **cisma acaciano,** iniciado em 484, prolongou-se por todo o reinado do imperador Anastácio (491-518). As tentativas de reunião que se fizeram não surtiram efeito, porque o imperador simpatizava com os monofisitas. Depois de 35 anos, Justino I (518-27) restabeleceu, finalmente, a união com Roma (519). O papa Hormisdas (514-23) mandou-lhe, como fórmula de união, o *Libellus fidei,* que todos os bispos tiveram que assinar. Nesta fórmula acentuavam-se o primado e a infalibilidade da Sé apostólica e prometia-se obediência às suas decisões (DB 171).

503. Infelizmente, Teodora, filha de Acácio e esposa do imperador Justiniano I (527-65), era sectária do monofisitismo, e por suas intrigas conseguiu a elevação de Ântimo, monofisita disfarçado, à sede patriarcal de Constantinopla (535). E quando, no ano seguinte, Ântimo foi deposto pela influência do papa Agapito I (535-36), a imperatriz, irritada, formou o plano de implantar a heresia na própria residência do papa.

504. *a.* Agapito fora enviado pelo rei ostrogodo Teodahado à corte bizantina para estipular a paz com Justiniano. Ali morreu repentinamente. Teodahado deu-lhe um sucessor na pessoa de Silvério (536-37), devidamente eleito

e universalmente reconhecido. Foi então que o general Belisário se apoderou de Roma.

b. Na corte bizantina achava-se o ambicioso diácono Vigílio, na qualidade de apocrisiário. Aceitou a proposta que Teodora lhe fez de apoiar as suas tendências monofisitas e de conquistar em troca a cátedra de S. Pedro. Belisário recebeu ordens neste sentido. O papa Silvério foi acusado de conspirar com os godos, preso e exilado para a ilha Palméria, onde em breve veio a falecer de fome e esgotamento. Entretanto, Vigílio (537-55), uma vez reconhecido como papa legítimo, mostrou-se desde logo perfeitamente ortodoxo, e não cumpriu as promessas, feitas à imperatriz. Nas suas cartas ao imperador e ao patriarca Menas pronunciou-se claramente contra o monofisitismo. Mais tarde, expiaria a sua ambição com dolorosos sofrimentos.

505. *a.* Todavia, a heresia manteve-se, sobretudo na Armênia, na Síria, no Egito e na Abissínia. Mas os seus adeptos dividiram-se em várias seitas. As seitas principais foram as dos severianos e dos julianistas, criações dos bispos Severo de Antioquia e Juliano de Halicarnasso, que, expulsos por Justino I, se refugiaram em Alexandria, onde se combatiam entre si. Os severianos declararam corruptível o corpo de Jesus Cristo, antes da ressurreição, sendo por isto chamados ftartólatras. Os julianistas negaram a corruptibilidade do corpo de Cristo e, por isto, eram chamados, pelos adversários, de aftartodocetas ou fantasistas.

b. Ambas as seitas subdividiram-se em diversas denominações. Entre os julianistas, os ctistólatras ensinavam que o corpo incorruptível de Cristo era criado, enquanto que os actistetas o negavam. Entre os severianos, os temistianos ou agnoetas afirmavam que Cristo não conhecia todas as coisas. O diácono Temístio de Alexandria foi seu chefe.

c. Entre os monofisitas do Egito foi renovada, no século VI, também a controvérsia trinitária. Uns atribuíam a cada uma das pessoas divinas uma própria natureza ou hipóstase; são os triteístas. Outros confessavam até uma espécie de tetrateísmo. Os niobitas, sectários de certo filósofo Níobes, finalmente, diziam que não havia distinção entre a humanidade e a divindade de Jesus Cristo.

506. Apesar de muitos e repetidos esforços que se fizeram para reunir os monofisitas com a Igreja romana, nunca se conseguiu completamente a sua conversão. Quando, no século VII, os maometanos conquistaram as províncias da Palestina, da Síria e do Egito, formaram-se nelas Igrejas nacionais.

Na Síria conseguiu Jacob Barádai, bispo de Edessa (541-78), dar aos seus sectários uma organização, e dele herdaram o nome de Jacobitas. Antioquia veio a ser centro desta Igreja. No Egito receberam o nome de "coptas", i. é, antigos cristãos egípcios.

Entre os jacobitas houve, durante os últimos decênios, muitas conversões. No Egito existem atualmente cerca de um milhão de coptas cismáticos. Uns 35 mil uniram-se com Roma. Os monofisitas armênios têm a sua sede patriarcal em Etschmiadzin, no Cáucaso. Também na Abissínia formou-se uma Igreja monofisita à parte.

Hefele, Konziliengeschichte II, 313 ss. — *Tixeront,* Histoire des dogmes III, 80 ss. — *Regnier,* San Leone Magno, trad. do francês, Roma 1912.

§ 48. O monoteletismo

507. Depois da condenação do nestorianismo e do monofisitismo, uma questão cristológica apenas ainda pedia resposta: sendo Jesus Cristo verdadeiro homem, como se explica a sua impecabilidade? Resposta errônea foi dada, no século VII, pelo monoteletismo. Condenando-o, a Igreja resolveu o problema no 3º concílio de Constantinopla e 6º ecumênico (680-81).

508. Durante o reinado do imperador Heráclio (610-41), as condições políticas reclamavam urgentemente a reconciliação dos monofisitas. Os persas ocuparam a Síria e a Palestina, conquistaram o Egito (619) e chegaram até às portas de Constantinopla. O heróico imperador conseguiu vencê-los numa guerra de nove anos e arrancar-lhes também a sagrada Cruz (629). Mas, pelo fim do seu reinado, os árabes assolaram o império, e conquistaram as mais ricas províncias do oriente. Receando uma aliança dos monofisitas com o inimigo, Heráclio procurou restabelecer a paz religiosa, custasse o que custasse.

509. *a.* O patriarca **Sérgio** de Constantinopla (610-38) julgou ter achado um meio de união, ensinando uma só vontade θέλημα e uma só energia teândrica de Cristo, em

manifesta oposição à *Epistola dogmática* de Leão I e à doutrina do calcedonense. Teodoro de Faran na Arábia e Ciro de Fasis, mais tarde patriarca de Alexandria, logo lhe aderiram. Sérgio conseguiu convencer também ao imperador, que, nas suas expedições contra os persas, trabalhou pela união na Síria e na Armênia.

b. Quando Heráclio reconquistou o Egito (628), o novo patriarca Ciro logrou, por meio do *Libelo de união,* reduzir à união com a Igreja uma parte dos monofisitas, os severianos-teodosianos (633), que, satisfeitos de tal união, diziam que não eles se iam converter ao calcedonense, mas que os calcedonenses vinham unir-se consigo. Concluíam lògicamente de uma só vontade e energia a uma só natureza em Cristo.

510. Mas logo surgiu contra a nova heresia o monge palestinense **Soforônio,** condenando-a qual renovação do monofisitismo. Sabendo que a doutrina tinha por autor o patriarca de Constantinopla, dirigiu-se a ele e mostrou-lhe o perigo do erro. Sérgio fez-lhe a proposta de não falar mais nem de uma nem de duas vontades de Cristo, e escreveu neste sentido também ao papa **Honório I** (625-38). O papa, enganado pela informação unilateral, respondeu, aprovando a expressão de uma vontade de Cristo, baseando-se na doutrina de que "a divindade assumiu a humanidade, mas não a culpa" (Ep. 1ª ad Serg.). Honório, pois, nega sòmente a vontade pecadora em Jesus Cristo, não a vontade humana como tal. E a unidade da vontade não lhe é senão uma unidade moral.

511. S. Soforônio foi, em breve, elevado à sede patriarcal de Jerusalém (634). Celebrou então um sínodo para definir a doutrina das duas vontades e energias em Cristo e para condenar o monoteletismo, e dirigiu a carta sinodal ao papa (M 11, 461 ss). Mas Honório não aceitou a carta de Soforônio; escreveu, pelo contrário, no mesmo ano ainda, a Sérgio, Ciro e Soforônio que se evitassem as novas expressões (M 11, 537. 579). Animado pelo consentimento aparente do papa, Sérgio redigiu uma fórmula de fé monoteleta, chamada ἔκθεσις πίστεως (M 10, 929), que Heráclio publicou como decreto imperial (638). Nesta fórmula proibia-se falar tanto de uma como de duas energias, ensinando-se, porém, claramente uma só vontade em Jesus Cristo.

512. *a.* Os bispos orientais aceitaram o decreto; pois, S. Soforônio († 638) teve um sucessor monoteleta, e para Antioquia foi sagrado por Sérgio também um bispo monoteleta. Mas os sucessores de Honório, os papas Severino (640), João IV (640-42) e Teodoro I (642-49), e, com eles, os bispos ocidentais, o rejeitaram.

b. O novo imperador Constante II (641-68) prometeu então ao papa Teodoro retirar a éctesis, mas, em lugar dela publicou outro decreto não menos infeliz, o chamado "tipo" (648), que proibia tanto o dioteletismo como o monoteletismo. O oriente, sempre pronto a aceitar as ordens imperiais, submeteu-se também esta vez. Só **S. Máximo,** abade de Scútari, e seus dois discípulos de nome Anastácio resistiram heròicamente.

513. No trono pontifício sentou-se então o grande papa **Martinho I** (649-55). Logo no primeiro ano do seu pontificado, reuniu em Roma um sínodo, onde explicou e definiu a doutrina católica: Segundo os Santos Padres a operação e a vontade têm a sua origem na natureza e não na hipóstase. Ora, em Cristo há duas naturezas. Logo, há nele também duas vontades e duas energias ou operações. Depois condenou tanto a "éctesis" como o "tipo", e excomungou Ciro de Alexandria e Sérgio e seus sucessores, Pirro e Paulo, como também diversos outros bispos monoteletas.

514. *a.* Constante II, irritado pela linguagem enérgica do papa, que até ousara fazer-se sagrar sem a confirmação imperial, planejou vingar-se da afronta e encarregou o exarca Olímpio de Ravena de punir o papa. Mas o oficial do exarca, enviado para executar o crime, perdeu a vista no momento em que estava para assassinar o papa. Olímpio morreu pouco depois. O seu sucessor, Calíopas, apareceu então, à frente de um exército, em Roma e levou o papa ao desterro para a ilha de Naxos, e em seguida para Constantinopla, onde Martinho sofreu inauditos tratos. Finalmente, o heróico defensor da fé foi levado ao Quersoneso da Criméia, onde em consequência dos sofrimentos veio a falecer.

b. Sorte semelhante tiveram outros defensores da fé dioteleta. Ao venerável abade Máximo, mais insigne teólogo

oriental naquele tempo, e aos dois companheiros Anastácios, depois da cruel flagelação, foram cortadas a língua e a mão direita e, em seguida, os desterraram para a Lácia, onde morreram mártires da fé ortodoxa.

515. *a.* Entretanto, Constante II foi assassinado em Siracusa, e seu filho e sucessor Constantino IV Pogonato (668-85) reconciliou-se com Roma. Desejava a paz entre o oriente e o ocidente, a fim de enfrentar o perigo dos avaros e dos árabes, que continuamente ameaçavam o império, e para tranquilizar a Itália, já desde muito cansada da administração bizantina e pronta sempre a separar-se completamente do império oriental.

b. Por isso, tendo em 678 concluído a paz externa, resolveu celebrar um novo concílio universal, e pediu ao papa que enviasse os seus legados. **Agatão** (678-81) reuniu primeiro um sínodo em Roma para preparar o concílio e escolher os seus legados. Entregou a estes uma epístola dogmática, que continha claramente a doutrina católica, e enviou-os a Constantinopla, onde então se reuniu o **6º concílio ecumênico** (680-81). Como as sessões se celebrassem na capela do palácio imperial, chamado Trullum, a assembléia recebeu o nome de sínodo trulano.

516. Os conciliares estudaram as atas dos concílios anteriores, aceitaram as cartas de Agatão com as decisões do sínodo romano e rejeitaram as cartas de Sérgio, Ciro e Honório. Em seguida, lançaram o anátema contra Sérgio, Pirro, Paulo e Pedro, patriarcas de Constantinopla, assim como contra Ciro de Alexandria, Teodoro de Faran e Honório, bispo da antiga Roma. No símbolo, redigido no concílio, foram aceitas quase verbalmente as definições de Agatão: "Confessamos, conforme à doutrina dos Santos Padres, duas vontades naturais e duas operações naturais em um e o mesmo Cristo, sem divisão, nem transformação, nem separação; duas vontades naturais, mas não opostas entre si..., a vontade humana que obedece... à divina e onipotente" (DB 289 ss).

517. Aqui surge a tão discutida **questão do papa Honório.** O que dizer primeiro das suas cartas? Elas não são uma definição "ex-cathedra"; pois faltam as fórmulas, com as quais, naquele tempo, se costumava fazer tal definição. Também o escopo que o papa visava não era dar uma definição dogmática, mas simplesmente um consentimento à proposta de Sérgio. Nem ensinou o papa uma doutrina errônea; pois já o confessor Máximo, mais estrênuo adversário do monoteletismo, defendeu a ortodoxia de Honório na controvérsia com Pirro.

As únicas palavras que podem ser aduzidas contra Honório: "Unde et unam voluntatem fatemur Domini nostri Jesu Christi", explicou-as o abade João, que redigiu a carta do papa, dizendo que o pontífice não queria negar senão a vontade dos membros, a concupiscência, tomando a palavra ἓν θέλημα no sentido moral, não no sentido físico. O que o secretário de Honório afirma, confirmou-o o papa João IV numa carta a Constantino III (641; DB 253; cfr. Kirch, nn. 1075-76). O próprio Honório, numa segunda carta a Sérgio (M 11, 579 ss), reproduzindo a fórmula de Leão I, confessa duas operações em Cristo.

518. E' verdade que Honório não pode ser de todo escusado; pois, enganado por Sérgio, não compreendeu o verdadeiro alcance da questão e empregou termos que não correspondiam perfeitamente à doutrina católica, proibindo as expressões "uma" ou "duas energias"; e em vez de definir e resolver a questão, impôs silêncio.

Mas não é menos verdade que a condenação pronunciada pelo concílio foi injusta e ilegítima, e só se explica pelo abuso que os monoteletas faziam das cartas do papa, pela antipatia dos orientais contra Roma e pela circunstância de terem sido obrigados a condenar os seus próprios patriarcas. Não foi a sentença dum concílio ecumênico, porque foi pronunciada contra a vontade de Agatão. Os legados pontifícios que a assinaram transgrediram as suas faculdades. Falta-lhe também o consentimento posterior da Sé apostólica; pois Leão II (682-83), confirmando as decisões do concílio, acrescenta à condenação de Honório a cláusula: "... Honorium, qui hanc apostolicam Ecclesiam non doctrina apostolicae traditionis lustravit, sed profana proditione immaculatam fidem subvertere conatus est" (gr. παρεχώρησε = permisit; M 11, 753). Dum modo semelhante escreveu Leão II ao rei e aos bispos da Espanha. Por conseguinte, embora Honório possa ser repreendido por sua fraqueza, o concílio de Constantinopla neste ponto não é ecumênico, e a sentença não é contrária à infalibilidade do papa.

519. Como Constantino IV, assim também Justiniano II manteve as decisões do concílio trulano. Quando foi assassinado, o usurpador Filípico Bardanes (711-13) procurou restabelecer, mais uma vez, o monoteletismo. Num sínodo de 712 fez anular as atas do concílio ecumênico. Mas Filípico foi derrotado, ao cabo de dois anos, e Anastácio II (713-15) restabeleceu o trulano.

520. O monoteletismo sobreviveu ainda entre os maronitas do Líbano e de Chipre, que consideravam a S. Maron († c. 410) como seu pai espiritual. Muitos maronitas voltaram ao seio da Igreja, em 1181; outros reuniram-se em 1445, e conservaram até hoje heròicamente a sua fé católica.

521. Nem no quinto concílio ecumênico, nem no sexto, foram publicados decretos disciplinares. Por isto, Justiniano II reuniu, em 692, o 2º trulano, como complemento dos dois anteriores, e chamado por isto **Quinissexto.** Os 102 cânones deste sínodo, que já designam um grande progresso da separação entre o oriente e o ocidente, em questões disciplinares, nunca obtiveram o reconhecimento dos papas, nem sequer de Sérgio I (687-701), oriundo do oriente. O sínodo não pode ser, portanto, considerado como ecumênico, embora os gregos o tenham como tal.

Hefele, Konziliengeschichte III, 121 ss. — *Tixeront,* Histoire des dogmes III, 160 ss. — *Hefele,* Causa Honorii, Neapoli 1870. — *Chapman,* The Condemnation of Pope Honorius, London 1907. — *Duchesne,* L'Église au VIe siècle, Paris 1925.

§ 49. O donatismo

522. Enquanto na Igreja oriental se tratavam, de preferência, as questões especulativas, trinitária e cristológica, o interesse dos teólogos ocidentais concentrava-se mormente no problema mais prático da salvação, questão soteriológica ou antropológica. E só alguns pontos deste problema foram tratados, pontos estes que vieram a ser objeto de duas controvérsias: o donatismo no século IV, o pelagianismo no século V.

O ambiente mais determinado em que se desenvolveram estas lutas, foi a África setentrional, terra clássica da teologia moral da antiguidade cristã. Mas também à Itália, a França e até o oriente tomaram parte ativa nestas lutas.

523. Antes de começar a controvérsia soteriológica a

agitar os espíritos, o cisma de Donato ou o donatismo ameaçou gravemente a unidade da Igreja africana. Este cisma, que, em breve, também veio a ser heresia, coincide com a perseguição de Diocleciano e com o problema da recepção dos lapsos. Mas as causas remotas são muito anteriores e ligam-se aos nomes de Cipriano e Novaciano. Cipriano tinha ensinado com Tertuliano que o batismo, administrado por hereges, era inválido e devia ser renovado. Novaciano dissera que os apóstatas não podiam ser reconciliados com a Igreja. No donatismo reapareceram ambas as tendências rigoristas.

524. *a.* Ocasião da luta foi a morte de Mensúrio, bispo de Cartago († 311), para cujo sucessor foi eleito, pelo clero e pelo povo de Cartago, e sagrado pelo bispo Félix de Aptunga, o arcediago Ceciliano. Este, porém, tinha contra si uma forte minoria, cujo centro espiritual era a rica e distinta viúva Lucila, a quem Ceciliano havia repreendido por causa de uma exagerada veneração das relíquias, e que, por isso, se mostrava gravemente ofendida e indignada com a eleição.

b. Além disso, dois anciãos leigos, aos quais Mensúrio tinha confiado, para o guardarem, o tesouro da Igreja de Cartago, sentiram-se ofendidos, quando Ceciliano exigiu que lho entregassem. Talvez tenham mesmo cobiçado a posse do tesouro. Finalmente, não tinham sido convidados para a eleição dois presbíteros, Botro e Celestino, que nutriam esperança de ser eleitos para a sede episcopal; nem os setenta bispos da Numídia haviam chegado ainda para tomar parte na eleição.

c. Quando estes chegaram a Cartago, reuniram-se na casa de Lucila, onde declararam deposto Ceciliano e sagraram bispo o leitor Maiorino (312), e, morto este, a **Donato Magno,** que deu o seu nome ao partido (Aug., De haer. 69). Como a sede episcopal de Cartago fosse a mais importante da África, o cisma alastrou, em breve, por toda a África latina.

525. Ambos os partidos dirigiram-se a Constantino Magno, que se declarou por Ceciliano, tirando aos donatistas os privilégios, concedidos recentemente aos cristãos. Contra tal medida protestaram os sectários de Donato e exigiram que a sua causa fosse tratada num sínodo a reunir-

se nas Gálias. Motivaram esta particularidade, porque nas Gálias os bispos não renegaram a sua fé durante a perseguição.

526. *a.* Desta forma, o cisma veio a ser heresia. Os donatistas diziam que um bispo lapso não podia sagrar nem lícita, nem vàlidamente, e declaravam inválida a sagração de Ceciliano por ser feita por Félix de Aptunga, que consideravam como traidor. Pecavam, pois, por um falso conceito da eficácia dos sacramentos, que, segundo eles, não só depende da fé, mas também da santidade do ministro, como ensinara Tertuliano montanista. Os sacramentos administrados por um pecador são inválidos. A renovação do batismo é, portanto, a nota distintiva da seita. Quando se lhes objetava que, neste caso, não havia mais certeza alguma sobre o valor dos sacramentos, respondiam, distinguindo entre pecadores públicos e ocultos.

b. O erro principal dos donatistas é, no entanto, a falsa compreensão da santidade da Igreja. Com Tertuliano montanista e Novaciano ensinavam que só é verdadeira a Igreja, na qual não há pecadores. Onde não há santidade dos membros, não está a verdadeira Igreja. Não negavam o direito da Igreja de readmitir os pecadores arrependidos; não queriam, todavia, conceder a reconciliação por motivos pedagógicos.

527. Constantino Magno entregou a causa ao papa **Melcíades** (311-14), que num sínodo de Roma confirmou Ceciliano. Mas os donatistas não se deram por contentes e repetiram as suas reclamações. Para não exasperar mais ainda os espíritos, foi convocado o **sínodo de Arles** (314). A fim de elucidar, antes de mais nada, a causa de Félix de Aptunga, fez-se um inquérito, que verificou a inocência do bispo caluniado, e, de outro lado, a existência de traidores entre os próprios donatistas. Foi confirmada então a sentença do sínodo de Roma e declarada a eficácia objetiva do batismo e da sagração, embora feita por um traidor.

528. Uma parte dos donatistas se submeteu. Outros, porém, tanto mais obstinadamente resistiram, apelando da decisão do papa para o imperador. Constantino mostrou-se bastante irritado; aceitou, porém, a apelação, para poder mais fàcilmente suprimir o movimento. Convocou, pois, um novo sínodo para Milão (316), que igualmente se pronunciou contra os sectários. Estes nem assim obedeceram. Constantino, cansado por tal obstinação, tomou providências mais enérgicas. Tirou-lhes as igrejas, confiscou-lhes os bens e decretou contra eles o desterro.

529. *a.* A execução destes decretos aumentou ainda mais o fanatismo dos hereges, que então negavam ao imperador o direito de intrometer-se nas coisas da Igreja. Bandos fanáticos vagavam de cabana em cabana dos lavradores, cometendo horrendos crimes e crueldades, pelo que foram chamados "circumcelliones". Eles mesmos davam-se o nome de "Milites Christi" ou "agonistici", i. é, combatentes, ou "filhos dos santos". A seita chegou a ser um perigo assustador.

b. Em 336, puderam celebrar um sínodo de 270 bispos. O imperador Constante viu-se obrigado, depois de algumas tentativas de pacificá-los pela brandura, a subjugá-los pela força. Proibiu, de novo, o seu culto, e decretou o desterro dos seus chefes. Não obstante, a seita crescia continuamente. Quando Juliano Apóstata lhes permitiu voltarem do desterro, contavam já 400 bispos. Mas foi esta também a sua maior difusão. Em breve, dividiram-se em diversas denominações, e desde então tornou-se mais fácil a sua supressão.

530. Chefe do partido era, a esse tempo, o antibispo de Cartago Parmeniano, sucessor de Donato († 355). Procurou difundir a heresia também por meios literários. Opôs-se-lhe primeiro o bispo Optato de Mileve, que escreveu sete livros *De schismate Donatistarum*, elucidando a sua origem e o seu desenvolvimento e refutando os seus erros. Mas o maior adversário da seita foi **S. Agostinho** que, desde 393, escreveu uma série de tratados contra o donatismo. Em 411, teve, além disso, uma grande disputa com os chefes da heresia. Estiveram ali presentes 286 bispos católicos e 279 donatistas.

S. Agostinho explicou claramente a doutrina católica, estabelecendo estas três proposições:

1) A verdadeira Igreja é aquela que se acha espalhada sobre todo o mundo; não aquela que existe num pequeno canto da África. Quem se separa da Igreja universal, separa-se de Cristo, e não pode salvar-se.

2) No tocante à questão de como pode haver pecadores na

Igreja, é preciso distinguir um estado "viae" e um estado "gloriae", uma Igreja militante e uma Igreja triunfante.

3) Quanto à eficácia dos sacramentos não pode haver dúvida alguma; pois o ministro primário é o próprio Jesus Cristo. O sacerdote não é senão o seu lugar-tenente.

531. A maior parte dos donatistas submeteu-se, finalmente. Muitos, porém, ainda resistiram. Os últimos restos só desapareceram no século VII, quando os maometanos ocuparam a África. A vitória de S. Agostinho foi a vitória do objetivismo sobre o subjetivismo religioso.

Schwane, Dogmengeschichte. — *Tixeront*, Histoire des dogmes II, 222 ss. — *Funk*, Abhandl. und Untersuch. I, 352 ss. — *Monceaux*, Histoire littéraire de l'Afrique chrétienne, IV-VII, Paris 1913-23.

§ 50. O pelagianismo

532. Precisamente no mesmo ano, em que S. Agostinho venceu definitivamente o donatismo, entrou em Cartago outro heresiarca, cujas doutrinas eram tanto mais perigosas, quanto o seu autor, o monge leigo **Pelágio,** se apresentava como um homem austero e gozava de fama de grande santidade (Aug., De gest. Pel. 25).

Pelágio, oriundo provàvelmente da Irlanda, viera, no princípio do século V, a Roma, onde se demorou cerca de dez anos. Escandalizava-se com a vida tão pouco cristã de muitos católicos e com a facilidade com que se desculpava o relaxamento. Pretendia opor-lhe uma barreira, ensinando que uma vontade sincera pode fàcilmente observar todos os mandamentos. Com isto começou a desenvolver o problema dificílimo das relações entre os dois fatores da vida religiosa: graça e livre arbítrio. Nas suas opiniões erradas confirmaram-no estudos superficiais da Sagrada Escritura, em particular, das epístolas de S. Paulo, e a doutrina de Teodoro de Mopsvéstia, que durante os ditos estudos provàvelmente veio a conhecer, e que um certo Rufino tinha espalhado na cidade eterna.

533. *a.* Teodoro era então o maior representante da escola antioquena (cfr. § 46). O seu racionalismo levara ao nestorianismo. O racionalismo é também o distintivo do pelagianismo. Aquele trata do redentor; este, da redenção.

b. Teodoro ensinara que os homens, no estado primitivo, não podiam não morrer. Teriam morrido, ainda que não tivessem pecado. Pelágio, e com ele Celéstio, antigo advogado e depois igualmente monge leigo, daí concluíram não haver pecado original. Atribuíram, por conseguinte, ao homem, mesmo depois da sua queda, uma disposição perfeita para praticar o bem. Só a graça externa é necessária. A graça interna não serve, senão para facilitar o bem.

c. Desta forma, caiu Pelágio num erro oposto ao maniqueísmo, que no princípio do século V ainda era forte, a ponto de produzir a nova seita do priscilianismo. E foi precisamente com o fim de combater mais eficazmente esta seita, que Pelágio acentuava unilateralmente a liberdade humana, atribuindo a parte principal da salvação à atividade subjetiva do homem. A sua doutrina estava em aberta oposição à pregação eclesiástica sobre a necessidade da graça interior, à praxe do batismo das crianças e a muitas passagens das epístolas de S. Paulo. Por isto, provocou logo uma forte reação.

534. Movidos provàvelmente também pela invasão dos vodos na Itália, os dois monges passaram a Cartago. Pelágio, em breve, seguiu para Jerusalém, onde foi bem acolhido pelo bispo João. Celéstio, porém, ficou em Cartago, pretendendo receber a ordenação sacerdotal. Logo começou a pregar a sua doutrina. Mas foi acusado então pelo diácono Paulino de Milão, biógrafo de S. Ambrósio, que depois da morte de seu bispo entrara nos serviços de S. Agostinho.

535. Como Celéstio não quisesse retratar-se, foi excomungado num sínodo de Cartago (411), por causa destas sete proposições:

1) Adão foi criado mortal e teria morrido, ainda que não tivesse pecado.

2) O pecado de Adão só prejudicou a ele mesmo, não à sua descendência.

3) As crianças nascem no mesmo estado em que Adão se achava antes do pecado.

4) Não é pelo pecado de Adão que todo o gênero humano tem de morrer, como não é pela ressurreição de Jesus Cristo que todos os homens ressuscitam; as crianças entram no reino do céu, ainda que não sejam batizadas.

5) O homem pode ficar sem pecado e cumprir fàcilmente os mandamentos de Deus.

6) A Lei conduz ao reino de Deus da mesma forma como o Evangelho.

7) Também antes de Jesus Cristo houve homens sem pecado.

Celéstio apelou da sentença do sínodo para a Sé apostólica. Mas, sem esperar resposta, seguiu imediatamente para Éfeso, onde soube alcançar a dignidade sacerdotal.

536. S. Agostinho, que acabava de derrotar o donatismo, foi chamado pela Providência como nenhum outro para combater também o pelagianismo. Na sua mocidade experimentara não menos o poder do pecado e a fraqueza da vontade humana, do que a força vitoriosa da graça divina. Por isto, o "Doutor da graça", logo que soube da heresia, escreveu contra ela *De peccatorum meritis et remissione et de baptismo parvulorum,* ao qual fez seguir muitos outros tratados, nos quais estabelece a doutrina católica:

1) Adão foi criado à imagem e semelhança de Deus, possuindo dons naturais perfeitos e dons sobrenaturais. Podia não morrer e não pecar. Este estado devia passar a não poder pecar e morrer. Mas Adão pecou; e, por isto, foi ferido nos seus dons naturais, e os dons sobrenaturais foram-lhe tirados.

2) O pecado de Adão passou a todos os seus descendentes, com todas as suas consequências, não só por imitação, mas por propagação. Pelo pecado de Adão, o gênero humano veio a ser uma "massa perditionis". Por conseguinte, o homem é incapaz de salvar-se por suas forças naturais, incapaz até de pôr o primeiro ato de fé.

3) Daí segue-se a necessidade da graça, não só da graça externa, mas também da graça interna, tanto excitante como concomitante, e ainda da graça da perseverança.

4) Esta graça não é concedida por merecimento, mas por mera benevolência de Deus.

537. Estes pontos são, de um lado, os princípios sólidos da doutrina eclesiástica. Mas, de outro lado, S. Agostinho afirma que a graça de Deus é eficacíssima e irresistível, sempre invicta. A vontade salvífica de Deus é, portanto, particular. Da "massa damnationis" alguns foram predestinados para a vida eterna; os outros ficam entregues à perdição merecida, sem serem predestinados ao pecado. Ao por que de tal predestinação ou não-predestinação, Agostinho não dá resposta; e é esta uma fraqueza do augustinismo, reconhecida já pelos contemporâneos (Knoepfler 194). Esta fraqueza daria lugar a muitas controvérsias, no decorrer dos séculos.

538. Logo no princípio da controvérsia, S. Agostinho enviou, além disso, o presbítero espanhol Orósio a S. Jerônimo, que se achava na Palestina. O eremita, por sua vez, escreveu o seu *Dialogus contra Pelagianos.* Pelágio teve de comparecer perante um sínodo de Jerusalém e outro de Lida (Dióspolis; 415). Mas, simulando uma fé ortodoxa, foi declarado inocente. Entretanto, os africanos, reunindo-se, no ano seguinte, primeiro em Cartago e depois em Mileve, rejeitaram o sínodo de Dióspolis, que Jerônimo chamara de "sínodo miserável" (Ep. 143, 2), e condenaram, mais uma vez, a heresia. O papa Inocêncio I (401-17) confirmou a sentença e excomungou os heresiarcas. Quando S. Agostinho soube da sentença do papa, exclamou: "Causa finita est; utinam aliquando finiatur error" (Serm. 131, 10). Mas o desejo do grande bispo ainda não se realizou.

539. *a.* Para se justificar, Celéstio foi pessoalmente ter com o papa **Zósimo** (417-18), a quem também Pelágio escreveu uma carta, simulando uma fé ortodoxa. Zósimo viu-se assim diante de duas questões, uma dogmática e outra pessoal. À questão dogmática: são hereges os que negam a necessidade da graça, o batismo das crianças e o pecado original? — já Inocêncio I dera a resposta, e neste ponto não havia dúvida para Zósimo. Quanto à questão pessoal: Pelágio e Celéstio, são eles hereges? — o papa, fundando-se em explicações mais ou menos gerais de Celéstio, desculpou os dois hereges e repreendeu os africanos, sem dar, porém, uma decisão definitiva.

b. Os africanos, por sua vez, reuniram-se num sínodo plenário de mais de 200 bispos em Cartago (418), onde explicaram, mais a fundo, os pontos da controvérsia, e formularam em oito cânones as sentenças do pelagianismo (DB 101 ss). S. Agostinho mostrou, além disso, no seu livro *De gratia Christi et de peccato originali,* de modo convincente, a insuficiência do conceito pelagiano da graça. Pois, embora Pelágio falasse da necessidade da graça, entendia como tal só a Lei ou seja a doutrina e o exemplo de Jesus Cristo, i. é, a graça externa.

540. O papa, recebendo a sentença dos bispos africanos, e reconhecendo já por própria experiência a hipocrisia de Celéstio, que fugira de Roma, condenou igualmente o pelagianismo e, na chamada *Epistola tractatoria* (PL 20, 693 ss), ordenou a todo o episcopado que aceitasse a doutrina dos africanos. A carta foi bem acolhida em toda parte. Só dezoito bispos italianos negaram-se a assiná-la e foram, por isso, expulsos pelo imperador Honório.

541. Mas a controvérsia não terminou ainda comple-

tamente. O bispo racionalista **Juliano de Eclanum,** desde então chefe do partido, acusou Agostinho de ter, por sua teoria, profanado o matrimônio e prejudicado a moralidade. Agostinho defendeu-se num tratado *De nuptiis et concupiscentia*. Partidários de Juliano refugiaram-se no oriente, onde foram amigàvelmente acolhidos por Teodoro de Mopsvéstia e por Nestório, confirmando-se assim também externamente as relações que existiam entre o nestorianismo e o pelagianismo. Nestório, porém, pronunciou-se, em seguida, contra Juliano e Celéstio.

542. Combatidos principalmente por Mário Mercator, amigo de S. Agostinho, os chefes da heresia foram expulsos de Constantinopla pelo imperador Teodósio II e condenados, mais uma vez, no concílio de Éfeso (cc. 1 e 4). Em breve, extinguiu-se a heresia na sua forma extremista. Mas reapareceu logo numa forma moderada, como reação contra a doutrina de S. Agostinho sobre a eficácia infalível da graça e a predestinação: o semipelagianismo.

Obras de S. Agostinho CSEL (vários volumes de vários editores); melhor Migne, PL 32-47. — *Bruckner,* Quellen zur Geschichte des pelagianischen Streites, Tuebingen 1906. — *Hefele,* Konziliengeschichte II, 104 ss. — *Tixeront,* Histoire des dogmes II 436 ss. — *Plinval,* Recherches sur l'oeuvre littéraire de Pélage, Paris 1934. — *Merlin,* St. Augustin et les dogmes du péché originel et de la grâce, Paris 1931. — *Guzzo,* Agostino contro Pelagio, Torino, 2. ed. 1934.

§ 51. Predestinacianismo e semipelagianismo

543. O mérito principal da vitória sobre o pelagianismo coube, sem dúvida, a S. Agostinho. Mas a doutrina do grande bispo de Hipona sofreu, em certos pontos, uma mudança considerável, principalmente no tocante à predestinação. Antes de 396, atribuía a Deus uma vontade universal de salvar os homens. A razão última da fé de uns e da descrença de outros era, na sua opinião, a vontade do homem. Mas, acentuando, em seguida, mais e mais, a onipotência da divina vontade, julgou dever modificar a sua opinião. Pelo pecado de Adão, dizia, todo o gênero humano transformou-se numa "massa perditionis" (cfr. § 50). Mas Deus, por sua misericórdia, compadeceu-se, desde a eternidade, de uma parte determinada da humanidade, escolhendo-a para a salvação. O resto fica entregue à perdição. A vontade salvífica de Deus é particular. A crença e a bem-aventurança de uns

e a descrença e a reprovação de outros têm a sua razão última na vontade divina. Se a vontade salvífica de Deus fosse universal, todos os homens seriam salvos, já que a vontade de Deus é onipotente e irresistível. Os escolhidos alcançam infalìvelmente a vida eterna pela graça invencível; os réprobos são irrevogàvelmente perdidos, devido à falta da graça suficiente.

544. E' verdade que S. Agostinho não emprega a palavra "irresistível", mas exprime-a com outros termos, chamando a graça "indeclinabilis et insuperabilis" (De corrept. et gratia 12, 38). Quando se lhe objetava a palavra de S. Paulo: "Deus quer que todos os homens se salvem" (1 Tim 2, 4), respondia que todos aqueles que se salvam, o conseguem, porque Deus o quer; ou que Deus quer que se salvem homens de todas as condições, reis e súditos, doutos e ignorantes (Enchirid. 103; Ep. 217, 6, 19). Agostinho termina, dizendo que a última razão desta predestinação ou não-predestinação é mistério.

545. Contra esta teoria do "augustinismo" levantaram-se logo adversários não só entre os pelagianos, mas também entre os muitos antipelagianos. S. Agostinho lhes parecia pôr em perigo a liberdade humana e, por conseguinte, toda a ascética cristã. As primeiras reclamações fizeram-se ouvir no mosteiro de Adrumeto na África, onde a doutrina de Agostinho provocou grande confusão, entregando-se muitos monges a uma espécie de fatalismo. A pedido do abade Valentim, o santo endereçou então dois livros aos monges, *De gratia et libero arbitrio* e *De correptione et gratia* (427). Declara que não se nega a liberdade humana, quando se acentua a necessidade da graça.

546. Com isto contentaram-se os monges de Adrumeto. Mas o último dos dois tratados provocou uma forte oposição entre os monges de S. Vítor de Marselha e arredores, com o abade **João Cassiano** à frente. A doutrina de Agostinho lhes parecia ser contrária à Sagrada Escritura e alimentar uma espécie de fatalismo. Consideravam-na, portanto, como um grande perigo para a moralidade cristã. Pretendiam achar um meio-termo entre Agostinho e o pelagianismo, e opunham ao "Doutor da graça" as seguintes proposições:

1) A predestinação ou a vontade salvífica de Deus é universal, não absoluta, mas condicional. A sua razão última é a presciência

de Deus, que escolhe para a vida eterna os que, conforme prevê, serão dignos da sua escolha (praevisis meritis).

2) O início da fé é obra do homem. Mas o progresso na fé e a prática do bem não se realizam sem o auxílio da graça. Depois de obtida a justificação não é necessária a graça da perseverança.

547. Esta doutrina dos marsilienses, apresentada particularmente nas *Collationes* de Cassiano (CSEL 13; PL 49, 477 ss), foi chamada de **semipelagianismo,** quando nos fins do século XVI a controvérsia molinista fez ressuscitar o problema da graça. Quando S. Próspero de Aquitânia e S. Hilário informaram a S. Agostinho da agitação que o problema causara no sul das Gálias, escreveu em defesa das suas opiniões *De praedestinatione sanctorum* e *De dono perseverantiae.* Ensina aqui, mais uma vez, que não só a perseverança, mas também o início da fé é dom de Deus.

548. Pouco depois, morreu o grande bispo de Hipona († 430). Próspero e Hilário continuaram a luta contra os marsilienses, mas deduzindo a predestinação não da vontade onipotente de Deus, como S. Agostinho, senão da sua presciência, como os marsilienses; e daí resulta também a sua doutrina da vontade salvífica universal. O autor desconhecido de *De vocatione omnium gentium,* admirador aliás de S. Agostinho, ensina a mesma universalidade da vontade salvífica de Deus. A pedidos de Próspero e Hilário, o papa Celestino I declarou-se igualmente a favor de Agostinho, sem decidir definitivamente a questão da eficácia da graça e da predestinação.

549. Todavia, o semipelagianismo manteve-se nas Gálias ainda por um século inteiro. Depois da morte de João Cassiano († 432 ou 435), defendeu-o particularmente Vicente de Lerins no seu *Commonitorium adversus haereses,* célebre pela exposição clara do princípio da tradição católica (cfr. § 56).

Depois da morte de Próspero, um certo presbítero Lúcido acentuou ainda a doutrina predestinaciana de Agostinho; negou até o livre arbítrio e afirmou a predestinação dos não-escolhidos para a morte eterna. Contra este excesso surgiram Genádio e, mais do que todos, Fausto de Reji, na Provença, representantes do semipelagianismo, sem, no entanto, aceitar todos os erros de João Cassiano.

550. Pouco a pouco, porém, desapareceram as idéias semipelagianas devido principalmente à *Epístola sinódica* de Fulgêncio de Ruspe (523) e aos esforços do zeloso bispo S. Cesário de Arles. No sínodo de Orange, **2º arausicano** (529), presidido por Cesário e confirmado pelo papa Bonifácio II (530-32), foi condenado tanto o pelagianismo, como também o semipelagianismo, declarando-se os sinodais por uma doutrina modificada de S. Agostinho.

O sínodo ensina o pecado original, a incapacidade do homem natural para operar o bem sobrenatural, a necessidade absoluta da graça, também para o início da fé, e a graça da perseverança. Nega, porém, a vontade particular de Deus de salvar os homens e a predestinação absoluta e condena a predestinação ao mal (DB 174 ss).

Com isto termina, no essencial, a controvérsia dos semipelagianos, que não podem ser considerados como hereges formais. E com isto também chegaram, provisòriamente, a seu ponto final as questões dogmáticas que agitaram os espíritos, durante a segunda época da antiguidade cristã.

Hefele, Konziliengeschichte II, 597 ss. — *Tixeront,* Histoire des dogmes III, 274 ss. — *Casamassa,* Il pensiero di San Agostino nel 396-97, Roma 1919. — *Vinc. Lerin.,* Commonitorium, ed. Rauschen (Flor. patr. 5), Bonnae 1906; PL 50, 637 ss. — *Madoz,* El concepto de la tradición en S. Vicente de Lerins, Roma 1933. — *Koch,* der hl. Faustus, Bischof von Reji, Stuttgart 1895.

§ 52. O origenismo e os "Três Capítulos"

551. *a.* Fora destas controvérsias fundamentais, trinitária, cristológica e soteriológica e o donatismo, outras duas questões, que se ligam ao nome de Orígenes, inquietaram os espíritos: a controvérsia origenista e a dos "Três Capítulos".

b. Durante a controvérsia trinitária, invocava-se, não raras vezes, o nome de Orígenes. Os arianos pretendiam fazer do grande mestre alexandrino um abonador da sua doutrina; e o subordinacianismo de Orígenes podia, de certo modo, justificá-los. Os ortodoxos, pelo contrário, em parte, lhes disputavam a razão de tal procedimento. Embora não desconhecessem os erros de Orígenes, continuavam, todavia, a tributar estima e veneração ao célebre alexandrino. Pânfilo e Eusébio de Cesaréia escreveram uma apologia em defesa do mestre (cfr. § 39); e em seu favor declararam-se igualmente os três grandes bispos da Capadócia, Basílio Magno, Gregório Nazianzeno e Gregório de Nissa.

552. No entanto, nem todos eram do mesmo parecer. Alguns repudiavam Orígenes como verdadeiro herege por causa das suas doutrinas subordinacianas, da pre-existência dos espíritos, da eternidade do mundo material e da "apocatástase" de todas as coisas. Pela doutrina do subordinacianismo consideravam-no, de fato, como pai do arianismo. Entre estes adversários de Orígenes distinguiram-se S. Epifânio de Sálamis († 403), Teófilo de Alexandria († 412) e, mais tarde, o imperador Justiniano I, a cujos nomes se ligam três fases diversas da luta.

553. S. Epifânio, seguindo a Metódio de Olimpo († 311), não só colocou Orígenes no catálogo dos hereges (Pan. 64), mas pregou também contra ele em Jerusalém (392). Daí resultou uma discussão acalorada entre Epifânio e Jerônimo, de um lado, e o bispo João de Jerusalém e Rufino de Aquiléia, defensores de Orígenes, de outro lado. Jerônimo e Rufino reconciliaram-se por mediação de Teófilo de Alexandria. Porém, como Rufino, no seu prefácio à edição do *De principiis* de Orígenes, chamasse a Jerônimo um admirador do mestre alexandrino, — e, de fato, o havia sido antes de 392, — a luta se reacendeu entre os dois amigos. Ainda depois da morte de Rufino († 410), manifesta-se, nos libelos de Jerônimo, a sua acerbidade.

554. Enquanto durava esta controvérsia, surgiu outra no Egito, mais violenta ainda. Entre os monges do deserto squético haviam-se espalhado idéias antropomórficas, atribuindo a Deus um corpo humano. Teófilo de Alexandria, homem ambicioso e sem firmeza de caráter, condenou o antropomorfismo, numa carta pastoral de 399. Mas os monges ignorantes levantaram-se contra a sentença e com ameaças de morte exigiram a sua retratação, bem como a condenação de Orígenes, venerado pelos monges eruditos do deserto nítrico. O bispo cedeu às reclamações e ameaças tanto mais fàcilmente, quanto mais odiosos lhe eram não poucos origenistas, especialmente os chamados "Quatro Irmãos Grandes", varões ilustres por sua erudição e piedade. Trezentos monges do deserto nítrico, perseguidos e expulsos, dirigiram-se para a Palestina.

555. Cinquenta dentre eles, com os "Quatro Irmãos Grandes", foram a Constantinopla, onde **S. João Crisóstomo** os acolheu benignamente e intercedeu por eles junto à corte imperial, sem no entanto admiti-los na comunhão eclesiástica. O imperador Arcádio citou Teófilo para dar contas de seu procedimento ao bispo de Constantinopla. Teófilo, porém, enviou Epifânio a Constantinopla, a fim de combater Crisóstomo como partidário dos origenistas, diferindo a sua própria viagem até 403. Quando, finalmente, se apresentou em Constantinopla, não foi para dar contas ao bispo da capital, e sim para julgá-lo.

556. Crisóstomo tinha provocado o ódio da vaidosa imperatriz Eudóxia, estigmatizando num sermão os excessos da moda na corte. Por intrigas da imperatriz reuniu-se um sínodo em Calcedônia, chamado "ad quercum", que, presidido por Teófilo, pronunciou a deposição do santo patriarca. S. Crisóstomo teve, por duas vezes, que seguir o caminho do desterro e morreu, depois de inauditos vexames (407) em Comana no Ponto, louvando a Deus e perdoando aos seus perseguidores. Seus partidários ficaram-lhe fiéis, negando-se a reconhecer os seus sucessores Arsácio e Ático. Só quando Teodósio II fez transportar solenemente os restos mortais do santo para Constantinopla, terminou o cisma dos joanitas (438).

557. *a.* Por um século inteiro parou então a luta, propagando-se o origenismo pacìficamente, sobretudo na Palestina. E foi aqui que, no princípio do século VI, se reencetou a controvérsia. O abade S. Sabas († 532) procurou em vão suprimir o movimento. Dois origenistas foram até elevados à dignidade de bispos, Domiciano de Ancira e Teodoro Asquidas de Cesaréia na Capadócia.

b. Mas Gelásio, sucessor de S. Sabas, expulsou quarenta origenistas da sua laura. Como também os patriarcas Efrém de Antioquia e Pedro de Jerusalém se pronunciassem contra o origenismo, Justiniano I publicou, em 543, um decreto de dez anatematismos contra outras tantas proposições e contra a pessoa de Orígenes (M 9, 487 ss). Todos os bispos e abades tiveram de assiná-lo. Também Menas de Constantinopla e o papa Vigílio reconheceram o decreto. Orígenes, maior teólogo da Igreja oriental, foi condenado como herege, trezentos anos depois da sua morte.

558. No entanto, para pôr termo à perseguição dos origenistas, o bispo Teodoro Asquidas soube hàbilmente desviar a atenção de Justiniano I para outro assunto, que havia

de afligir muito sensìvelmente toda a Igreja e, de um modo particular, a Sé apostólica. Dizia ele que os monofisitas fàcilmente tornariam a unir-se à Igreja, se fossem condenados **Três Capítulos,** a saber: Teodoro de Mopsvéstia e seus escritos, os escritos que Teodoreto de Ciro escrevera contra Cirilo de Alexandria e contra o concílio de Éfeso, e a carta que Ibas de Edessa endereçara ao bispo Máris de Hardaschir na Pérsia em defesa de Teodoro. O imperador acolheu de bom grado esta proposta e publicou, em 544, um edito a ser assinado por todos os bispos.

559. A condenação dos "Três Capítulos" não foi, realmente, infundada, porque continham, de fato, doutrinas nestorianas. No entanto, Teodoreto e Ibas haviam sido reconciliados com a Igreja, e Teodoro morrera na paz com ela. Um anátema contra os três bispos não sòmente era inconveniente, mas tinha também a aparência de injustiça. Acrescia que no ocidente se julgava, embora errôneamente, ter sido a carta de Ibas aprovada pelo calcedonense. O edito foi, portanto, recebido com grande indignação. As tentativas de impô-lo pela força levaram a novos e dolorosos conflitos.

560. Os bispos orientais, com Menas de Constantinopla à frente, cederam, pouco a pouco, à vontade do imperador. Mas, o papa Vigílio e os bispos ocidentais resistiram. Vigílio foi, por isso, convidado para Constantinopla (548), onde, depois de muitos vexames, redigiu o chamado "Judicatum", condenando os "Três Capítulos". O seu procedimento produziu uma forte agitação entre os bispos ocidentais. Os africanos chegaram até a tirar dos dípticos o nome de Vigílio.

Para tranquilizar os ânimos, o papa retirou o "Judicatum" e combinou com o imperador a convocação de um concílio ecumênico. Mas, em vez de reunir o concílio, Justiniano, movido pelas maquinações de Asquidas, publicou um novo decreto contra os "Três Capítulos" (551). E quando o papa protestou, o imperador quis aprisioná-lo. Vigílio fugiu com perigo de morte, procurando asilo numa igreja, onde pronunciou a deposição de Asquidas e a excomunhão de Menas († 552).

561. Iniciaram-se novas negociações para celebrar um concílio geral sob a presidência do próprio papa. Mas não foi possível haver harmonia de vistas. Justiniano abriu-o então sem a presença de Vigílio. Nestas condições, o resultado era de prever-se. Foi pronunciado o anátema contra os "Três Capítulos" e riscado até o nome de Vigílio, "salva communione cum Sancta Sede".

O papa, que procurava a paz da Igreja, custasse o que custasse, redigiu o chamado "Constitutum", condenando 60 proposições de Teodoro, Teodoreto e Ibas. Porém Justiniano não aceitou o "Constitutum". Vigílio, reduzido a uma condição penosíssima, privado de todos os seus conselheiros, mudou, pela segunda vez, de opinião, reconhecendo o sínodo de Constantinopla e motivando o seu procedimento num outro "Constitutum". Por isso, e pelas reclamações dos romanos foi-lhe restituída a liberdade. Em caminho para Roma veio a falecer († 555), expiando dolorosamente a ambição que o movera a aceitar a dignidade suprema de Vigário de Cristo. Seu sucessor, Pelágio I (556-61), confirmou igualmente o sínodo, que assim ficou reconhecido como 5º **concílio ecumênico,** segundo Constantinopolitano (553).

562. Pouco a pouco, cederam também os outros bispos do ocidente. Só na Itália setentrional chegaram a provocar um cisma, favorecidos pela invasão dos longobardos (568). Mas o bispo de Milão voltou à união em 571, os sufragâneos de Aquiléia, em 607. Os últimos cismáticos reconciliaram-se com a Igreja romana pelo ano de 700. O cisma deu origem aos patriarcados de Aquiléia e Grado.

Hefele, Konziliengeschichte II, 89 ss; 784 ss. — *Tixeront,* Histoire des dogmes III, 130 ss. — *Knecht,* Die Religionspolitik Kaiser Justinians I., Wuerzburg 1896. — *Diehl,* Histoire de l'Empire byzantin, Paris, 10. ed. 1934. — *Id.,* Justinien et la civilisation byzantine au VIe siècle, Paris 1901. — *Baker,* Justinian, London 1932. — *Biondi,* Giustiniano I, principe e legislatore cattolico, Milano 1936. — *Diekamp,* Die origenistichen Streitigkeiten im 6. Jahrh. und das 5. allgemeine Konzil, Muenster 1899. — *Scott,* The eastern Churches and the Papacy, London 1933. — *Baur,* Johannes Chrysostomus und seine Zeit, 2 vol., Muenchen 1929-30. — *Puech,* San Giovanni Crisostomo, Roma 1905. — *Lazzati,* Teofilo d'Alessandria, Milano 1934.

CAPITULO III

LITERATURA E CIÊNCIAS ECLESIÁSTICAS

Vista geral

563. Com a vitória do cristianismo, que com Constantino Magno subiu ao trono dos césares, começou também o período áureo da ciência e da literatura patrística. A segunda época da antiguidade é o tempo do maior florescimento da literatura cristã do oriente. As grandes controvérsias trinitária, cristológica e soteriológica, despertaram o mais vivo interesse dos teólogos. Varões ilustres e eminentes por santidade e erudição consagraram as suas melhores forças àquelas questões que tão de perto tocavam a vida da Igreja. E' o período dos grandes Padres da Igreja; para as ciências cristãs e para a literatura eclesiástica um dos períodos mais brilhantes de toda a história. O seu maior esplendor vai desde 325 até ao concílio de Calcedônia. E' este o período clássico da literatura patrística. Desde meados do século V, notamos certa decadência. Todavia, também nos decênios seguintes não faltaram escritores de pulso. O zelo com que trataram as múltiplas questões da doutrina católica e o heroísmo de virtude com que se apresentavam à sociedade cristã, ainda hoje, despertam a admiração de todos quantos estudam a história da Igreja.

564. Como era necessário, antes de mais nada, defender a fé católica contra as inovações doutrinais, a literatura deste período tem caráter especificamente dogmático e polêmico. Não se negligenciava, no entanto, um cultivo cuidadoso dos demais ramos da teologia. A história eclesiástica é tratada à parte por Eusébio e seus continuadores. A exegese é cultivada particularmente por S. Jerônimo e as duas escolas orientais. A catequética tem os seus representantes em Cirilo de Jerusalém, Dídimo o Cego e S. Agostinho. Na luta contra Juliano Apóstata também a apologética produziu preciosos frutos. O seu maior representante pertence, porém, a uma geração mais recente: é S. Agostinho, autor da magnífica obra *De civitate Dei*.

565. Os principais centros desta atividade literária foram, no oriente, as escolas de Alexandria e Antioquia, que, neste período, desenvolveram consequentemente as suas tendências distintivas. A diferença das duas escolas se faz notar tanto em filosofia como em teologia. Os alexandrinos mais se aproximam de Platão, os antioquenos são aristotélicos. Os alexandrinos cultivam, de preferência, a exegese alegórica e mística, seguindo ao grande Orígenes. E' preciso, no entanto, distinguir entre os alexandrinos antigos e os neo-alexandrinos. Estes últimos empregavam o sentido alegórico só para fins edificativos. Em tratados científicos e polêmicos preferiam, como os antioquenos, a exegese gramático-histórica. Os antioquenos elevaram a exegese a uma ciência própria. A sua escola atingiu, neste período, o maior florescimento.

Outra diferença das duas escolas consiste na diversa concepção da cristologia. Os antioquenos, mais racionalistas, acentuavam a separação das duas naturezas de Cristo, e alguns teólogos da escola chegaram a pôr em perigo a unidade da pessoa do Salvador. Os alexandrinos, pelo contrário, acentuavam mais a união das duas naturezas de Cristo, e alguns de seus representantes chegaram a negar a dualidade das naturezas (cfr. §§ 46-47).

566. No entanto, a atividade científica e literária não se limitou a estas duas escolas. Estendeu-se, mais ou menos, por toda a Igreja. Em várias partes do império e também fora do império encontramos grandes doutores, astros de primeira grandeza, principalmente na Palestina, Armênia e Síria. As escolas de Cesaréia, Edessa e Nísibis granjearam grande renome. E como o oriente, assim também a Igreja ocidental teve, ao lado dos grandes Doutores da Igreja, muitos outros teólogos e escritores que ilustraram as ciências e a literatura cristãs.

Podemos deste modo falar, nos parágrafos seguintes, 1) do florescimento da teologia grega, considerando a) a escola alexandrina, b) a escola antioquena e os outros escritores orientais; 2) do florescimento da literatura teológica no ocidente, considerando a) os escritores helenizantes, b) S. Agostinho e a sua escola; 3) dos últimos escritores da antiguidade cristã.

§ 53. Florescimento da teologia grega. — A escola alexandrina

567. O primeiro dos escritores gregos deste período é o pai da história eclesiástica, **Eusébio Pânfilo** (265-340?), bispo de Cesaréia na Palestina, célebre não só como historiador, senão também como apologeta. Tenha ele aqui o primeiro lugar, apesar de não pertencer pròpriamente à escola alexandrina. Discípulo do douto presbítero Pânfilo de Cesaréia, participou, durante a perseguição de Maximino Daja, por livre escolha, da prisão de seu mestre, colaborando com ele na composição da *Apologia de Orígenes*. Quando Pânfilo sofreu o martírio, Eusébio fugiu para Tiro e, em seguida, para o Egito, onde foi de novo encarcerado. Em 314, foi elevado à sede metropolitana de Cesaréia, e teve grande renome na corte de Constantino Magno, quando este veio a ser senhor de todo o império e transferiu a capital para Bizâncio.

568. Singular importância têm as obras históricas de Eusébio. A primeira é a *Crônica mundial,* cuja parte principal consiste de tabelas cronológicas. A sua idéia fundamental é uma apologia do cristianismo. Começando as suas exposições com o princípio do mundo, Eusébio se propõe demonstrar que a tradição judaico-cristã é muito mais antiga do que as memórias de qualquer outro povo. Em seguida escreveu Eusébio uma *História eclesiástica* de incalculável valor. Quis dar apenas uma coleção de material histórico. Mas este material é tão rico e também a exposição tão universalista, que a obra merece todo o nosso aplauso. O texto hodierno compreende em dez livros a história desde o princípio da Igreja até ao ano de 324. Além disso, escreveu Eusébio a *Vida de Constantino* em quatro livros. Não é pròpriamente uma biografia, e sim um panegírico do imperador. Finalmente, chegou até nós o célebre tratado *Sobre os mártires da Palestina,* conservado em duas edições. Uma, mais antiga e mais breve, foi inserida ao 8º livro da história eclesiástica. O libelo trata apenas da perseguição de 303 até 311.

569. Eusébio escreveu também numerosos tratados exegéticos, apologéticos e dogmáticos. Como exegeta segue a Orígenes e pertence, portanto, ao menos indiretamente, à escola alexandrina. Maior importância têm as duas obras apologéticas *Preparação Evangélica* e *Demonstração Evangélica*. Na primeira prova a superioridade do judaísmo sobre o paganismo; na segunda demonstra a superioridade do cristianismo sobre o judaísmo. Desta forma, as duas obras são como duas partes de uma grandiosa apologia do cristianismo. Na dogmática, Eusébio não ficou, infelizmente, isento de opiniões erradas, combatendo os defensores da fé nicena. Como seu mestre Pânfilo, grande admirador de Orígenes, ensinava um certo subordinacianismo, pelo que simpatizava com os arianos. Assinou, porém, o niceno e nunca ensinou o puro arianismo.

570. Entre os alexandrinos pròpriamente ditos deste período o primeiro é **Alexandre de Alexandria** († 328). Zeloso bispo da capital do Egito, enfrentou os heréticos melecianos e os arianos, e venceu-os ambos no concílio de Nicéia. A estas lutas destinam-se alguns sermões e algumas cartas circulares.

571. Sucessor de Alexandre na sede episcopal foi **S. Atanásio** (cfr. § 44). Se Eusébio foi disfarçado adversário da fé nicena, Atanásio foi seu mais ilustre defensor. Já pelos contemporâneos foi chamado "o Grande", "Médico enviado por Deus para sarar as feridas da Igreja", "Coluna da Igreja" (Greg. Naz., Orat. 21, 26). De fato, é ele uma das figuras mais insignes de toda a história eclesiástica. A sua vida foi consagrada, particularmente, à defesa da fé contra os arianos (cfr. § 44). A esta luta se destina também a maior parte dos seus escritos. Todavia, Atanásio não amava a luta. Em todos os seus tratados manifesta-se um caráter amável, cheio de bondade; e nunca invocou em sua defesa o braço secular, como faziam os seus adversários.

572. *a.* Entre as obras de Atanásio ocupam o primeiro lugar os tratados apologéticos. Já antes da controvérsia ariana, escreveu uma apologia *Adversus gentes libri duo.* Os dois livros formam uma unidade, tendo, porém, cada um o seu título próprio. O primeiro, *Oratio contra gentes,* prova a existência de um só Deus e, portanto, a sem-razão do paganismo. O segundo, *Oratio de incarnatione Verbi,* prova a conveniência e a necessidade da encarnação e a divindade de Jesus Cristo contra as objeções dos judeus e dos pagãos.

b. Entre as obras dogmático-polêmicas, a mais volumosa e a mais importante é a que tem o título *Orationes quatuor contra Arianos,* das quais a última, porém, não é autêntica.

A obra foi escrita no deserto do Egito (356-62), e trata da origem eterna do Filho, da consubstancialidade com o Pai e da distinção das pessoas divinas. No mesmo tempo, escreveu Atanásio as quatro cartas ao bispo Serapião de Tmuis. Muitas outras obras, pequenos tratados e cartas dogmáticas, completam a doutrina do grande bispo contra os arianos e macedonianos.

c. Além disso, escreveu Atanásio uma série de tratados históricos, exegéticos e ascéticos. O zeloso pastor soube fazer da história uma arma poderosa para defender a Igreja e para refutar calúnias. Com este intuito escreveu *Apologia contra Arianos, Apologia ad Constantium imperatorem* e *Historia Arianorum ad Monachos.* Também a *Apologia de fuga sua* pertence a esta categoria de escritos. Entre as obras ascéticas e práticas figuram um tratado *Sobre a virgindade* e a *Vida de S. Antão.* O venerável patriarca dos monges morreu em 356; e provàvelmente no ano seguinte, Atanásio escreveu-lhe a vida como "espelho da ascética para os monges". O livro teve um êxito magnífico. Levou as idéias do monaquismo egípcio para o oriente e para o ocidente. Aos tratados práticos de Atanásio pertencem também numerosas cartas e pregações, cartas sinodais e encíclicas. O chamado *Símbolo Atanasiano,* porém, não é dele. Parece datar do século V e ter sido introduzido na liturgia ocidental no século IX. O oriente nunca o aceitou nos seus livros litúrgicos.

573. Aqui devemos mencionar também uma série de monges, amigos e contemporâneos de Atanásio, que nos deixaram os frutos da sua atividade literária: S. Antão do Egito, S. Pacômio, Macário do Egito, Macário de Alexandria e Evágrio Pôntico, o mais fértil e mais característico escritor espiritual do deserto egípcio. E também os bispos Serapião de Tmuis, Pedro II, sucessor de Atanásio na sede de Alexandria, e Timóteo de Alexandria, irmão e sucessor de Pedro II, tenham aqui o seu lugar.

574. *a.* Contemporâneo de Atanásio e uma das figuras mais extraordinárias da patrologia foi o leigo **Dídimo o Cego** (309-98). Apesar de ter perdido a vista, quando tinha apenas quatro anos de idade, adquiriu tão vastos conhecimentos e tão profunda erudição, que todos se curvavam diante de seu espírito. Por mais de meio século ocupou o cargo de diretor da escola catequética de Alexandria. Os varões

mais célebres da época, como Jerônimo e Rufino, vinham escutar a sua palavra. Também S. Antão deixou, mais de uma vez, o deserto para ouvi-lo.

b. Dídimo escreveu, por meio de amanuenses, uma série de obras dogmático-polêmicas e exegéticas. Brilhou, sobretudo, pela clareza de exposição e simplicidade de linguagem. Sua obra principal é *De Trinitate libri tres,* com a qual combate o arianismo e o macedonianismo, revelando-se estrênuo defensor da fé nicena. Inúmeras outras obras foram ditadas pelo grande mestre. S. Jerônimo começou a enumerá-las, mas finalmente terminou, dizendo: "Et infinita alia quae digerere proprii indicis est" (De vir. ill. 109). Grande admirador de Orígenes, Dídimo procurou explicar num sentido ortodoxo a obra principal do venerado antecessor na diretoria da escola, *De principiis.* Infelizmente fez sua a doutrina da preexistência das almas e da apocatástase; e, por isso, foi com Orígenes anatematizado no 5º concílio ecumênico.

575. *a.* Outro grande egípcio foi **Cirilo de Alexandria** († 444). Pouco sabemos da sua vida anterior a 412. Em 403 acompanhou seu tio Teófilo ao sínodo "ad quercum" de Calcedônia, onde estava convencido da culpa do santo patriarca de Constantinopla. Em 412 sucedeu a seu tio na sede patriarcal de Alexandria. Animado, no princípio do seu episcopado, de um zelo um tanto imprudente, tornou-se, em seguida, baluarte inabalável da ortodoxia na luta contra o nestorianismo (cfr. § 46).

b. Arma principal de Cirilo nesta luta foi a palavra escrita. O número e a importância dos seus tratados no-lo apresentam como uma das maiores figuras da história da antiga literatura cristã. Fora dos tratados já mencionados (cfr. § 44), saíram da sua pena outros muitos de assunto apologético, dogmático-polêmico e exegético. Uma obra volumosa de tendência apologética contra Juliano Apóstata compreendia 30 livros; só dez se conservaram. As obras dogmático-polêmicas de Cirilo dirigem-se em parte contra o arianismo, em parte contra o nestorianismo, em parte contra outras heresias. Quase todas tratam da SS. Trindade e da Encarnação do Verbo. A mais importante é *Cinco livros contra as blasfêmias de Nestório.* A forma destes tratados lembra muito o método escolástico.

c. Ainda mais numerosos são os tratados exegéticos. Cirilo prova que não há contradição entre o Antigo e Novo Testamento, e que o Antigo Testamento foi *παιδαγωγὸς εἰς Χριστόν*. Infelizmente, pereceram quase todos os seus comentários. Além disso, escreveu Cirilo muitas cartas e sermões. Entre estes figura o mais célebre sermão da antiguidade sobre Maria Santíssima, pronunciado em 431 na igreja de Nossa Senhora de Éfeso (PG 77, 991 ss).

576. À escola neo-alexandrina pertencem também os três grandes capadócios, S. Basílio Magno, seu irmão S. Gregório de Nissa e o amigo de ambos, S. Gregório de Nazianzo. Como Atanásio, assim também eles viram na luta contra os arianos e os pneumatômacos a missão principal da sua vida. Unidos pelos laços de parentesco e amizade, e iguais em importância para a Igreja, são três estrelas de primeira grandeza na Igreja oriental. Basílio é o caráter forte e inquebrantável, Gregório de Nissa, o pensador profundo, Gregório Nazianzeno, o grande orador e distinto teólogo (Marx, Patr. 90-91).

577. **S. Basílio Magno** (330-79) nasceu em Cesaréia na Capadócia de família abastada e nobre pelo sangue e pela santidade. Fez os seus primeiros estudos sob a direção do pai Basílio, celebrado rétor e advogado. Frequentou, em seguida, as célebres escolas de Cesaréia na Palestina, de Constantinopla e de Atenas. Aqui travou amizade indissolúvel com Gregório Nazianzeno. Aqui teve também Juliano Apóstata como condiscípulo. Em redor dos dois amigos uniram-se outros estudantes cristãos, formando assim, de certo modo, a primeira associação de acadêmicos católicos.

578. Porém Basílio não gostava muito do bulício da cidade mundial. Sentia-se chamado para o silêncio da solidão. Renunciando às honras duma brilhante carreira de rétor, resolveu abraçar a vida monástica. Para se instruir na vida e na doutrina ascética, visitou os monges do Egito, da Palestina, da Síria e da Mesopotâmia. Retirou-se depois para a solidão nas vizinhanças de Neo-Cesaréia no Ponto, onde em breve se viu rodeado de uma grande multidão de monges.

579. Pelo ano de 364, o metropolita Eusébio de Cesaréia soube atrair o monge para junto de si e movê-lo a receber a ordenação sacerdotal. Desde então, Basílio foi tudo

para o metropolita, "bom conselheiro, hábil auxiliar, intérprete das Escrituras Sagradas e dos seus deveres, báculo da sua velhice, apoio da sua fé, o familiar mais fiel" (Greg. Naz., Orat. 43, 33).

Em 370, morreu Eusébio, e Basílio foi eleito seu sucessor. Feito metropolita da Capadócia e "exarca" sobre cinquenta bispos da diocese política do Ponto, trabalhou incansàvelmente por melhorar os costumes entre o povo e o clero, reformar a liturgia, propagar a vida monástica e aliviar a sorte dos oprimidos. A sua missão principal foi a luta contra a heresia dos arianos, que o consideravam, depois da morte de Atanásio, seu mais temido adversário. Rochedo no meio de um mar revoltoso, não cedeu nem mesmo ao imperador Valente, que, apesar do decreto de desterro já pronunciado, não ousou removê-lo da sede episcopal. Em 1º de Janeiro de 379, foi colher o prêmio de seus trabalhos.

580. *a.* Como escritor distingue-se Basílio por uma dialética brilhante, eloquência, abundância de pensamentos, vigor e beleza de linguagem. Entre os seus tratados polêmico-dogmáticos merecem ser mencionados, em primeiro lugar, os *Cinco livros contra Eunômio*, ariano extremista. Na sua obra *Sobre o Espírito Santo* aparece, pela primeira vez, a doxologia "Glória ao Padre com o Filho e o Espírito Santo", substituindo a então comumente usada "Glória ao Padre pelo Filho no Espírito Santo". Quando encontrou oposição, Basílio declarou que a sua doxologia se justifica pela Sagrada Escritura e pela tradição da Igreja, que ela exprime melhor a pluralidade das pessoas divinas e a unidade da essência, e que, portanto, exclui tanto o sabelianismo quanto o arianismo. Basílio escreveu também uma *obra Adversus Manichaeos*, que pereceu.

b. Entre as obras ascéticas de Basílio têm maior importância as duas regras monásticas, *Regulae fusius tractatae* e *Regulae brevius tractatae*. Em forma de perguntas e respostas, são uma espécie de catecismo para os monges. Tornaram-se, pouco a pouco, normas para todos os cenobitas do oriente. Especial importância têm também as cartas do grande bispo. São uma fonte preciosa para a vida do santo e para a história de seu tempo. Um belíssimo tratado de Basílio dirige-se *Aos jovens*, pérola da literatura

patrística, em que apresenta à juventude estudiosa um verdadeiro programa do humanismo cristão.

Sejam mencionadas ainda as nove célebres homílias sobre o hexaêmeron com as magníficas passagens sobre a onipotência de Deus e a beleza da criação. A teoria geocêntrica lhe é apenas uma hipótese.

581. **Gregório Nazianzeno** (326?-89) foi uma alma branda, que venerava seu grande amigo Basílio como guia da vida e mestre da fé. Educado pela piedosa mãe Nona, estudou, em seguida, nas escolas de Cesaréia na Palestina, Alexandria e Atenas. Estudou com entusiasmo as ciências antigas; mas nunca se esqueceu da promessa que fizera a mãe, dedicando o filho ao Senhor já antes do nascimento dele. No meio dos múltiplos negócios que, em seguida, o ocupavam, levava uma vida ascética nas proximidades de Nazianzo.

A desejo da comunidade cristã de Nazianzo, mas contra a sua vontade foi ordenado sacerdote pelo velho pai, que era bispo. Sagrado bispo de Sasima por Basílio (372), foi chamado por Teodósio Magno a Constantinopla para salvar o catolicismo da capital. Gregório conseguiu brilhantemente restaurar a fé ortodoxa por suas pregações inflamadoras.

582. A esse tempo pertencem os seus célebres *Cinco sermões teológicos* sobre a divindade do Filho e do Espírito Santo, que lhe mereceram o título de "Teólogo". Eleito bispo da capital, dirigiu algum tempo os negócios do concílio de Constantinopla. Mas, encontrando resistência e não conseguindo pôr termo ao cisma meleciano de Antioquia, renunciou a seu cargo, e voltou a Nazianzo, onde dirigiu, pelo espaço de dois anos, os negócios da diocese, vacante desde a morte do pai. Dedicou o resto da sua vida a exercícios ascéticos e a trabalhos literários.

583. Gregório Nazianzeno foi, sem dúvida, o maior orador de seu tempo, o clássico entre os Padres gregos. Na sua doutrina foi pouco especulativo, mas extremamente fiel à Tradição eclesiástica. A maior parte das suas 45 orações conservadas tratam da SS. Trindade. As suas opiniões sobre este ponto da doutrina católica eram consideradas como as mais sólidas e precisas. Além disso, nos deixou 243 cartas e mais de 500 poesias.

584. **Gregório de Nissa** († 395) considerava seu irmão Basílio como mestre e pai. Já abraçara o estado clerical e era leitor, quando, como diz o Nazianzeno, se deixou fascinar pelos atrativos do mundo. Escolheu a profissão de rétor; e estimava mais ser chamado rétor do que cristão. Movido, porém, por seus amigos e parentes, retirou-se novamente do mundo, procurou, por algum tempo a solidão, dedicando-se à ascética e aos estudos teológicos, e foi então chamado por Basílio à sede episcopal de Nissa (371). Durante a luta contra os arianos, foi deposto e exilado. Mas, depois da morte de Valente, voltou e distinguiu-se como grande teólogo no concílio de Constantinopla.

585. Os escritos de Gregório tratam de quase todos os ramos da teologia e revelam profunda especulação. A sua obra mais célebre, *Oratio catechetica magna*, é uma explicação e apologia dos principais dogmas da fé. Pretende convencer em geral os judeus, pagãos e heréticos da verdade católica. Com o mesmo fim escreveu ainda vários tratados, em particular contra os pneumatômacos, *Contra Eunomium*, mais erudita apologia que se tem escrito contra os arianos, e *Antirrheticus adversus Apollinarem*, que os patrólogos consideram como a mais forte refutação do apolinarismo. Particular interesse teve e tem o *Dialogus de anima et resurrectione*, magnífico diálogo entre o autor e sua irmã, Macrina, que procurava consolar o irmão, desolado pela morte de Basílio. Além disso, escreveu Gregório uma série de tratados ascéticos, retóricos e epistolares. Seja mencionado, ao menos, o precioso livro *De virginitate*, em que o autor desenvolve com verdadeiro encanto o pensamento de que a virgindade faz da alma uma esposa de Cristo. Aos tratados ascéticos pertence também a *Vita S. Macrinae*, que escreveu pouco depois da morte de sua irmã, com o fim de conservar o exemplo daqueles, "que pela verdadeira sabedoria subiram ao mais alto cume da virtude".

Bardenhewer, Geschichte der altkirchl. Literatur III, 2. ed., Freiburg 1923. — *Marx*, Patrologie, 76 ss. — *Rauschen-Altaner*, Patrologie, 173 ss; 193 ss. — *Insuelas*, Curso de Patrologia. — *Eus. Caes.*, Opera, PG 19-24. — *Stevenson*, Studies in Eusebius, Cambridge 1929. — *Athan. Alex.*, Opera, PG 25-28. — *Bardy*, Mg., Paris 1914. — *Didym.*, Opera, PG 39. — *Funk*, Abhandlungen und Untersuch., II 291 ss. — *Cyrill. Alex.*, Opera, PG 68-77. — *Basil. Magn.*, Opera, PG 29-32. — *Allard*, Mg., Paris, 4. ed., 1903. — *Greg. Naz.*, Opera, PG 35-38. — *Fleury*, St. Grégoire de Naz. et

son temps, Paris 1930. — *Pellegrino*, La poesia di San Gregório Nazianzeno, Milano 1932. — *Greg. Nys.*, Opera Pg 44-46. — *Gomes de Castro*, Die Trinitaetslehre des hl. Gregor von Nyssa, Freiburg 1938.

§ 54. A escola antioquena e outros escritores orientais

586. Entre os mais distintos representantes da escola antioquena figuram os dois precursores do nestorianismo, Diodoro de Tarso († 392) e seu discípulo Teodoro de Mopsvéstia († 428). Ambos foram varões nobres, Diodoro amigo de S. Basílio, e Teodoro amigo de S. Crisóstomo, e não quiseram senão pregar e defender a verdade. Infelizmente, as tendências da escola conduziram-nos a falsas conclusões. E precisamente por serem eles os primeiros defensores daquela heresia, desapareceram quase todos os seus escritos, embora em muitos tratados se tivessem mostrado baluartes da fé contra os arianos e contra os pagãos. Teodoro foi até anatematizado no 5º concílio ecumênico (cfr. § 52). De seus escritos só restam os comentários aos profetas menores e a dez epístolas de S. Paulo, como alguns fragmentos de outros tratados.

587. Discípulo de Diodoro e amigo de Teodoro, sem partilhar dos erros de ambos, foi **S. João Crisóstomo,** o mais celebrado dos antioquenos, o orador mais brilhante e um dos caracteres mais nobres da Igreja oriental. Seu fiel amigo Paládio lhe escreveu a vida (PG 47, 1 ss).

Nascido de família rica de Antioquia (347?), perdeu, pouco depois, o pai, Secundo, comandante em chefe das tropas da Síria. A piedosa mãe, Antusa, viúva de vinte anos de idade, não quis mais casar-se para se dedicar ùnicamente à educação de seu filho. Este estudou retórica na escola de Antioquia, para escolher, mais tarde, a profissão de advogado. Aconselhado, porém, por um seu amigo Basílio, dedicou-se, na idade de vinte anos, à vida ascética. O então arquimandrita Diodoro o iniciou na doutrina cristã, na ciência das Escrituras e da ascética. O ideal de Crisóstomo era uma cela de eremita. Mas não pôde realizar o seu desejo, porque a mãe não quis separar-se do filho.

588. *a.* Quando, em 373, foi convidado a receber a sagração episcopal, julgou ser indigno desta elevação e subtraiu-se pela fuga. Passou alguns anos numa montanha dos

arredores de Antioquia. Mas o estado da sua saúde delicada obrigou-o a voltar para Antioquia. Ordenado diácono (381) e sacerdote (386), pregou, pelo espaço de dez anos, na catedral da cidade, com zelo ardente e com admirável sucesso. O nome do pregador ecoou também na capital do império; e quando morreu o patriarca Nectário de Constantinopla († 397), o imperador Arcádio ordenou que Crisóstomo fosse levado à capital para ser patriarca. Mau grado seu aceitou a eleição, e foi sagrado pelo ambicioso Teófilo de Alexandria.

b. Com zelo apostólico e com energia inquebrantável começou o novo patriarca a exercer o seu ministério. Antes de mais nada, empreendeu a reforma tão necessária dos chefes e dos membros da sua Igreja. Animado só pelo zelo das almas e pela glória de Deus, e desconhecendo respeito humano, não hesitou de estigmatizar os vícios do onipotente ministro Eutrópio e da vaidosa e perversa imperatriz Eudóxia. Esta não lhe perdoou a franqueza. Apoiada pelo rancoroso Teófilo de Alexandria, começou a obra nefanda de intrigas contra o santo censor dos costumes, e conseguiu do fraco marido o decreto de desterro, onde o santo morreu, mártir do seu dever (cfr. § 52).

589. As obras de Crisóstomo, que chegaram até nós, são mais numerosas do que as de qualquer outro escritor oriental. Tratam principalmente de assuntos práticos e são, pela maior parte, comentários à Sagrada Escritura, em forma de homílias. As mais apreciadas são as suas homílias sobre os salmos e sobre as epístolas de S. Paulo. Crisóstomo venerava altamente o grande apóstolo, e em sua honra pronunciou sete sermões, nos quais esboça uma magnífica imagem da sua vida.

São conservados também muitos outros sermões, dogmático-polêmicos, litúrgicos, panegíricos e ocasionais. Entre estes têm principal importância os 21 sermões *De statuis ad populum Antiochenum,* e dois que dizem respeito ao ministro derrotado Eutrópio sobre a caducidade da felicidade terrestre.

Só duas obras apologéticas de Crisóstomo chegaram até nós, *Contra judeus e gentios,* e *Contra Juliano e os gentios.* Mais numerosos são os tratados morais; e a estes pertence a obra mais célebre de Crisóstomo, os seis livros *Sobre*

o sacerdócio. E' um diálogo entre o autor e seu amigo Basílio sobre a dignidade e a responsabilidade do sacerdote. Nenhum de seus livros foi traduzido e impresso tantas vezes, como este precioso tratado. Finalmente, escreveu Crisóstomo cerca de 238 cartas, redigidas quase todas durante o seu segundo desterro. Refletem a grandeza da sua alma, que não vivia senão para Deus.

590. S. João Crisóstomo foi pastor de almas, não dogmático especulativo. Todavia, foi contado entre os grandes doutores da Igreja, sobretudo por sua doutrina sobre a Sagrada Eucaristia. Sobre este ponto ele escreveu com tanta clareza como nenhum outro Padre da Igreja antiga. Com razão foi chamado por contemporâneos e pósteros "Doutor da Eucaristia", "Coluna da Igreja", "Luzeiro da verdade", "Trombeta de Cristo".

591. O último representante da escola antioquena foi **Teodoreto de Ciro** (386-458). Seus pais entregaram-no a um mosteiro, onde viveu tranquilamente durante 30 anos. Feito bispo de Ciro (423), dirigiu pelo espaço de 35 anos esta Igreja. Desenvolveu admirável zelo de pastor de almas, defendendo o rebanho contra hereges e pagãos e continuando, todavia, a vida ascética. As tendências teológicas que caracterizam a escola antioquena moveram-no, infelizmente, a declarar-se contra Cirilo de Alexandria no tocante à questão nestoriana. Como, ao mesmo tempo, lutasse contra o monofisitismo, foi deposto pelo "latrocínio" de 449. Teodoreto apelou para o papa Leão Magno e assinou o anátema contra Nestório e foi, por isso, reabilitado como ortodoxo no concílio de Calcedônia. Desde então continuou a exercer o seu ministério episcopal com zelo apostólico até à morte.

592. Teodoreto foi um dos mais doutos escritores gregos, celebrado, sobretudo, como exegeta. Seus comentários vencem os de Crisóstomo pela exatidão científica; e há quem o considere como maior exegeta entre os antigos.

O douto bispo tem igualmente bom nome no campo da historiografia. A sua *História da Igreja,* continuação da história de Eusébio, trata dos anos 323 até 428. A *História religiosa* tem por objeto a vida de 30 ascetas orientais. O *Compendium fabularum haereticarum* resume a história dos hereges desde Simão Mago até Eutiques.

Os tratados apologéticos, *Graecarum affectionum curatio* e *Polymorphus,* terminam dignamente a série das apologias gregas. Nas suas obras dogmáticas Teodoreto não foi feliz. Dirigem-se quase todas contra Cirilo de Alexandria. Por isso, foram condenadas no 5º concílio ecumênico, como nestorianas. A maior parte delas pereceu. Finalmente, escreveu Teodoreto numerosos sermões e cartas. As 227 cartas conservadas são uma fonte preciosa para o conhecimento do nestorianismo e do monofisitismo, e revelam-nos a bela alma de um bispo douto e humilde.

593. Na Palestina brilharam dois luzeiros da ortodoxia: Cirilo de Jerusalém e Epifânio de Sálamis. **S. Cirilo de Jerusalém** (313-86) foi elevado à sede episcopal em 348, quando a luta ariana agitava todo o oriente. Embora não simpatizasse com a palavra "homoúsios" e não quisesse imiscuir-se na luta, não pôde, todavia, abster-se de explicar a verdadeira doutrina católica. E o fez com energia. Como Atanásio, defendeu corajosamente a fé nicena. Por isso, teve de seguir, três vezes, o caminho do desterro.

Cirilo deve a sua fama, sobretudo, às 24 catequeses, que dirigiu aos catecúmenos e neófitos (347-48) e que são de grande importância para a história da liturgia. Particular interesse têm as últimas cinco, chamadas mistagógicas, que tratam das cerimônias do batismo, da crisma e da Eucaristia, explicam claramente a presença real de Jesus Cristo e descrevem a liturgia da missa de Jerusalém.

594. Contemporâneo de Cirilo foi o poliglota **S. Epifânio de Sálamis** († 403). Muito cedo dedicou-se ao estudo das Sagradas Escrituras. Depois de uma viagem ao Egito, abraçou a vida monástica, quando tinha 20 anos de idade. Exerceu longamente o cargo de arquimandrita do mosteiro por ele fundado em Eleuterópolis na Judéia. Graças à sua fama de douto e piedoso, foi eleito metropolita de Sálamis (367). Distinguiu-se por grande amor aos pobres, zelo em propagar a vida monástica e em defender a pureza da fé; e neste particular mostrou-se, às vezes, bastante tempestuoso (cfr. § 52).

595. Como a sua atividade de pastor, assim também os seus trabalhos literários visavam todos a propagação do monaquismo e a extirpação das heresias. Revela não sòmen-

te vastos conhecimentos teológicos, mas também maravilhosos conhecimentos linguísticos.

Entre as suas obras tem o primeiro lugar o *Ancoratus*, explicação da doutrina trinitária contra arianos e pneumatômacos. O tratado termina com dois símbolos de fé. O primeiro foi adotado, com insignificantes modificações, pelo 1º concílio de Constantinopla (381). Outra obra de Epifânio tem o título *Panárion* ou *Haereses*. E' uma refutação de 80 heresias, entre as quais se enumeram também os sistemas filosóficos dos pagãos e os partidos religiosos dos judeus.

Epifânio escreveu, além disso, uma série de tratados exegéticos, e entre estes tem não pouca importância para as ciências bíblicas uma propedêutica bíblica com o título *De mensuris et ponderibus* (392). Não trata apenas das medidas e dos pesos, mas também do cânon e das traduções do Antigo Testamento e dos nomes geográficos da bíblia.

596. *a*. Finalmente, devemos tratar aqui de uma série de escritores orientais, que são chamados sírios. "Sírio" é o idioma formado em Edessa, capital do reino de Osroene na Mesopotâmia. E' um ramo da língua aramaica. O primeiro período da história eclesiástica não produziu senão poucos monumentos literários desta língua. O mais importante é a *Doctrina Addaei* (cfr. § 7).

b. A literatura síria teve o seu florescimento no século IV. Centros da vida científica foram então a escola de Edessa e, mais tarde, a de Nísibis. No tocante aos métodos assemelhavam-se à escola antioquena. Daí se explica que ambas se tornaram, em seguida, centros do nestorianismo. Por isso, a escola de Edessa foi suprimida pelo imperador Zenão (cfr. § 46). Nísibis caiu nas mãos dos persas.

c. Os primeiros escritores sírios deste período foram os bispos Jacob de Nísibis († c. 338) e Efraates († 367), chamado o "Sábio da Pérsia". Uma série de 23 tratados que nos legou desenvolve uma vista geral da doutrina cristã.

597. O maior representante da literatura síria é o diácono **S. Efrém** (306-73). Nascido em Nísibis de pais cristãos, abraçou a vida eremítica. Seu bispo, Jacob, o ordenou diácono e o fez diretor da escola catequética da cidade natal. Quando Nísibis foi anexada à Pérsia (363), os habitantes cristãos tiveram que deixar a cidade. Efrém retirou-

se para o império romano e estabeleceu-se em Edessa, onde se tornou o mais celebrado mestre da escola.

598. Entre as obras de Efrém compete o primeiro lugar aos comentários que escreveu a quase toda a Sagrada Escritura. Relativamente poucos chegaram até nós. Fora destes comentários, redigidos em prosa, quase todos os tratados do douto diácono têm forma de poesia, e tratam de assuntos moral-ascéticos e dogmático-polêmicos. Efrém é considerado o mais zeloso cantor da Virgem Santíssima. Canta a sua virgindade perpétua e a sua maternidade divina. Os seus contemporâneos já o celebravam como "profeta dos sírios" e "cítara do Espírito Santo". Bento XV declarou-o Doutor da Igreja (1920).

599. **Ibas de Edessa** († 457), metropolita desta cidade, traduziu as obras de Diodoro e de Teodoro de Mopsvéstia, pelo que foi censurado de nestorianismo. O "latrocínio" de 449 o declarou deposto; mas o calcedonense o reintegrou.

Rabulas de Edessa teve igualmente grande parte nas controvérsias nestorianas. No concílio de Éfeso esteve ao lado dos antioquenos. Mas ainda no mesmo ano se separou deles e defendeu, desde então, vigorosamente a Cirilo de Alexandria. De seus escritos só poucos chegaram até nós.

600. Fundador da literatura armena foi **S. Mesrópio** (cfr. § 42). Tendo, por algum tempo, exercido o cargo de secretário real, retirou-se à solidão, onde numerosos discípulos se lhe associaram. Com eles deixou novamente o retiro, para pregar entre o povo, apoiado por seu bispo, Isaac o Grande, igualmente escritor. Pregação e catequese foi a sua principal ocupação.

601. Entre os muitos discípulos de Mesrópio podem ser mencionados Córion, seu biógrafo, Moisés de Cora, escritor mais popular da Armênia († 487), e o eremita Eliseu, que escreveu uma história da guerra infeliz, que os armênios tiveram de sustentar contra os persas. A obra tem também importância apologética. Outras obras, particularmente exegéticas, saíram da pena de Eliseu. O seu tratado mais belo é uma *Exortação aos eremitas*.

Obras de Teodoro de Mopsvéstia PG 66; — de Crisóstomo PG 57-64; — de Teodoreto de Ciro PG 80-84; de Cirilo de Jerusalém PG 33; — de Epifânio PG 41-43. — *Bardenhewer*, Geschichte der altkirchl. Literatur IV. — *Rauschen-Altaner*, Patrologie 245 ss. — *Marx*, Patrologie 99 ss. — *Insuelas*, Curso de Patrologia. — *Baur*,

Johannes Chrysostomus und seine Zeit, 2 vol., Muenchen 1929-30. — *Schulte*, Theodoret von Cyrus, Wien 1904. — *Puech*, S. Giovanni Crisostomo, Roma 1905. — *Duval*, La littérature syriaque, 3. ed., Paris 1907. — *Ricciotti*, S. Efrem Siro, Torino 1925. — *Mercati*, S. Ephraem Syri opera, Roma 1915 ss.

§ 55. Florescimento da literatura teológica no ocidente. — Escritores helenizantes

602. O primeiro dos escritores ocidentais deste período é **S. Hilário de Poitiers** († 367), o Atanásio do ocidente. Filho duma família pagã, recebeu o batismo pelo ano de 350, e foi eleito, pouco depois, bispo da sua cidade natal. Acre adversário do arianismo, foi desterrado por Constâncio para a Frígia (356-59). Ali teve ocasião de estudar os Padres gregos, para servir-se, em seguida, destes conhecimentos, a fim de combater a heresia no ocidente.

603. Foi no exílio, que Hilário escreveu a sua obra principal, *De Trinitate libri XII*, obra mais excelente que se tem escrito na luta contra os arianos. Seguiram-se vários outros tratados histórico-polêmicos, três dos quais têm por destinatário o imperador Constâncio. Foi ainda no desterro, que Hilário escreveu uma série de hinos para o culto divino.

Reenviado para as Gálias, o zeloso pastor procurou, com sábia moderação, restabelecer a fé nicena. Conseguiu-o, de fato, num sínodo de Paris (361), onde quase todo o episcopado das Gálias se declarou pelo niceno.

Como Hilário é o primeiro dogmático entre os latinos, assim é também o primeiro exegeta importante do ocidente. Tanto na teologia especulativa como na exposição da Sagrada Escritura revela claramente a influência de Orígenes, sem desconhecer, porém, o sentido gramático-histórico dos livros sagrados.

604. *a.* **S. Ambrósio** (333-97) foi o primeiro dos quatro grandes doutores da Igreja ocidental. Nascido em Treves, onde o pai residiu como prefeito das Gálias. Depois da morte prematura do pai, a mãe mudou-se com os filhos para Roma, onde Ambrósio fez os estudos de retórica e direito. Valentiniano I nomeou-o governador das províncias da Ligúria e Emília com sede em Milão. Pouco depois, faleceu o bispo Auxêncio, e Ambrósio foi elevado, pela voz do povo, à sede episcopal. Depois de longa resistência cedeu às reclamações do povo, recebeu o batismo e, dentro de oito dias, as ordens sacras. Logo distribuiu os seus bens aos pobres e dedicou-se com zelo admirável aos trabalhos episcopais.

b. Estudou, antes de tudo, as obras de Clemente de Alexandria, de Orígenes, Dídimo o Cego e Basílio Magno, a fim de adquirir os necessários conhecimentos teológicos. Esforçou-se depois eficazmente por reformar os costumes entre leigos e clérigos, por propagar a vida monástica e melhorar a liturgia, cujas formas até hoje se conservam na Igreja de Milão.

c. Temido pelos heréticos e pagãos, amado como pai pelos dois jovens imperadores Graciano e Valentiniano II, venerado por Teodósio Magno e admirado por contemporâneos e pósteros, é Ambrósio um dos mais brilhantes luzeiros da Igreja ocidental, um dos mais intrépidos defensores da liberdade eclesiástica e da moral cristã, não cedendo ao próprio imperador (Sozom., HE 7, 25; Ambr., De obitu Theod. 27, 34; Paul., Vita 24). O seu prestígio e a sua atividade ultrapassam muito os limites da sua diocese. Teodósio o chamava "único digno do nome de bispo".

605. *a.* Apesar dos seus muitos trabalhos de bispo e conselheiro dos imperadores, Ambrósio desenvolveu uma admirável atividade literária. Sendo romano e, primeiro que tudo, pastor de almas, todas as suas obras têm por objeto assuntos práticos. Não teve nem inclinação nem tempo para questões especulativas. As suas obras exegéticas são todas, na sua origem, sermões, particularmente sobre o Antigo Testamento, seguindo na interpretação fielmente as explicações de Filão e de Orígenes. Ao comentário às 13 epístolas de S. Paulo nega-se, desde Erasmo de Roterdão, geralmente, a autenticidade, sendo o autor desconhecido chamado de Ambrosiastro ou Pseudo-Ambrósio.

b. Nas obras dogmáticas segue Ambrósio principalmente a S. Basílio. Duas são dedicadas ao imperador Graciano, *De fide ad Gracianum Augustum* e *De Spiritu Sancto*. As principais obras moral-ascéticas são *De virginibus ad Marcellinam sororem* e *De officiis ministrorum*. Aquela é uma coleção de sermões às virgens; este, na sua origem, conferências aos clérigos, sistema completo da moral cristã.

Além disso, nos foram conservadas diversas orações e cartas, que nos revelam a alta autoridade de que gozava

Ambrósio na Igreja e no Estado do seu tempo. Finalmente, compôs o zeloso bispo uma série de hinos para serem cantados durante o culto divino, que lhe mereceram o título de "pai do canto eclesiástico". Houve quem lhe atribuísse também o símbolo atanasiano. O *Te Deum,* porém, hoje, se atribui ao bispo Nicetas de Remisiana, amigo de Paulino de Nola.

606. *a.* O mais douto dos Padres da Igreja de seu tempo foi Sofrônio Eusébio **Jerônimo** (346?-420). Nascido em Stridon na Dalmácia de família cristã, recebeu uma educação rigorosamente católica. Na idade de vinte anos foi a Roma, onde estudou na escola de Donato, gramático celebrado ainda na idade média. Em seguida, fez longas viagens pelas Gálias, Grécia e Ásia Menor. Durante estas viagens, amadureceu a sua resolução de consagrar-se a Cristo. Retirou-se para o deserto de Cálcide ao leste de Antioquia, a "Tebaida Síria", onde, em lutas heróicas contra a sensualidade, recuperou a paz da alma. Paulino de Antioquia deu-lhe a ordenação sacerdotal (379).

b. Jerônimo não desejava senão ocupar-se exclusivamente com as ciências teológicas. A fim de aprofundar os seus conhecimentos exegéticos, foi a Constantinopla, onde então pregava S. Gregório Nazianzeno. Lá se entusiasmou pelas obras de Orígenes e de Eusébio de Cesaréia. Convidado então pelo papa Dâmaso I, tomou parte num sínodo de Roma (382); e em Roma ficou até à morte deste papa na qualidade de secretário do mesmo.

c. Em breve, se tornou centro da vida ascética, rodeado de discípulos e discípulas da mais alta sociedade da capital, como Marcela, Paula e Eustóquio. E este monge doutíssimo e austero, que falava e escrevia com a franqueza dum apóstolo, na opinião de muitos, teria sido o mais digno sucessor do velho papa. Mas a popularidade sobe e desce fàcilmente. Quando Dâmaso I faleceu, foi eleito Cirício. Jerônimo voltou para o oriente. Depois de ter visitado a Dídimo o Cego e os monges do deserto nítrico, estabeleceu-se definitivamente em Belém, onde dirigiu, nos últimos três decênios da sua vida, uma grande comunidade de monges.

A paz do seu mosteiro foi perturbada pela controvérsia origenista e, mais tarde, pelo pelagianismo, cujos sectá-

rios o obrigaram a fugir. O mosteiro foi incendiado. Quatro anos depois faleceu o santo em Belém.

607. *a.* Segundo Sulpício Severo, S. Jerônimo falava perfeitamente o latim, o grego e o hebraico. O seu estilo era tão puro, que Erasmo de Roterdão o fez exceder ao próprio Cícero. As suas obras tratam de quase todos os assuntos da teologia, e excedem em número as obras de todos os Padres ocidentais, exceto as de S. Agostinho.

b. As suas obras bíblicas, influenciadas sensivelmente por Orígenes, são traduções e comentários. A mais importante é a *Vulgata,* fruto duma revisão da Ítala que teve de fazer por ordem do papa Dâmaso. Obras históricas são a tradução e continuação da *Crônica* de Eusébio, *De viris illustribus,* primeira história da literatura cristã, e três biografias de S. Paulo, pai dos eremitas, de S. Malco, monge da Síria, e de S. Hilarião, pai dos monges palestinenses. São três biografias que encantam o leitor pela elegância de estilo e exposição. Podem ser contadas também entre as obras ascéticas de Jerônimo.

Outra obra ascética é a belíssima carta a Eustóquio (Ep. 22) sobre a virgindade, ao mesmo tempo apologia da vida monástica. À mesma categoria de literatura pertence um libelo *Adversus Helvidium,* e outro *Adversus Jovinianum.* As obras dogmáticas de Jerônimo têm todas um caráter polêmico. De grande interesse tanto teológico como histórico são, finalmente, as cartas, verdadeiros modelos epistolares, quanto ao estilo e ao conteúdo.

608. Amigo de S. Jerônimo foi **Rufino de Aquiléia** (345-410). Nascido de pais cristãos, fez os seus estudos em Aquiléia e Roma. Em Roma conheceu a S. Jerônimo. Acompanhado da nobre Melânia Sen., visitou os monges do Egito. Em Alexandria ouviu as preleções de Dídimo o Cego, que o entusiasmou pelo grande Orígenes. Em seguida, viveu longo tempo como eremita no monte das Oliveiras de Jerusalém (378-96), e recebeu do bispo João a ordenação sacerdotal. Na controvérsia origenista ficou fiel ao grande alexandrino. Daí resultou um conflito veemente com Jerônimo. Reconciliado com ele, por mediação de Teófilo de Alexandria e de Melânia, retirou-se para Roma, onde traduziu a obra principal de Orígenes, *De principiis,* causa de novas contendas entre os dois amigos.

609. A maior parte das obras de Rufino são traduções de escritos de Orígenes, Eusébio, Basílio e outros orientais. Obras originais são a continuação da *História da Igreja* de Eusébio, a *História dos monges* do Egito, o *Comentário ao símbolo apostólico*, uma *Apologia contra Jerônimo* e outra *Apologia ao papa Anastácio*. Quando, no ano 410, os godos invadiram a Itália, Rufino fugiu para a Sicília, onde morreu no mesmo ano.

Obras de Hilário de Poitiers PL 9-10; — de Ambrósio PL 14-17; — de Jerônimo PL 22-30; a corresp. entre Jer. e Agost. ed. Schmitt, Flor. Patr. 22, Bonnae 1930; — de Rufino PL 21. — *Bardenhewer*, Geschichte der altkirchl. Literatur III-IV. — *Marx*, Patrologie 116 ss. — *Rauschen-Altaner*, Patrologie 284 ss. — *Insuelas*, Curso. — *De Broglie*, Sant'Ambrogio, Roma 1906. — *Moricca*, Torino 1928. — *Ficarra*, La posizione di S. Girolamo nella storia della cultura, 2 vol., Palermo 1916-30.

§ 56. Santo Agostinho e a sua escola

610. Quando o império ocidental, a passos agigantados, marchava para o ocaso e a invasão dos povos germânicos parecia destruir a cultura antiga, Deus deu à sua Igreja um homem, que unia em si toda a cultura grego-romana e toda a ciência eclesiástica e, por sua personalidade e santidade, de tal forma as centralizava e promovia, que as riquezas desta cultura cristã se mostraram capazes de formar o novo mundo da idade média. Este homem foi S. Agostinho (Lortz 73). Ele mesmo escreveu, nas *Confissões*, a sua vida até 387; o seu amigo e discípulo Possídio continuou a biografia até à morte (PL 32, 33).

611. **Aurélio Agostinho** (354-430) nasceu em Tagasta, cidade da Numídia. A sua origem púnica explica-nos muitos aspectos da sua alma. "Ardente como o sol da terra, sensual e apaixonado como sua raça, tendo o pensamento e a prosa ricos de vigor ígneo, é Agostinho o maior dos africanos". O pai Patrício legou-lhe os maus instintos da natureza sensual, a ambição, o amor ao dinheiro. À mãe, S. Mônica, deveu o melhor de seu coração. A dupla hereditariedade explica-nos os contrastes de sua natureza. "Destinado a tornar-se logo um discípulo louvado e, mais tarde, um professor insigne e, por fim, um mestre infatigável e venerado, começou por detestar os livros e as escolas" (Papini 18-25). Mais do que os estudos atraíam-no os jogos.

Mas, à medida que a criança se tornava moço, diminuía a sua repugnância pelos estudos. Passou então para Madaura, a fim de estudar eloquência e belas artes. Por falta de recursos, porém, teve de voltar para Tagasta, onde, durante um ano nada fez, senão entregar-se a seus instintos sensuais. Estes tão violentamente o dominavam que, dos 16 aos 32 anos, apenas teve sede de voluptuosidade e de luxúria.

Em 371, pôde começar os estudos de retórica na cidade de Cartago. O sensualismo o acompanhou. No ano seguinte, uma moça, sua companheira, deu-lhe um filho, Adeódato. Foi a este tempo que lhe caiu nas mãos o *Hortensius* de Cícero, diálogo infelizmente perdido em defesa da filosofia. A leitura deste livro inspirou-lhe melhores sentimentos (Conf. 3, 4). Mas, antes de se converter completamente, teve que esgotar até às fezes a experiência do mal.

612. *a*. Cícero lhe dizia que a felicidade consiste no conhecimento da verdade. Começando a procurá-la, julgou encontrá-la no maniqueísmo, porque este parecia oferecer-lhe uma solução convincente do problema do mal que lhe perturbava o espírito. O dualismo de Manes aplicava-se singularmente à dualidade que sentia no seu coração, a luta entre o bem e o mal. Mônica, sabendo das aberrações de seu filho, chorava e rezava, dia e noite, por sua conversão. E "era impossível que se perdesse o filho de tantas lágrimas".

b. Tendo terminado os estudos, Agostinho abriu uma escola de retórica em Tagasta e depois em Cartago. Parecia ser feliz. Mas sentia que lhe faltava alguma coisa. Para procurar consolação, estudou as categorias de Aristóteles, a música e a astronomia; e estes estudos causaram-lhe dúvidas. Fausto de Mileve, bispo maniqueu, maior celebridade da seita, númida como Agostinho, não foi capaz de dar resposta aos problemas a cujo respeito Agostinho o consultava (Conf. 5, 3. 6).

c. Além disso, sentia-se Agostinho desgostoso dos estudantes de Cartago. Procurava um campo melhor e mais vasto para a sua atividade. Resolveu mudar-se para a capital do império. O único obstáculo era sua mãe. Um dia, acompanhou-o ela até ao porto. Agostinho fugiu então, iludindo a mãe, deixando-a desconsolável à praia da África.

613. *a.* Agostinho chegou a Roma, em fins de 383. No ano seguinte, Símaco, prefeito da capital, enviou-o a Milão, onde pouco antes o grande Ambrósio triunfara da eloqüência de Símaco. Agostinho sentiu logo a influência do bispo eminente, cujas pregações brilhavam não por resplendores de empréstimo, mas pela convicção e pela caridade (Papini 81). E quando sua mãe chegou a Milão, estava, ao menos, para tomar a resolução de abandonar os caminhos errados do maniqueísmo e romper os grilhões da sensualidade.

b. O estudo de escritos neoplatônicos, o exemplo do rétor Mário Vitorino que o venerável sacerdote Simpliciano lhe mostrava, como também a vida de S. Antão, do qual lhe falava seu amigo Ponticiano, continuavam a obra da conversão. Finalmente, a ordem misteriosa de uma criança: "Tolle, lege!" e a leitura de Rom 13, 13-14: "Caminhemos como de dia, honestamente; não em... desonestidades e dissoluções..., mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo", — levaram-no ao caminho da santidade.

c. No retiro de Cassiciacum preparou-se para o batismo, que recebeu na Páscoa de 387 das mãos de S. Ambrósio, juntamente com seu filho Adeódato e seu melhor amigo Alípio. Voltou então com os seus para a pátria africana. Em Óstia faleceu Mônica. Chegado a Tagasta, Agostinho viveu, por três anos, retirado na casa paterna, transformada em mosteiro. Foram os grandes exercícios espirituais do santo, que se preparava para a sua missão heróica e para as lutas que o aguardavam.

614. Em 391, foi ordenado sacerdote pelo bispo Valério de Hipona. Quatro anos depois, Valério o fez seu coadjutor. Quando, no ano seguinte, morreu o velho bispo, Agostinho foi aclamado pelo povo seu sucessor. Desde então, a sua vida consome-se pelo trabalho, pela palavra falada e escrita e pela oração. Tornou-se logo flagelo dos hereges. O maniqueísmo, os donatistas, os pelagianos, todos tiveram que inclinar-se ante a lógica de seus argumentos. Só com a morte, durante o assédio da cidade pelos vândalos (430), havia de terminar a sua missão.

615. As obras de Agostinho tratam de todos os assuntos filosóficos e teológicos, lançando o fundamento de toda a ciência medieval. Gênio igual a Orígenes, excedeu-o pela pureza da doutrina. E, se, às vezes, muda as suas opiniões, ele mesmo pede que seja julgado segundo as obras mais recentes. O estilo das suas obras é diferente, conforme a diversidade dos destinatários, simples, às vezes misturado com barbarismos nos escritos populares, claro e preciso nas obras filosóficas, manifestando todas as artes da eloquência nas *Confissões* e na *Cidade de Deus*. Pelo número e extensão de seus tratados, pela profundeza de pensamentos e pela habilidade de dialética, S. Agostinho excede todos os outros escritores eclesiásticos.

616. Um lugar especial entre as obras do grande doutor ocupam as *Confissões* e a *Cidade de Deus*. Os 13 livros das *Confissões* pertencem às obras mais excelentes da literatura mundial. Nos 10 primeiros livros, Agostinho canta os louvores da Providência divina, manifestada na sua vida até à morte de sua mãe. São uma confirmação do que escreve no princípio: "Fizestes-nos para vós, Senhor, e inquieto está o nosso coração até que repouse em vós" 1, 1). Os três últimos livros são uma meditação sobre o hexaêmeron.

A mais importante de todas as obras de Agostinho são os 22 livros da *Cidade de Deus* (412-26), com os quais ele criou a filosofia da história, e são, ao mesmo tempo, a mais brilhante apologia do cristianismo que já se tem escrito. A idéia central é o antagonismo entre as duas cidades de Deus e de Satanás. A primeira parte compreende 10 livros que são a mais completa refutação da mitologia pagã. A segunda consta de 12 livros, nos quais Agostinho estuda a fundo a história das duas cidades adversas. Subdivide-se em três partes de quatro livros cada uma. A primeira descreve a origem das duas cidades; a segunda apresenta a história das mesmas através dos milênios; a terceira esboça o cumprimento do seu destino. "Pela primeira vez, nessa obra, graças à luz da revelação..., uma razão humana atreve-se a tentar a síntese da história universal" (Gilson).

617. Quase inúmeras são as obras dogmáticas e polêmicas de Agostinho contra os maniqueus, donatistas, pelagianos e outros heréticos. Além dos escritos já mencionados na história dos donatistas (cfr. § 49) e pelagianos (cfr. § 50), sejam lembrados aqui, ao menos, ainda *De fide et symbolo*, explicação do símbolo apostólico, *De Trinitate*, em quinze livros, *Enchiridion ad Laurentium sive de fide, spe et*

caritate, e *De haeresibus,* resumo da história das heresias desde Simão Mago até Pelágio.

Tratados exegéticos e morais, numerosos sermões e cartas completam ainda o quadro imponente da atividade literária de Agostinho. Pelo fim da sua vida, escreveu as *Retractationes,* obra incompleta em dois livros, na qual nos dá uma crítica das suas obras anteriores.

618. Alguns pontos da doutrina de S. Agostinho merecem especial atenção. A existência de Deus, ele a conclui da evidência das verdades universais, que pressupõem uma verdade imutável e eterna. A relação entre a fé e a razão, entre teologia e filosofia é caracterizada pelas palavras: "Intellige ut credas, crede ut intelligas" (Serm. 43, 7). Da SS. Trindade diz o santo: "Non perfecte tractatum est de Trinitate". De fato, a sua própria obra *De Trinitate* é o melhor que a antiguidade tem produzido neste particular. Quanto à origem da alma inclina-se a ensinar o traducianismo para explicar mais fàcilmente o pecado original. Não ousa, porém, dar uma resposta definitiva. Mas em nenhum ponto deu tão vigoroso impulso às ciências teológicas, como na questão da graça, razão pela qual foi chamado "Doctor gratiae" (cfr. § 50).

619. Entre os amigos e discípulos de S. Agostinho pode ser contado, em primeiro lugar, o leigo **Mário Mercator,** residente desde 429 em Constantinopla, onde combateu com êxito o pelagianismo e o nestorianismo. O presbítero **Paulo Orósio,** oriundo provàvelmente de Braga em Portugal, foi ter com S. Agostinho para lhe pedir auxílio contra os priscilianos e escreveu, a pedido de Agostinho, os *Historiarum libri VII,* complemento da *Cidade de Deus.* **Próspero** de Aquitânia é considerado como melhor discípulo de Agostinho. Ao lado de seu mestre e depois da sua morte, combateu o semi-pelagianismo. E' também o autor de uma *Crônica mundial,* que resume a crônica de Eusébio e a continua desde 378 até 455. Alguns patrólogos atribuem-lhe ainda a bela obra *De vocatione omnium gentium.*

620. *a.* Grande admirador de S. Agostinho foi, finalmente, o papa **Leão I** (440-61), um dos maiores papas da antiguidade. Já como arcediago dos seus antecessores era a personalidade mais importante da cúria romana. Feito papa, governou a Igreja com admirável sabedoria, prudência e

energia. Protegeu a Itália contra Átila (452) e a vida dos romanos contra Genserico (455). Mostrou-se temido flagelo dos hereges e defensor intrépido do primado romano, cercando-o de um esplendor como nenhum dos seus antecessores.

b. Poucos são os escritos de Leão, porque os seus muitos negócios de chefe da Igreja não lhe permitiam ocupar-se de trabalhos científicos. Todavia, as suas 96 orações e 143 cartas revelam-nos um teólogo profundo e hábil diplomata. Singular importância tem a sua *Epistola dogmática* (cfr. § 47). A ele como a Próspero de Aquitânia se tem atribuído o magnífico tratado *De vocatione omnium gentium,* apologia excelente da doutrina augustiniana sobre a graça. Mas o verdadeiro autor é anônimo.

621. *a.* Contra a doutrina de S. Agostinho sobre a graça declarou-se **João Cassiano,** pai do semi-pelagianismo. Iniciado na vida monástica num mosteiro de Belém e entre os monges do Egito, passou algum tempo em Constantinopla, onde foi diácono de S. João Crisóstomo. Desde 415, dirigiu o mosteiro de S. Vítor de Marselha, onde faleceu em 435.

b. Os dois tratados *De institutione coenobiorum* e *Collationes XXIV* valeram-lhe o nome de escritor clássico da vida monástica. Aquele nos relata as instituições e normas de vida nos mosteiros do Egito e da Palestina. As *Collationes* são conferências feitas aos monges, contendo colóquios do autor e de seu amigo Germano com os monges e eremitas do Egito. Cassiano escreveu também contra o nestorianismo e combateu, não menos enèrgicamente, o pelagianismo.

622. *a.* Amigo de Cassiano foi **S. Euquério,** de origem nobre, casado e pai de quatro filhos. Com dois de seus filhos retirou-se ao mosteiro de Lerins, fundado e dirigido então por S. Honorato. Feito bispo de Lião, escreveu duas cartas, enaltecendo a vida monástica, e dois tratados exegéticos, dedicados aos dois filhos, igualmente elevados à dignidade episcopal.

b. Outro discípulo de Honorato foi **S. Hilário,** desde 429 arcebispo de Arles. Escreveu vários tratados, dos quais ficou conservada a *Vita S. Honorati.* À mesma comunidade religiosa pertence **Vicente de Lerins** que nos deu, no seu

célebre *Commonitorium* (434), um tratado brilhante sobre o princípio da tradição eclesiástica. "Magnopere credendum est, ut id teneamus, quod ubique, quod semper, quod ab omnibus creditum est" (cfr. § 51). Não consta ser ele o adversário de S. Agostinho e o autor das *Objectiones vincentinae,* combatido por Próspero de Aquitânia.

Obras de S. Agostinho PL 32-47; Confessiones, ed. Skutella (Teubner) 1934; De Civ. Dei, ed. Hoffmann, CSEL 40, 2 vol. 1899-1900; S. Augustini textus eucharistici selecti ed. Lang (Flor. patr. 35), Bonnae 1933; S. Augustini textus selecti de poenit., ed. Schmaus (Flor. patr. 38), Bonnae 1934; Ss. Hieronymi et Augustini epistolae mutuae, ed. Schmid (Flor. patr. 22), Bonnae 1930. — Obras de Mário Merc. PL 48; de Orósio PL 31; de Próspero PL 51; de Leão I PL 54-56. — *Possidius,* Vita S. Augustini, em S. Possidii opuscula ed. Vega, Escorial 1935. — *Hatzfeld,* Sant'Agostino, Roma 1907. — *Hertling,* Augustinus, Mainz 1911. — *Papini,* A Vida de Santo Agostinho, trad. port. por G. Rangel, Rio de Janeiro 1932. — *Gilson,* Introduction à l'étude de S. Augustin, Paris 1929. — *Bougaud,* Historia de S. Mônica, 2. ed. port., Guimarães 1888. — Rica bibliografia em Funk-Bihlmeyer I, 371 ss. — *Bardenhewer,* Geschichte der altkirchl. Literatur IV, 434 ss. — *Rauschen-Altaner,* Patrologie 319 ss. — *Marx,* Patrologie 129 ss. — *Insuelas,* Curso.

§ 57. Os últimos escritores da antiguidade cristã

623. A transmigração dos povos com as suas conseqüências dificultaram não pouco o cultivo das ciências e da literatura. No ocidente temos, todavia, ainda uma série de escritores de renome. A missão principal dos mesmos foi a educação dos povos germânicos. Realizaram-na, transmitindo-lhes e adaptando-lhes os benefícios da cultura antiga, profana e religiosa. Como aqueles povos, em grande parte, tinham aceito o arianismo, os escritores eclesiásticos desse tempo tiveram de cumprir uma segunda tarefa, combater a heresia.

624. Um dos mais acres adversários desse arianismo foi **S. Fulgêncio** de Ruspe (468-532). Desterrado pelo rei Trasimundo (507), voltou, durante o reinado de Hilderico (523), e trabalhou com zelo ardente e verdadeiro heroísmo em defesa da fé católica contra os arianos. Escreveu também sobre a doutrina da graça, seguindo fielmente a S. Agostinho. Sua obra mais célebre é *De fide sive de regula fidei ad Petrum,* breve, mais precioso resumo de toda a dogmática. Fulgêncio foi o mais insigne teólogo do seu tempo.

625. **Salviano** († c. 480), presbítero de Marselha, chamado "Jeremias" de seu tempo, deu-nos uma preciosa e completa descrição dos costumes do império decadente, especialmente nos seus *De gubernatione Dei libri VIII.* O austero autor quer fortificar a fé do povo na Providência divina, abalada pelos flagelos das invasões dos bárbaros.

Igualmente presbítero de Marselha foi **Genádio,** cuja vida nos é desconhecida. Faleceu no último decênio do século V. Suas obras polêmicas contra todas as heresias se perderam. Conservada ficou a continuação da obra de S. Jerônimo *De viris illustribus.*

626. O poeta leigo Comodiano parece pertencer à segunda metade do século V (cfr. § 40). **Avito de Viena** († 518?), bispo insigne e adversário forte do arianismo, nestorianismo e monofisitismo, escreveu, entre outras obras, 100 cartas de alta importância para a história de seu tempo. Distinguiu-se também como poeta, sendo a sua obra principal um poema que, em cinco livros, canta a criação, o pecado dos primeiros pais, o seu castigo, o dilúvio e a passagem pelo Mar Vermelho. **Cesário de Arles** († 542), um dos mais insignes oradores da antiguidade, promotor e organizador do monacato, foi igualmente grande como pastor da sua Igreja e reformador da disciplina.

627. **Venâncio Fortunato** de Poitiers († 601) foi o último poeta latino de importância. Os seus hinos *Pange, lingua, Vexilla regis* e *Quem terra pontus aethera* ainda hoje fazem parte da liturgia. Há quem lhe queira atribuir também o *Ave, maris stella.*

Amigo de Venâncio foi **Gregório de Tours** († 594), historiógrafo dos francos e autor dos *Miraculorum libri VIII.* Na *História dos francos* nos dá primeiro um resumo da história mundial até 397. Em seguida, relata a história dos francos desde Clóvis até Sigiberto e, finalmente a história contemporânea, desde 575 até 591. Apesar de pouco crítica, a obra tem grande valor para o conhecimento das condições políticas e religiosas do seu tempo.

628. Na Itália floresceram, na primeira parte do século V, **S. Pedro Crisólogo,** bispo de Ravena († c. 450) e **Máximo,** bispo de Turim († c. 465), ambos exímios pregadores. Poucos escritos nos deixaram. Dois outros, pelo contrá-

rio, influenciaram como poucos a teologia medieval, Boécio e Cassiodoro.

629. *a.* O filósofo **Boécio** (480-525), oriundo da família dos Anícios e, portanto, da mais antiga nobreza romana, gozava do especial favor de Teodorico, rei dos ostrogodos. Por suspeita de alta traição porém, foi cruelmente supliciado (525).

b. A sua obra principal, escrita na prisão, *De consolatione philosophiae,* foi muito apreciada durante a idade média. Boécio prova que a verdadeira felicidade não consiste nos bens do mundo, mas na posse do bem supremo. Seus tratados teológicos procuram explicar filosòficamente o mistério da SS. Trindade e combatem o nestorianismo e o monofisitismo.

Boécio é, por assim dizer, o "último romano" e o "primeiro escolástico". A sua importância está principalmente em que transmitiu à idade média o conhecimento da lógica aristotélica e lançou, por seus escritos, o fundamento formal para o primeiro desenvolvimento da escolástica.

630. **Cassiodoro Senator** († c. 575) nasceu em Esquilácio na Calábria de família distinta. Tendo apenas a idade de 20 anos, foi nomeado secretário do rei Teodorico e veio a ser, em seguida, alma do governo de Teodorico e dos seus imediatos sucessores. Em 540, deixou a vida política e retirou-se para as suas possessões no sul da Itália, onde fundou e dirigiu o mosteiro de Vivário. Dedicou ali o resto da sua vida à ascética e à ciência, cujo cultivo impôs também aos seus monges.

Cassiodoro escreveu, entre outras obras, *De origine actibusque Getarum,* valiosa história dos godos, *Historia ecclesiastica tripartita,* que ficou sendo, por assim dizer, manual de história eclesiástica na idade média, os doze livros das *Variae, scil. epistolae,* coleção de decretos dos reis ostrogodos, fonte importante da história, e, principalmente, *Institutiones divinarum et saecularium litterarum,* enciclopédia e metodologia das ciências.

631. Amigo de Cassiodoro foi **Dionísio Exíguo,** oriundo da Cítia, mais tarde monge em Roma, conhecido por suas traduções e coleções de cânones sinodais e decretos pontifícios e, sobretudo, pelo cômputo da era cristã.

632. Aqui deve ser mencionado também o *Liber Pontificalis,* atribuído por Panvínio errôneamente a Anastácio Bibliotecário. A obra é uma história dos papas em forma de biografias. A primeira parte, desde S. Pedro até o ano de 530, foi redigida provàvelmente durante o pontificado de Bonifácio II (530-32). Outros autores desconhecidos continuaram a obra até ao pontificado de Estêvão V (VI; 885-91). Com esta data termina o *Liber Pontificalis* nas suas edições mais antigas (PL 117-119). Edições mais recentes contêm várias outras continuações. Desde o pontificado de Anastácio II, a obra é uma fonte preciosíssima para a história do papado.

633. Ao século VII, finalmente, pertencem ainda alguns escritores de primeira ordem. **S. Gregório Magno** (590-604) é, depois de Ambrósio, Agostinho e Jerônimo, o quarto dos grandes doutores da Igreja ocidental. Oriundo de uma família rica patrícia, e por longos anos alto oficial e prefeito de Roma, retirou-se depois para o mosteiro de S. André, que ele mesmo fundara. O papa Pelágio II enviou-o a Constantinopla na qualidade de apocrisiário pontifício e, tendo falecido Pelágio, foi eleito unânimemente seu sucessor. Não lhe valeu nem a fuga, nem a petição ao imperador, para que não confirmasse a eleição. Aceitou, finalmente, a dignidade das mãos da Providência e desenvolveu uma maravilhosa atividade para propagar o cristianismo e a vida monástica, para reformar o canto eclesiástico, combater o cisma milanês e suavizar a sorte da Itália. Com razão pode ser considerado como fundador do Estado da Igreja.

634. Desta atividade são testemunhos as suas 848 cartas conservadas e outros escritos, exegéticos, morais e litúrgicos. No que diz respeito às cartas, não há nenhum papa anterior, nem papa algum posterior até Gregório VII, que nos tenha deixado tantos documentos. Todavia, dizem os seus biógrafos, que só pequena parte da sua correspondência nos ficou conservada.

Digna de menção é, particularmente, a sua *Regula pastoralis,* instrução sobre o modo de administrar os cargos eclesiásticos, que logo foi traduzida para o grego e, mais tarde, para o inglês, e muito apreciada durante a idade-média como compêndio da teologia pastoral. A *Expositio in librum Job* ou *Moralium libri XXXV,* obra mais volumosa de

Gregório, é um repertório de teologia moral. Os *Dialogorum libri IV* nos relatam a vida de diversos santos da Itália. A biografia de S. Bento ocupa todo o livro II. Os livros litúrgicos, *Sacramentarium Gregorianum, Liber antiphonarius* e *Liber responsalis,* provàvelmente não podem ser atribuídos a Gregório.

635. Na Espanha floresceram, no mesmo tempo, **S. Leandro** de Sevilha († 601), apóstolo do reino dos visigodos e amigo de Gregório Magno, **S. Ildefonso** († 669), bispo de Toledo, e, mais do que todos, **S. Isidoro** († 636), sucessor de seu irmão Leandro na sede episcopal de Sevilha. Foi ele, de certo modo, o último Padre da Igreja ocidental e o mais célebre dos escritores desse tempo.

Escreveu *Origines seu Etymologiae,* breve enciclopédia das ciências em vinte livros, e *De ecclesiasticis officiis,* descrição das cerimônias do culto divino. Como historiador escreveu *De viris illustribus,* continuação da obra de Jerônimo e de Genádio, e a *Historia de rebus Gothorum, Wandalorum et Suevorum.* Isidoro transmitiu as ciências antigas aos povos germânicos, pelo que é chamado "Mestre da idade-média".

636. Na literatura grega nota-se, desde meados do século V, uma decadência mais sensível do que na literatura latina. Depois das grandes controvérsias teológicas, mostrava-se pouco interesse pelos estudos científicos.

Entre os poucos escritores que têm algum renome o primeiro é o **Pseudo-Dionísio Areopagita.** Existe uma série de tratados teológicos, que durante muito tempo foram atribuídos ao discípulo de S. Paulo, Dionísio de Atenas. O próprio autor apresenta-se como tal. Durante a idade-média era considerado como primeiro bispo de Paris. Mas tudo isto é insustentável. Hoje, todos reconhecem que se trata de um autor que escreveu pelo fim do século V ou princípio do século VI, na Síria. Os tratados dependem de Clemente de Alexandria e mais ainda do neoplatônico Proclo († 485). O autor gozava de grande estima não só no oriente, como também no ocidente e influenciou não pouco a escolástica da idade-média. S. Antônio, S. Tomás de Aquino e S. Boaventura citam-no frequentemente.

637. O desconhecido autor deixou-nos quatro tratados e dez cartas. O primeiro tratado, *De divinis nominibus,* explica os diversos nomes de Deus na Sagrada Escritura, para explicar assim a essência e as perfeições divinas. *De mystica theologia* ensina em cinco capítulos a união mística da alma com Deus, aquele estado em que a alma conhece a Deus por um conhecimento inefável, extático. Em *De caelesti hierarchia* encontramos, pela primeira vez, os espíritos celestes divididos em três jerarquias de três coros cada uma. Em *De ecclesiastica hierarchia,* o autor pretende demonstrar que a jerarquia terrestre é uma imitação da jerarquia celeste. Ele é o primeiro escritor cristão a descrever os três caminhos místicos que levam a Deus, a via purgativa, iluminativa e unitiva; e é chamado "pai da mística cristã".

638. O teólogo mais erudito entre os gregos, no princípio do século VI, foi **Leôncio** de Bizâncio († c. 543), monge da laura nova de Jerusalém. Profundo conhecedor da lógica aristotélica, combateu as heresias de seu tempo, nestorianismo e monofisitismo. Sua obra principal é *Adversus Nestorianos et Eutychianos libri III.* Na doutrina teológica segue, de preferência, S. Cirilo de Alexandria.

639. Pelos meados do mesmo século, brilhou o maior poeta religioso da Igreja grega, **Romano, o Cantor** ou Melodioso, oriundo da Síria e presbítero de Constantinopla. Dos seus mil (?) hinos só oitenta foram conservados. Distinguem-se pela profundeza de sentimento religioso e pela sublimidade da linguagem.

640. Um escritor muito celebrado foi **S. João Clímaco,** falecido segundo uns pelo ano de 600, segundo outros, pelo ano de 649. A sua grande erudição lhe valeu o apelido de "escolástico". Na idade de 16 anos entrou no mosteiro do monte Sinai, que ele, mais tarde, dirigiu como abade e onde escreveu a *Scala paradisi* *(Κλῖμαξ),* guia de vida espiritual. Sob a imagem duma escada que conduz ao céu descreve o contínuo aperfeiçoamento dos ascetas. A última parte da obra, hoje considerada como opúsculo independente, *Ad Pastorem,* apresenta aos superiores dos monges o ideal dum bom pastor.

641. **S. Soforônio** de Damasco († 638), monge e desde 634 patriarca de Jerusalém, escreveu uma *Carta sinodal* contra os monoteletas, alguns tratados biográficos, diversas orações e poesias. Na idade-média se lhe atribuía também o *Pratum spirituale,* coleção de exemplos e milagres de mon-

ges e ascetas. No entanto, esta obra interessante saiu da pena de **João Moxo** († 619), igualmente monge de Jerusalém e amigo de Soforônio, a quem encarregou de publicá-la.

642. Com o *Prado espiritual* tem muita semelhança a *Historia Lausiaca*. **Paládio,** seu provável autor, pertence ao século anterior. Nascido na Galácia, tornou-se monge, quando jovem, visitou os mosteiros mais célebres de seu tempo, foi discípulo de Evágrio Pôntico e chegou a ser bispo de Helenópolis na Bitínia. Como tal defendeu generosamente a S. João Crisóstomo e foi, por isso, exilado. Em 412, pôde voltar, sendo então nomeado bispo de Aspuna.

Pelo ano de 420, escreveu a *História Lausiaca* ou *Paraíso* ou *Vida dos Ss. Padres*, dedicando-a ao estadista Lausus. Daí o nome. Muito lida, copiada, interpolada e aumentada, é uma leitura edificante, "abrindo-nos um mundo que não é deste mundo".

643. O mais insigne teólogo grego do século VII foi **S. Máximo, o Confessor** († 662). Tendo sido primeiro secretário do imperador Heráclio, foi, mais tarde, monge e abade do mosteiro de Crisópolis, hoje Scútari, perto de Constantinopla, e como tal, depois da morte de Soforônio, adversário principal do monoteletismo (cfr. § 48). Em uma célebre disputa que, em 645, teve com o ex-patriarca Pirro, convenceu o adversário do seu erro monotelético. No reinado de Constâncio II, sofreu o martírio.

A maior parte dos seus escritos numerosos combatem o monoteletismo. A sua *Mystagogia* é uma explicação simbólica da Igreja e do seu culto.

Obras de Fulgêncio PL 65; de Avito PL 59; de Venâncio PL 88; de Greg. de Tours PL 71; de Boécio PL 63-64; de Cassiodoro PL 69-70; de Gregório Magno PL 75-79; de Isidoro PL 81-84; LP ed. Duchesne (até Martinho V), 2 vol., Paris 1886-92; Migne, PL 117-119; Ps. — Dionísio PG 3-4; Leôncio PG 86; Máximo PG 90-91. — *Punzi*, L'Italia del secolo VI nelle Variae di Cassiodoro, Aquila 1927. — *Bardenhewer*, Geschichte der altk. Literatur IV-V. — *Rauschen-Altaner*, Patrologie 372 ss. — *Marx*, Patrologie 160 ss. — *Insuelas*, Curso de Patrologia.

CAPíTULO IV

CLERO E MONACATO. — CULTO E DISCIPLINA

§ 58. O clero secular. — Novos ofícios eclesiásticos

644. A rápida propagação do cristianismo e a multiplicação das comunidades, como também a nova condição da Igreja perante o Estado acarretavam a necessidade de certas mudanças na organização eclesiástica, já desde o século IV.

Para centralizar a administração da Igreja, foi abolido, pouco a pouco, o instituto dos corepíscopos. Um sínodo de Laodicéia (c. 360) suprimiu-o de todo (cân. 57). Todavia, na África encontraram-se muitos corepíscopos ainda no século V; e no reino dos francos reaparecem, de novo, conservando-se até ao século XI. Em lugar do corepiscopado desenvolveu-se o sistema paroquial, que no cân. 6 do concílio calcedonense já aparece como fato consumado (cfr. § 22); o cân. 17 trata particularmente dos párocos.

645. Os primeiros de entre os presbíteros e diáconos receberam os títulos de "arcepresbítero" ou "arcipreste" e "arcediago". Aquele era o substituto do bispo nas funções sacerdotais, este, seu auxiliar na administração e jurisdição. O ofício do arcediago tornou-se particularmente importante, pelo que, não raras vezes, o arcediago era eleito sucessor do bispo.

646. Também no tocante às ordens menores houve alguma mudança. No oriente desapareceram, nos séculos VII e VIII, os exorcistas e ostiários; o acolitato ali nunca existiu. O ofício das diaconisas foi perdendo o seu objetivo à medida que se ia tornando geral o batismo das crianças. Todavia, manteve-se no oriente até fins do século VII. Nas Gálias desapareceu nos séculos V e VI; em outras partes do ocidente, no século seguinte. Mas reapareceu, na idade-média, no instituto das canonisas.

647. Ao lado dos antigos ofícios foi criada uma série de outros novos. Desde o século IV, houve verdadeiras escolas de cantores. Seu diretor chamava-se simplesmente "cantor" ou primicério e teve, em seguida, grande autoridade. No oriente, o instituto dos cantores era distinguido

pela elevação à ordem. Parece, no entanto, que a qualidade de cantor era unida à de leitor.

Outros ofícios eram administrados, em parte, por clérigos, em parte, por leigos. Podem ser enumerados os seguintes: Os hermeneutas ou intérpretes tinham de traduzir as Sagradas Escrituras e as homílias aos que não entendiam a língua nacional. Os mansionários ou custodes tinham de guardar os edifícios cultuais e os sepulcros dos mártires. Os sincelos eram os familiares, conselheiros e até vigilantes do bispo. Os ecônomos administravam os bens eclesiásticos; a sua instituição foi prescrita pelo calcedonense (cân. 26) para todas as igrejas episcopais. No ocidente chamavam-se também "vicedomini" e tinham grande influência. Os defensores presidiam aos processos eclesiásticos. Os notários e arquivistas redigiam, respectivamente guardavam as atas eclesiásticas. Os apocrisiários ou núncios eram legados dos patriarcas, principalmente dos papas, junto à corte de Constantinopla, respectivamente de Ravena.

648. **A educação** do clero teve ainda, em parte, as antigas formas (cfr. § 24). Mas Eusébio de Vercelli e S. Agostinho reuniram em suas casas os seus clérigos, confiando a instrução dos jovens aos mais velhos e criando assim uma espécie de seminário. Outros bispos imitaram este exemplo. Também alguns mosteiros tornaram-se viveiros para o clero. Não poucos bispos excelentes receberam neles a sua educação.

649. *a.* Também a **eleição** guardou essencialmente a sua antiga forma. Porém, de mais a mais, restringiu-se o influxo do povo. Justiniano I não admitia senão os clérigos e os nobres, que tinham de propor três candidatos (Nov. 123), sendo reservado ao metropolita o direito de nomear de entre estes o mais digno. Mais tarde, desapareceu todo o direito da comunidade, e só os bispos da província tinham de propor os candidatos.

b. Muitas vezes, o Estado fazia sentir demasiadamente o seu influxo nas eleições, particularmente no oriente. Para a sede de Constantinopla, desde os dias de Teodósio I, fazia-se a nomeação, por via de regra, pelo imperador. No ocidente, particularmente nos reinos dos francos e visigodos, aparece, desde o século VI, ao lado da eleição, a confirmação real, como atestam os sínodos de Orange (529) e de

Toledo (681). Os reis merovíngios chegaram até a nomear os bispos, mesmo contra as reclamações da Igreja, e faziam-no não sem simonia. Os reis ostrogodos da Itália, depois da morte do papa João I (526), reclamavam para si o direito da confirmação do papa. O mesmo fizeram os imperadores bizantinos desde o pontificado de Pelágio I (556-61). Contra o abuso de designarem os próprios bispos o seu sucessor, vários sínodos levantaram o seu protesto.

650. As **condições da admissão** ao estado clerical eram as mesmas como no período anterior. Não eram admitidos escravos, penitentes, neófitos, clínicos, bígamos, atores, soldados e os que tinham algum defeito corporal. Ninguém podia ser eleito bispo, se não tivesse passado antes, com distinção, por todos os degraus da jerarquia. A volta ao estado leigo ou a aceitação de cargos civis incompatíveis com o estado clerical era punida com a deposição ou até com a excomunhão. Bispos, sacerdotes e diáconos não podiam, em virtude de diversos cânones disciplinares (Nic. 15; Calc. 5), passar de uma Igreja a outra. Só em caso de grande utilidade fazia-se uma exceção.

651. Desde o século IV, tornou-se costume entre o clero cortar os cabelos. No século V, a **tonsura** foi introduzida como sinal distintivo. No oriente usava-se a chamada tonsura Pauli, no ocidente, a tonsura Petri. Esta chamava-se também "corona Christi". Na Igreja iro-escocesa foi introduzida uma terceira forma, "tonsura S. Joannis" ou "tonsura S. Jacobi". Desde o século XVI, a tonsura dos clérigos seculares foi reduzida a um pequeno círculo.

652. *a.* No tocante ao **celibato,** separaram-se igualmente, desde o século IV, o oriente e o ocidente. No ocidente, proibiu-se, desde o sínodo de Elvira (cân. 33), o uso do matrimônio aos clérigos superiores. Leão I e Gregório I estenderam esta proibição aos subdiáconos. No entanto, não foi possível introduzir o celibato logo em toda parte. Nas aldeias e nas cidades menores, ainda nos tempos de Ambrósio, viviam muitos clérigos casados (De off. 1, 50). A Igreja oriental manteve a antiga praxe (cfr. § 24), e sancionou-a pelo sínodo trulano de 692 (cân. 13).

b. A fim de evitar suspeitas contra clérigos não casados, proibiu-lhes o concílio de Nicéia ter em sua casa mulheres "subintroductas", "a não ser mãe, irmã ou tia ou

outras pessoas que excluíssem qualquer suspeita" (cân. 3). Disposições semelhantes foram feitas em sínodos posteriores.

653. *a.* Constantino Magno concedera aos clérigos o **privilégio da imunidade** dos serviços municipais. Os filhos de Constantino isentaram-nos também dos impostos extraordinários. Ao privilégio da imunidade acresceu, em breve, o **privilegium fori.** O sínodo de Cartago de 397 (cân. 9) ordenou que os clérigos fizessem as suas queixas perante o tribunal eclesiástico. O mesmo foi sancionado pelo concílio de Calcedônia (cân. 9). Justiniano I mandou que também os leigos o fizessem, quando se tratasse de contendas entre leigos e clérigos, pelo que se concedia à Igreja um verdadeiro poder judicial (Cod. Just. 1, 4, 29).

b. No ocidente, respectivamente no reino dos francos, fazia-se o processo perante o tribunal civil, mas com licença do bispo, quando se tratava de clérigos, na presença do superior eclesiástico, quando se tratava de processos entre leigos e clérigos. Os bispos eram julgados, desde o século VI, exclusivamente pelos sínodos provinciais.

c. Segundo a norma de S. Paulo (1 Cor 6, 1 ss), Constantino Magno concedera que também litígios entre leigos podiam ser tratados pelo bispo, quando uma das partes assim o desejava, mesmo contra as reclamações do outro lado. Honório e Arcádio reduziram esta jurisdição episcopal ao caso em que ambos os partidos se dirigissem ao tribunal do bispo.

Stutz, Geschichte des kirchlichen Benefizialwesens von seinen Anfaengen bis Alexander III, I, Berlin 1895. — *Galtier,* Du rôle des évêques dans le droit public et privé du bas empire, Paris 1893. — *Imbart de la Tour,* Les paroisses rurales dans l'ancienne France, Paris 1900. — *Funk-Bihlmeyer* I, 281 ss.

§ 59. Constituição patriarcal. — Sistema sinodal

654. O concílio de Nicéia (cân. 6) ordenou que, assim como os bispos de Roma, também os de Alexandria e Antioquia conservassem os seus antigos privilégios e a sua autoridade sobre os outros metropolitas, e que estes, por seu lado, ficassem com os seus direitos sobre os demais bispos.

655. Quando Constantino Magno transferiu a sua residência para Constantinopla (330), esta disposição veio a sofrer uma sensível mudança. O 1º concílio de Constantinopla concedeu ao bispo da Nova Roma a precedência logo depois do da Antiga Roma, "propterea quod urbs ipsa sit iunior Roma" (cân. 3). O calcedonense deu-lhe o direito de sagrar os metropolitas das dioceses políticas do Ponto, da Ásia e Trácia (cân. 28), pelo que a Igreja de Constantinopla obteve a dignidade das de Roma, Alexandria e Antioquia. Os legados pontifícios protestaram contra a disposição do concílio; mas em vão. Os bispos de Constantinopla souberam manter as novas atribuições, e não contentes ainda com o título de patriarca, como se chamavam os bispos das quatro Igrejas desde o século V, e com o fim de dar maior brilho à sua dignidade de bispos da capital, designaram-se, desde o cisma acaciano, com o título de "patriarca ecumênico". Justiniano I declarou (545) que os bispos de Constantinopla seguissem na dignidade imediatamente ao bispo de Roma e precedessem a todos os outros bispos (Nov. 131, 2). Gregório I combateu o título de patriarca ecumênico como "nefandum elationis vocabulum". Mas o título ficou.

656. Pelo mesmo concílio calcedonense, o título de patriarca foi concedido também ao bispo de Jerusalém, embora com atribuições muito inferiores e por motivo exclusivamente eclesiástico. Tendo sido sufragâneo do metropolita de Cesaréia, gozara sempre da precedência ante os outros bispos da província, privilégio que o niceno lhe confirmara (cân. 7). Mas esta honra não bastava a alguns bispos menos dignos. O ambicioso Juvenal (421-58) obteve do calcedonense a jurisdição sobre os três bispos da Palestina, depois de ter conseguido de Teodósio II a jurisdição sobre a Arábia e a Fenícia. Teve, porém, de restituir estas últimas ao patriarca de Antioquia, depois do novo aumento da sua autoridade.

657. No ocidente, o bispo de Roma era o único patriarca. Mas, desde sempre acentuava-se mais o seu primado sobre a Igreja universal. Ao lado de Roma, existiam alguns bispados que gozavam de certa autoridade sobre distrito mais vasto. Na África formara-se a constituição metropolitana, e a primazia dos bispos de Cartago já durante o período das perseguições. Obedeciam-lhes as três províncias da África proconsular, Numídia e Mauritânia. Pelo fim do século IV, formou-se a constituição metropolitana de Milão

e, um pouco mais tarde, a de Ravena. O motivo desta elevação foi o mesmo da de Constantinopla. Ambas as cidades foram residências imperiais.

658. Nas Gálias não havia ainda constituição metropolitana, quando os bispos se reuniram no sínodo de Arles (314). Só durante o século seguinte se formou. E como então a Igreja de Arles tivesse maior importância, pretendia ter a dignidade de metrópole. Daí resultou um conflito entre os bispos de Arles e Viena. Hilário de Arles (429-50) reclamava até o direito de dar ordens em outras províncias e de sagrar todos os bispos das Gálias. O papa Leão I teve de censurá-lo severamente.

659. As províncias orientais do patriarcado romano foram anexadas, depois da morte de Teodósio Magno, ao império oriental. Para conservar os seus direitos, os papas nomearam o bispo de Tessalonica para seu vigário. Não obstante, passou, pelo fim do século V, o Ilírico oriental ao patriarcado de Constantinopla.

660. A unidade do patriarcado ocidental foi uma verdadeira bênção. Pois esta unidade preservou o ocidente de todos aqueles conflitos que agitaram o oriente. No entanto, a controvérsia dos "Três Capítulos" (cfr. § 52) teve por consequência a criação de dois patriarcados titulares, de Aquiléia e de Grado. Quando, no princípio do século VII, os sufragâneos de Aquiléia com o novo metropolita de Grado voltaram à união com Roma, o metropolita de Aquiléia arrogou-se o título de patriarca, como sinal da sua independência. Roma concedeu então o mesmo título à sede de Grado, transferido, em 1451, para Veneza. O patriarcado de Aquiléia foi abolido em 1751.

661. Como a constituição patriarcal, assim também o **sistema sinodal** teve, neste período, o seu maior florescimento, consequência das muitas controvérsias teológicas. Seis concílios ecumênicos foram celebrados desde 325 até 680; e também os de Sárdica (343), de Éfeso (449) e o 2º trulano eram projetados como tais. Este último é considerado, de fato, como ecumênico no oriente, não sendo, porém, reconhecido pelo oriente.

Estes sínodos foram, de certo modo, sínodos imperiais, porque neles se tratava também dos interesses do império, porque os Padres conciliares eram quase exclusivamente bis-

pos do império, e porque era o imperador quem os convocava. Os sinodais e o próprio papa reconheceram-lhe este direito. Era também o imperador quem mantinha a ordem e, deixando aos bispos as deliberações e decisões, confirmava as decisões, elevava-as a leis do Estado e cuidava da sua execução.

662. Eram convidados os metropolitas, que tinham de vir acompanhados por uma parte dos seus sufragâneos. Era considerada como necessária a presença dos patriarcas ou dos seus substitutos. Geralmente poucos bispos do ocidente tomavam parte nas assembléias, porque a grande distância lhes dificultava demasiadamente a viagem. Mas era opinião geral que um concílio ecumênico não podia ser celebrado sem a participação do bispo de Roma, que enviava os seus legados. E estes tinham a presidência. O consentimento deles era considerado como aprovação do próprio papa.

663. Além dos concílios ecumênicos, celebravam-se outros de menor importância, sínodos gerais para o oriente, respectivamente para o ocidente, sínodos patriarcais, nacionais, provinciais e diocesanos. Concílios plenários chamavam-se os sínodos de todas as províncias da África ocidental. Sínodos provinciais deviam ser celebrados, segundo as disposições de Nicéia (cân. 5) e de Calcedônia (cân. 19), duas vezes por ano; segundo o sínodo de Orleans (533; cân. 2), ao menos uma vez por ano. Outros reclamavam também um sínodo diocesano a realizar-se uma vez por ano. Uma instituição singular é o sínodo endêmico de Constantinopla, em que se reuniam, sob a presidência do patriarca, os bispos que no momento se achavam na capital.

664. O objeto das deliberações eram as diversas dificuldades dogmáticas e disciplinares. As resoluções estão contidas nas coleções de cânones, que logo se faziam para facilitar o seu estudo e seu emprego. As coleções mais importantes são as de João Escolástico, presbítero de Antioquia e, mais tarde, patriarca de Constantinopla, onde faleceu em 577; a coleção do sínodo de Cartago de 419, de Dionísio Exíguo, os Statuta ecclesiae antiqua e a coleção hispânica do século VII. Nas coleções de João Escolástico e de Dionísio Eixguo estão também contidos os chamados *Cânones Apostólicos*, que figuram no fim das *Constituições*

Apostólicas, e constam de prescrições sobre a eleição, a ordenação e os deveres clericais.

Batiffol, Le Siège Apostolique 359-451, Paris 1924. — *Chapman*, Studies on the early Papacy, London 1928. — *Cobhan*, The Patriarchs of Constantinople, Cambridge 1911. — *Maspero*, Histoire des patriarches d'Alexandrie 518-616, Paris 1923. — *Calderini*, Aquileia Romana, Milano 1930. — *Funk*, Die Berufung der oekumenischen Synoden des Altertums, Abh. und Unters. I, 39 ss; 498 ss; III, 143 ss. — *Séjourné*, Isidore de Seville, son rôle dans l'histoire du droit canonique, Paris 1929. — *E. R. von Kientz*, Die Gestalt der Kirche, Frankfurt 1937. — *Funk-Bihlmeyer*, Kirchengeschichte I, 288 ss, 301 ss.

§ 60. O papado e o primado romano

665. O primado do papa acentua-se mais, neste período, do que no período anterior; e não sòmente é reconhecido, mas também explicitamente invocado em diversas ocasiões. Não se baseia em ambições orgulhosas dos papas, como uma historiografia tendenciosa pretendia. Baseia-se ùnicamente no poder que Jesus Cristo deu a S. Pedro e a seus legítimos sucessores.

666. *a.* Verdade é que os papas encontraram dificuldades, quando começaram a acentuá-lo. Júlio I viu-se obrigado a defendê-lo contra os eusebianos. Mas estes esqueceram-se que eles mesmos tinham enviado legados a Roma, a fim de atrair o bispo romano ao seu lado. O 1º concílio de Constantinopla (cân. 3) e o calcedonense (cân. 28) reconhecem o primado do papa, fazendo o bispo de Roma preceder a todos os patriarcas, também ao de Constantinopla.

Também Justiniano I, embora fosse o mais estrênuo representante do cesaropapismo, chama o bispo de Roma "primeiro de todos os sacerdotes" (Nov. 131, 2), "chefe dos sacerdotes de Deus" (Cod. Just. 1, 1, 7).

b. Os bispos do oriente reconheceram igualmente a autoridade magistral do papa, assinando a fórmula de Hormisda (519), que pôs termo ao cisma acaciano. Nas grandes controvérsias, a Sé apostólica teve papel decisivo. Os seus legados tinham a presidência nos concílios. O sínodo de Sárdica atribuiu ao papa o direito de apelação em toda a Igreja (cc. 3-5). O imperador Graciano reconheceu ao papa Dâmaso I o poder judicial sobre todos os metropolitas do ocidente.

667. Os próprios papas tinham a consciência da sua

autoridade primacial. São eles que levantam a voz contra erros e aberrações no ocidente e no oriente. São eles que decidem, invocados ou não, as questões dogmáticas. Dâmaso I é o primeiro a dar à sede de Roma o título de Sé apostólica. Gelásio I declarou que a Sé apostólica tem o direito de julgar todas as Igrejas, mas ela não pode ser julgada por ninguém. E esta proposição "Prima Sedes a nemine iudicatur" passou ao direito canônico, no qual ainda hoje figura (CJC, cân. 1556). Hormisda escreveu aos bispos da Espanha que na Sé apostólica "citra maculam semper est catholica servata religio" (DB 171). E de modo semelhante escreveu o papa Agatão ao 2º concílio de Constantinopla.

668. O sínodo de Sárdica baseava o primado de Roma na fundação da Igreja romana por S. Pedro. Também no oriente, imperadores e bispos viam na fundação apostólica da Igreja romana a razão do primado papal. No entanto, existia no oriente, desde o século IV, uma forte tendência de derivar o primado do papa da importância política da antiga capital do império. Mas não há ninguém que não veja que tal opinião era tendenciosa e visava justificar a elevação da sede patriarcal de Constantinopla sobre os demais patriarcados do oriente.

669. Um título particular, não o tinha ainda, neste período, o bispo de Roma. Os títulos de papa, apostólico, vigário de Cristo, Sumo Sacerdote, Sumo Pontífice, etc., empregavam-se também para outros bispos. Só no século VI é que os historiadores começam a reservar ao bispo de Roma o título de papa. Gregório I se chamou, pela primeira vez, *Servus servorum Dei*, resposta da humildade do santo à arrogância do "patriarca ecumênico" de Constantinopla.

670. De grande importância foi para o papado a transferência da capital para Constantinopla. Os papas conseguiram assim maior liberdade de ação e não tinham mais de temer a degradação a simples bispos da corte, como os bispos de Constantinopla. Todavia, pesava, de vez em quando, sensìvelmente sobre eles o jugo dos ostrogodos e dos bizantinos, revezando-se assim tempos de grande brilho e de dolorosa impotência e humilhação.

671. Dois papas levantaram de um modo extraordinário o prestígio da Sé apostólica, Leão I e Gregório I, am-

bos distinguidos pelo apelido de "Grande". Mas também outros têm um nome glorioso na história.

Os maiores papas do século IV foram Júlio I (337-52), Libério (352-66) e Dâmaso I (366-84). A sua maior preocupação foi a luta ariana. Dâmaso esforçou-se por reformar a liturgia e restaurar as catacumbas de Roma, ornando os sepulcros dos mártires com belas inscrições métricas. Sirício (384-99), norteado inteiramente pelo espírito de seu antecessor, é o primeiro a usar o estilo de decreto; e nesta primeira decretal manifesta do modo mais claro a sua convicção de que o bispo de Roma, sucessor de S. Pedro, tem de velar por todas as Igrejas.

672. O século V começa com o brilhante pontificado de Inocêncio I (401-17). Mas o maior papa deste século foi **Leão I** (440-61; cfr. § 56). Personalidade digna, nobre e forte, teve papel saliente na história mundial, já pelo fato do seu encontro com Átila e Genserico. Mas incomparàvelmente maior é a sua importância para a história da Igreja. Nenhum dos seus antecessores interpretou tão clara, firme e completamente o primado no sentido de pastor supremo e mestre da Igreja universal, como ele. Mais de uma vez, exprimiu a sua convicção de que só em união com o papa os outros bispos devem governar a Igreja (Ep. 14, 1).

E soube também, como nenhum papa anterior, fazer respeitado este seu episcopado universal. No oriente decidiu a questão do monofisitismo pela *Epistola dogmática* e opôs-se à ambição do patriarca de Constantinopla. No ocidente condenou os erros do priscilianismo, combateu os maniqueus e expulsou-os de Roma. Sobretudo, velou zelosamente pela disciplina eclesiástica. Obrigou o arcebispo Hilário de Arles a renunciar a seus planos de elevar a sua sede a uma espécie de patriarcado. Do seu zelo apostólico nos dão testemunho também as muitas pregações.

673. Também Gelásio I (492-96) foi, apesar do seu breve pontificado, um papa eminente. Continuou felizmente a obra de Leão I. Durante o cisma acaciano, acentuou enèrgicamente a superioridade da sua autoridade sobre a do imperador. A sua Ep. 12 tornou-se, na idade-média, norma para as relações entre papado e império.

674. Durante quase todo o século VI, o papado teve de sustentar o influxo lamentável dos soberanos ostrogodos

e o jugo do domínio bizantino. A sua humilhação chegou ao último extremo na pessoa de Vigílio (537-55; cfr. § 52).

675. *a.* No fim do século, momento crítico da história humana, profana e eclesiástica, quase no limiar da idade-média, subiu ao trono pontifício **Gregório I** (590-604), verdadeiro papa-rei, último grande doutor da antiguidade (cfr. § 57). Apesar da sua constituição delicada, desenvolveu, neste tempo de contínuas lutas religiosas e políticas e de intérminas calamidades, uma maravilhosa atividade. Igualmente grande como pastor da Igreja e chefe social e político, lançou nas ruínas da antiguidade os fundamentos de um novo tempo.

b. Pela administração exemplar dos bens eclesiásticos deu início ao Estado pontifício e à futura potência política dos papas na Itália. De suma importância foi a sua atividade de missionária em favor dos povos germânicos. Reconhecia perfeitamente a necessidade de conduzi-los ao seio da Igreja, porque lhes pertenceria o futuro. Conseguiu, de fato, que grande parte dos longobardos arianos se convertessem. Os visigodos e francos ligaram-se mais estreitamente à Sé apostólica. Também a conversão dos anglo-saxões é, em última análise, obra de Gregório Magno.

c. Norma de toda a sua atividade no campo político-eclesiástico foi a idéia que formava dos dois poderes, Igreja e Estado, papado e império. Foi inteiramente a mesma idéia que deles formara Leão I. Com franqueza apostólica defendeu os direitos da Igreja contra as injustiças do imperador Maurício (582-602), e conseguiu que este retirasse ou modificasse os seus decretos anti-eclesiásticos. Com igual energia escreveu ao imperador Focas (602-10), que, afinal, deu solene testemunho do primado romano, chamando a Igreja de Roma "sedes apostolica beati Petri, caput omnium ecclesiarum" (PL ed. Duch. I, 316). Todavia, nada havia no grande papa de ambição, nada de vaidade. Todo ele era justiça e caridade. "Servus servorum Dei" se chamava; e foi esta também a norma da sua vida.

676. Seguiram-no no trono de S. Pedro varões dignos, mas menos capazes de dirigir a barca da Igreja através das ondas revoltosas do tempo. Os únicos papas do século VII que têm alguma importância, são **Honório I** (625-38) e Martinho I (649-55). Honório fora discípulo do grande Gre-

gório e, como ele, empreendeu **uma grandiosa atividade**, terminando o cisma acaciano no norte da Itália, cuidando das coisas do Estado e Patrimônio de S. Pedro, enriquecendo a cidade eterna de magníficas igrejas, velando pelos direitos primaciais no oriente e ocidente. O único ponto obscuro do seu pontificado foi a questão dogmática do monoteletismo.

677. **S. Martinho I** teve de solucionar a questão, e o fez como digno vigário de Cristo, e, por isto, sofreu toda sorte de tormentos, morrendo como mártir (cfr. § 48). Os seus sucessores colheram os frutos felizes, cuja semente lançara.

Chapman, Studies, London 1928. — *Caspar*, Geschichte des Papsttums I-II. — *Regnier*, San Leone Magno, Roma 1912. — *Grisar*, San Gregorio Magno, trad. ital. por A. de Santi, nova impr., Roma 1928. — *Funk-Bihlmeyer*, Kirchengeschichte I, 292 ss.

§ 61. O monacato

678. O segundo período da história da Igreja é também o período clássico da vida monástica que, pelo fim do século IV, exerceu imenso atrativo. Depois do ascetismo e do eremitismo dos primeiros séculos, realizou-se, no século IV, uma feliz transformação. **O cenobitismo,** terceira forma da vida monástica, significa o desenvolvimento definitivo do monaquismo antigo. Sobre a sua origem e primeira difusão somos relativamente bem informados por uma porção de biografias, a *Historia Monachorum* de Timóteo de Alexandria (?), a *História Lausiaca* de Paládio, os *Apophthegmata Patrum* e várias notícias dos historiadores Sócrates e Sozômeno.

679. O iniciador do cenobitismo (koinòs bíos = vida comum) foi o copta cristão **S. Pacômio.** Nascido pelo ano de 292, entrou na carreira militar. Mas, aborrecido do mundo, recebeu o batismo e abraçou a vida eremítica, debaixo da direção de S. Palemão. Pelo ano de 320, fundou o primeiro mosteiro para homens, na aldeia Tabenisi ao norte de Tebas. Pouco depois, fundou também o primeiro mosteiro para mulheres e deu-lhe como superiora sua irmã Maria.

680. O mosteiro pacomiano consiste de várias celas independentes, cercadas de muralhas. Chamava-se monastérion ou koinóbion. Pacômio deu aos seus monges também

uma regra; e desta forma teve origem o primeiro mosteiro no sentido próprio da palavra. O superior chamava-se abade, i. é, pai. Os monges lhe deviam obediência absoluta. Todos os monges eram leigos. Pacômio não admitia sacerdotes. Para o culto divino pedia padres que não pertenciam à sua fundação.

Dos fatos históricos, bem documentados, resulta que o monaquismo cristão nada tem comum com instituições monásticas anteriores. Não se deriva dos antigos esseus ou terapeutas, nem do neo-platonismo ou neo-pitagoreismo, nem do gnosticismo ou budismo, como alguns historiadores têm fabulado tendenciosamente. A origem do monaquismo católico é genuinamente cristã.

681. Uma vez organizada, a vida monástica propagou-se com admirável rapidez. O monastérion de Tabenisi, já em 328, apresentou uma numerosa colônia de monges. Pacômio teve de fundar vários outros mosteiros. Quando veio a falecer, em 346, a sua congregação contava nove mosteiros com milhares de monges e dois mosteiros de mulheres. Centro principal era então o mosteiro de Pebou, comunidade preferida de Pacômio, onde também faleceu. Pelo fim do século IV, a congregação contava, segundo Cassiano (De inst. coen. 4, 1), cinco mil monges. Paládio (Hist. Laus. 32) fala de sete mil. Infelizmente, as lutas monofisitas causaram uma cisão lamentável entre eles.

682. *a.* Ao mesmo tempo, espalhava-se ainda o **anacoretismo** de S. Antão do Egito. **S. Amônio,** amigo íntimo do grande patriarca, dirigiu numerosos monges no deserto nítrico, que viviam separadamente, formando, porém, várias celas vizinhas um mosteiro. Amônio morreu em 350. O número dos seus discípulos subiu, já no século IV, a cinco mil.

b. A obra de S. Antão foi espalhada, por discípulos excelentes, também no deserto squético. Distinguiu-se entre eles **S. Macário Magno** († 390/395). Em 335, associou-se a S. Antão; em 340, recebeu a ordenação sacerdotal e aparece, desde então, como abade. As 57 homílias que lhe são atribuídas são o reflexo duma personalidade respeitável e nobre, dum espírito original, ascético, místico. Mas, se ele não nos tivesse deixado, senão o único tratado, certamente autêntico, *Carta de Macário,* já mereceria as honras dum

grande místico. Alguns historiadores contam entre os monges do deserto squético também S. Macário Alexandrino, o Moço; segundo outros viveu no deserto nítrico.

c. Verdadeiro jardim de vida e virtudes monásticas era sempre, ainda no século V, a Tebaida. O grande abade S. Sinúcio dirigiu, pelo espaço de 85 anos, o chamado Mosteiro Branco na Tebaida. Conforme escreveu seu discípulo e sucessor, obedeceram-lhe 2.200 monges e 1.800 monjas. Sinúcio morreu em 466, na idade de 118 anos.

683. Do Egito passou o monaquismo primeiro para a península de Sinai. Desde o século IV, o monte santificado pela legislação mosaica, foi ponto de atração para muitos anacoretas e cenobitas. **S. Hilarião** de Gaza († 371), discípulo de S. Antão, transplantou a vida monástica para a Palestina, onde em breve se levantaram numerosos mosteiros. Introduziu ali a vida eremítica, quando no Egito se ia espalhando a vida cenobítica, menos rigorosa. Os seus monges viviam em celas separadas, mas sob a direção de um abade. As suas fundações chamavam-se de "lauras", aldeias. Tornou-se célebre a laura magna ou antiga de S. Sabas († 532), perto de Jerusalém.

Também na Síria surgiram colônias de eremitas nas montanhas de Antioquia e no deserto da Cálcide. S. João Crisóstomo e S. Jerônimo viveram, algum tempo, entre estes monges. Paládio fala deles na sua *História Lausiaca.*

684. *a.* Ao mesmo tempo, começou a florescer a vida monástica na Ásia Menor. Sozômeno escreve que o bispo Eustácio de Sebaste foi o iniciador do monaquismo na Paflagônia, no Ponto e na Armênia Menor. Eustácio entusiasmou Basílio Magno por esta forma de vida; e este tornou-se, em seguida, o maior chefe dos monges orientais.

b. **S. Basílio Magno,** tendo visitado os mosteiros do Egito, da Palestina e da Síria, fundou, pelo ano de 360, o seu primeiro cenóbio perto de Neo-Cesaréia no Ponto. Adotou para os seus monges a forma cenobítica de Pacômio. Mas ajuntou-lhe alguns elementos novos, estabelecendo como uma das normas principais da santificação monástica o exercício da caridade. Os basilianos reuniam-se seis vezes por dia para a oração. O resto do dia era dedicado ao estudo da Sagrada Escritura, ao ensino nas escolas e aos trabalhos manuais nos orfanatos e hospitais, que se levantavam ao lado dos seus mosteiros.

c. Com a prática de tão prudentes princípios, o monaquismo basiliano não tardou de propagar-se por todo o oriente e foi adotado pela grande maioria dos mosteiros, que já existiam em várias outras regiões. As duas regras que devem a sua origem a S. Basílio (PG 31, 889 ss) ainda hoje são observadas, no essencial, pelos monges orientais.

685. Como os monges, assim também as virgens uniram-se paulatinamente em casas próprias para viver uma vida comum. Os mais antigos mosteiros de mulheres encontram-se no Egito. No tempo de S. Antão, uma virgem, Sinclética, ter-se-ia retirado para o deserto e reunido em volta de si certo número de virgens e viúvas. Pouco depois, S. Pacômio entregou à sua irmã Maria a direção de uma comunidade de monjas, perto de Tabenisi. Paládio fala de 400 religiosas que ali viviam. A superiora destas comunidades chamava-se "ammas", mãe. Também S. Emília e Macrina, mãe e irmã de S. Basílio Magno, eram superioras de numerosas monjas. Quando S. Basílio redigiu as suas regras, lembrou-se de dar normas também para os mosteiros femininos. S. Paula († 404) e sua filha Eustóquio fundaram o mosteiro de Belém, as duas Melânias (Velha e Moça), o de Jerusalém. Tão ràpidamente espalharam-se estas fundações, que no fim do século IV houve, no oriente, tantos mosteiros femininos como masculinos.

686. Por motivos práticos, como culto divino, mútuo apoio, etc., estes mosteiros de mulheres eram fundados, não raras vezes, junto aos mosteiros masculinos. Mas tal costume acarretava graves inconveniências, pelo que a Igreja se viu obrigada a proceder contra os abusos, já no fim da antiguidade. Assim o fez o sínodo de Agde no ano de 506 (cân. 28).

687. Acontecia também que crianças eram entregues aos mosteiros, a fim de serem educadas ou se consagrarem para sempre à vida religiosa. Tanto a regra de S. Basílio, como a de S. Bento conhecem esta instituição. E' verdade que os "oblatos", no princípio, não podiam ser admitidos aos votos perpétuos, senão quando maiores de 16 anos. No entanto, aos poucos formou-se o princípio, estabelecido pelo sínodo de Toledo de 633: "Monachum facit aut paterna devotio

aut propria professio" (cân. 49). O 2º trulano exigiu ao menos uma idade de dez anos para a entrada no mosteiro (cân. 40).

688. *a.* O monacato oriental não se limitava às três formas mencionadas. A história cita muitas outras espécies de monges, nem sempre isentos de abusos. Tais são os **sarabaítas,** chamados por S. Bento "monachorum deterrimum genus" (Reg. 1). Viviam a dois ou três em eremitérios, sem superior nem ordem estável. Muitos abusos eram a consequência (Hier., Ep. 22, 34).

b. Os **giróvagos,** "per omnia deteriores sarabaitis" (S. Ben., Reg. 1), andavam de mosteiro em mosteiro, e não se detinham senão três ou quatro dias como hóspedes. A estes e outros abusos opôs-se o concílio calcedonense, subordinando os monges à obediência dos bispos e proibindo-lhes, sob pena de excomunhão, o retorno ao mundo e o matrimônio (cc. 4. 7. 16).

689. Outros monges mostravam, pelo contrário, extraordinária austeridade. Os **reclusos** encerravam-se, por certo tempo ou a vida toda, numa cela estreita. S. Salomão viveu 50 anos numa caverna perto de Antinous (Pal., Hist. Laus. 96). Outro exemplo de tal vida penitente foi Tais, pelo ano de 350.

690. Os **estilitas** passavam a vida sobre uma coluna. Iniciador deste modo de vida foi S. Simão, o Estilita († 460), oriundo da Cilícia. Santificou-se primeiro num mosteiro do monte Telanissa, onde viveu pelo espaço de 28 anos. O mosteiro tornou-se célebre pela santidade deste herói de penitência. De toda parte vinham peregrinos para pedir-lhe conselhos. Simão não se julgava digno de tão grande veneração. Fez então erigir para si perto de Antioquia uma coluna, que paulatinamente atingiu a altura de quarenta côvados, e nela passou cerca de 37 anos. Pregava, muitas vezes às multidões que se apinhavam em redor da sua coluna, e era venerado como pacificador e conselheiro de toda aquela região. Um dos seus admiradores foi Teodoreto de Ciro, que lhe escreveu a vida (Hist. relig. 26). O seu exemplo foi imitado por S. Daniel († 493), Simão o Moço († 596) e muitos outros.

691. Os **acoimetas** eram monges que, formando diversos grupos, rezavam sem interrupção. S. Alexandre, abade, foi o primeiro a introduzir esta devoção perpétua, pelo ano de 427. O mais célebre mosteiro que abrigava tais monges, embora a adoração perpétua não fosse da sua instituição, foi o de "Studion", em Constantinopla, fundado por Stúdios, consular do império (463). Mais tarde, tornou-se célebre este mosteiro pela luta contra o iconoclasmo.

§ 61a. O monacato ocidental

692. A *Vida de S. Antão,* escrita por S. Atanásio, e traduzida para o latim, exerceu influxo benfazejo, despertando também no ocidente a vida monástica, como atesta S. Agostinho (Conf. 8, 6). A presença de alguns monges egípcios, que acompanharam o grande bispo de Alexandria ao desterro de Treves, teve semelhante efeito.

Foi particularmente em Roma que muitas pessoas, até da mais alta sociedade, abraçaram esta norma de vida. S. Jerônimo veio a ser seu diretor espiritual. Foi também ele que escreveu a *Vita Pauli, Malchi, Hilarionis,* como seu amigo Rufino escreveu a *Historia monachorum in Aegypto.* Eusébio de Vercelli e Ambrósio de Milão propagaram a vida monástica no norte da Itália. No sul da península fizeram-no Paulino de Nola († 431) e Melânia Jun. († 439).

693. S. Martinho de Tours († 397) deu início ao monacato nas Gálias. A sua cela às margens do Loire foi a origem do célebre mosteiro de Marmoutier (Maius Monasterium). Sulpício Severo escreveu, no fim do século IV, a vida do grande monge e bispo. Gregório de Tours escreveu quatro livros *De virtutibus Sancti Martini.* Admirador e biógrafo, imitou-lhe também o exemplo. João Cassiano (cfr. § 56) foi guia seguro para os monges de Marselha. S. Honorato († 429) fundou o célebre mosteiro de Lerins (410). S. Cesário de Arles († 542) promoveu eficazmente a vida monástica no século VI e escreveu duas regras, uma para homens e outra para mulheres.

694. Na Espanha, a vida monástica é mencionada, pelo fim do século IV, no *Itinerário* de Etéria. Mas as aberrações do priscilianismo fizeram com que o monaquismo não se visse ali de bons olhos; e a tempestade das invasões destruiu, além disto, muitos mosteiros nos seus inícios. No século VI, S. Martinho de Braga († 580) veio a ser o res-

taurador do monaquismo. Em seguida, propagaram-no e fizeram-no prosperar S. Leandro, S. Isidoro e S. Frutuoso.

695. Das Gálias passou, finalmente, o monaquismo para a Inglaterra, onde, em breve, a vida monástica veio a florescer brilhantemente. Um fenômeno singular foi o monaquismo céltico ou irlandês ou escocês. Um dos seus ideais foi peregrinar por amor de Deus. S. Columbano é seu mais conhecido representante. Nos séculos VII e VIII, estes monges distinguiram-se por sua alta cultura. Mas ficaram sempre muito apegados a seus costumes nacionais.

696. Desta forma, já no século V, existiam mosteiros em todos os países do ocidente. Mas não havia uniformidade nem organização. **S. Bento** foi o homem predestinado a realizá-las. E' ele o patriarca dos monges ocidentais, como S. Basílio Magno o é dos orientais.

Nasceu, pelo ano de 480, em Núrsia, cidade da Úmbria, de família distinta. Teve uma educação esmerada. Muito cedo, os pais piedosos enviaram-no a Roma, onde, não obstante as devastações dos povos germânicos, floresciam ainda os estudos superiores e as artes liberais. Infelizmente, o povo romano tinha caído num estado lamentável de costumes. O jovem Bento percebeu o perigo, e, tendo apenas 14 ou 17 anos de idade, fugiu de Roma, sem avisar nem sequer os pais.

697. *a.* Escolheu para morada uma gruta quase inacessível, perto de Subiaco, onde ficou por todos ignorado, menos do monge Romano, a quem o jovem tinha manifestado o seu intento e que lhe cuidava do alimento. Certo dia, porém, alguns pastores descobriram o seu esconderijo, e, desde então, a fama das suas virtudes espalhou-se na vizinhança. Os monges de Vicovaro lhe pediram que se dignasse ser seu abade. Como se mostrassem ingratos e indignos, Bento voltou para a solidão de Subiaco.

b. Muitos discípulos se lhe associaram e, em breve, levantaram-se doze mosteiros, habitados por doze monges cada um, com os seus respectivos abades, nomeados pelo patriarca. Até a nobreza romana entregou-lhe os filhos para serem por ele educados, e muitos abraçaram a vida monástica, como S. Amaro e S. Plácido, seus discípulos prediletos.

c. Perseguido também em Subiaco pelos ciúmes de um sacerdote, o santo retirou-se, deixando os mosteiros sob a direção de seus abades. Acompanhado por alguns monges, estabeleceu-se no Monte Cassino, na Campanha, onde num bosque sagrado de Júpiter ou Apolo fundou aquele mosteiro que devia tornar-se a célebre abadia de **Montecassino** (529), berço da ordem beneditina. A pouca distância dali, S. Escolástica, irmã de Bento, fundou um mosteiro para virgens.

698. S. Bento deu a seus monges uma regra de 73 capítulos, cujo primeiro escopo é, "ut in omnibus glorificetur Deus" (c. 57). Característico é o voto de estabilidade. A tarefa principal da "Schola dominici servitii" é o "Opus Dei", o ofício divino. Os cc. 8-19, que regulam exatamente o culto divino, são a primeira descrição completa das horas canônicas.

A regra de S. Bento, recomendada por papas e príncipes, difundiu-se por todo o ocidente, chegando a predominar por toda a idade-média. E' que tão admiràvelmente se adapta a todas as condições da vida e tanto se distingue pela clareza e pela moderação, que deu formas determinadas à vida monástica e pôs termo à vida vagabunda que o santo patriarca censura tão severamente no primeiro capítulo. A regra beneditina é, por assim dizer, a última grande dádiva do espírito romano à idade-média.

699. Quando S. Bento fundou o mosteiro de Montecassino e escreveu a sua regra, já a transmigração dos povos movimentara a Europa. Grande parte destes povos estabelecera-se nas províncias do antigo império romano. Educá-los e cristianizá-los foi a missão da Igreja. A ordem beneditina, chamada por seu grande filho, Gregório I, a este campo de atividade, tornou-se seu principal instrumento.

700. S. Bento vivia ainda, quando **Cassiodoro,** depois de abandonar os altos cargos que havia desempenhado no reino dos ostrogodos, fundou o mosteiro de Vivário na Calábria (cfr. § 57). Em oposição a Bento prescreveu a seus monges o estudo dos clássicos e das ciências teológicas. Muitos beneditinos imitaram-lhe o exemplo. A ciência deve muito a estes monges pela conservação de antigos manuscritos, copiados por eles.

Ruf., Hist. monach. — *Pall.*, Hist. Laus. — *Theod.*, Hist. relig. — S. Pachomii regulae monasticae, ed. Albers (Flor. patr. 16), Bonnae 1923. — S. Caesarii regula sanctarum virginum, ed. Morin (Flor. patr. 34), Bonnae 1913. — S. Benedicti regula, ed. Linderbauer (Flor. patr. 17), Bonnae 1928. — *Heimbucher*, Die Orden

und Kongregationen der kath. Kirche, 3 vol., 3. ed., Paderborn 1932-34. — *Workman*, The evolution of the monastic ideal to 1200, London 1913. — *Montalembert*, Précis d'histoire monastique, nova ed., Paris 1934. — *Id.*, Les moines d'occident, 7 vol., Paris 1860-77. — *Strathenau*, Geschichte der fruehchristlichen Aszese bis zur Entstehung des Moenchtums, Leipzig 1914. — *Hertling*, Antonius der Einsiedler, 1929. — *Morison*, St. Basile and his rule, London 1913. — *Greg. Magn.*, Dialogi Migne, PL 66, 126 ss; ed. Moricca, Roma 1924. — *Mabillon*, Annales Ordinis S. Benedicti, 6 vol., 2. ed., Lucca 1739-45. — *D. A. Ramón Arrufat*, A ordem beneditina, Rio de Janeiro 1933. — *Herwegen*, Der hl. Benedikt. Duesseldorf 1917; 2. ed. 1919. — *Goyau*, S. Melânia, Roma 1909. — *Antonelli*, Antonianum 1927, 401 ss. — REB 1947, 404 ss.

§ 62. Culto e disciplina

701. Desde a subida de Constantino Magno ao trono imperial, o espírito cristão penetrou, mais e mais, em todas as classes da sociedade. Os pensamentos religiosos e a piedade cristã manifestaram-se logo no **culto divino.** Os seus princípios fundamentais estavam fixados por Jesus Cristo. No período dos mártires não foi possível revesti-lo de grande solenidade. As novas condições da Igreja deram-lhe ocasião de enriquecer o seu culto com brilho e magnificência.

702. Centro do culto cristão foi sempre a **Eucaristia.** Pela *Constituição apostólica* sabemos que, pelo ano de 220, a solenidade eucarística já tinha uma forma fixa. Sabemos também que, ao menos em Roma, a Eucaristia se celebrava todos os dias; o mesmo se fazia em outros lugares. Em muitas Igrejas, porém, a solenidade eucarística era reservada aos domingos e dias das estações (cfr. § 26).

À medida que ia desaparecendo a disciplina do arcano, uniam-se mais estreitamente as duas partes da missa, didática e eucarística. A língua litúrgica veio a ser, no ocidente, o latim. Ao lado das denominações "liturgia", "sacrifício" e "oblação", que estavam em uso já no primeiro período, aparece, desde o século IV, também o nome de "missa" (= missio) que, pela primeira vez, se encontra na Ep. 20, 4 de S. Ambrósio e na *Peregrinatio ad loca sancta*, que data do mesmo tempo.

703. Devido às mudanças que se iam introduzindo paulatinamente, formaram-se várias **liturgias,** tanto no oriente como no ocidente. No oriente havia duas formas principais, a liturgia antioquena e a liturgia alexandrina, correspondentes às duas antigas circunscrições eclesiásticas. A liturgia antioquena apresenta-se em três formas, a de S. Tiago, usada em Jerusalém e Antioquia, e as de S. Basílio e de S. João Crisóstomo, ambas usadas em Constantinopla. A liturgia de S. Basílio, mais longa, empregava-se nos dias de festa.

704. No ocidente foi introduzida, no fim do século IV, a liturgia ambrosiana, usada só no norte da Itália. Nas Gálias é conhecida, desde o século V, a liturgia galicana e na Espanha, a liturgia gótica, chamada, mais tarde, moçarábica.

Todas estas liturgias ocidentais foram excedidas em importância pela **liturgia romana.** No princípio não se diferençava ela das demais liturgias ocidentais. Pelas reformas dos séculos IV e V revestiu-se de uma nota particular e, nos séculos VI e VII, assumiu essencialmente a forma definitiva. Uma nota característica consiste em dar maior consideração às festas do Senhor e dos santos, pelo que a missa obteve ao lado do cânon uma parte variável. Esta inovação parece ter sido introduzida pelo papa Dâmaso I, que tanto interesse mostrava pela veneração dos mártires romanos.

705. Os **sacramentários** leoniano (PL 55), gelasiano (PL 74) e gregoriano (PL 78), fontes principais da liturgia romana, foram atribuídos errôneamente aos papas Leão I, Gelásio I e Gregório I. São de data posterior. O sacramentário gregoriano, reforma do gelasiano e, por sua vez, fundamento do missal romano, foi usado por Adriano I. Carlos Magno introduziu-o no reino dos francos. As suas origens remontam, no entanto, ao tempo do papa Gregório I.

706. *a.* Os fiéis comungavam, nos primeiros séculos, todas as vezes que assistiam ao culto eucarístico. A conversão precipitada das massas populares teve como resultado um grande relaxamento e, por conseguinte, desapareceu, mais e mais, o costume da recepção frequente da Eucaristia. S. João Crisóstomo queixa-se amargamente do pouco fervor dos cristãos. O sínodo de Agde (506) viu-se obrigado a prescrever que os fiéis comungassem, ao menos, três vezes por ano (cân. 18; Hefele, 2, 653).

b. Desde os inícios da Igreja, a leitura da Sagrada Escritura teve um lugar de honra no culto divino. A princípio, liam-se sucessivamente todos os livros do Antigo e do Novo Testamento. À medida que se ia formando o ano litúrgico,

escolhiam-se passagens (perícopes) apropriadas que se reuniam em livros próprios, chamados "lecionários". O primeiro lecionário ou "comes" atribui-se a S. Jerônimo.

707. *a.* A leitura era seguida pela pregação, feita por via de regra pelo bispo. Autorizados por ele, podiam também pregar os presbíteros e diáconos, de vez em quando até leigos, nunca, porém, uma mulher (Conc. Carth. IV, cân. 98-99).

b. A pregação era simples homilia, que explicava a leitura. Mas não faltam também exemplos de longos e brilhantes sermões sobre temas de livre escolha, verdadeiras obras-primas da retórica, especialmente no oriente, onde eram acolhidos, às vezes, com entusiásticos aplausos. S. João Crisóstomo teve de interromper, mais de uma vez, o seu sermão, para repreender este costume: "Isto não é um teatro, nem viestes ouvir comediantes!" "Vós me aplaudis, e eu, ai de mim, eu bem quisera chorar" (Hom. 26 in Ep. 1 ad Cor.).

c. O florescimento da pregação coincide com o florescimento da literatura patrística. Os três grandes bispos da Capadócia, S. Basílio, Gregório Nazianzeno e Gregório de Nissa, e, ao lado deles, S. Cirilo de Jerusalém e Anfilóquio de Icônio foram oradores sacros de primeira grandeza. Mas o maior corifeu da eloquência foi, no oriente, S. João Crisóstomo. No ocidente brilharam, sobretudo, S. Ambrósio e S. Agostinho.

708. Também o **canto eclesiástico** contribuiu, desde os tempos apostólicos, para aumentar a solenidade do culto divino. S. Paulo fala de salmos, hinos e cânticos espirituais (Ef 5, 19). Plínio o Moço afirma igualmente que os fiéis cantavam nas suas reuniões (Ep. 10, 97). Desde o edito de Milão, as novas condições da Igreja permitiam também maior cultivo do canto eclesiástico, particularmente no oriente, onde o instituto dos cantores foi elevado à categoria de ordem (cfr. § 58). No ocidente, o canto eclesiástico foi promovido especialmente por S. Ambrósio de Milão. S. Agostinho chorava comovido com os hinos e cânticos, entoados pelas suaves vozes desta Igreja (Conf. 9, 6).

Mas foi sobretudo em Roma que se cultivava o canto eclesiástico. Pelo ano de 330, o papa Silvestre I instituiu a primeira escola de cantores de que temos conhecimento.

Mais célebre é a schola cantorum fundada por Gregório I; e foi muito provàvelmente nesta escola que se formou o cantochão ou canto firme, gregoriano ou romano. João Diácono escreve na sua *Vita Gregorii* (II, 6) que o mesmo papa, "more sapientissimi Salomonis", compilou um antifonário.

709. No culto litúrgico teve parte importante o **ofício divino.** Consistia primitivamente só de salmos e de leitura da Sagrada Escritura. No segundo período acresceram hinos e odes, que ainda hoje apresentam grande parte da poesia eclesiástica.

As horas canônicas eram, no tempo dos apóstolos, a terça, sexta e noa (Did. 8, 3; Cypr., De dom. or. 24). Pela influência do monaquismo acresceram, no segundo período, as matinas e as vésperas. S. Atanásio fala da oração que se fazia à meia-noite (De virg. 20). Das vésperas foi separado, em seguida, o completório. Finalmente, foi intercalada entre as laudes e a terça a prima. A recitação do ofício obrigava sòmente os clérigos. Todavia, também o povo tomava parte, como relata S. Etéria no seu *Itinerário*.

710. **As vestes litúrgicas** não se diferençavam, nos primeiros séculos, das vestes profanas. No entanto, ninguém devia assistir às funções sacras, senão com trajes festivos. Destes é que se desenvolveu, pouco a pouco, o vestuário litúrgico. As primeiras vestes litúrgicas de que nos falam as fontes são a túnica e a pênula, usadas, sobretudo em Roma, já no século IV. Da túnica desenvolveu-se paulatinamente a alva; a pênula tomou a forma de casula ou planeta. O sínodo de Toledo de 633 (cân. 28) fala de ambas como vestuário sacro do clero, e menciona, além disso, o orário, conhecido aliás desde o sínodo de Laodicéia de 380. Mais tarde, se chamava estola. O papa e os diáconos usavam, desde o século IV, além da túnica, a dalmática, desde o século IX, usada universalmente por bispos e diáconos. Estes últimos a trajavam como veste superior.

A chamada capa era uma veste comum a homens e mulheres. Usavam-na, de preferência, os monges. Dela se desenvolveu o pluvial ou capa de asperges. Muito célebre se tornou a capa de S. Martinho de Tours († 397). Dela se deduzem os nomes de capela e capelão. Derivações da capa

de asperges são a mozzetta dos cardeais e cônegos e a pequena capa dos clérigos.

711. O *Liber Pontificalis* menciona, na Vita Silvestri, um pallium linostimum, do qual se desenvolveu o manípulo, espécie de pequena estola. Outro era o pallium contabulatum, considerado sempre como distintivo de honra. Deu origem ao hodierno pálio, faixa de lã branca, semeada de cruzes pretas. No oriente era, já pelo ano de 400, insígnia dos bispos. No ocidente era reservado ao papa. Desde o século VI, o papa o concedia também a outros bispos, principalmente aos metropolitas como sinal de honra e de união com a Sé apostólica. O sínodo de Toledo de 633 fala, no seu cân. 28, também do anel e do báculo como insígnias do bispo.

712. A cor dos paramentos era, na antiguidade quase exclusivamente branca. Não havia um cânon respectivo. Os primeiros decretos relativos foram dados no tempo dos carlovíngios. No século VIII/IX acresceram as cores vermelha, verde e preta. No século XIII, foi concedida ainda a cor violácea.

713. Como o culto divino, assim também a **disciplina penitenciária** sofreu, no segundo período da história eclesiástica, uma sensível modificação. A penitência sacramental privada estava em uso, desde o princípio da Igreja, e é atestada a sua existência pelo consenso dos mais antigos Padres (cfr. DB 961; Ench. Patr. 1230). A penitência pública estava sempre acompanhada da excomunhão e da reconciliação ou absolvição pública como partes essenciais. Sabemos que Calisto I tinha concedido a reconciliação aos incontinentes arrependidos e que Estêvão I a concedera aos renegados. No segundo período, também os homicidas eram admitidos à reconciliação, embora uma só vez. O sínodo de Ancira de 314 concedeu a comunhão no leito de morte (cân. 22). Basílio Magno a concedia depois de uma penitência de 20 anos. Vê-se que não havia uniformidade, nem clareza na praxe. Claro era, todavia, que a Igreja possuía o poder de perdoar todos os pecados.

714. O bispo Nectário de Constantinopla, movido por um escândalo que se ligava a uma penitência pública (Socr., HE 5, 19), aboliu, em 391, a instituição dos presbíteros penitenciários, com o que se abandonava também a confissão

pública. O exemplo de Nectário foi imitado logo em outras Igrejas do oriente, deixando assim de existir as quatro classes dos penitentes.

715. E' verdade que os crimes públicos ainda continuavam sendo objeto da disciplina eclesiástica, que aplicava a excomunhão do culto divino ou, ao menos, da comunhão eucarística. Mas, no resto, cada um tinha liberdade de nortear-se por sua própria consciência. Sócrates (HE 5, 19) lamenta dolorosamente esta relaxação da disciplina eclesiástica.

716. A administração da penitência entregava-se, desde então, no oriente, mais e mais, aos monges. Até monges leigos eram, em certas circunstâncias, admitidos como confessores e guias espirituais. Ficou, porém, sempre firme a convicção de que só o sacerdote tinha o poder das chaves (Chrys., De sacerd. 3, 5; Ambr., De poen. 1, 2).

717. No ocidente, manteve-se ainda a antiga praxe. O sínodo de Toledo de 589 inculcou o princípio de que para os pecados capitais não havia senão uma só penitência (cân. 11). Não raras vezes, a penitência era diferida até à morte. No entanto, o papa Sirício († 399) concedera, também aos relapsos, a readmissão ao culto divino, e na hora da morte também à comunhão eucarística.

Em virtude de uma disposição de Leão I (Ep. 168, 2), foi abolida a confissão pública também no ocidente, mas não a penitência pública. Esta se limitava, porém, aos crimes públicos de particular gravidade (Cfr. Kurtscheid, em LfTK II, art. Beichte).

718. Alguns povos neoconvertidos, como os celtas da Irlândia e os anglo-saxões da Inglaterra, segundo fontes dos séculos V e VI, e segundo testemunho explícito do arcebispo Teodoro († 690), nunca aceitaram a penitência pública. Em lugar dela tornou-se logo entre eles costume geral a confissão privada, que era seguida geralmente pela absolvição imediata e que se repetia sem restrições. A confissão privada foi-se difundindo em toda parte.

719. Para que a administração da penitência fosse uniforme e digna, os bispos mais eminentes, como Basílio Magno, Gregório de Nissa, Ambrósio, Agostinho, como também os concílios, redigiram epístolas canônicas com normas para os confessores. Nestas decisões basearam-se os

Padres da Igreja ainda no século VI, e são elas o fundamento dos chamados livros penitenciários que, de então em diante, regularam toda a administração da penitência.

720. Graças à vitória do cristianismo, as **festas eclesiásticas** obtiveram caráter público. Em 321, Constantino Magno ordenou que o domingo fosse santificado. Neste dia, tinham de cessar os processos e os trabalhos públicos. Teodósio Magno proibiu, além disso, que se fizessem espetáculos públicos, no dia do Senhor. Teodósio II e vários sínodos estenderam esta proibição às festas maiores e a todo o tempo desde a Páscoa até Pentecostes.

721. Foram introduzidas, neste período, uma série de novas festas anuais, completando-se desta forma os ciclos do ano eclesiástico. A festa da **Epifania** ou Teofania, celebrada no oriente já no século III, foi introduzida também no ocidente (Am. Marc., Rer. gest. 21, 2). O objeto desta festa era, no oriente, a manifestação de Cristo aos pagãos. João Cassiano nos diz que era considerada também como dia do nascimento do Senhor, pelo que não se celebrava outra festa particular (Col. 10, 6).

722. No ocidente unia-se ao mistério da manifestação de Cristo aos pagãos os mistérios do batismo e das bodas de Caná. Para celebrar o nascimento de Jesus foi instituída, por isso, primeiro no ocidente, a festa do **Natal.** As notícias mais antigas desta festa datam da primeira metade do século IV. A sua solenidade foi fixada para o dia 25 de Dezembro com o fim de suplantar a festa pagã do Sol Invicto, que neste dia se celebrava. Nos últimos decênios do mesmo século, a festa do Natal espalhou-se no oriente. Em Constantinopla foi celebrada, pela primeira vez, por S. Gregório Nazianzeno, aos 25 de Dezembro de 379 ou 380 (Hom. 38 in Theoph.). Justino II (565-78) prescreveu-a para todo o império.

723. Como a Páscoa se preparava por um período de jejum, assim também o Natal teve o seu tempo de preparação, o **Advento.** A princípio, consistia de seis semanas. Em seguida foi reduzido a quatro, sendo destinadas ao jejum sòmente as 2ª, 4ª e 6ª feiras. No dia da oitava do Natal fixou-se, pelos meados do século VI, a festa da **Circuncisão.** Com esta nova festa visava-se suprimir as solenidades, que

se realizavam, nas calendas de Janeiro, em honra do deus Jano.

724. A preparação da Páscoa foi, desde o niceno, a **Quaresma** (cfr. § 28), que consistia no ocidente de seis semanas, no oriente de sete, sendo, porém, que o número dos dias de jejum era o mesmo em toda a Igreja, i. é, trinta e seis. Nos domingos não se jejuava e, no oriente, também os sábados não eram dias de jejum. Em algumas partes começaram, já no século V, a completar os quarenta dias de jejum, iniciando-os na 4ª feira antes do 1º domingo da Quaresma e introduzindo igualmente o costume de impor neste dia as cinzas.

725. Além disto, foram introduzidas, no ciclo pascal, duas novas festas, o Domingo dos Ramos, para comemorar a entrada solene de Jesus em Jerusalém (Cyr. Hier., Cath. 18), e a Ascensão de Cristo, esta no princípio, aquela no fim do século IV.

Pelo fim do século V, o bispo Mamerto de Viena ordenou, por motivo de graves aflições, que na sua diocese, nos três dias que precedem a Ascensão, se fizessem procissões (rogationes minores) que, aos poucos, se introduziram também em outras dioceses. O sínodo de Orleans de 511 (cân. 27) prescreveu-as para toda a Gália. Em Roma, o papa Gregório Magno introduziu a litania maior a realizar-se no dia 25 de Abril (Reg. Greg. 2, 2), provàvelmente para suprimir uma procissão que os pagãos faziam nesse dia em honra de Robigo e Robiga.

726. Multiplicaram-se, neste período, também as festas dos mártires, e espalharam-se as suas solenidades mais largamente. Uma das primeiras é a festa do protomártir S. Estêvão que, desde fins do século IV, se realiza no dia depois do Natal. O seu culto é mais antigo, quase tão antigo como a Igreja. Seguem as festas de S. Lourenço, de S. João Batista, dos apóstolos Pedro e Paulo, dos santos Inocentes e de todos os apóstolos.

No oriente celebrava-se, desde fins do século IV, na oitava de Pentecostes, a festa de todos os mártires. No ocidente encontra-se tal festa só nos princípios do século VII. O papa Bonifácio IV (608-15) consagrou à Virgem Maria e a todos os mártires o Panteão que o imperador Focas

lhe doara. (LP ed. Duch. I, 317). Daí teve origem, mais tarde, a festa de Todos os Santos.

727. Já antes existiam algumas festas de Nossa Senhora. A primeira é a festa de Nossa Senhora da Luz ou da Purificação, que se celebrava aos 15 de Fevereiro, 40 dias depois da Epifania. No oriente era a festa da Apresentação de Jesus Cristo e chamava-se ὑπαντή, encontro, lembrando o encontro de Simeão com o Menino Jesus. Com a instituição do Natal, a festa da Purificação foi transferida para o dia 2 de Fevereiro. Outras festas de Nossa Senhora deste período são a Natividade, a Anunciação e a Assunção.

728. Desta multiplicação das festas deduz-se também a crescente veneração dos heróis do cristianismo, não só dos mártires, mas também dos outros santos. Os altares, que se levantavam sobre os seus sepulcros, transformavam-se em igrejas. Nas igrejas maiores faziam-se os chamados dípticos, que continham os nomes dos mártires e santos. Deles se desenvolveram, paulatinamente, volumosos martirológios. Em Roma foi redigida a *Depositio episcoporum et martyrum* do cronógrafo de 354 (Kirch, 543 ss). Na Itália setentrional teve origem, pelo ano de 450, o *Martyrologium Hieronymianum*, revisto e melhorado nas Gálias, pelo ano de 600. Este martirológio jeronimiano baseia-se no martirológio sírio, compilado pelo ano de 400, e em vários calendários de Roma, Cartago, etc.

729. O lugar de honra tinha naturalmente Maria Santíssima, cujos louvores se cantavam, já no primeiro período, em palavra e imagens. A ela se dedicaram, no segundo período, magníficas basílicas. Seja mencionada sòmente a maior de todas as igrejas marianas, Maria Maggiore em Roma, ou basílica liberiana.

Também os anjos tornaram-se objeto de veneração, que, aliás, se baseava nos livros do Antigo e do Novo Testamento. Particular veneração gozavam os Anjos Custódios dos povos, províncias, cidades e pessoas. S. Miguel era venerado como Anjo Custódio da Igreja, desde o século II (Past. Herm., Sim. 8, 3, 3). Desde sempre, a Igreja distinguia claramente entre latria que só a Deus se deve e dulia.

730. A veneração dos santos incluía também a **veneração das relíquias.** Sobre os sepulcros dos santos, já nos tempos das perseguições, celebrava-se a santa missa. Em seguida, as relíquias foram transportadas para as igrejas. O primeiro lugar tinha entre elas a santa Cruz, reencontrada por S. Helena (Ambr., De ob. Theod. 43 ss; Socr., HE 1, 17). Por ocasião da dedicação da basílica do Santo Sepulcro em 335 foi celebrada, pela primeira vez, a festa da Exaltação da Cruz, no dia 14 de Setembro. No século VII, esta festa foi introduzida também no ocidente, juntamente com a da Invenção da Cruz.

731. Também o **culto das imagens** existe já antes de Constantino Magno. Desenvolveu-se brilhantemente no segundo período, apesar da oposição de muitos Padres orientais.

Finalmente, eram objeto de veneração os lugares santos, principalmente os lugares santificados pela vida e morte de Jesus Cristo, como também o monte Sinai e os sepulcros dos apóstolos Pedro e Paulo (limina apostolorum). Desde a vitória de Constantino, muitos cristãos iam visitá-los em peregrinações. Temos ainda interessantes descrições de peregrinações no *Itinerarium Burdigalense*, escrito em 333, e na *Peregrinatio ad loca sancta*, que data de fins do século IV, e que o primeiro editor, Gamurrini, atribuiu a S. Sílvia. Outros consideram S. Etéria como autora; e esta é hoje em dia opinião geral.

732. O influxo do cristianismo sentia-se não só no campo do culto e da disciplina religiosa, mas também na vida social. Ao lado das grandes igrejas levantavam-se hospitais e asilos de todas as categorias. A caridade cristã realizava obras dignas de toda a admiração, a ponto de Juliano Apóstata não conhecer melhor meio de reformar o paganismo do que a imitação das instituições da caridade cristã.

Digno de menção é o grande hospital de Cesaréia, fundado por S. Basílio, verdadeira cidade de obras de caridade, como diz Gregório Nazianzeno. S. Melânia Júnior distribuiu os seus milhões aos pobres, a igrejas e mosteiros para passar o resto da sua vida num mosteiro por ela fundado em Jerusalém.

A escravidão não podia ser logo abolida; mas o tratamento dos escravos tornou-se mais humano. A sua emancipação era favorecida pela Igreja e promovida pelo Estado. Toda a legislação, particularmente a legislação penal tornou-se mais humana. A crucifixão, a condenação aos com-

bates de gladiadores e outros suplícios foram abolidos. Em 404, o imperador aboliu totalmente os combates de gladiadores.

733. No entanto, a liberdade e a preferência, de que gozava a Igreja, teve também consequências menos felizes. Aos poucos, arrefeceu o antigo fervor e heroísmo de muitos cristãos. Numerosos pagãos se convertiam sem convicção, só para agradar às autoridades e por motivos de vantagens materiais. Hipocrisia, indiferentismo, avareza, rivalidades, etc., eram as tristes consequências, que se faziam sentir dolorosamente entre leigos e clérigos. A Igreja se tornara, na expressão de S. Jerônimo, "potentia quidem et divitiis maior, sed virtutibus minor" (Vita Malchi 1). O presbítero Salviano, "Jeremias" de seu tempo, pinta-nos um quadro bastante tétrico da sociedade cristã nas cidades do império decadente (De gub. Dei).

734. Todavia, não devemos generalizar demais este relaxamento. Varões ilustres, como Atanásio, Basílio, Crisóstomo, Ambrósio, Agostinho e numerosos monges e santos demonstram uma altura moral nunca atingida no paganismo. E deles irradiava uma luz benéfica sobre toda a sociedade cristã. A Igreja foi sempre mestra de santidade. Seus filhos nem sempre ficaram fiéis à Mãe.

E também não devemos esquecer que o segundo período da história eclesiástica se nos apresenta como tempo clássico do dogma; é o período dos grandes doutores da Igreja, dos grandes concílios; é o tempo clássico do monaquismo e da constituição da Igreja. Toda a sua história nos demonstra, não menos do que a do primeiro período, a ação da Providência divina.

Funk, Ueber den Kanon der roem. Messe, Abh. und Unters. III, 85 ss. — *Eisenhofer,* Handbuch der kath. Liturgik, 2 vol., Freiburg 1932-33. — *Schuster,* Liber Sacramentorum, Note storiche e liturgiche sul Missale Romano, 9 vol., Torino 1919-28. — *Wagner,* Die Elemente des gregorianischen Gesanges, Regensburg 1909. — S. Augustini textus selecti de poenitentia, coll. Poschmann (Flor. patr. 38), Bonnae 1934. — *Poschmann,* Die abendlaendische Kirchenbusse im Ausgang des christlichen Altertums, Muenchen 1928. — *Goeller,* Papsttum und Bussgewalt in spaetroemischer und fruehmittelalterlicher Zeit, Freiburg 1933. — *Kellner,* Heortologie oder das Kirchenjahr und die Heiligenfeste in ihrer geschichtlichen Entwicklung, 3. ed., Freiburg 1911. — *Allmang,* Pastor Bonus, 25, 129 ss. — *Botte,* Les origines de la Noel et de l'Épiphanie, Louvain 1932. — *Quentin,* Les martyrologes du moyen âge, Paris, 2. ed. 1923. — Numerosa literatura em Funk-Bihlmeyer, Kirchengeschichte I.

TABELAS CRONOLÓGICAS

I. Os papas da antiguidade cristã [1]

1. S. Pedro, † 67 ou 64
2. S. Lino, † 76?
3. S. Anacleto ou Cleto, † 88?
4. S. Clemente, † 97?
5. S. Evaristo, † 105?
6. S. Alexandre I, † 115?
7. S. Xisto I, † 125?
8. S. Telésforo, † 136?
9. S. Higino, † 140?
10. S. Pio I, † 155?
11. S. Aniceto, 155-66
12. S. Sotero, 166-75
13. S. Eleutério, 175-89
14. S. Vítor I, 189-99
15. S. Zefirino, 199-217
16. S. Calisto I, 217-22 (S. Hipólito, 217-35)
17. S. Urbano I, 222-30
18. S. Ponciano, 230-35
19. S. Antero, 235-36
20. S. Fabiano, 236-50
21. S. Cornélio, 251-53 (Novaciano, 251)
22. S. Lúcio I, 253-54
23. S. Estêvão I, 254-57
24. S. Xisto II, 257-58
25. S. Dionísio, 259-68
26. S. Félix I, 269-74
27. S. Eutiquiano, 275-83
28. S. Caio, 283-96
29. S. Marcelino, 296-304
30. S. Marcelo I, 308-09
31. S. Eusébio, 309
32. S. Melcíades, 311-14
33. S. Silvestre I, 314-35
34. S. Marco, 336
35. S. Júlio I, 337-52
36. Libério, 352-66 (Félix II, 355-65)
37. S. Dâmaso I, 366-84 (Ursino, 366-67)
38. S. Sirício, 384-99
39. S. Anastácio I, 399-401
40. S. Inocêncio I, 401-17
41. S. Zósimo, 417-18
42. S. Bonifácio I, 418-22 (Eulálio, 418-19)
43. S. Celestino I, 422-32
44. S. Xisto III, 432-40
45. S. Leão I, 440-61
46. S. Hilário, 461-68
47. S. Simplício, 468-83
48. S. Félix II (III), 483-92
49. S. Gelásio I, 492-96
50. Anastácio II, 496-98
51. S. Símaco, 498-514 (Lourenço, 498, 501-05)
52. S. Hormisdas, 514-23
53. S. João I, 523-26
54. S. Félix III (IV), 526-30
55. Bonifácio II, 530-32 (Dióscoro, 530)
56. João II, 533-35
57. S. Agapito I, 535-36
58. S. Silvério, 536-37
59. Vigílio, 537-55
60. Pelágio I, 556-61
61. João III, 561-74
62. Benedito I, 575-79
63. Pelágio II, 579-90
64. S. Gregório I, 590-604
65. Sabiniano, 604-06
66. Bonifácio III, 607
67. S. Bonifácio IV, 608-15

[1] Segundo o Anuário Pontifício para o ano de 1948. Cfr. também LP. — Capelli, Cronologia, 2. ed., Milano 1930. — Seppelt-Loeffler, Papstgeschichte.

68. S. Adeodato I, 615-18
69. Bonifácio V, 619-25
70. Honório I, 625-38
71. Severino, 640
72. João IV, 640-42
73. Teodoro I, 642-49
74. S. Martinho, 649-55
75. S. Eugênio I, 654-57 [2]
76. S. Vitaliano, 657-72
77. Adeodato II, 672-76
78. Dono, 676-78
79. S. Agatão, 678-81
80. S. Leão II, 682-83
81. S. Benedito II, 684-85
82. João V, 685-86
83. Cônon, 686-87
84. S. Sérgio I, 687-701
(Teodoro, 687)
(Pascoal, 687)

II. Concílios ecumênicos da antiguidade cristã

1. Nicéia I, 325
2. Constantinopla I, 381
3. Éfeso, 431
4. Calcedônia, 451
5. Constantinopla II, 553
6. Constantinopla III, 680-81

[2]) Foi eleito, quando Martinho se achava no exílio e, parece, este nada objetou.

ÍNDICE ALFABÉTICO

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

ANTIGUIDADE CRISTÃ

PRIMEIRA ÉPOCA

DESDE A FUNDAÇÃO DA IGREJA ATÉ AO EDITO DE MILÃO (1-313)

Capitulo I

FUNDAÇÃO, PROPAGAÇÃO E PERSEGUIÇÃO DA IGREJA

Capítulo II

A CONSTITUIÇÃO DA IGREJA

Capítulo III

CULTO, DISCIPLINA E VIDA RELIGIOSO-MORAL DA IGREJA

Capítulo IV

LITERATURA E CIÊNCIAS ECLESIÁSTICAS, HERESIAS E CISMAS

SEGUNDA ÉPOCA

DESENVOLVIMENTO DA IGREJA NO IMPÉRIO CRISTÃO; TEMPO DAS CONTROVÉRSIAS DOGMÁTICAS (313-692).

Capítulo I

A IGREJA E O ESTADO

Capítulo II

CONTROVÉRSIAS TEOLÓGICAS

Capítulo III

CIÊNCIAS E LITERATURA ECLESIÁSTICA

Capítulo IV

CLERO E MONACATO, CULTO E DISCIPLINA